

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DIREITO E
POLÍTICAS PÚBLICAS

RAFAEL AUGUSTO ALVES

A POLÍTICA CRIMINAL BRASILEIRA NOS CRIMES CONTRA A
ORDEM TRIBUTÁRIA

Recorte da Criminalização Tributária no Distrito Federal.

Brasília-DF, 2020.

RAFAEL AUGUSTO ALVES

**A POLÍTICA CRIMINAL BRASILEIRA NOS CRIMES CONTRA A
ORDEM TRIBUTÁRIA**

Recorte da Criminalização Tributária no Distrito Federal.

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito e Políticas Públicas do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB, área de concentração Políticas Públicas, Estado e Desenvolvimento, linha de pesquisa em Políticas Públicas, Processo Civil, Processo Penal e Controle Penal, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Henrique Graciano Suxberger.

Brasília-DF, 2020

**A POLÍTICA CRIMINAL BRASILEIRA NOS CRIMES CONTRA A
ORDEM TRIBUTÁRIA**

Recorte da Criminalização Tributária no Distrito Federal.

RAFAEL AUGUSTO ALVES

Dissertação defendida e aprovada, em (*data da defesa*), pela banca examinadora:

Doutor Antônio Henrique Graciano Suxberger.
Orientador

Bruno Amaral Machado
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

André Vinícius Espírito Santo de Almeida
Examinador Externo

Aos meus amados pais **Alves e Carmen** por me ensinarem afetosamente a caminhar na trilha da retidão. À minha amada esposa **Cláudia**, sementeira inesgotável de amor e dedicação para todos aqueles que a tem por perto. Aos meus amados filhos **Catarina e Miguel**, fonte permanente de minha motivação. Ao **Altíssimo**, por ter me dado a dádiva de ter compartilhado minha existência com todas essas pessoas.

Agradeço à Procuradoria Geral do Distrito Federal e ao Povo do Distrito Federal pelo decisivo apoio para a realização desta pesquisa.

Agradeço ao Professor Orientador Dr. **Antônio Henrique Graciano Suxberger** pelas lições, reflexões e debates proporcionados, absolutamente indispensáveis à conclusão do trabalho, mas, sobretudo, pela generosidade e disponibilidade dispensados a este estudante.

Agradeço a todos os Professores do curso, em especial aos Professores **Nitish Monebhurrin** e **Arnaldo Godoy** por expandir meus horizontes em campos até então pouco explorados.

Agradeço a todos **os colegas de curso** com quem tive oportunidade de trocar experiências, acreditando que cada um, em alguma medida, tem parte neste modesto estudo.

"As leis são sempre úteis aos que possuem e
nocivas aos que nada têm"
(Jean-Jacques Rousseau)

RESUMO

A dissertação trata da política criminal brasileira em relação aos crimes tributários. A partir de abordagem integrada, a pesquisa evidencia que a construção normativa e jurisprudencial do Direito Penal Tributário Brasileiro se orienta para um tratamento mais benevolente aos criminalizados por esta espécie delitiva. Ao tempo em que reforça a ideia criminológica (crítica) de um inerente funcionamento seletivo de nosso Sistema de Justiça Criminal, o trabalho demonstra que tal característica resta potencializada na seara delitiva ora estudada. O recorte empírico da pesquisa é o Distrito Federal, notadamente a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, representada pelos julgamentos das apelações criminais das ações penais sobre o assunto realizados desde a edição da Lei n. 8.137/90 até o ano de 2019.

Palavras-chave: Crimes Contra Ordem Tributária. Política Criminal. Seletividade. Direito Penal Tributário.

ABSTRACT

The thesis addresses a Brazilian criminal policy in relation to tax crimes. From the integrated approach, research that proves the normative and jurisprudential construction of Brazilian Tax Criminal Law is geared towards a more benevolent treatment for those criminalized by this criminal species. When the reform of the criminological (critical) idea is successfully carried out, the use of the criminal justice system is criminal, or the work demonstrates which characteristic is potentially restored in the defective or studied area. The empirical research resource is the Federal District, notably a jurisprudence of the Federal District and Territories Court of Justice, represented by the judgments of criminal appeals in criminal cases on the subject carried out since the enactment of Law no. 8,137 / 90 until 2019.

Keywords: Tax Crimes. Criminal Policy. Selectivity. Tax Criminal Law. Public policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Avaliação da qualidade do sistema tributário brasileiro	34
Gráfico 2 – Principais problemas do sistema tributário brasileiro	35
Gráfico 3 - Distribuição Receita Tributária por espécie no Orçamento do DF para 2018.....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Operações Especiais da Fiscalização da Receita Federal do Brasil em ações penais de grande relevância	14
Tabela 2 – Comparativo das taxas de investimentos do Brasil por décadas	26
Tabela 3 – Problemas e barreiras para o Crescimento das empresas (Custo Brasil)	36
Tabela 4 - Crime Tributário na experiência internacional.....	65
Tabela 5 - Investigações Criminais IRS	67
Tabela 6 – Quantidade de incidências por tipos penais no Sistema Penitenciário Brasileiro - dados de julho-dezembro de 2019	83
Tabela 7 – Evolução do conceito de crime de colarinho branco	94
Tabela 8 – Quantidade de incidências por tipos penais no Sistema Penitenciário do Distrito Federal dados de janeiro -junho de 2019.....	102
Tabela 9 – Prejuízo tributário declinado nos processos que resultaram em substituição da pena privativa de liberdade	106

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A LEGITIMIDADE DA TUTELA PENAL TRIBUTÁRIA EM NOSSO ORDENAMENTO.....	19
2.1 Dimensão econômico-social do ato de evasão fiscal.....	21
2.2 Necessários aportes sobre o Direito Penal Econômico.	28
2.3 Fundamentos político-constitucionais que justificam a criminalização tributária	34
3 A POLÍTICA CRIMINAL BRASILEIRA EM RELAÇÃO AO CRIMES TRIBUTÁRIOS: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA BENEVOLÊNCIA	44
3.1 A construção legislativa do Direito Penal Tributário Brasileiro.	44
3.2 Os precedentes jurisprudenciais que impactaram a política criminal tributária no país: marchas e contramarchas.....	68
4 CONFORMAÇÃO DA POLÍTICA CRIMINAL TRIBUTÁRIA NO DISTRITO FEDERAL: UM OLHAR CRIMINOLÓGICO SOBRE A JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL	80
4.1 Aportes criminológicos preliminares: o paradigma da reação social e as “criminologias críticas”	80
4.2 A construção do saber criminológico em relação à criminalidade econômica.....	88
4.3 Da aplicação do Direito Penal Tributário pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal. ...	96
4.3.1 Explicações sobre o percurso metodológico adotado.....	97
4.3.2 Dos achados de pesquisa que indicam uma seletividade qualificada na aplicação do Direito Penal Tributário.....	99
5 CONCLUSÃO	113
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICE - Planilha de análise Julgados TJDF Apelações Criminais	137
ANEXO - Lista de julgados TJDFT	168

1 INTRODUÇÃO

A relação jurídico-tributária em qualquer Estado é naturalmente tencionada por dois interesses marcantes: o direito do Estado de cobrar tributos nos limites estabelecidos na legislação e o direito do particular não pagar além destes limites (EISELE, 1998, p.16). Fatores de ordem econômica, política e cultural estabelecem o grau de antagonismo existente entre esses interesses, resultando na inegável premissa de que todo e qualquer sistema tributário convive com certo patamar de perdas de arrecadação determinadas pelo comportamento dos contribuintes.

A ação do contribuinte dirigida a comportamentos econômico-patrimoniais menos onerosos em termos tributários, sem contrariedade ao ordenamento vigente, é conceituada como *elisão tributária*. A elisão é um direito do contribuinte. No entanto, quando o particular de forma consciente e intencional vale-se de meios ilícitos para evitar, reduzir, retardar, total ou parcialmente o pagamento de tributo devido, estamos diante do conceito de *evasão tributária* (VAZ, 1987, p.24), que pode ser caracterizada por atos “padronizados”, de fácil identificação pelas autoridades fiscais (vendas a descoberto, omissão da declaração de rendimentos), ou ainda, por condutas mais sofisticadas, de aparente licitude, como as fraudes e simulações.

A evasão fiscal abrange tanto condutas qualificadas como infrações tributárias, violações das normas que disciplinam a instituição e cobrança de tributos - direito tributário material - ou que regulam a atividade da Administração e deveres dos contribuintes - direito tributário formal (COSTA JR e DENARI, 1995, p.6), bem como os crimes tributários. Como ressaltado por Carvalho (2009, p.262) “tanto o legislador penal quanto o legislador tributário utilizam-se do mesmo acontecimento fenomênico, porém sob recortes diversos, aos quais atribuem efeitos diferentes, e, com isso, criam dois suportes fáticos distintos”.

Segundo Bittencourt e Monteiro (2013, p.28-29) os crimes tributários diferenciam-se dos ilícitos tributários em pelo menos dois sentidos: os crimes tributários transcendem a mera condição de infração de dever para representar uma ofensa a determinado bem jurídico, no caso a preservação da “ordem tributária”. Além disso, os crimes tributários distinguem-se em razão de pressupor uma imputação a partir de princípios e regras específicas do direito penal, dentre

eles a necessidade de constatação objetiva e subjetiva da responsabilidade penal e a declaração de culpabilidade para a aplicação da pena.

A criminalização tributária não é uma novidade em nosso ordenamento jurídico. Ainda sob a égide da Consolidação das Leis Penais de Vicente Piragibe, o ordenamento jurídico nacional previa a criminalização da conduta do empregador que retivesse e não recolhesse em época própria as contribuições previdenciárias recolhidas de seus empregados (artigo 5º do Decreto-Lei n. 65 de 14 de dezembro de 1937). Atualmente, os delitos contra a ordem tributária concentram-se nas disposições da Lei n. 8.137/90 (Artigos 1º a 3º) e nos artigos 168-A (Apropriação Indébita Previdenciária) e 334 (Descaminho) ambos do Código Penal.

À luz da subsidiariedade e fragmentariedade próprias do controle penal, consideramos justificada a manutenção desta espécie de criminalização. Segundo informação divulgada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no Relatório “PGFN em números - edição 2019” (BRASIL, 2019a, p.7), o estoque atualizado dos créditos inscritos em Dívida Ativa da União e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS corresponde a quase R\$ 2,2 trilhões, onde 93% deste contingente classifica-se como débitos tributários (previdenciários e não previdenciários). Embora este dado contemple as condutas relacionadas à mera inadimplência, estima-se significativo o volume de recursos oriundos de evasão fiscal.

Em 2018, o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional divulgou estudo sobre a sonegação fiscal no Brasil estimando que a arrecadação tributária brasileira poderia se expandir em 23,1%, caso fosse possível eliminar a evasão tributária, cujo indicador médio apontado para todos os tributos estudados no trabalho foi da ordem de 7,7% do Produto Interno Bruto (PIB). Levando-se em conta apenas a média dos indicadores de sonegação de tributos que têm maior relevância para arrecadação (ICMS, Imposto de Renda e Contribuições Previdenciárias), este patamar equivale a 9,2% do PIB, o que representa o valor de 628,8 bilhões considerando o PIB para 2018. Tal cifra corresponde a quase 90% de tudo que foi arrecadado por estados e municípios juntos (SINPROFAZ, 2018).

Ao divulgar seu Relatório de atividades do ano 2018, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (BRASIL, 2018) dedicou capítulo especial à fiscalização e combate a ilícitos.

Nesta parte, a Receita registra no período de janeiro a dezembro de 2018 apreensão de R\$ 3,16 bilhões em mercadorias objeto de contrabando e descaminho. Além disso, o relatório informa sobre a atuação da Receita Federal do Brasil no âmbito das operações Lava Jato, Zelotes, Ararath, Acrônimo e Calicute que investigam crimes de desvios de recursos públicos, pagamentos de propinas, lavagem de dinheiro, ilicitudes em títulos públicos e fundos de pensão. A participação de equipes especiais de auditoria da Receita Federal nestas operações propiciou o lançamento fiscal de um total de R\$ 21,9 bilhões, entre fiscalizações já encerradas e em andamento. O quadro abaixo individualiza os respectivos montantes por operação:

Tabela 1 - Operações Especiais da Fiscalização da Receita Federal do Brasil em ações penais de grande relevância

Operação Especial	Tipo de Contribuinte	Crédito Lançado		
		Andamento	Encerrada	Total
Operação Ararath	Pessoa Física	0	144.877.693,84	144.877.693,84
	Pessoa Jurídica	0	1.331.452.964,63	1.331.452.964,63
	Total	0	1.476.330.658,47	1.476.330.658,47
Operação Lava-Jato	Pessoa Física	44.459.468,88	1.756.357.557,76	1.800.817.026,64
	Pessoa Jurídica	1.589.513.552,86	15.537.918.373,64	17.127.431.926,50
	Total	1.633.973.021,74	17.294.275.931,40	18.928.248.953,14
Operação Zelotes	Pessoa Física	26.190.199,13	200.001.989,78	226.192.188,91
	Pessoa Jurídica	94.698.579,25	142.867.569,00	237.566.148,25
	Total	120.888.778,38	342.869.558,78	463.758.337,16
Fraudes em Compensações de Títulos Públicos e Outros	Pessoa Física	0	8.602.915,59	8.602.915,59
	Pessoa Jurídica	9.337.232,10	561.127.574,31	570.464.806,41
	Total	9.337.232,10	569.730.489,90	579.067.722,00
Fundos de Pensão	Pessoa Física	5.938.810,03	72.356.040,32	78.294.850,35
	Pessoa Jurídica	1.596.722,12	221.507,20	1.818.229,32
	Total	7.535.532,15	72.577.547,52	80.113.079,67
Operação Calicute	Pessoa Física	5.652.911,12	17.218.114,08	22.871.025,20
	Pessoa Jurídica	268.433.506,10	67.453.036,28	335.886.542,38
	Total	274.086.417,22	84.671.150,36	358.757.567,58
Operação Acrônimo	Pessoa Física	11.113.709,40	0	11.113.709,40
	Pessoa Jurídica	0	0	0
	Total	11.113.709,40	0	11.113.709,40
Total Geral		2.056.934.690,99	19.840.455.336,43	21.897.390.027,42

Fonte: BRASIL(2018, p.45)

Por outro lado, no último Relatório Analítico do sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro (INFOPEN) divulgado pelo Departamento Penitenciário

Nacional (BRASIL, 2019 b), entre as unidades prisionais que dispunham de informação sobre o tipo penal atribuído aos seus custodiados, foram registradas 989.263 incidências penais das quais apenas 426 eram de delitos tributários, 332 referindo-se ao delito de contrabando ou descaminho (artigo 334 do Código Penal) e 104 correspondente ao delito de apropriação indébita previdenciária (artigo 168-A do Código Penal). A conjugação destes dados nos expõe realidade que já habita o senso comum popular: “Sonegar imposto no Brasil não dá cadeia!”. Em sentido mais técnico, *a política criminal brasileira relacionada aos delitos tributários é benevolente e seletiva.*

Benevolente porque diante da natureza dos delitos que regula, envolvendo maiores dificuldades de investigação do que àqueles considerados comuns (crimes patrimoniais, crimes contra a pessoa, etc.), quando efetivamente aplicada a alguém, oferece tratamento demasiadamente indulgente, com exageradas possibilidades de composição civil com o Estado, ensejando não raras vezes na completa extinção de sua punibilidade, ou, quando muito, com sanções menos rigorosas do que aquelas esperadas para tal espécie de conflito penal. Tal proceder quase que aniquila a potencialidade dissuasória da tutela penal em relação a estes crimes, ensejando em deficiente proteção ao bem jurídico pretensamente protegido.

Seletiva porque não atinge àqueles que produzem os maiores prejuízos à ordem tributária, notadamente à arrecadação estatal. Como acima ressaltado, as ocorrências de delitos tributários predominantemente citadas no Relatório Analítico Penitenciário INFOPEN são atinentes às condutas de contrabando e descaminho.

Embora estes delitos possuam importante carga de reprovação social diante de seu entrelaçamento com outras condutas típicas graves (tráfico de drogas, tráfico de armas, lavagem de dinheiro, organização criminosa), sob o ponto de vista do bem jurídico que se pretende proteger, estes representam lesões menores do que a sonegação criminosa prevista na Lei n. 8.137/90 que é própria daqueles que possuem o controle dos meios de produção de riqueza. Com efeito, embora representem aproximadamente 1% de todos os devedores inscritos em dívida ativa da União, os “grandes devedores”¹ titularizam o correspondente à 62% do total do

¹ Classificados pela PGFN como àqueles que tem débito consolidado a partir de R\$ 15 milhões.

estoque da dívida, o que representa o montante de R\$ 1.368.738.446.473,02(BRASIL, 2019a, p.8).

Daí nasce o propósito da presente pesquisa em investigar como as ínsitas características de nosso Sistema de Justiça Criminal (seletivo e criminógeno) se projetam em relação à criminalidade tributária, campo que envolve a criminalização de pessoas que habitualmente estão fora de seu espectro funcional. Pretende-se identificar quais fatores determinam que a política criminal tributária em nosso país seja por demais indulgente em relação aos infratores, não atendendo à sua função declarada de proteger bem jurídico tutelado pela norma incriminadora em questão.

O trabalho desenvolve-se a partir de enfoque integrado, sob as perspectivas dogmática, criminológica e de política pública (criminal), onde o Distrito Federal foi eleito como recorte empírico, representado pela atividade jurisdicional de seu órgão de justiça local(o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios).

A hipótese de pesquisa aventada pelo trabalho é que a inadequada programação legislativa, historicamente marcada por patamares sancionatórios simbólicos e por desorientadas medidas de despenalização é fator capital para a configuração desta indesejável realidade. Além disso, estimamos que o concreto manejo desta legislação também converge para a situação de “seletividade potencializada” para estes crimes em razão de interpretações e aplicações diferenciadas dos normativos penais por parte dos operadores do sistema de justiça que resultam em tratamento penal mais parcimonioso daquele normalmente dispensado para outras figuras típicas de maior frequência nas estatísticas criminais e penitenciárias.

O trabalho está estruturado em 3(três) capítulos.

No primeiro deles serão apresentados os fundamentos que justificam a criminalização tributária como instrumento indispensável para proteção da política pública destinada à garantia dos meios necessários à realização dos objetivos fundamentais do Estado (política fiscal). Serão apresentadas as dimensões econômica, social e jurídica desta intervenção penal, além dos seus

fundamentos político-constitucionais, dentre eles, o dever fundamental de pagar tributos e sua relação estreita com a concretização dos direitos fundamentais.

O segundo capítulo remontará a construção da política criminal brasileira em relação aos crimes tributários, compreendendo a exposição de sua trajetória legislativa além de apresentar os precedentes jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal que mais impactaram nesta trajetória, de modo a se demonstrar uma autêntica institucionalização da benevolência para estes conflitos penais, situação manifestamente contraditória com a diretriz político criminal de proteção penal eficiente ao bem jurídico em questão.

No derradeiro capítulo, investigaremos a conformação da política nacional criminal tributária no Distrito Federal a partir de pesquisa da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, representada pelos julgamentos das apelações nas ações penais ali processadas desde o ano de 1991 (vigência da Lei n. 8.137/90) até o ano de 2019.

Sob este último enfoque, a tutela penal tributária será examinada sob às lentes criminológicas do paradigma da reação social, procurando reconstituir a construção do saber criminológico em relação à criminalidade econômica (desde a obra de Sutherland), passando pela precisa e contundente crítica deslegitimadora de Baratta, chegando ao realismo crítico de Roger Matthews, que defende a possibilidade e conveniência de ser desenvolver medidas para reduzir a criminalidade a partir da intervenção criminal. A inerente seletividade do Sistema Penal, flagrantemente “anabolizada” na seara ora estudada, será premissa epistemológica chave para a argumentação pretendida pelo estudo.

Sob o ponto de vista metodológico, a pesquisa ora empreendida se filia à linha crítica, de vertente jurídico-sociológica, pois, investiga seu objeto de pesquisa como fenômeno jurídico interrelacionado com outros campos do conhecimento social, destacadamente a economia, a política, a criminologia e a sociologia. O trabalho valoriza também as noções de eficácia e efetividade que aplicadas ao objeto estudado, proporciona o estudo da realização concreta dos objetivos propostos pela política criminal tributária brasileira e sua adequação aos institutos jurídicos, sociais e políticos (GUSTIN E DIAS, 2010, p.22).

Para se viabilizar o pretendido estudo integrado do objeto ora investigado será realizada revisão da literatura sobre as bases dogmáticas do direito penal econômico e do direito penal tributário nacional, além daquela atinente à abordagem criminológica da criminalidade econômica. Também serão revisados escritos atinentes ao enfoque econômico do fenômeno da evasão tributária. Além disso, o trabalho compreende pesquisa empírica jurisprudencial extraída do sítio eletrônico do Tribunal de Justiça local.

2 A LEGITIMIDADE DA TUTELA PENAL TRIBUTÁRIA EM NOSSO ORDENAMENTO.

Qualquer formulação que envolva a interpretação ou aplicação do direito penal deve ser conduzida por um parcimonioso juízo de moderação em razão da intervenção punitiva ser a forma mais drástica de controle social disponível diante de suas invasivas consequências ao patrimônio jurídico do indivíduo qualificado como infrator.

Aníbal Bruno (2003, p.7) observa que a defesa social proporcionada pelo direito penal não é uma defesa brutal, a todo custo e por todos os meios, até porque, sua proteção é de *dupla face*: de um lado protege a sociedade contra a agressão do indivíduo e do outro resguarda este dos eventuais excessos praticados pelo poder social na prevenção e repressão dos fatos puníveis. O direito penal somente pode ser concebido como *extrema ratio* de uma política social orientada para a dignificação do homem (QUEIROZ, 2005, p.118).

Coerente com essa diretriz, nos parece indispensável que o capítulo inaugural desta dissertação volte sua atenção ao exame da legitimidade da intervenção penal tributária em nosso ordenamento, aspecto de intensos debates no campo do direito penal econômico.

Para tanto, reputamos necessária a incursão nos domínios da política criminal, como, aliás, prenuncia o próprio título da pesquisa. Partilhamos do pensamento de que qualquer iniciativa estatal no sentido de expansão da solução punitiva deve se operar por meio de valores extraídos de um programa de política criminal, orientado pelas finalidades do direito penal, as quais, devem guardar coerência com o modelo de Estado aspirado por aquela coletividade (SUXBERGER, 2005).

A inerente complexidade dos conflitos penais, potencializada pelo cíclico aparecimento de novas relações jurídicas, esgotou a capacidade de performance do direito penal positivista idealizado por Franz von Liszt, onde a dogmática penal deveria manter-se hermeticamente apartada de qualquer consideração de ordem social ou política. Como ressaltado por Roxin (2002, p.7) em precisa indagação retórica, de que serve a solução de um problema jurídico, que apesar de sua linda clareza e uniformidade é político-criminalmente errada?

A divisão científica entre dogmática penal e política criminal não nos serve mais. O confinamento do direito penal ao exclusivo estudo dogmático dos textos legislados produziu

conhecimento descontextualizado, justificado apenas enquanto instrumento político voltado à manutenção do *status quo* e para a efetivação dos interesses repressivos de Estados autoritários (SANTOS, 2013).

A política criminal é compreendida como ciência ou arte de selecionar os bens que devem ser tutelados jurídica e penalmente e dos caminhos de sua efetivação (ZAFFARONI, PIERANGELI 2007, p.118), consistindo numa análise crítica do direito posto, a partir de considerações filosóficas, sociológicas, políticas, e, de oportunidade que o ajusta aos ideais jurídico-penais e de justiça vigentes naquela determinada coletividade (PRADO, 2014, p.65). Cada vez mais a política criminal exerce crescente influência na interpretação do direito positivo, na decisão dos tribunais, no preenchimento de lacunas e na introdução de novos conceitos ou instituições (CEREZO MIR, 2007, p.114).

Ao resgatar lição do filósofo germânico Max Ernst Mayer, Gimbernat Ordeig (2002, p.26-27) expõe os critérios políticos-criminais que devem orientar e limitar a atividade legislativa penal.

Um dos efeitos positivos do estudo do Direito Penal subjetivo está em que ele estabeleceu, com especial veemência, os limites e exigências impostos a tal direito pelos princípios de política criminal e do Estado de Direito. Do ponto de vista da política criminal, continuam sendo atuais as ideias de M.E. MAYER sobre quando o legislador deve intervir para proteger penalmente um bem. Para MAYER, três fatores merecem importância. O bem deve ser **“merecedor de proteção”** (*scutzwürdig*) – este fator varia conforme o valor que uma determinada cultura atribui ao bem: “assim, por exemplo, a santificação do domingo é mais relevante na Inglaterra do que na Alemanha”. É importante, também, para decidir sobre a tipificação de um comportamento, prossegue M.E. MAYER, o fator da **“necessidade de proteção”** (*Schutzbedürftigkeit*) do bem em questão – esta necessidade se avalia como base na “vulnerabilidade” do bem: “coisas muito móveis como bicicletas, e automóveis, estão mais expostas a ataques que coisas menos móveis, e estas, por sua vez, mais que as imóveis”. Por último, adita MAYER, “o legislador deve examinar a **capacidade de proteção**; nem todo dever pode ou deve ser imposto coercitivamente. Ainda que se considere de grande valia e necessidade a proteção, por exemplo, da moral sexual, o fato é que sua capacidade de proteção é insuficiente. Se a legislação se nega a reconhecer sua incapacidade, a ordem jurídica se expõe a derrotas, tal qual um general inepto frente a tarefas para as quais suas tropas não estão preparadas. *Ubi nihil valet, ibi nihil velis!* Um clássico exemplo de lesão dessa máxima encontra-se no § 175 StGB. (Negritamos)

A partir destas perspectivas (merecimento, necessidade e capacidade) procuraremos expor quais os fundamentos que amparam nossa convicção de que a tutela penal tributária é legítima. Alice Bianchini (2002, p.77) expõe esclarecedora observação de Jürgen Wolter quanto à diferenciação entre os critérios de merecimento e necessidade da tutela penal. Quanto ao

primeiro, tal juízo encerra uma *norma de valoração*, caracterizada por um *momento axiológico*, já o segundo, consiste em *norma de sanção*, determinando um *momento funcional*. Quanto à adequação, a mesma autora explica que neste momento deve ser observado, abstratamente, se a medida incriminadora possui aptidão para cumprir com as finalidades a que foi instituída – *eficácia* - verificando-se, também, se estão respeitados os limites permitidos pelo Estado social e democrático de direito, para a atuação do direito repressivo - *legitimidade dos meios* (BIANCHINI, 2002, p.110-112).

Assim, ao abordamos a dimensão fenomenológica do objeto ora estudado, representada pelos estudos econômicos dos atos de evasão fiscal e os fundamentos políticos constitucionais dos atos tributários incriminados, cremos que restarão demonstrados os juízos ora destacados que justificam a tutela penal fiscal.

2.1 Dimensão econômico-social do ato de evasão fiscal.

Como ressaltado por Gustin e Dias (2010, p.19), a realidade jurídica está condicionada pela trama das relações de natureza econômica, política, ética e ideológica, que a qualifica como fenômeno social e cultural.

A par de sua manifesta qualificação como fato jurídico, é indispensável que o crime tributário também seja visualizado como fato econômico, ou seja, como realidade inserida no processo de produção e distribuição da riqueza. O diálogo entre direito e economia é fundamental no âmbito do direito penal econômico por fornecer exatos limites de horizonte cognitivo, dirigidos à obtenção de níveis satisfatórios de racionalidade (SCHMIDT, 2018, p.20).

Neste rumo, de bom alvitre revisarmos, ainda que parcialmente, importantes estudos econômicos sobre a *evasão fiscal*. Ainda que tal categoria conceitual seja mais abrangente do que o objeto do presente estudo (normas penais tributárias e sua conformação no sistema de justiça criminal), para efeito da reflexão proposta neste item não há qualquer prejuízo de sentido.

Pode-se dizer que o economista norte-americano Gary Becker foi o precursor dos estudos econômicos sobre a criminalidade, posteriormente denominados de “*Economia do Crime*”. Becker (1968) busca interpretar as atitudes comportamentais do pretense infrator ao se decidir (ou não) pela transgressão da norma penal incriminadora, onde tal decisão é orientada pelo

confronto entre as potenciais vantagens a serem auferidas pela prática do ilícito versus a probabilidade de sancionamento face aos recursos alocados pelo Estado para a sua repressão.

O fio condutor do pensamento de Becker parte de um arcabouço teórico utilitarista em direção a modelos que incorporam questões e variáveis sociológicas (SANTOS, CASAGRANDE, HOECKEL, 2016), onde são correlacionadas as seguintes variáveis: (1) o número de crimes e seus custos; (2) o número de crimes e as penas cominadas; (3) o número de ofensas, prisões e condenações e as despesas públicas na polícia e nos tribunais; (4) o número de condenações e os custos de prisões ou outros tipos de punições; (5) o número de delitos e gastos privados em proteção e apreensão. Bubniak (2017, p.39-40) produz alentada síntese sobre o aludido modelo de explicação:

Na análise econômica do comportamento individual constatou a existência de uma função – $Oj(pj, ff, uj)$ – que relaciona o número de infrações cometidas por qualquer pessoa (Oj) a sua probabilidade de condenação (pj), a sua punição caso seja condenada (ff) e a outras variáveis tais como a renda disponível em atividades legais e ilegais, a frequência de prisões e a disposição para a prática um ato ilegal (uj). Em termos gerais, o indivíduo seria influenciado pela *probabilidade* de condenação (p) e pelo valor da *punição* (f), de modo que um aumento em uma variável ou em outra, poderia diminuir a *utilidade* esperada do crime, pelo acréscimo da probabilidade de “pagar” o preço (p) ou pelo incremento do “preço” em si (f)

Isso acontece porque a decisão pela prática de um delito ocorre em uma situação de *incerteza* – uma vez que a condenação é condição indispensável para a aplicação da pena –, sendo profundamente influenciada, portanto, pela renda de que dispõe o indivíduo e pela sua atitude frente ao risco: (i) se o indivíduo tem preferência ao risco, isto é, se ele “prefere uma perspectiva incerta de renda a uma perspectiva certa de um valor monetário esperado igual”, um aumento em p reduz a utilidade esperada, mais do que um aumento em f ; (ii) se o indivíduo tem aversão ao risco, ou seja, “se ele considera a utilidade de uma perspectiva certa de renda pecuniária maior do que a utilidade esperada de uma perspectiva incerta de um valor monetário esperado igual”, um aumento em f tem maior efeito do que o aumento em p ; e, (iii) se o indivíduo é neutro em relação ao risco, mantendo-se “indiferente entre uma perspectiva certa de renda e uma perspectiva incerta de um mesmo valor monetário esperado”, as alterações em p ou f surtem o mesmo efeito.

Os estudos de Becker influenciariam Allingham e Sandmo na construção de um modelo de explicação relacionado ao fenômeno da evasão tributária. No artigo “*Income Tax Evasion: A Theoretical Analysis*”, em 1972, estes autores investigam quais condicionantes influem na decisão individual do contribuinte em evitar deliberadamente os impostos devidos por meio de subnotificação de sua renda. Resumidamente, a evasão fiscal é tratada como um problema de

“alocação de portfólio” onde o contribuinte decide qual a parcela de sua renda quer investir na atividade de risco, no caso, a evasão (LAMAS, 2016, p.15).

Allingham e Sandmo (1972) admitem que a decisão do contribuinte em declarar a totalidade de seus rendimentos para as autoridades fiscais é uma decisão incerta, pois, a sanção decorrente de seu inatendimento não é automática. Assim, o comportamento do particular estaria premido por duas estratégias principais: (1) Ele pode declarar sua renda real. (2) Ele pode declarar menos do que a sua renda real. Se ele escolher a última estratégia, sua recompensa dependerá se ele será investigado pelas autoridades fiscais. Caso negativo, ele está claramente melhor do que na estratégia (1). Do contrário, ele estará em pior situação. A escolha de qual estratégia adotar seria uma escolha não trivial.

Assim, a decisão do contribuinte em praticar evasão fiscal estaria diretamente influenciada por duas variáveis principais: (1) taxa de penalidade (multa) e (2) probabilidade de detecção do fato pelas autoridades. O modelo admite estas duas condicionantes como “políticas ferramentas” (*policy tools*), substitutas uma da outra. Embora esta explicação tenha intuitiva consistência, sua limitação argumentativa fica saliente quando confrontada por outras influências comportamentais que transcendem a lógica do utilitarismo econômico.

Como ressaltado por Siqueira e Ramos(2005) é difícil supor que as atividades de imposição do governo sejam as únicas responsáveis pelos níveis de obediência à legislação tributária. Vários outros modelos teóricos agregaram importantes explicações ao modelo clássico acima citado:

Uma grande quantidade de trabalhos teóricos tem tentado introduzir formalmente outros fatores que parecem ser relevantes para a decisão individual de sonegar. Uma extensão imediata é permitir que o indivíduo escolha a renda a declarar juntamente com outras variáveis adicionais, tais como a oferta de trabalho (Pencavel, 1979), a escolha ocupacional (Pestieau e Possen, 1991) e esquemas paralelos de elisão fiscal (Alm, 1988a). Penas alternativas e alíquotas não lineares também têm sido consideradas (Pencavel, 1979; Kesselman, 1989). O impacto da complexidade e incerteza sobre parâmetros fiscais relevantes já foi analisado (Alm, 1988b; Scotchmer e Slemrod, 1989). Um número crescente de indivíduos costuma pagar profissionais para a elaboração de suas declarações de rendimentos e o efeito desse comportamento sobre a sonegação tem sido examinado (Klepper e Nagin, 1989b; Scotchmer, 1989). Alguns indivíduos recebem algum serviço do governo por seus impostos pagos e tem sido mostrado que os serviços prestados pelo governo afetam as decisões de sonegação (Cowell e Gordon, 1988); ou seja, os indivíduos pagam tributos porque eles valoram o que eles recebem em troca, e eles pagam mais à medida que o governo é mais efetivo em prover o que eles desejam. Outro aspecto importante que tem sido

considerado é que os indivíduos podem responder positivamente a incentivos dados a quem é auditado e se mostrar honesto (Falkinger e Walther, 1991). (SIQUEIRA, RAMOS, 2005)

Graetz e Wilde (1985) criticam os estudos fundados na “economia do crime”. Além de apontar falhas metodológicas relacionadas ao manejo de seus dados empíricos, questionam sua consistência científica qualificando-os como explicações “muito simples” sobre o referido fenômeno. Destacam ainda a demasiada importância conferida por Allingham e Sandmo ao comportamento do contribuinte em detrimento da influência do papel desempenhado pelos agentes estatais encarregados da arrecadação, suas restrições institucionais, legais, políticas, além das interações existentes entre sonegador e fisco.

Tal crítica evoluiria para o modelo de Graetz, Reinganun e Wilde – GRW. Segundo esta modelagem teórica, a dinâmica da evasão se dá por meio de “jogos de sonegação fiscal”, envolvendo os contribuintes, o fisco e as variáveis que influenciam as decisões de cada um destes agentes. Clemente e Lirio(2016) pondera que as análises procedidas à luz do modelo GRW sugerem que o problema da sonegação se relaciona principalmente com as variáveis que estão sob controle direto do Estado, destacando-se dentre elas, a carga tributária, as multas tributárias e os custos de auditoria incorridos pela administração tributária. Assim, para cada ação do contribuinte e da autoridade tributária tem-se um *payoff* que indica o ganho de cada agente de acordo com a sua ação (CLEMENTE e LIRIO, 2016).

Importante também destacar os achados teóricos da *economia comportamental* que tem em Daniel Kahneman e Amos Tversky seus principais expoentes. Kahneman e Tversky (1984) consideram que o processo de tomada de decisões do indivíduo é caracterizado pela tensão entre *questões normativas e descritivas*, onde a análise normativa diz respeito à natureza da racionalidade e lógica da tomada de decisão, ao tempo em que a dimensão descritiva se preocupa com as pessoas, crenças e preferências como elas são, não como elas deveria estar.

Tais autores defendem a existência de um sistema dual na mente humana para tomada de decisões composta por um “Sistema 1” (ou automático) e “Sistema 2” (ou reflexivo). O primeiro deles mais rápido e instintivo e um segundo mais lento e racional. Assim, defendem a existência de “atalhos cognitivos”, que, muitas vezes, acabam resultando em “erros

sistemáticos” no comportamento de decisão do indivíduo que estariam dentro do que chamam de “heurísticas e vieses”, concepções próprias dos indivíduos, e que se ligariam fundamentalmente ao primeiro sistema-automático (RAMIRO e FERNANDEZ, 2017).

Ao examinar questão dos riscos das escolhas, estes autores consideram que escolhas arriscadas são feitas sem conhecimento pleno de suas consequências, porque estas dependem de eventos incertos, assim, a escolha de um ato poderia ser interpretada como aceitação de uma aposta que pode gerar vários resultados com probabilidades diferentes.

Na realidade, tal corrente de pensamento firma-se como posição crítica ao arquétipo do *Homo Economicus* idealizado pela teoria econômica neoclássica, onde é homem é guiado por decisões absolutamente racionais, isentas de erros e limitações. Por isso, à luz desse modo de pensar, é preciso conhecer quais outros fatores motivam as escolhas dos indivíduos, pois muitas vezes um prêmio, ou um castigo, por ser concedido à revelia de tais outros fatores podem conduzir ao efeito contrário do pretendido (SEGUNDO, 2018).

Todavia, a importância de se investigar a dimensão econômica da evasão tributária transcende à esfera do comportamento do contribuinte para se projetar em abrangência macroeconômica. Com efeito, a evasão fiscal implica na frustração do ingresso de receitas aos cofres públicos impactando diretamente a precípua função estatal de atender às múltiplas necessidades coletivas instituídas por nossa ordem jurídica.

Além disso, a sonegação de tributos diminui a capacidade do Estado em formular *política fiscal*, isto é, de utilizar os conceitos e conteúdos econômicos para estabelecer o desenvolvimento do país (OLIVEIRA, 2015). Nas últimas três décadas o Brasil ostenta acahado crescimento econômico. Entre os anos 1950 e 1980, o produto interno bruto (PIB) per capita brasileiro cresceu, em termos reais, à taxa média de 4,5% ao ano (a.a.), acumulando alta de 170%, sendo que no período subsequente(entre 1980 e 2016), a taxa média de crescimento correspondeu à 0,7% a.a., levando o PIB per capita a aumentar somente 30% no período (CAVALCANTI, SOUZA JÚNIOR, 2018).

O crescimento econômico de um país depende fundamentalmente de sua capacidade de investimento. Entre 1951 e 1981 quando o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu aceleradamente, o investimento se expandiu ainda mais rapidamente – mais de 10% ao ano, resultando na expansão da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)², a preços correntes, de menos 16% para mais de 24% do PIB. Já nos anos 1982-2005, houve uma reversão na trajetória do investimento, onde a participação da FBCF no PIB passou de 24,3% em 1981 para um mínimo de 17,6% em 2003 (TORRES FILHO, PUGA, 2007, p.15).

De acordo com dados do World Economic Outlook, do Fundo Monetário Internacional - FMI, colhidos a partir de uma amostra de 172 países, 88,4% deles apresentaram uma taxa de investimento maior do que a do Brasil em 2018 (BALASSIANO, 2019). O mesmo estudo indica que desde a década de 80 a taxa de investimentos nacional sempre se manteve abaixo da média global, das economias emergentes e da própria América Latina:

Tabela 2 – Comparativo das Taxas de Investimentos do Brasil por décadas

Tabela 3: Taxas de Investimentos (% PIB) - Por Décadas

	1981-90	1991-00	2001-10	2011-18	2011-20*
mundo	25,0	24,1	23,9	25,7	25,8
economias emergentes	25,0	25,2	28,1	32,5	32,5
AL+Caribe	20,4	20,4	20,6	20,8	20,5
Brasil	18,8	19,5	18,2	18,3	17,9

* 2019 e 2020 = projeções WEO / FMI (abril/19). Fontes: IBGE; FMI.

Fonte: (BALASSIANO, 2019)

O Estado tem papel importante na formação da massa de investimentos da economia, seja realizando-os diretamente (investimentos públicos), ao prever dotações orçamentárias para o planejamento e a execução de obras, programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos, etc., ou, ainda quando formula e executa políticas públicas voltadas à criação de condições favoráveis à circulação de investimentos por parte dos agentes econômicos privados.

² “Esse indicador de nome extenso e complicado mede o quanto as empresas aumentaram os seus bens de capital, ou seja, aqueles bens que servem para produzir outros bens. São basicamente máquinas, equipamentos e material de construção. Ele é importante porque indica se a capacidade de produção do país está crescendo e também se os empresários estão confiantes no futuro. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) é calculada trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)” – disponível em http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2045:catid=28&Itemid=23.

Por estarmos inseridos num modelo produtivo capitalista de livre mercado, percebemos que os efeitos da evasão fiscal também se projetam para o ambiente privado das empresas e corporações. Os tributos são relevantes componentes para a formação dos preços de produtos e serviços, sobretudo num contexto de alta carga tributária. O êxito do agente econômico que frustra ilicitamente o pagamento de tributos é fator decisivo para a quebra do equilíbrio competitivo entre as empresas de determinado setor produtivo. O dogma da liberdade empresarial pouco representa se não houver uma *isonomia concorrencial* no mercado.

Não por outro motivo que o valor da livre concorrência é consagrado em nossa Constituição Federal simultaneamente como princípio da atividade econômica (art.170, V) e critério especial de tributação em nosso Sistema Tributário (art.146-A). Nesse particular, o Supremo Tribunal Federal tem profícuo precedente que exalta a necessidade de proteção deste valor constitucional diante de contumaz conduta de evasão fiscal realizada por contribuinte. Trata-se do julgamento do Recurso Extraordinário n. 550.769 -RJ (BRASIL, 2013).

Neste caso, grande empresa tabagista questionava sanção aplicada pelo fisco federal de cassar seu registro especial para a fabricação e comercialização de cigarros com base no artigo 2º, inciso II, do Decreto-lei 1.593/1977 diante de comprovada irregularidade da situação fiscal daquela entidade. A empresa discutia a constitucionalidade da sanção à luz dos artigos 5º, incisos XIII e LIV, e 170, parágrafo único, da Constituição Federal qualificando-a como sanção política voltada à arrecadação de tributos, medida tradicionalmente repelida pela Excelsa Corte em sua consolidada jurisprudência, representada pelos verbetes sumulares 70(BRASIL, 1963a), 323(BRASIL, 1963b) e 547(BRASIL, 1969).

No julgamento, o Tribunal Pleno chancelou a proporcionalidade e razoabilidade da medida do fisco destacando a relevância do valor dos créditos tributários em aberto por aquela contribuinte. No voto do Ministro Ricardo Lewandowski, que se associou ao voto vencedor da relatoria, ficou registrado que a contribuinte sancionada era devedora de quase R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), sendo que, em agosto de 2007, os débitos inscritos na dívida ativa da União alcançavam a cifra de R\$ 1.043.259.952,27(um bilhão, quarenta e três milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, novecentos e cinquenta e dois reais e vinte e sete

centavos). Ao projetar os efeitos desta realidade factual ao equilíbrio concorrencial daquele setor, o Ministro observou que:

A situação revela-se ainda mais grave, na espécie, por tratar-se do não recolhimento de impostos sobre produtos industrializados – IPI, o qual incide, em função da essencialidade do produto, sobre 70% (setenta por cento) do total da arrecadação de impostos do setor.

Em outras palavras, o descumprimento injustificado e reiterado de obrigações tributárias principais e acessórias por parte da recorrente acarreta notória distorção no sistema concorrencial do mercado tabagista, na medida em que lhe permite comercializar os seus produtos em patamar de preço inferior ao de seus concorrentes.

A liberdade de iniciativa, como se sabe, não é absoluta, encontrando limites, dentre outros, no princípio constitucional da livre concorrência, do qual é serviente, e que se encontra protegido por diversos diplomas legais, arsenal do qual faz parte também o Decreto-Lei 1.593/77.

Tércio Sampaio Ferraz Júnior, nesse sentido, em parecer de fls. 1.909/1.947, conclui que o referido Decreto-lei *“fortalece a livre iniciativa, sendo perfeitamente adequado em termos de razoabilidade aos fins a que se destina, mantendo-se dentro das exigências do princípio da neutralidade concorrencial do Estado”*. (BRASIL, 2013) Negritamos.

Não é exagerado dizer que a evasão fiscal é problema público que impacta diretamente no desenvolvimento econômico global, sobretudo, quando situamos a discussão econômica em termos de redução das desigualdades e assimetrias entres países ricos e pobres.

Ao participar do evento “Panorama Fiscal da América Latina e do Caribe 2019”, realizado no Centro para o Desenvolvimento Global, em Washington, Estados Unidos, a Secretária-executiva da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, Alicia Bárcena, estimou que, em 2017, o nível de evasão e elisão tributária alcançou 6,3% do Produto Interno Bruto (PIB) regional, o equivalente a 335 bilhões de dólares. Defendendo a necessidade de criação de acordos regionais e globais para reduzir a evasão, elisão e os fluxos ilícitos, além de outras medidas no campo tributário, enunciou que “Um dos maiores problemas da América Latina e do Caribe é a evasão (fiscal): 335 bilhões de dólares. Isso é muito dinheiro. Devemos fortalecer o espaço fiscal tornando a arrecadação tributária mais robusta” (CEPAL, 2019).

2.2 Necessários aportes sobre o Direito Penal Econômico.

O direito penal tributário está inserido dentro do campo do direito penal econômico. Por isso, nos parece oportuno examinarmos as bases epistemológicas do direito econômico e de seu respectivo tratamento jurídico-penal, até porque a teoria sobre o direito penal econômico,

por si mesma, implica uma investigação interdisciplinar para a compreensão e determinação de todos os fenômenos em que incide um delito econômico (BUSTOS RAMIREZ, 1991, p.15).

O direito econômico foi construído pela necessidade de se formular aparatos teóricos diante da nova postura estatal frente às emergentes transformações do modelo de produção e circulação de riqueza. O contexto histórico de seu surgimento envolve um esgarçamento do discurso liberal clássico. O papel abstencionista do Estado no regime de *laissez-faire* não resiste à percepção das condições sociais então vigentes, que claramente não atendiam aos objetivos declarados pelo liberalismo, sobretudo quanto à igualdade substancial entre os “homens livres”.

Ao revés, tornam-se evidentes a supremacia burguesa no acesso aos meios de produção e a rejeição do proletariado, quando muito, ao mínimo necessário para sua sobrevivência. Tais realidades servem de combustível para o início de transição para um novo paradigma de organização social, política e econômica, guiado por uma postura mais ativa do Estado em direção à atenuação das assimetrias existentes.

Tanto países capitalistas quanto socialistas ditaram novos rumos às suas relações econômicas preconizando a interferência institucional na economia como base principiológica comum (SCHMIDT, 2018, p.19). No campo do direito constitucional, a Constituição do México em 1917 e a célebre Constituição de Weimar em 1919 são documentos jurídicos pioneiros em termos de legitimação jurídica de políticas públicas prestacionais dirigidas à redução das desigualdades de tratamento entre concidadãos.

Fábio Konder Comparato (1968) enuncia que “o novo direito econômico surge como o conjunto das técnicas jurídicas de que lança mão o Estado contemporâneo na realização de sua política econômica. Ele constitui assim a disciplina normativa da ação estatal sobre as estruturas do sistema econômico.” Washington Peluso Albino de Souza (1999, p.27-29) o conceitua como o ramo do direito que tem por objeto a juridicização da política econômica, entendida como o tratamento jurídico do conjunto de medidas postas em prática para atender a objetivos econômicos.

A categoria conceitual “política econômica” é elemento chave para a delimitação do horizonte científico deste direito, demarcando as fronteiras do direito econômico com outros ramos jurídicos que têm por escopo estudar normas envolvendo direitos (individuais ou coletivos) com tradução econômico-financeira, mas que não relacionam diretamente com a atuação do Estado na programação dos fluxos econômicos (SCHMIDT, 2018, p.70).

Nossa Constituição Federal faz expressa menção ao “direito econômico” ao considerá-lo de competência legislativa concorrente entre União e demais unidades federadas (art. 24, I). Mais do que isto, ao prever um título dedicado à “Ordem Econômica e Financeira” (Título VIII), o legislador constituinte legitimou a regulação jurídica econômica em nosso Estado quando reservou ao comando de Lei, por exemplo, a autorização de profissões regulamentadas (parágrafo único, art. 170), a disciplina dos investimentos de capital estrangeiro (art. 172), a exploração direta de atividade econômica pelo Estado (art. 173), o papel do Estado como agente normativo, regulador e fiscalizador da atividade econômica (art. 174), a regulação do sistema financeiro nacional (art. 192), entre outros assuntos que tocam diretamente à política econômica estatal.

O direito econômico possui desafios absolutamente peculiares. O maior deles é a velocidade e volatilidade da fenomenologia econômica, característica imanente ao processo produtivo da era pós-industrial globalizada. Esta realidade demanda maior rapidez do poder legiferante na construção de fórmulas e conceitos que possam dar segurança ao sistema econômico-normativo, o que, em princípio, contrasta com a própria dinâmica funcional das instituições legislativas, permeadas por um processo mais cadenciado de maturação das questões ali discutidas.

Consequentemente, torna-se impositiva uma nova postura hermenêutica dos operadores e estudiosos deste fenômeno, impactando as clássicas interpretações de princípios já consagrados em nosso ordenamento jurídico, destacando-se, dentre eles, o da legalidade. A pulverização do direito legislado por intermédio de leis setoriais e temporárias e o protagonismo do poder regulamentador (SCHMIDT, 2018, p.72), como elemento conformador do sistema, também são características salientes no direito econômico.

Sobre o direito penal econômico, não há maiores divergências que seu aparecimento se deu nos primeiros anos do século XX, embora, não haja maior ineditismo na tipificação de condutas relacionadas a fatos econômicos ao longo da história dos ordenamentos penais

Com efeito, o florescer do comércio, na baixa Idade Média, supôs o nascimento dos crimes de insolvência. A mensagem que se dirigia aos comerciantes para acautelar os fenômenos da bancarrota era a de que “as boas práticas comerciais” eram um bem valioso, que se protegia penalmente. Depois, a alteração dolosa do preço das coisas, com origem no Código Penal napoleônico, foi o crime do liberalismo econômico, quando a “mão invisível” se devia mover sem obstáculos que impedissem a livre formação de preços no mercado. Em finais do século XIX, surgem os crimes societários, designadamente na Alemanha, França e Itália, com a finalidade de

proteger os sócios perante os abusos dos administradores e garantir a veracidade da informação societária.

A resposta ao século XIX e ao seu modelo económico liberal, foi, no século XX, a intervenção do Estado na economia, primeiro com os Estados autoritários – fascistas e nazistas –, depois com os Estados sociais e democráticos de direito. Com efeito, se em meados do século passado se generalizou a convicção, fruto da crise económica de 1929, de que a reconstrução exigia suprimir riscos, designadamente ao nível financeiro, para evitar uma situação que tinha conduzido ao crack de Wall Street, era coerente atribuir ao Estado a função de garantir regras e princípios económicos fundamentais que os acautelassem e assegurassem novas funções no tecido económico-social, a fim de garantir a todos níveis mínimos de bem-estar compatíveis com a dignidade humana (RODRIGUES, 2017).

Costa Andrade e Figueiredo Dias (2000) observam que o florescer do direito penal económico deu-se no transcorrer do primeiro grande conflito mundial, diante da necessidade estatal de direcionar e mobilizar a economia para os esforços de guerra, obrigando o Estado a assumir o papel de maior responsável pela direção, conformação e defesa do processo produtivo. Souza (2011, p.107) destaca a lição de Klaus Tiedemann sobre a construção de um direito penal económico e industrial que se expandiu em intenso movimento, sendo constatado na Alemanha, em determinado momento, a existência de quarenta mil disposições penais em matéria económica. O mesmo autor confirma a influência da grande crise económica de 1929 na formação do direito penal económico:

Ao lado dos conflitos bélicos, os conflitos financeiros, em especial aqueles desencadeados com a depressão económica gerada pelo crack da Bolsa de Valores de Nova York (1929), fizeram-se igualmente relevantes para o Direito Penal Económico, pois seus efeitos perversos destruíram a cultura de leniência de criminólogos, dogmáticos e práticos para com os abusos, a falta de escrúpulos ou mesmo a autofagia dos detentores do poder e do capital especulativo. Isso acarretou inovações legislativas ou agravamento de penas para os responsáveis pelos ilícitos de concorrência desleal, cartelização de produtos e serviços, fraudes financeiras, violações sistemáticas de interesses dos trabalhadores, dos consumidores, dos probos contribuintes, dos acionistas minoritários etc. (SOUZA, A. 2011, p.107)

A definição de direito penal económico pode ser concebida a partir de múltiplas perspectivas destacando-se dentre elas a abordagem criminológica (que busca a delimitação conceitual a partir do agente económico infrator), a processual (que se orienta pela necessidade de especialização das atividades de investigação e persecução) e a dogmática (que é construída a partir da diferenciada concepção de seu bem jurídico).

Sem prejuízo de aprofundarmos posteriormente outras vertentes, sobretudo a de natureza criminológica, apresentamos a delimitação conceitual de direito penal económico a partir da abordagem dogmática, valorizando enfoque de cunho material, ou seja, partindo da

própria matéria regulada por este direito, ou em termos mais simples, pelo conteúdo de suas normas. Diante dos intensos debates sobre a sua abrangência, a missão de conceituar materialmente o direito penal econômico não é trivial, dividindo-se os autores entre concepções restritivas e ampliativas como abaixo reportado:

Callegari (2003, p. 21), partindo de uma acepção estrita, afirma que a finalidade e a função do Direito Penal Econômico residiriam na sublimação da finalidade e a função do intervencionismo: cumprir as exigências de uma valoração diferente do imperativo de justiça na ordem das relações sociais e econômicas. Estas novas exigências se plasman na necessidade hoje assumida de proteger a economia e seu conjunto, a ordem econômica, a economia nacional colocada ao amparo do novo intervencionismo estatal, como interesses distintos aos particulares de propriedade patrimônio e fé contratual.

No mesmo sentido, Bajo Fernández (1987, p. 394) sustenta que o Direito Econômico consiste na intervenção do Estado e do Direito em zonas antes abandonadas à livre iniciativa. Dessa forma, o que caracteriza o Direito Penal Econômico é ser um grau de intervenção estatal na economia, precisamente o mais intenso do intervencionismo mediante o exercício do *jus puniendi*.

Já em uma acepção mais ampla, considera-se o Direito Penal Econômico como o direito das atividades econômicas ou da empresa. Abarca, deste modo, um conjunto de normas jurídicas promulgadas para a regulação da produção, fabricação e distribuição de bens econômicos e distingue-se dos delitos que correspondem ao Direito Penal patrimonial por objetivar a proteção de bens jurídicos coletivos ou supraindividuais, ainda que, concorrentemente, vise à proteção do indivíduo, consumidor ou competidor (Tiedemann, 1985, p. 16). (JAPIASÚ, PEREIRA, 2011)

Nota-se da postura ampliativa de Tiedemann que todo e qualquer crime poder ser objeto do direito penal econômico, desde que atinja bens jurídicos de alcance coletivo ou supraindividual. Assim, mesmo delitos patrimoniais comuns (como furto ou estelionato), sem qualquer identidade com atos de intervenção estatal na economia, poderiam estar sobre a égide da tutela penal econômica, bastando que tal conduta afetasse interesses gerais de amplos setores ou grupos de pessoas na regulação jurídica de produção, distribuição e consumo de bens e serviços (CASTELLAR, 2013, p.205).

Ao nosso ver a corrente restritiva é a que melhor acomoda o direito penal econômico por ser aquela que mais prestigia a autonomia do bem jurídico que este direito pretende tutelar, a ordem econômica, que ao nosso ver deve ser entendida como realidade transcendente às relações jurídicas subjetivas que integram o processo produtivo, ainda que coletivamente consideradas.

Registre-se, no entanto, que a observação de Tiedemann quanto à projeção transindividual assumida pelos bens jurídicos no direito penal econômico permanece válida.

Neste particular, Esteban Righi(1991, p.95-96) sustenta que uma precisão (conceitual) maior se obteve quando se observou que bens jurídicos protegidos pelos crimes econômicos eram coletivos ou, se preferir "supraindividuais", o que significava distingui-los daqueles individuais, mais especificamente, os de natureza patrimonial.

Assim, entendemos apropriado definir direito penal econômico como o conjunto de normas jurídico-penais que protegem a ordem socioeconômica (regulação jurídica do intervencionismo estatal na Economia), onde sua característica é ser um grau de intervenção estatal na economia, precisamente o mais intenso do intervencionismo mediante o exercício do *jus puniendi* (CALLEGARI, 2003, p. 21-22), ou ainda, a estrutura jurídica decorrente do Direito Econômico, oriunda da estrutura política intervencionista do Estado nas relações econômicas travadas na sociedade (RIGHI, 1991, p. 12).

Da mesma forma como acontece no direito econômico, registramos que a assunção de referenciais epistemológicos próprios no direito penal econômico mostra-se indispensável. Se de um lado, exige-se que este ramo do direito não possa se afastar da principiologia constitucional que lhe dá sustentação, do outro, admite-se plausível uma série de alterações em relação ao direito penal clássico individual: uma especial leitura da legalidade com a aceitação de normas penais em branco, tipos penais abertos como integração analógica, novos perfis às definições estruturais de tipicidade, ilicitude, culpabilidade, concurso de pessoas, relação de causalidade, reestruturação no sistema de penas (LOPES, FRANCO, 2013).

Ao se referir ao direito penal secundário⁵, Figueiredo Dias (2001, p.43-44) demarca com precisão o fenômeno que resultou na necessidade de se estabelecer aportes teóricos próprios a este novo espectro econômico do direito penal:

Uma tal idéia anuncia o fim de uma sociedade industrial em que os riscos para a existência, individual e comunitária, ou provinham de acontecimentos naturais (para tutela dos quais o direito penal é absolutamente incompetente) ou derivavam de ações humanas próximas e definidas, para contenção das quais era bastante a tutela dispensada a clássicos bens jurídicos como a vida, o corpo, a saúde, a propriedade, o patrimônio...; para contenção das quais, numa palavra, era bastante o catálogo

⁵ No pensar de Jorge Figueiredo Dias (2011, p.14) o direito penal secundário aparece ao lado do direito penal tradicional como um direito penal extravagante, acessório que é, em sentido próprio, um direito penal administrativo que sanciona com penas, a violação de ordenações da Administração e se apresenta assim como direito administrativo quanto à sua matéria, embora de competência penal. Diante da multiplicidade e variedade dos âmbitos de intervenção da ordem jurídico-administrativa de nossos dias, também o direito penal secundário surge sob o signo da multiplicidade e diversidade. Quando tal intervenção compreende uma intervenção no domínio da economia, o direito penal secundário se apresenta como direito penal econômico ou direito penal administrativo econômico.

puramente individualista dos bens jurídicos penalmente tutelados e, assim, o paradigma de um direito penal liberal e antropocêntrico. Aquela idéia anuncia o fim desta sociedade e a sua substituição por uma sociedade exasperadamente tecnológica, massificada e global, onde a acção humana, as mais das vezes anônima, se revela susceptível de serem produzidos em tempo e em lugar largamente distanciados da acção que os originou ou para eles contribuiu e de poderem ter como consequência, pura e simplesmente, a extinção da vida.

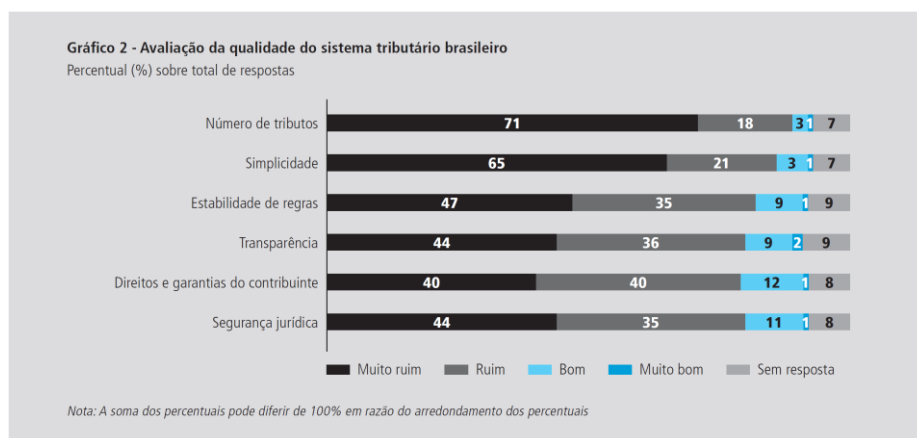
2.3 Fundamentos político-constitucionais que justificam a criminalização tributária

No ano de 2019 foram divulgadas interessantes pesquisas de opinião sobre o sistema de arrecadação fiscal no país. Tal fato foi certamente motivado pelo início de novo mandato presidencial, caracterizado por proposições e discursos de cunho mais liberal, onde a reforma do atual modelo de tributação é vista como medida cogente ao incremento da produtividade e ao desenvolvimento da economia nacional.

A Confederação Nacional da Indústria – CNI, em parceria com as Federações de Indústria, no período de 1º a 15 de outubro de 2018, realizou pesquisa com 2.083 empresas (sendo 838 pequenas, 754 médias e 491 grandes) do ramo industrial. Nesta sondagem, o sistema tributário brasileiro teve avaliação negativa em todos os seis atributos considerados como desejáveis: simplicidade, direitos e garantias do contribuinte, número de tributos, estabilidade de regras, segurança jurídica e transparência (CNI, 2019).

O quadro abaixo registra que o número de tributos do atual sistema foi rejeitado (soma das opções muito ruim e ruim) por 89% dos pesquisados, a simplicidade do sistema por 83%, a estabilidade das regras por 82%, a transparência por 80%, os direitos e garantias do contribuinte por 80% e a segurança jurídica por 79% dos entrevistados.

Gráfico 1 – Avaliação da qualidade do sistema tributário brasileiro.



FONTE: (CNI, 2019).

A elevada carga de tributos (“tributação excessiva”) foi apontada como o principal problema do sistema tributário brasileiro em 86% das respostas, seguido da incidência de tributos sobre outros tributos (“tributação em cascata”) e do custo elevado para o recolhimento dos tributos (ambos com 41% das respostas), da tributação sobre a folha de pagamento (39%) e do cálculo por dentro - quando o tributo faz parte da sua própria base de cálculo (19%).

Gráfico 2 – Principais problemas do sistema tributário brasileiro.



FONTE: (CNI, 2019).

Em setembro de 2019, a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas juntamente com o Serviço de Proteção ao Crédito – SPC Brasil, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE realizou pesquisa com o objetivo de identificar possíveis entraves para o crescimento das empresas, sejam inerentes à gestão ou ao contexto do país. A coleta de dados foi realizada no período de 11 a 20 de junho de 2019, com 601 proprietários ou responsáveis pela gestão de empresas dos setores de comércio varejista e serviço, situadas nos 27 estados brasileiros, com pelo menos 1 funcionário(62,2% - 1 a 4 funcionários, 21% - 5 a 9 funcionários e 16,8% - mais de 10 funcionários). (SPCBASIL, 2019)

No universo pesquisado, 96% dos consultados afirmaram possuir problemas relativos ao “Custo Brasil” para o seu crescimento, sobretudo as empresas do comércio. Entre os entraves mais citados, constaram nas primeiras posições a alta carga tributária sobre a fabricação e venda de produtos/serviços, excesso de burocracia para abrir, manter ou fechar empresas e para contratação e dispensa de funcionários.

Tabela 3 – Principais Problemas e Barreira para o Crescimento das Empresas (Custo Brasil)

ASPECTOS RELACIONADOS AOS CUSTOS E BUROCRACIAS DO BRASIL QUE REPRESENTAM PROBLEMAS E BARREIRAS PARA O CRESCIMENTO DA EMPRESA:



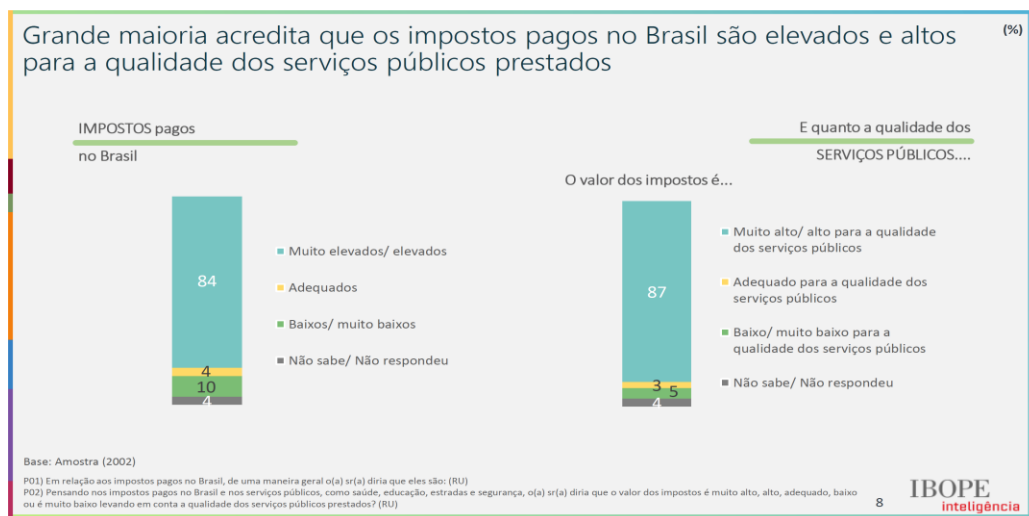
96% das empresas enfrentam problemas relativos ao Custo Brasil para o seu crescimento, sobretudo as empresas do comércio. A alta carga tributária sobre fabricação e venda de produtos/serviços (53%), o excesso de burocracia (49%), os juros altos (44%) e os altos custos para contratação de funcionários (41%) representam os principais entraves.

RESPOSTAS – RM até 3 opções	Geral	Setor		Localização		Número de Funcionários		
		Comércio	Serviço	Capital	Interior	1 a 4	5 a 9	10 ou mais
O custo Brasil representa uma barreira	96,5%	98,1% ↑	94,7%	96,4%	96,6%	96,0%	97,6%	97,0%
Alta carga tributária sobre a fabricação e venda de produtos/serviços	53,4%	59,2% ↑	47,0%	49,5%	55,3%	53,2%	54,8%	52,5%
Excesso de burocracia para abrir / manter/fechar empresas, contratação e dispensa de funcionários, etc	49,3%	48,1%	50,5%	49,5%	49,1%	46,0%	54,8%	54,5%
Juros altos	44,3%	44,6%	43,9%	45,9%	43,5%	42,0%	51,6%	43,6%
Alto custo para empregar / tributação elevada da folha de pagamento	41,3%	43,7%	38,6%	42,3%	40,8%	39,6%	42,1%	46,5%
Dificuldade para conseguir crédito	21,8%	21,5%	22,1%	23,2%	21,1%	23,0%	20,6%	18,8%
Poucas linhas de crédito com subsídios para empresários	19,1%	19,6%	18,6%	20,6%	18,4%	19,3%	18,3%	19,8%
Dificuldades para exportação: regras complexas e altos custos	6,5%	7,0%	6,0%	10,3% ↑	4,7%	7,2%	5,6%	5,0%
Falta de fiscalização nas empresas que sonegam impostos	0,2%	0,3%	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,8%	0,0%
Nenhum problema relacionado aos custos e burocracias do país interfere na empresa	1,5%	1,3%	1,8%	2,1%	1,2%	1,6%	1,6%	1,0%
Não sabe/prefere não responder	2,0%	0,6%	3,5% ↑	1,5%	2,2%	2,4%	0,8%	2,0%
	Geral 601	Comércio 316	Serviços 285	Capital 194	Interior 407	1 a 4 374	5 a 9 126	10 ou mais 101

FONTE: (SPC BRASIL, 2019)

A pedido da Associação Comercial de São Paulo, o Instituto IBOPE INTELIGÊNCIA levantou a opinião dos brasileiros sobre a atual discussão acerca da Reforma Tributária. Nesta sondagem, de abrangência nacional, com amostra de 2002 entrevistas realizadas em setembro de 2019, é colhida a informação de que a maioria dos entrevistados acreditam que os impostos pagos do Brasil são elevados e altos para a qualidade dos serviços públicos prestados

Gráfico 3 – Opinião sobre o custo dos impostos x qualidade dos serviços públicos prestados



FONTE:(IBOPE INTELIGÊNCIA, 2019)

Ressalvadas limitações de natureza metodológica, e, não ignorando eventuais vieses políticos subjacentes a este tipo de sondagem, as informações acima destacadas servem, no mínimo, para indiciar certo descontentamento social relacionado à nossa vigente estrutura de tributação, sentimento que frequentemente é captado pela doutrina na produção de discursos dirigidos à diminuição, ou, mesmo à minimização da abrangência da tutela jurídica fiscal, em todos os seus sentidos.

Ives Gandra da Silva Martins registra que a imposição fiscal é norma de rejeição social, de modo que caso inexistisse norma sancionatória, ninguém ou muito poucos cumpririam suas obrigações fiscais, sendo que a sanção penal ou administrativa seria o único instrumento real para atemorizar o pagador de tributos e obrigá-lo a pagá-los (MARTINS, 2005, p.199).

O renomado tributarista defende que a rejeição da norma tributária tem vinculação com a carga fiscal desmedida, sendo que, embora necessária à obtenção dos recursos objetivando os serviços públicos à sociedade, a imposição tributária “também é utilizada para a manutenção do poder dos governantes, com todo o séquito de desperdícios, corrupção, favorecimentos, multiplicação de cargos e funções desnecessárias para exclusiva sustentação política, que o Poder exige” (MARTINS 1995, p.21).

Dita reprovação também é canalizada para sustentar a deslegitimação da tutela penal tributária. Não é incomum nos depararmos com o argumento de que os atos delitivos de evasão são, na realidade, uma “legítima defesa contra abuso”, justificando que a consciência popular associa a criminalização das infrações fiscais com a odiosa prisão por dívida (JANCZESKI, 2005, p.68).

A criminalização do ilícito tributário também é vista como “o terror penal” dirigido ao pagamento de tributos, fruto do “comodismo” dos encarregados da arrecadação, que preferem a ameaça penal do que a instituição de adequados meios de controle. Sustenta-se a inexistência de fundamento moral para a criminalização tributária diante de múltiplas circunstâncias proporcionadas pelo próprio Estado arrecadador dentre elas a ausência ou má qualidade dos serviços públicos, o mau exemplo dos governantes, o tratamento tributário injusto e a dedução do ágio das privatizações (MACHADO, 2015, p.209-212).

Andreas Eisele(1998, p.20) registra que a falta de segurança do fisco quanto à sua eficiência e fragilidades ligadas à moralidade na execução de seus atos foram argumentos importantes para que constasse na exposição de motivos do Modelo de Código Tributário para

a América Latina (MCTAL-OEA-BID), publicado em 1967, a proposição preferencial pelas sanções pecuniárias em relação às medidas privativas de liberdade para sancionamento dos delitos tributários.⁶

Discordamos de tais discursos pelos seguintes motivos.

Primeiramente, demasiadamente generalizante a tese da carga tributária desmedida. Ainda que as pesquisas acima noticiadas possam indicar justo descontentamento com a concertação e distribuição da carga tributária nacional, não se pode deixar de observar que os delitos tributários também representam importantes problemas públicos para países com diferentes patamares de carga tributária, e, com elevadas taxas de satisfação em termos de retorno dos serviços públicos prestados, como destacado por Tórtima(2005, p.480-481):

Aliás, nas nações mais desenvolvidas, de há muito cristalizou-se a consciência de que não se pode alcançar as desejáveis paz e estabilidade sociais, sem uma eficiente rede de proteção social, só financiável mediante cargas tributárias razoavelmente elevadas. Não bastasse, como lembra o Professor Hector Villegas, justamente ao discorrer sobre as doutrinas que viam no imposto uma injusta intervenção do Estado nos negócios privados, o repúdio às infrações fiscais é tanto maior quando estas terminam por lesar, além da comunidade em geral, o próprio contribuinte em particular, *na minúscula proporção de sua representação numérica na população e no montante de ingressos públicos*. Vale dizer, se alguns deixam de pagar, todos acabam pagando mais.

Os consideráveis esforços institucionais patrocinados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, entidade sabidamente gerida pelos países mais desenvolvidos do planeta, de produzir conhecimento, técnicas e políticas voltadas ao enfrentamento dos crimes tributários, nos parece claro indicativo de que a evasão fiscal criminosa é preocupação global. A evasão proporcionada pelos delitos fiscais constitui-se em efetiva ameaça aos interesses estratégicos, políticos e econômicos dos países desenvolvidos e em desenvolvimento na medida em que prejudica a confiança dos cidadãos na capacidade de

⁶ “Ao optar por esta solução, a Comissão analisou detidamente os argumentos favoráveis e contrários à admissão das penas privativas de liberdade em matéria de infrações tributárias, valorando as soluções as doutrinárias e do direito comparado. Entendeu-se que o estabelecimento de penas de prisão depende de complexos fatores políticos e sociológicos, adstritos às características de cada país, admitindo-se que, na América Latina, ao menos nas presentes circunstâncias, tais fatores não aconselham a adoção desse tipo de penalidades. A razão mais importante, a juízo da comissão, para a não recomendação de penas privativas de liberdade, deriva dos caracteres políticos e administrativos do fisco latino-americano. Em tais aspectos existem riscos inegáveis de que o sistema não funcione de forma eficaz, podendo, inclusive, ocultar móveis de discriminação, por razões políticas, entre os contribuintes, ou mesmo deixar de aplicar-se aos infratores. Por outro lado, a aplicação de penas de prisão em casos de fraudes, especialmente em alguns impostos como aqueles que gravam rendimentos, apresenta-se em nível de grande complexidade, requerendo um grau de imparcialidade e eficácia administrativa, na realização das investigações, difícil de alcançar-se nas circunstâncias atuais.”

seus líderes garantirem o cumprimento dos impostos, e, priva os Estados das receitas necessárias para o desenvolvimento sustentável (OCDE, 2019).

Num segundo plano, é preciso destacar o equívoco dos argumentos que equiparam as condutas criminosas de evasão com comportamentos legítimos ou justificados do contribuinte contra pretensão abuso do poder estatal na arrecadação de tributos. Tal ideia nos remete a conhecida temática da desobediência civil, impulsionada a partir da experiência da prisão de Henry Thoreau, no século XIX, por sua recusa a pagar o imposto ao governo americano por discordar da guerra contra o México e da Lei do Escravo Fugitivo.

Em apertada síntese a desobediência civil pode ser compreendida como os comportamentos que os membros da sociedade civil assumem frente ao Estado, questionando normas ou decisões originárias de seus aparelhos, através de ação ou omissão de desobedientes à ordem jurídica, mas dentro dos princípios da cidadania, com o intuito de mobilizar a opinião pública para a reforma ou revogação daquelas (COSTA, 1990, p.61).

Nesse particular, entendemos substanciais as observações de Fischer (2006, p.126-127) ao abordar a presente questão nos limites ora propostos, citando, inclusive, os estudos de John Rawls que inegavelmente deu contornos jurídicos à questão da desobediência civil:

De efeito, mesmo partindo de um raciocínio procedimentalista, tem-se que Rawls, nessa parte examina a questão da desobediência civil que permite pra se invocar. Para ele, a desobediência civil apresenta-se num estado democrático para aqueles membros da sociedade que reconhecem e aceitam a legitimidade da Constituição. Uma sociedade seria bem-ordenada não apenas quando está planejada para promover o bem de seus membros, mas também quando é efetivamente regulada por uma concepção pública de Justiça. Segundo defende, a desobediência civil caracteriza-se como sendo um “ato público, não violento, consciente e não obstante um ato político, contrário à lei, geralmente praticado com o objetivo de provocar uma mudança na lei e nas políticas do governo”. Aquele membro da sociedade que propõe a desobediência civil, apelando ao próprio Princípio de Justiça não observado anteriormente, sustenta que, em sua convicção – depois exteriorizada-, os princípios de cooperação social entre os integrantes da comunidade não estão sendo observados. A desobediência, portanto, caracteriza-se como um ato de correção da injustiça cometida no procedimento anterior da elaboração da lei.

Na medida em que a desobediência é tida como um ato político que se dirige ao senso de Justiça da sociedade, há que se restringir a sua prática quando se estiver notadamente diante de sérias infrações do Princípio da Igualdade, que seria o objeto mais apropriado da desobediência civil, pois constitui o senso comum da cidadania igual dentro de um regime constitucional que se encontra na base da ordem política. Daí a razão de sua afirmativa, que se traslada ao tema, de que “a menos que leis tributárias, sejam claramente concebidas para atacar ou reduzir a liberdade igual básica, elas não deveriam normalmente ser objeto de protesto da desobediência civil”.

Outro elemento primordial: a desobediência civil deve ser tida como *ultima ratio*, significando que se deve recorrer, antes, a outros meios legais para tentar corrigir a situação que é tida por injusta. - Negritamos

Transportando o presente raciocínio para o nosso sistema de arrecadação, preponderantemente estruturado na tributação indireta do consumo, com efeito notadamente regressivo, ou seja, onde a carga tributária incidente sobre os produtos e serviços produzidos é transferida ao consumidor final (contribuinte de fato), não podemos encarar com seriedade os argumentos que associam os delitos tributários de evasão a instrumentos legítimos de resistência civil na busca de justiça ou como incremento de cidadania.

Em terceiro lugar, os argumentos contrários à criminalização desconsideram o fundamento político-criminal básico desta espécie de tutela penal, qual seja, o fenômeno da *eticização do direito penal fiscal*. Tal ideia é desenvolvida pela professora portuguesa Anabela Miranda Rodrigues ao constatar que o sistema fiscal não visa apenas arrecadar receitas, mas também a realização de objetivos de justiça distributiva, tendo em conta as necessidades de financiamento das atividades sociais do Estado.

Destaca a professora que o quadro em que a fuga ilegítima ao Fisco configurava um mero delito de luvas brancas, onde tal conduta despertava mais sentimentos de admiração do que de censura, foi alterado pela compreensão de que hoje cabe ao Estado assegurar ao cidadão não “só a liberdade de ser como a liberdade para o ser”, sendo que, a satisfação das prestações necessárias à existência do indivíduo em sociedade deve ser garantia pelo Estado ao mesmo nível que a proteção dos seus direitos fundamentais, quando estiver em causa a lesão ou perigo de lesão dos interesses ou valores aí contidos (RODRIGUES, 2000, p.181).

Por isso são dignos de proteção penal tanto os bens jurídicos que surgem como concretização de valores jurídicos-constitucionais ligados aos direitos sociais e à organização econômica como os que surgem como concretização de valores ligados aos direitos, liberdades e garantias (RODRIGUES, 2000, p.182-182).

A argumentação que sustenta a eticização do direito penal fiscal tem estreita relação com outra interessante categoria conceitual do direito constitucional tributário referente ao *dever fundamental de recolher tributos*. Dentro da moldura de um Estado Democrático de Direito, onde predominam valores como liberdade, igualdade, bem-estar, justiça, pluralismo e a solidariedade, é intuitivo que ao lado dos direitos enunciados como fundamentais, também

tenhamos um plexo de obrigações que mereçam tal qualificação por estar funcionalmente ligado à realização daqueles.

José Casalta Nabais(1998, p.64) define deveres fundamentais como deveres jurídicos do homem e do cidadão que, por determinarem a posição fundamental do indivíduo, têm especial significado para a comunidade e podem por esta ser exigidos, apresentando-se como posições jurídicas passivas, autônomas, subjetivas, individuais, universais, permanentes e essenciais.

Segundo o mesmo autor os deveres fundamentais podem ser sistematizados em (i)*deveres fundamentais clássicos* ligados à existência e funcionamento da comunidade organizada politicamente em um estado democrático (defesa da pátria, pagamento de impostos, deveres políticos como o voto, recenseamento eleitoral, colaboração com a administração eleitoral), (ii)*deveres fundamentais de conteúdo econômico, social ou cultural*, fruto do Estado Social, destinados a tutelar determinados valores diante de sua importância para a coletividade (dever de trabalhar, o dever de cultivar a terra, o dever de defender e promover a saúde, o dever de defender o ambiente, o dever de escolaridade obrigatória, o dever de preservar património cultural) , (iii)*deveres cujo titular ativo são determinadas categorias ou grupos de pessoas como titulares de direitos fundamentais*, como o dever dos pais de promover a educação dos filhos (NABAIS, 1998, p. 102-103).

Neste espectro, o dever fundamental de pagar tributos pode ser categorizado em duplo aspecto como ressaltado por Alessandro Mendes Cardoso (2014, p.151):

No Estado Democrático de Direito, o dever fundamental de recolher tributos tem duplo fundamento: o clássico, meio primordial de sustento do Estado mediante a arrecadação de recursos financeiros; e aquele pertinente às várias formas de Estado(sendo mesmo inerente à noção de Estado), o da dimensão de dever de cidadania, calcado no princípio da solidariedade e na efetividade do texto constitucional. No primeiro caso o fundamento da tributação prende-se exclusivamente à existência do Estado. Ou seja, a relação subjacente envolve contribuinte-Estado. Já na segunda hipótese, o dever de recolher tributos se funda no Estado Social e nos valores que este prestigia. O substrato social determina esse fundamento de dever, havendo mesmo outra relação subjacente, contribuinte-sociedade, decorrente, efetivamente, de sua condição de cidadão que tem deveres para com o corpo social.

O mesmo autor explica que a justificação do dever de recolher tributos se centrou em épocas anteriores no poder absoluto do soberano, e, posteriormente, na exclusiva necessidade de se financiar o Estado, sendo que até esse momento não havia a concepção da tributação como

forma de intervenção na estrutura social e econômica ou como instrumento viabilizador de interesses coletivos, o que somente foi possível com o advento do Estado Social, adquirindo atualmente status de cidadania, sendo, portanto, condição de vida comunitária e de cumprimento das finalidades sociais que informam o Estado Democrático do Direito (CARDOSO, 2014, p.152).

Outra abordagem que congrega esta mesma ordem de ideias no sentido de que a tributação deve ser protegida com todo o reforço possível por constituir-se em instrumento de viabilização de direitos fundamentais, portanto, com assento constitucional, também pode ser vista na obra de Stephen Holmes e Cass Sustein “*O custo dos Direitos*”, que tem por ponto de partida a inexorável realidade de que os direitos custam dinheiro e não podem ser protegidos sem financiamento e apoio públicos (HOLMES, SUSTEIN, 2019, p.98).

A partir de concepção dita descritiva, os professores norte-americanos explicam que um interesse é considerado um direito quando um sistema jurídico eficaz o trata como tal, usando recursos públicos para defendê-los, observando que os infelizes indivíduos que não estão sujeitos a um governo capaz de tributar e proporcionar um remédio eficaz, não tem direitos jurídicos, o que só existe se e quando tem um custo orçamentário (HOLMES, SUSTEIN 2019, p.175).

Diante disso os autores observam que a simples ideia de que os direitos têm custo aponta para uma apreciação de como o Estado e o governo são inevitáveis e das muitas coisas boas que o governo faz, algumas das quais são tidas como tão óbvias e naturais que, para quem não as examina detidamente, parecem não envolver em absoluto a ação do Estado (HOLMES, SUSTEIN 2019, p.357). O financiamento de direitos básicos por meio de renda tributária nos ajuda a ver claramente que os direitos são bens públicos: serviços sociais pagos pelo contribuinte e administrados pelo governo, cujo objetivo é aperfeiçoar o bem-estar coletivo e individual. Todos os direitos são positivos (HOLMES, SUSTEIN 2019. p. 624).

A partir de tais considerações acreditamos que a tutela penal fiscal atende aos pressupostos do merecimento, necessidade e capacidade de proteção que legitimam a

criminalização desta espécie de condutas. Novamente recorremos à lição da Professora Anabela Miranda neste mesmo sentido:

Com isto, é inequivocamente **o critério político-criminal da necessidade que se reconhece como critério decisivo legitimador da criminalização de comportamentos que implicam fuga ilegítima ao Fisco**. Que, entretanto, implica que a decisão criminalizadora não se baste com a pura dignidade constitucional dos valores a proteger, mas obedeça a razões de subsidiariedade e eficácia.

Significa isto, então, que a decisão de criminalização só está legitimada se revela, em primeiro lugar, dimensão de *ultima ratio*: não se encontram à disposição do Estado meios não criminais de política social adequados e suficientes para a proteção de valores que está em causa garantir.

O que agora se afirma é que o sistema sancionatório próprio do direito penal condiciona a própria dignidade penal das infrações fiscais. Fundamentos da intervenção punitiva penal é, também aqui, no domínio penal fiscal, a conservação ou o reforço da norma violada pelo crime como modelo de orientação do comportamento das pessoas na interacção social. Tanto basta para que, no plano legal, não se justifique que se utilize apenas a pena de multa como pena principal. Só uma degradação das infracções penais fiscais em confronto com as infracções penais gerais pode explicar a *não inclusão* no elenco das penas principais da pena de prisão. (RODRIGUES, 2000, p.182) Negritamos.

3 A POLÍTICA CRIMINAL BRASILEIRA EM RELAÇÃO AO CRIMES TRIBUTÁRIOS: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA BENEVOLÊNCIA.

No presente capítulo abordaremos a formação do Direito Penal Tributário Brasileiro, dando destaque para seus dois principais diplomas: Lei n. 4.729/65 e Lei n. 8.137/90. De igual sorte, examinaremos o retrospecto jurisprudencial desta espécie de criminalização a partir dos principais julgamentos realizados pelo Supremo Tribunal Federal.

Ao remontarmos esta trajetória acreditamos ser possível realizar o necessário escrutínio da premissa inicial do presente trabalho no sentido de que os arranjos legislativos vigentes de nosso sistema jurídico dão ensejo a uma política criminal tributária tolerante com infratores contumazes nesta espécie infracional, e, mal orientada em termos de proteção do bem jurídico tutelado pela norma incriminadora.

3.1 A construção legislativa do Direito Penal Tributário Brasileiro.

À exceção da conduta de descaminho (art. 334), a redação original do Código Penal de 1940 não contemplava tipificações correspondentes a crimes fiscais. Tais condutas lesivas não eram consideradas pela jurisprudência como condutas típicas sob o ponto de vista criminal, nem mesmo sob o aspecto subsidiário, não se subsumindo aos crimes de falso, de estelionato ou mesmo de apropriação indébita (EISELE, 1998, p.22). O seguinte precedente registrado por Rossi (1967. p.15) sintetiza de modo muito preciso a orientação jurisprudencial prevalente à época

“Não há confundir o ilícito fiscal e o ilícito penal. Aquêles já é objeto de minuciosa e rigorosa legislação. Por êle sujeitam-se os infratores à multa e sanções de caráter administrativo. Só quando ultrapassado o campo civil, o agente além da sonegação, pratica, com dolo específico, fato previsto como crime, é que se torna também, incurso nas sanções penais” (Rev. Trib. 289/57).”

Antes da introdução do tipo de descaminho no Código Penal, a única norma incriminadora de natureza tributária era o artigo 5º do Decreto-Lei n. 65 de 14 de dezembro de 1937, que tipificava a conduta do empregador que não recolhesse em época própria as contribuições retidas de seus empregados e que eram devidas aos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões. Tal comportamento era sancionado com as mesmas penas do delito de apropriação indébita previsto na Consolidação das Leis Penais (art. 331, 2º). Esta norma

proibitiva viria a ser reproduzida tempos depois pelo artigo 86 da Lei n. 3.807, de 26 de agosto de 1960, dispondo sobre a Lei Orgânica da Previdência Social.

Em julho de 1964, novas hipóteses de apropriação indébita de cunho fiscal viriam a ser criminalizadas pela edição da Lei n. 4.537/64, que tratava da emissão de obrigações do Tesouro Nacional e de alterações à legislação do imposto sobre a renda. A norma incriminadora estava prevista em seu artigo 11:

Art 11. Inclui-se entre os fatos constitutivos do crime de apropriação indébita, definido no art. 168 do Código Penal, o não-recolhimento, dentro de 90 (noventa) dias do término dos prazos legais:

- a) das importâncias do Impôsto de Renda, seus adicionais e empréstimos compulsórios, descontados pelas fontes pagadoras de rendimentos;
- b) do valor do Impôsto de Consumo indevidamente creditado nos livros de registro de matérias-primas (modêlos 21 e 21-A do Regulamento do Impôsto de Consumo) e deduzido de recolhimentos quinzenais, referente a notas fiscais que não correspondam a uma efetiva operação de compra e venda ou que tenham sido emitidas em nome de firma ou sociedade inexistente ou fictícia;
- c) do valor do Impôsto do Sêlo recebido de terceiros pelos estabelecimentos sujeitos ao regime de verba especial. (BRASIL, 1964)

No entanto, o primeiro ponto de inflexão da criminalização tributária nacional deu-se pela publicação da Lei n. 4.729 de 14 de julho de 1965 que definiu o crime de sonegação fiscal. Manoel Pedro Pimentel (2014) argumenta que a “Lei da Sonegação Fiscal” teve por objetivo fortificar o sistema de arrecadação de tributos, coibindo a sonegação e a evasão, mediante a imposição de sanções severas, com caráter específico, a comportamentos antes considerados puníveis somente como infrações administrativas. O professor catedrático da Universidade de São Paulo esclarece que

A omissão das autoridades responsáveis pela punição dos ilícitos que, previstos no Código Penal, se caracterizavam pela intenção de fraudar o fisco criou o entendimento generalizado - mas errado - de que a fraude fiscal, por sua natureza e objetivos, não se enquadrava nos dispositivos da lei penal comum, apesar de subsumir-se nos tipos que descrevem crimes de falso.

Por isso, ao incrementar a política de arrecadação de tributos, a Revolução de 1964 editou algumas leis definindo comportamentos e declarando-os assemelhados aos crimes de apropriação indébita e de falsidade ideológica. Foi o que aconteceu com a figura prevista no art. 347 do Dec. 60.501, de 14.3.67, que aprovou nova redação do Regulamento Geral da Previdência Social, aperfeiçoando a sistemática dos dispositivos da Lei 3.807 e do Dec.-lei 66, de 21.11.66.

Relativamente aos crimes de sonegação fiscal, o legislador entendeu insuficiente essa técnica, preferindo editar a Lei 4.729, que define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências.

Ativou-se, assim, o mecanismo de defesa dos interesses estatais na arrecadação de tributos, tornando manifesta a intenção do Governo de reprimir os comportamentos lesivos a esses interesses (PIMENTEL, 2014).

Interessante observar que a intenção de criminalizar as condutas lesivas à arrecadação estatal transcendeu ao embate político-ideológico predominante à época. Em abril de 1963, o governo progressista de João Goulart já havia enviado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei n. 206 dispendo sobre a definição do crime de sonegação fiscal.

Em sua exposição de motivos o projeto associa a criminalização fiscal às necessidades públicas de combate à inflação, saneamento do organismo financeiro do país, garantia do ritmo de desenvolvimento e de planejamento geral que tutelasse o erário e canalizasse, racionalmente, as disponibilidades para empreendimentos de interesse público imediato e urgente (BRASIL, 1963). Inspirado em trabalho elaborado por Nelson Hungria que incluía na legislação codificada o tipo penal de “fraude contra o fisco”, o referido projeto qualificava a evasão fiscal como antipatriótica e fator impeditivo de controle das altas rendas privadas.

A estimativa apontada pelo Executivo Federal era que a sonegação de tributos correspondia a mais de cinquenta por cento da renda produzida pelo sistema fiscal. A natureza das sanções excepcionalmente suaves e puramente administrativas e civis, o desaparelhamento dos órgãos fiscalizadores e a duplicação de iniciativas de repartições fiscais e policiais são os motivos apontados como principais para este estado de coisas (BRASIL, 1963).

Curiosamente, dois anos depois, mesmo sob a influência de diversa orientação ideológica e sob nova formatação constitucional introduzida pelo Ato Institucional de n. 1 de 23 de abril de 1965, o governo militar de Castelo Branco envia ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 2.748 que “encampava” o projeto do governo de Goulart. Os motivos relacionados pelo Executivo para aprovação da proposição também são análogos aqueloutro:

Encontra-se no Senado Federal, desde julho de 1964, o projeto número 206-A, de 1963, da Câmara dos Deputados, que define o crime de sonegação fiscal. Trata-se de projeto da maior importância, no qual, a exemplo da prática adotada na maioria dos países, situa-se a sonegação fiscal da categoria dos crimes contra a Administração Pública, armando assim o Poder Público de arma eficiente para combater as diversas formas de evasão ilícita de tributos.

No momento em que todos os esforços são mobilizados no combate à inflação, inclusive, exigindo-se sacrifícios das diversas classes sociais, não é possível permitir que grande parte dos contribuintes consiga evadir-se aos seus deveres fiscais através das diversas modalidades de sonegação. Como a ameaça da multa fiscal nem sempre é suficiente para desestimular a sonegação torna-se imperioso combatê-la através dos métodos mais severos fornecidos pela legislação penal (BRASIL, 1965b)

Ao materializar a conduta típica de sonegação fiscal, o artigo 1º da Lei n. 4.729/65 previu originalmente 4(quatro) comportamentos proibitivos, os quais, posteriormente, seriam acrescidos de um quinto (inciso V) face à aprovação da Lei n. 5.569/69.

Art. 1º Constitui crime de sonegação fiscal

I - prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributos, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei;

II - inserir elementos inexatos ou omitir, rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública;

III - alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública;

IV - fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas, majorando-as, com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Pública, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

V - Exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário da paga, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida do imposto sobre a renda como incentivo fiscal.

Pena: Detenção, de seis meses a dois anos, e multa de duas a cinco vezes o valor do tributo (BRASIL, 1965a)

Além disso, este diploma legal, em seu artigo 5º, fez incluir ao delito de contrabando/descaminho duas novas modalidades típicas representadas pelas alíneas “c” e “d” do § 1 do artigo 334 do Código Penal.

Em termos de construção típica, ressalvado o elemento subjetivo especial previsto em seus incisos, o artigo 1º da Lei n. 4.729/65 não representava maiores inovações ou ineditismos. Ao examinarmos os incisos I e II desta Lei constatamos que os comportamentos ali descritos se amoldam perfeitamente à descrição típica de falsidade ideológica prevista no artigo 299 do Código Penal. Os incisos III e IV a depender dos meios empregados pelo agente na contrafação têm correspondência com o mesmo delito do artigo 299 do CP, ou, com o crime de falsidade material previsto no artigo 297 do Código Penal (EISELE, 1998, p.23). Já o inciso V tem estreita aproximação com os delitos de concussão e corrupção previstos nos artigos 316 e 317 do Estatuto Repressivo.

Manoel Pedro Pimentel (2014) confirma que o elemento distintivo destas novas incriminações seriam o especial fim de agir do autor dirigido à evasão ilícita de tributos

O que as distingue das infrações estatuídas nas demais leis é o elemento subjetivo do injusto. Para não incorrer em uma simples superposição de normas e desejando caracterizar essas condutas como crimes de sonegação fiscal, o legislador inscreveu em cada uma delas o requisito de um especial elemento subjetivo, consistente na intenção e na vontade de fraudar o fisco.

Essas especiais intenção e vontade, que convertem as figuras enumeradas em tipos anormais, estão indicadas da seguinte maneira: I - "com a intenção de eximir-se"; II - "com a intenção de exonerar-se"; III - "com o propósito de"; IV - "com o objetivo de" e V - "para si ou para o contribuinte beneficiário da paga".

Para que o crime de sonegação fiscal exista é preciso que o dolo do agente abarque a descrição total do tipo, e, portanto, se a comprovada intenção do autor for outra que não a lesão fiscal, o crime poderá ser outro, e não o de sonegação fiscal.

Por isso é relevante a pesquisa do dolo, aferindo-se a presença do elemento subjetivo do injusto.

Desde então é possível se identificar na política criminal tributária inegáveis traços de indulgência. Primeiramente, incompreensível à luz dos objetivos protetivos do direito penal a jurisprudência anterior à Lei n. 4.729/65 que considerava mera infração administrativa o ato lesivo ao fisco mesmo quando praticado por comportamentos já tipificados no Código Penal, como nos crimes de falso. Tal entendimento não guarda coerência dogmática, pois, a qualificada intenção do agente em evadir tributos quando realizados por meio dos delitos de contrafação consiste em mero exaurimento deste comportamento não tendo o condão de retirar a tipicidade das condutas anteriormente praticadas. A tese de atipicidade penal somente tem explicação face uma resistência cultural à aceitação da macrocriminalidade como conduta socialmente nociva em amplitude de gravidade (EISELE, 1998, p.23)

Num segundo plano, ainda que o novel diploma tenha superado a injustificada lacuna produzida pelo entendimento jurisprudencial então vigente, sinalizando para uma melhor proteção do sistema de arrecadação de tributos, a Lei n. 4.729/65 acabou por cominar penas demasiadamente brandas aos comportamentos ali tipificados, compreendidas entre o mínimo de 6(seis) meses e máximo de 2(dois) anos de detenção e multa.

Quando tal patamar de sancionamento é confrontado com àqueles previstos para os delitos de falso, a desproporção fica visível. O delito de falsificação de documento público é punido com a pena de 2(dois) a 6(seis) anos de reclusão e multa. O crime de falsidade ideológica é apenado com 1(um) a 3(três) anos de reclusão e multa. Não há explicação plausível sob ponto de vista de reprovação social para que a conduta de sonegação fiscal seja punida menos severamente que os crimes de contrafação.

Além de materialmente conter o mesmo comportamento dos crimes de falso, o delito de sonegação fiscal associa potencial prejuízo a um bem jurídico de natureza supraindividual, de inegável importância à boa convivência social. Esta descalibrada valoração além de produzir notório sentimento de injustiça, também prejudica o efeito dissuasório ínsito em toda norma incriminadora, impactando negativamente na sua função de prevenção penal, seja do ponto de vista geral, quanto sob o especial.

Ademais, duas outras benesses foram trazidas por este diploma legal, reforçando a percepção de extrema benevolência aos infratores de delitos tributários.

O § 1º do artigo 1º previu que no caso de primariedade do agente, a pena seria reduzida à multa de 10 (dez) vezes do valor do tributo, não subsistindo, portanto, a imposição de pena privativa de liberdade. Já o artigo 2º previu a hipótese de extinção de punibilidade quando o agente promovesse o recolhimento do tributo devido antes do início da ação fiscal própria na esfera administrativa. Segundo Heleno Fragoso (1966) esses dois dispositivos demonstrariam a relutância do legislador na incriminação da fraude fiscal.

Quanto ao afastamento da pena privativa de liberdade diante da primariedade do agente, explica o penalista carioca que primário é o criminoso que ainda não sofreu no país condenação por crime anterior transitada em julgado. Assim, a reincidência em ilícito administrativo, a existência de diversos processos sem condenação, ou ainda, a condenação criminal por segundo fato anterior à condenação definitiva são hipóteses não impeditivas da concessão do benefício previsto no § 1º do artigo 1º (FRAGOSO, 1966).

Sobre a extinção da punibilidade pelo pagamento, defende Fragoso que tal medida somente tem cabimento em infrações leves, não punidas com pena privativa da liberdade, qualificando como imoral sua aplicação em se tratando de crime de fraude dolosamente praticada. Esclarece que essa disposição compromete a eficácia intimidativa da lei e servirá para aumentar o preço da corrupção administrativa praticada pela fiscalização, sendo que a comissão revisora do projeto Hungria, como é óbvio, eliminou esse dispositivo (FRAGOSO, 1966).

No entanto, vários outros normativos no mesmo sentido viriam a ser editados ao longo dos anos, reforçando-se a ideia de uma verdadeira institucionalização da benevolência pela política criminal tributária no país.

O Decreto-Lei n. 94 de 30 de dezembro de 1966 previu a extinção da punibilidade dos crimes da Lei nº 4.729/65 em relação à declaração de bens e de rendimentos provenientes do exterior se fosse feita a declaração a que se refere este Decreto-lei até 30 de abril de 1967 (artigo 7º). O artigo 8º do mesmo normativo enunciava que além do caso de que trata o artigo 2º da Lei nº 4.729/65, também se extinguiria a punibilidade, se, mesmo iniciada a ação fiscal, o agente promovesse até 31 de janeiro de 1967 o recolhimento dos tributos e multas ou, não estando ainda julgado o respectivo processo, depositasse na repartição competente, em dinheiro ou em Obrigações do Tesouro, a importância nele considerada devida.

Passados pouco mais de 1(um) mês, é editado o Decreto-Lei nº 157 de 10 de fevereiro de 1967 que em seu artigo 18 renova a extinção de punibilidade prevista no art. 8º do Decreto-Lei 94/66 para o agente que promovesse o recolhimento dos tributos e multas devidos, ou, não estando julgado o respectivo processo depositasse, nos prazos fixados, na repartição competente, em dinheiro ou em Obrigações Reajustáveis do Tesouro, as importâncias nele consideradas devidas, para liquidação do débito após o julgamento da autoridade da primeira instância.

Além disso, os parágrafos 1º e 2º do dispositivo legal acima referenciado traziam outras normas benéficas ao infrator. A primeira delas previa que o contribuinte que requeresse até 15 de março de 1967 a retificação de sua situação tributária, antes do início da ação fiscal, indicando as faltas cometidas, ficaria isento de responsabilidade pelo crime de sonegação fiscal em relação às faltas indicadas. Já o parágrafo 2º proclamava a extinção de punibilidade da imputação penal de natureza diversa da Lei nº 4.729/65, quando decorresse de ter o agente elidido o pagamento de tributo desde que ainda não tivesse sido iniciada a ação penal se o montante do tributo e multas for pago ou depositado na forma daquele artigo.

A Lei n.º 5.498 de 9 de setembro de 1968, em seu artigo 1º, determinou a extinção da punibilidade dos crimes previstos na Lei nº 4.729/65 para os contribuintes do imposto de renda que dentro de 30 (trinta) dias da publicação daquela Lei satisfizessem o pagamento de seus débitos na totalidade, ou efetuassem o pagamento de 1ª (primeira) quota do parcelamento que lhes tenha sido concedido. O parágrafo 1º deste artigo acrescenta que ficaria igualmente extinta a punibilidade dos contribuintes que tenham pago seus débitos ou que os estejam pagando na forma da legislação vigente.

O artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.060 de 21 de outubro de 1969 previu a aplicação ao crime de sonegação fiscal das normas que regulavam a extinção da punibilidade nos crimes de apropriação indébita previstos no artigo 11 da Lei nº 4.357/64 e no artigo 2º do Decreto-lei nº 326/67.

Nestes específicos crimes de apropriação a hipótese de extinção de punibilidade era diferente, pois, o fato incriminado deixava de ser punível quando o pagamento do débito se operasse antes da decisão administrativa de primeira instância do processo fiscal. Já na regra geral do artigo 2º da Lei nº 4.729/65 a extinção somente poderia acontecer quando o pagamento fosse realizado antes do início da ação fiscal própria no âmbito administrativo. Acrescente-se que o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.060/69 ressalva apenas que o ressarcimento do dano não extinguiu a punibilidade nos casos em que o infrator fosse reincidente, segundo definido na lei tributária.

Voltando-se à criação de novos delitos tributários, podemos destacar a tipificação da apropriação indébita relacionada à cobrança do Imposto sobre produtos industrializado, incorporada pelo artigo 2º do Decreto-Lei nº 326 de 8 de maio de 1967, bem como a edição da Lei nº 7.505 de 2 de julho de 1986 que ao dispor sobre benefícios fiscais do imposto de renda nas operações de caráter cultural, tipificou a conduta de obter redução do imposto devido utilizando-se fraudulentamente de qualquer destes benefícios, punindo este comportamento com reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) meses e multa.

O segundo marco fundamental de nossa política criminal tributária viria surgir com a aprovação da Lei nº 8.137 de 27 de dezembro de 1990, que definiu os crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo. Esta Lei surgiu em contexto de plena ebulição político-econômica, determinada pelo primeiro ano de governo de Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito pelo voto direto em mais de 30 anos.

No primeiro dia de mandato, o governo federal anunciou o ruidoso plano econômico “Brasil Novo”, posteriormente alcunhado de Plano Collor, onde entre outras medidas voltadas ao controle inflacionário constou a edição da Medida Provisória n. 156 de 15 de março de 1990 que definia os crimes contra a Fazenda Pública, remodelando a tipificação dos crimes fiscais com a imposição de sanções penais mais severas.

Com pouco mais de uma semana de vigência, o Procurador Geral da República por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 221 questionou a constitucionalidade dos artigos 1º,

2º e 3º desta Medida Provisória (que previam novos tipos penais tributários) ao argumento de contrariedade ao artigo 5º, XXXIX da Constituição Federal, que veicula o princípio da reserva legal das normas penais incriminadoras. Cinco dias depois do ajuizamento da Ação Direta, o Diário Oficial da União publica a Medida Provisória n. 175 de 27 de março de 1990, posteriormente convertida na Lei n. 8.035 de 27 de abril de 1990, declarando nula e de nenhuma eficácia a Medida Provisória n. 156/90.

No mesmo dia é encaminhada ao Congresso Nacional a Mensagem n. 340 do Poder Executivo com Projeto de Lei para definição de “crimes contra administração tributária. Na exposição de motivos ficou renovado o mesmo intento da Medida Provisória recém anulada, no sentido de se promover o enrijecimento do tratamento penal aos delitos tributários diante da constatação de que “face às imprecisões e lacunas na definição dos fatos tipificadores e na fixação das penas aplicáveis o objetivo básico de desestimular esta prática criminosa não vinha sendo alcançado, fato que estava causando grandes e irreparáveis prejuízos à Fazenda Nacional (BRASIL,1990b). Daí a proposição legislativa estabelecer as seguintes diretrizes para o enfrentamento deste problema:

5.O projeto em foco trata do crime contra a administração tributária mediante adoção de definições mais abrangentes do que aquelas hoje existentes.

6.Além disso. o projeto proposto em algumas hipóteses, torna mais severa a penalidade aplicável, prevendo a reclusão de dois a cinco anos para o infrator ao invés dos atuais seis meses a dois anos de detenção.

7.Outra inovação que se propõe consiste em se estender a terceiros que, não tendo praticado diretamente o ato delituoso, tenham colaborado, deu uma forma ou de outra para sua prática.

8.Dispondo sobre a extinção da punibilidade estabelece que a mesma somente terá lugar quando o agente promover espontaneamente o pagamento do tributo ou contribuição, inclusive adicional, antes do início da ação fiscal. Essa disposição põe fim à situação até agora vigente, que consistia em verdadeiro estímulo à prática de atos danosos ao Erário Público, eis que ocorria extinção da punibilidade quando o agente, já tendo sido iniciada a ação fiscal, recolhia o crédito tributário, antes da decisão administrativa de primeira instância. Em alguns casos, ao delinquente era permitido realizar o pagamento até antes do início da ação penal, para beneficiar-se com a extinção da punibilidade.

9.Os dispositivos relacionados com a autoridade fiscal ampliam seu grau de competência em relação à investigação da prática do crime podendo referida autoridade, até mesmo, proceder à apreensão de bens e documentos, bem como remeter diretamente ao Ministério Público os elementos comprobatórios da infração, para instauração do procedimento penal cabível.(BRASIL, 1990b).

O primeiro ponto a ser destacado na Lei n. 8.137/90 em relação aos delitos tributários é a enunciação da “ordem tributária” como bem jurídico tutelado pela norma incriminadora,

considerada como a atividade administrada pelo Estado, personificada na Fazenda Pública dos distintos entes estatais, dirigida à arrecadação de ingressos e à gestão de gastos em benefício da sociedade (BITENCOURT, MONTEIRO 2013, p.35).

A bem da verdade a compreensão conceitual sobre este bem jurídico suscita calorosos debates na doutrina, podendo-se destacar ao menos duas correntes de pensamento. A primeira delas é de natureza patrimonialista, associada à ideia de patrimônio público. Por outro lado, a corrente funcionalista vincula os delitos fiscais às funções que deve cumprir o tributo no âmbito de determinada sociedade (BITENCOURT, MONTEIRO 2013, p.35). A par disso, importante ressaltar que não há maiores dúvidas que “ordem tributária” encerra ideia de um bem jurídico de natureza essencialmente supraindividual.

Os crimes contra a ordem tributária estão estabelecidos nos três primeiros artigos da Lei n. 8.137/90. No artigo 1º resta tipificado o comportamento de suprimir ou reduzir tributos ou contribuição social e qualquer acessório desde que realizado a partir de uma das cinco condutas previstas nos incisos I a V do dispositivo, havendo, ainda, a conduta equiparada prevista em seu parágrafo único consistente na falta de atendimento da exigência da autoridade tributária:

Art. 1º Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

I - omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;

II - fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;

III - falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável;

IV - elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato;

V - negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.

Pena - reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único. A falta de atendimento da exigência da autoridade, no prazo de 10 (dez) dias, que poderá ser convertido em horas em razão da maior ou menor complexidade da matéria ou da dificuldade quanto ao atendimento da exigência, caracteriza a infração prevista no inciso V. (BRASIL, 1990a)

Como esclarecido por Bitencourt e Monteiro (2013, p.105-106) a conduta nuclear “suprimir” prevista no artigo 1º. significa eliminar, abolir, acabar, extinguir ou impedir que o tributo ou obrigação acessória apareça ou se configure no sistema tributário nacional,

representando sua evasão total. Ao passo que “reduzir” significa diminuir, abater ou restringir, consistindo em não recolher o que deveria ter sido pago ao erário público.

O artigo 1º da Lei n. 8.137/90 criou nova modalidade delituosa abandonando a fórmula legislativa anterior passando-a puni-la com sanção mais severa e como delito material, utilizando-se de fórmula descritiva das condutas-meio, em um tipo de ação múltipla, ou conteúdo variado (EISELE, 1998, p.24). No mesmo sentido, Bastos(1995, p.86) considera que o crime definido pelo artigo 1º da Lei n. 8.137/90 ao contrário do que ocorria com a antiga Lei n. 4.729/65 é crime de dano uma vez que sua consumação se dá pelo dano causado aos cofres públicos, quer seja por sua supressão ou por redução do tributo.

A partir da lição de Martínez Buján-Pérez, Cezar Roberto Bitencourt e Luciana de Oliveira Monteiro (2013, p. 109) esclarece as duas concepções mais comuns sobre a estruturação típica dos crimes tributários. Num primeiro plano registra-se a postura defendida pela doutrina alemã de que o delito fiscal equivale à causação de um prejuízo patrimonial em virtude da infração de deveres tributários, configurando, portanto, um delito de infração de dever, nos termos da construção de Roxin. Noutra banda, situa-se a chamada “teoria do engano”, corrente majoritária no direito espanhol, segundo a qual, é necessário o emprego de fraude ou engano para que a infração tributária possa vir a ser considerada com tipificadora de um crime tributário. Importantes consequências jurídico-penais derivam destes dois modelos citados

A diferença entre essas duas grandes vertentes não é meramente teórica, nem mesmo retórica, mas repercute na materialização mesma do crime tributário. A concepção dos delitos como infração de dever conduz a uma progressiva administrativização do Direito Penal, além de propiciar a ampliação da intervenção penal, revestindo com o atributo da tipicidade condutas de quem é mero devedor do fisco, isto é, o conhecido inadimplente, que sabidamente, não se confunde com o sonegador. Enquanto sob o prisma da “teoria do engano” o delito fiscal não se caracteriza sem o componente da fraude ou do engano, limitando o alcance da intervenção penal neste âmbito; nesse aspecto, longe de assumir uma mera função simbólica e funcional como instrumento de coerção para arrecadação de tributos, dirige-se somente à persecução daqueles comportamentos nitidamente orientados a fraudar a Fazenda Nacional. Essa orientação distingue claramente o sonegador, isto é, aquele que frauda o erário público, daquele que é um simples inadimplente, a exemplo do que ocorre no ordenamento jurídico brasileiro. (BITENCOURT, MONTEIRO 2013, p. 109)

Sobre a opção trilhada pela Lei n. 8.137/90 destaca-se que nosso legislador não seguiu claramente por nenhuma destas duas vertentes, pois, admite em seu texto ambas possibilidades ao descrever como forma de execução da supressão ou redução de tributo tanto meras infrações

de deveres extrapenais relacionadas com obrigações tributárias como condutas fraudulentas (BITENCOURT, MONTEIRO 2013, p.110).

O artigo 2º da Lei n. 8.137/90 reúne condutas também intituladas como contrárias à ordem tributária, porém, estruturadas sobre espectro típico diverso do artigo 1º, semelhante às tipificadas pela Lei n. 4.729/65, cominando, inclusive, as mesmas sanções criminais (6 meses a 2 anos de detenção e multa)

Art. 2º Constitui crime da mesma natureza:

I - fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo;

II - deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos;

III - exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal;

IV - deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento;

V - utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa. (BRASIL, 1990a)

Enquanto o delito do artigo 1º configura crime material, não prescindindo do resultado naturalístico para o aperfeiçoamento da conduta típica (supressão ou redução de tributo), no artigo 2º não se exige a ocorrência deste resultado para a consumação do crime. Embora Kern (2002, p.60) considere as condutas do artigo 2º como crimes formais, acreditamos estar com a razão Bitencourt e Monteiro (2013, p.79) ao classificá-las como crimes de mera conduta onde o tipo penal não requer a produção de nenhum resultado material, de modo que a simples ação ou a simples omissão já é suficiente para a sua consumação.

O artigo 3º da Lei n. 8.137/90 prevê os crimes funcionais contra a ordem tributária, praticados pelos servidores públicos no exercício das atribuições de arrecadação ou fiscalização tributárias.

Art. 3º Constitui crime funcional contra a ordem tributária, além dos previstos no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal (Título XI, Capítulo I):

I - extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento, de que tenha a guarda em razão da função; sonegá-lo, ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo ou contribuição social;

II - exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente. Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

III - patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público. Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. (BRASIL, 1990a)

A exemplo do que acontecia com o normativo que lhe antecedeu, a Lei n. 8.137/90 também instituiu causa de extinção de punibilidade pelo pagamento do tributo. Em seu artigo 14, o diploma dispõe que “Extingue-se a punibilidade dos crimes definidos nos arts. 1º a 3º quando o agente promover o pagamento de tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia” (BRASIL, 1990a).

A aprovação deste dispositivo representou autêntica cisão com os propósitos iniciais da proposição legislativa apresentada de endurecer o tratamento penal dos crimes fiscais. Com efeito, segundo a redação original do projeto somente o pagamento espontâneo do tributo tinha condão de extinguir a punibilidade, ou seja, se efetuado antes do início de qualquer ação fiscal. Interessante notar que o dispositivo aprovado resultou em situação potencialmente mais indulgente que a anterior. Até então, nos termos do Decreto-Lei nº 1.060/69, o pagamento do tributo devido somente tinha efeito liberatório da responsabilidade penal se adimplido até antes da decisão administrativa de primeira instância do processo fiscal e nos casos em que o infrator fosse não fosse reincidente segundo definido na lei tributária,

A propósito, a trajetória indulgente de nossa política criminal tributária de constantemente replicar medidas despenalizadoras pelo pagamento do tributo viria a sofrer “*singela interrupção*” pela edição da Lei n. 8.383, de 30 de dezembro de 1991 que revogou o artigo 14 da Lei n. 8.137/90 que permitia a extinção da punibilidade por pagamento.

Dois anos mais tarde houve tentativa de reintroduzir tal instituto por intermédio do artigo 3º da Lei n. 8.696/93, que previa a extinção de punibilidade para os artigos de 1º a 3º da Lei nº 8.137/90 quando o agente promovesse o pagamento de tributo antes do encerramento do procedimento administrativo. O dispositivo foi vetado por razões inconveniência ao argumento de que face à simultaneidade do início dos procedimentos (criminal e administrativo) existiria a possibilidade de que mesmo após condenação criminal o agente fosse beneficiado com a extinção de sua punibilidade pelo adimplemento do tributo. Além disso, a mensagem de veto registrava que a possibilidade de extinção de punibilidade relacionada ao artigo 3º da Lei n. 8.137/90 colocaria a salvo de responsabilidade criminal os ganhos ilícitos provenientes da corrupção funcional.

Porém, na mesma mensagem, o Presidente da República enunciava a necessidade de se buscar procedimentos que não desestimulassem o arrependimento eficaz, mediante a satisfação espontânea das obrigações tributárias, citando, inclusive, a realização de estudos para o envio de Projeto de Lei ao legislativo para previsão de norma que acautelasse o interesse e moralidade da Administração, e, ao mesmo tempo, contemplassem adequadamente os interesses e a situação do contribuinte em falta.

Passados mais 2(dois) anos, o artigo 34 da Lei n. 9.249 de 26 de dezembro de 1995 *“retoma a tradição”* de nosso ordenamento, ao reintroduzir a hipótese extintiva do pagamento nos seguintes termos: “Extingue-se a punibilidade dos crimes definidos na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e na Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia”.(BRASIL, 1995). A partir daí, as ulteriores medidas legislativas aprovadas em osso parlamento viriam deixar claro que a iniciativa restritiva promovida pela Lei n. 8.383/1991 não passaria de mero espasmo, sem qualquer repercussão mais longa em termos político-criminais.

A Lei n. 9.964 de 10 de abril de 2000 instituiu o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, com vencimento até 29 de fevereiro de 2000.

Fruto da conversão das sucessivas reedições das Medidas Provisórias 1.931/99 e 2004/99, a Lei n. 9.964/2000 fez incluir inovadora disposição que previa a suspensão da pretensão punitiva estatal do agente responsável pela prática do delito fiscal previsto no artigos 1º e 2º da Lei n. 8.137/90 por conta da inclusão ao Refis da pessoa jurídica a ele vinculada (artigo 15):

Art. 15. É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 1º e 2º da Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e no art. 95 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no Refis, desde que a inclusão no referido Programa tenha ocorrido antes do recebimento da denúncia criminal.

§ 1º A prescrição criminal não corre durante o período de suspensão da pretensão punitiva.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se, também:

I – a programas de recuperação fiscal instituídos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, que adotem, no que couber, normas estabelecidas nesta Lei;

II – aos parcelamentos referidos nos arts. 12 e 13.

§ 3º Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos neste artigo quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios, que tiverem sido objeto de concessão de parcelamento antes do recebimento da denúncia criminal. (BRASIL, 2000)

A Lei n.º 10.684 de 30 de maio de 2003 trouxe novo programa de parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social (Parcelamento Especial - PAES), em até cento e oitenta prestações mensais e sucessivas, para débitos com vencimento até 28 de fevereiro de 2003. Em seu artigo 9º, este normativo previu as seguintes disposições de natureza penal:

Art. 9º É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 1º e 2º da Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e nos arts. 168A e 337A do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no regime de parcelamento.

§ 1º A prescrição criminal não corre durante o período de suspensão da pretensão punitiva.

§ 2º Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos neste artigo quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios. (BRASIL, 2003)

Embora estes dois últimos dispositivos legais tenham estrutura e natureza jurídica análogas, nota-se que o artigo 9º da Lei n. 10.684/2003 ampliou de forma expressiva a janela de oportunidade do agente infrator em regularizar sua situação perante a jurisdição penal fiscal.

Diferentemente da Lei n. 9.964/2000 que para efeitos penais somente admitia pedidos de parcelamento deferidos até o recebimento da denúncia criminal, a Lei n. 10.684/2003 não incluía em seu texto qualquer marco temporal para que estas medidas de regularização fiscal surtisserem efeitos em relação à persecução penal. Em outras palavras, a concessão dos efeitos jurídicos sobre a pretensão punitiva do Estado estaria jungida tão somente ao deferimento do parcelamento pela autoridade tributária, independentemente do estágio da persecução penal. Em suma, o novel dispositivo configurava *lex mitior* em relação às regras instituídas pelo REFIS.

Heloísa Estellita (2003) defende esta interpretação ao observar que o dispositivo em questão poderia ser interpretado de forma a permitir que sempre que houver pagamento, independentemente de ser o momento final do parcelamento, extinta estará a punibilidade e, agora, sem limite temporal, isto é, sem que o recebimento da denúncia inviabilize o efeito jurídico-penal do pagamento integral do tributo. Ao explicar seu ponto de vista, a professora e advogada faz as seguintes ponderações:

Essa interpretação se assenta em dois fundamentos. Primeiro deles: na disciplina anterior (do Refis), o § 3º expressamente atrelava a extinção da punibilidade ao pagamento das parcelas do parcelamento, verbis: Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos neste artigo quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios, que tiverem sido objeto de concessão de parcelamento antes do recebimento da denúncia criminal. A nova disciplina é bem diferente sob este aspecto, confira-se: Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos neste artigo quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios (artigo 9º, § 2º). O segundo deles reside na questão da igualdade: se o agente pode, a qualquer momento, parcelar o débito, suspendendo a punibilidade que, ao cabo do parcelamento, será extinta, com maior razão a mesma extinção deve atingir aquele que opta por, num só ato, pagar integralmente o débito.

Tal qual ocorre relativamente ao parcelamento, a nova disciplina dos efeitos jurídico-penais do pagamento, por ser mais benéfica, retroage atingindo todos os cidadãos que se encontrem nesta situação, não importando, igualmente, o estágio processual (art. 5º, XL, CF, art. 2º, CP).

Em 2006, o Executivo Federal apresentaria novo parcelamento de débitos tributários por meio da Medida Provisória 303 de 29 de junho de 2006, intitulado de Parcelamento Excepcional-PAEX, desta feita sem prever qualquer disposição de natureza penal. A eficácia da medida presidencial foi sustada por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional n. 57, de 2006, em razão do encerramento do seu prazo de vigência no dia 27 de outubro daquele ano sem aprovação do parlamento.

A Lei n. 11.941 de 27 de maio de 2009 aprova outro programa de parcelamento de débitos fazendários contemplando, inclusive, o saldo remanescente de programas anteriores (REFIS- Lei n. 9.964/00, PAES - Lei no 10.684/03, PAEX - Medida Provisória n. 303/06, entre outros), renovando medidas relacionadas à suspensão e extinção da pretensão punitiva por delitos tributários(artigos 67 e 69) sem qualquer alteração substancial ao até então vigente.

Art. 67. Na hipótese de parcelamento do crédito tributário antes do oferecimento da denúncia, essa somente poderá ser aceita na superveniência de inadimplemento da obrigação objeto da denúncia.

Art. 68. É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e nos arts. 168-A e 337-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, limitada a suspensão aos débitos que tiverem sido objeto de concessão de parcelamento, enquanto não forem rescindidos os parcelamentos de que tratam os arts. 1º a 3º desta Lei, observado o disposto no art. 69 desta Lei.

Parágrafo único. A prescrição criminal não corre durante o período de suspensão da pretensão punitiva.

Art. 69. Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos no art. 68 quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios, que tiverem sido objeto de concessão de parcelamento.

Parágrafo único. Na hipótese de pagamento efetuado pela pessoa física prevista no § 15 do art. 1º desta Lei, a extinção da punibilidade ocorrerá com o pagamento integral dos valores correspondentes à ação penal. (BRASIL, 2009)

Importante alteração neste quadro normativo foi trazida pela Lei n. 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que alterando o artigo 83 da Lei nº 9.430/96, reintroduziu o marco temporal do recebimento da denúncia como limite para que o parcelamento do crédito tributário tivesse repercussão no processamento criminal do contribuinte infrator.

Art. 6º O art. 83 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º a 5º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 6º :

“Art. 83.

§ 1º Na hipótese de concessão de parcelamento do crédito tributário, a representação fiscal para fins penais somente será encaminhada ao Ministério Público após a exclusão da pessoa física ou jurídica do parcelamento.

§ 2º É suspensa a pretensão punitiva do Estado referente aos crimes previstos no caput, durante o período em que a pessoa física ou a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no parcelamento, desde que o pedido de parcelamento tenha sido formalizado antes do recebimento da denúncia criminal.

§ 3º A prescrição criminal não corre durante o período de suspensão da pretensão punitiva.

§ 4º Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos no caput quando a pessoa física ou a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos

débitos oriundos de tributos, inclusive acessórios, que tiverem sido objeto de concessão de parcelamento.

§ 5º O disposto nos §§ 1º a 4º não se aplica nas hipóteses de vedação legal de parcelamento.

§ 6º As disposições contidas no caput do art. 34 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, aplicam-se aos processos administrativos e aos inquéritos e processos em curso, desde que não recebida a denúncia pelo juiz.” (BRASIL, 2011).

A partir da distinção das situações de pagamento direto e pagamento mediante parcelamento, Luiz Flávio Gomes (2011) defende que a Lei 12.382/11 regulamentou a extinção da punibilidade dos crimes tributários tão somente nas situações de parcelamento do débito tributário, não tendo afetado o disposto no § 2º do art. 9º da Lei 10.684/2003 que prevê a extinção da punibilidade em razão do pagamento sem qualquer limitação temporal.

Três outras leis renovariam as iniciativas de parcelamento de débitos tributários, sem, contudo, trazer alterações ao panorama normativo criminal. A Lei nº 12.865 de 9 de outubro de 2013 em seu artigo 17 reabriu o prazo de adesão ao parcelamento instituído pela Lei n. 11.941/2009, estendendo a data limite até o dia 31 de dezembro de 2013.

No mesmo sentido a Lei n. 12.973, de 13 de maio de 2014, que no artigo 93 prorrogou a data de inclusão ao parcelamento supracitado até último dia útil do segundo mês subsequente ao da publicação desta Lei. A Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014 em seu artigo 2º também renovou o prazo de adesão ao mesmo parcelamento até o 15º (décimo quinto) dia após a publicação da Lei decorrente da conversão da Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014, no caso a Lei n.º 13.043, de 13 de novembro de 2014.

Importante destacar a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016 que criou o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País. Em seu artigo 5º este diploma legal dispõe que a adesão ao programa dar-se-á mediante entrega da declaração dos recursos, bens e direitos sujeitos à regularização e ao pagamento integral do imposto e da multa previstos nos artigos 4º e 8º desta Lei. Mais adiante, o § 1º do mesmo dispositivo enuncia:

§ 1º O cumprimento das condições previstas no caput antes de decisão criminal extinguirá, em relação a recursos, bens e direitos a serem regularizados nos termos desta Lei, a punibilidade dos crimes a seguir previstos, praticados até a data de adesão ao RERCT: (Redação dada pela Lei nº 13.428, de 2017)

I - no art. 1º e nos incisos I, II e V do art. 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 ;

II - na Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965;

III - no art. 337-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) ;

OMISSIS

VIII - (VETADO).

§ 2º A extinção da punibilidade a que se refere o § 1º :

I - (VETADO);

II - somente ocorrerá se o cumprimento das condições se der antes do trânsito em julgado da decisão criminal condenatória; (BRASIL, 2016)

Examinando a trajetória acima descrita, podemos identificar dois fatores que reforçam a ideia de que nossa programação legislativa penal fiscal é deficiente em termos de proteção ao bem jurídico tutelado.

Em primeiro lugar, o patamar de sancionamento previsto para estes tipos penais são inadequados, denotando indesejável tolerância com este tipo de criminalidade. A reprovação legislativa promovida pela Lei n. 4.729/65 foi manifestamente simbólica na medida em que as penas ali cominadas compreendiam o intervalo de 6(seis) meses a 2(dois) anos de detenção e multa. Sobre a Lei n. 8.137/90, ainda que este diploma tenha promovido efetivo incremento em termos de punição, as penas privativas previstas para os crimes materiais de seu artigo 1º correspondem ao mínimo de 2(dois) e ao máximo de 5(cinco) anos de reclusão e multa. Ao nosso ver, tal patamar punitivo não atende ao juízo de necessidade e suficiência para prevenção desta espécie criminosa.

É que nosso processo de individualização de pena (trifásico) tem por ponto de partida a pena mínima cominada no tipo penal, que será modulada conforme a existência de circunstâncias judiciais e legais aplicáveis ao caso, além das respectivas causas gerais e especiais de aumento e diminuição de pena. Some a isso a previsão de institutos despenalizadores como a substituição de penas privativas e suspensão condicional da pena. Por isso, não é exagero dizer que é diante dos atuais limites de pena existentes é fato extremamente

raro que delitos tributários sejam sancionados com penas que factualmente privem a liberdade do infrator.

Outro motivo que justifica nossa afirmação sobre a desproporcionalidade das penas estabelecidas para os delitos fiscais (para menos) está amparado no cotejo que fazemos destes com as reprimendas de outras espécies delitivas previstas em nosso Código Penal.

Preservando-se um mínimo de compatibilidade entre as condutas objeto desta comparação, podemos citar os seguintes tipos previstos do Código Penal que possuem pena máxima igual ou superior àquela prescrita para os crimes do artigo 1º da Lei n. 8.137/90: furto simples praticado no repouso noturno (artigo 155 § 1º - 5 anos e 4 meses), furto qualificado (artigo 155 § 4º - 8 anos), estelionato (artigo 171 - 5 anos), receptação de bem público (artigo 180, § 6º - 8 anos), falsificação papéis públicos (artigo 293 - 8 anos), falsificação de documento público (artigo 297 - 6 anos), falsificação ideológica envolvendo documento público (artigo 298 - 5 anos). Com efeito, tais condutas não apresentam um juízo de reprovação equiparado aos dos crimes tributários que por atingir bem jurídico supraindividual tem maior amplitude em termos de nocividade social.

O segundo fator que expõe a frouxidão de nossa política criminal tributária é a descalibrada despenalização efetuada por reiterados e assistemáticos programas de regularização fiscal por meio do pagamento e parcelamento dos tributos. Tais medidas legislativas esvaziaram o potencial dissuasório da norma incriminadora tributária no país. Como ressaltado por Camargo e Silveira (2018) percebe-se que o modelo de extinção da punibilidade baseado na lógica de recolhimento do tributo se caracteriza duplamente por não oferecer nem estímulo para o cumprimento da norma penal que proíbe a sonegação, nem tampouco motivar o sonegador para que colabore com as autoridades na investigação dos crimes praticados por ele ou no âmbito de sua empresa. Daí concluem que

Uma breve avaliação sobre o atual conjunto de regras para extinção da punibilidade nos crimes tributários no Brasil indica a necessidade de reformulação no sentido de reequilibrar a relação tormentosa entre a lógica arrecadatória e a racionalidade punitiva que se estabeleceu nos últimos anos. Nesse tocante, dois aspectos ressaltaram na análise proposta pelo presente estudo: a ausência de coerência e sistematicidade na legislação existente, além das dificuldades de justificação que enfrentam os critérios definidos pela lei para a exclusão da punibilidade nesses casos.

Embora não pareça tão óbvia a constatação sobre essas dificuldades desde uma perspectiva segundo a qual os crimes tributários devem servir ao propósito de recompor o erário público ou proteger a vigência das normas tributárias, salta aos olhos a inconsistência do modelo brasileiro quando se toma em consideração a função preventiva da pena nesse contexto. (CAMARGO e SILVEIRA, 2018)

Ao criticar o que chama de instrumentalização da política criminal, Bubniak (2017, p.101) pondera que os fundamentos e critérios para a extinção da punibilidade pelo pagamento do crédito tributário precisam ser encontrados e orientados na/pela política criminal, dogmática jurídico-penal e criminologia, não podendo estar vinculados exclusivamente à política fiscal

Não obstante, as razões arrecadatórias e as constantes previsões legislativas sobre o parcelamento/pagamento do tributo como causa de suspensão/extinção de punibilidade, desprovidas de qualquer fundamentação jurídica amparada na teoria da desistência voluntária e na reparação do dano, sobrepujam os fins político-criminais, na medida em que: (i) ampliam demasiadamente o limite temporal para a reparação do dano; (ii) admitem que a reparação seja implementada mediante parcelamento; (iii) estabelecem estímulos econômicos adicionais; e (iv) afastam o custo esperado da prática delitiva, qual seja, a imposição da sanção penal.

Não se vislumbra simples enfraquecimento da função de criminalização do ilícito fiscal, por meio de uma confusa política criminal que, visando a mera arrecadação, tem alargado – com regras inconstantes – a extinção da punibilidade pelo pagamento dos tributos ou contribuições sociais, mas verdadeira “lição” de que o “crime tributário compensa”, destinada a um público predisposto a aprender. (BUBNIAK, 2017 p.101)

A mesma linha de princípio é seguida por Vilares e Campos (2018) ao expor que o legislador deve se preocupar em assegurar a existência de uma sociedade em que os cidadãos sejam leais à administração tributária e não pratiquem condutas fraudulentas, resultando que, a mera reparação do dano não seria suficiente, sobretudo se feita após o início da ação penal, quando o esforço e os recursos do Poder Público são aplicados para a resolução da questão.

Neste particular, importante registrar que a edição de normativos versando sobre a suspensão/extinção de punibilidade por conta de parcelamento/pagamento de tributos já foi objeto de contestação perante o Supremo Tribunal Federal. A Procuradoria Geral da República em duas oportunidades ajuizou ações diretas de inconstitucionalidade contra tais iniciativas por considerá-las ofensivas ao princípio da proibição da proteção deficiente.

Na ação direta de inconstitucionalidade n. 3002-DF foi impugnado o artigo 9º §§ 1º e 2º da Lei n. 10.684/2003. A ação foi considerada prejudicada por conta da revogação tácita deste diploma pela Lei n. 11.941/2009. Na ação direta de inconstitucionalidade n. 4273-4/DF, protocolada em 2009, são reputados como inconstitucionais os artigos 67 a 69 da Lei n. 11.941/2009. A ação ainda está pendente de julgamento.

Ainda sobre a indulgência de nossa legislação penal tributária, convém citarmos interessante pesquisa realizada pelo Auditor Fiscal Flávio Vilela Campos reunindo dados sobre

os sistemas penais tributários de 39 países. O levantamento foi feito a partir de questionário enviado às administrações tributárias de cada país, por meio do Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT), e às embaixadas dos países no Brasil. (UNAFISCO, 2018).

Além de relacionar as penas privativas máximas cominadas na legislação de cada um dos países pesquisados, o autor classificou-os de acordo com o sistema utilizado para extinguir ou não a punição para os crimes tributários, procedendo a seguinte categorização: (A) países onde não há relação entre o pagamento do tributo devido e o respectivo crime de evasão fiscal - o adimplemento pode resultar em atenuante ou causa de redução de pena; (B) países onde a extinção da punibilidade pelo pagamento está condicionada a um marco temporal estipulado - o início da ação fiscal; (C) países onde a extinção da punibilidade pelo pagamento está vinculada à observância de determinados critérios específicos, diferentes do temporal; (D) países em que há previsão da extinção da punibilidade pelo pagamento do tributo sem determinação de um marco temporal específico. Os dados estão compilados na seguinte tabela:

Tabela 4 - Crime Tributário na experiência internacional

PÁIS	TIPO SUBJETIVO	TIPO OBJETIVO VALOR	PENA MÁXIMA ANOS	MULTA	EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELO PAGAMENTO
AFRICA DO SUL	Doloso/Culposo	Não	5	200%	B
ALEMANHA	Doloso	Sim	10	Sim	B
ANGOLA	Doloso	Não	5	300%	A
ARGENTINA	Doloso	Sim	9	1000%	B
AUSTRÁLIA	Doloso	Não	20	Sim	A
AUSTRIA	Doloso	Sim	10	400%	B
BÉLGICA	Doloso	Não	5	US\$ 573.000	A
BRASIL	Doloso	Não	5	225%	D
CABO VERDE	Doloso	Não	8	US\$ 2.582.000	C
CANADÁ	Doloso/Culposo	Não	14	200%	C
CHILE	Doloso	Não	15	500%	A
CHINA	Doloso/Culposo	Sim	Perpétua	500%	C
COLOMBIA	Doloso/Culposo	Não	9	200%	D
ESPANHA	Doloso/Culposo	Sim	6	600%	B
EUA	Doloso	Não	5	US\$ 500.000	B
FINLÂNDIA	Doloso/Culposo	Sim	4	Sim	A
FRANÇA	Doloso	Não informado	10	US\$ 115.000	A
HOLANDA	Doloso/Culposo	Não informado	6	US\$ 941.000	B
HUNGRIA	Doloso	Sim	10	Não informado	C
ÍNDIA	Doloso	Não	7	Sim	C
INDONÉSIA	Doloso/Culposo	Não	6	600%	C
INGLATERRA	Doloso	Não	Perpétua	Ilimitado	C
IRLÂNDIA	Doloso/Culposo	Não	5	US\$ 146.000	B
ITÁLIA	Doloso/Culposo	Sim	6	Não informado	B
JAPÃO	Doloso/Culposo	Não	10	US\$ 90.000	A
MALÁSIA	Doloso/Culposo	Não	3	300%	D
MÉXICO	Doloso/Culposo	Sim	13,5	Não informado	D
NORUEGA	Doloso/Culposo	Sim	6	Sim	B
NOVA ZELÂNDIA	Doloso	Não	7	US\$ 36.250	A
PANAMÁ	Doloso	Não	5	1000%	D
PARAGUAI	Doloso	Sim	10	Não informado	C
POLÓNIA	Doloso	Sim	5	US\$ 5.000.000	B
PORTUGUAL	Doloso	Sim	8	US\$ 22.600.000	D
REPÚBLICA TCHECA	Doloso	Sim	8	Sim	D
RÚSSIA	Doloso/Culposo	Sim	6	Sim	C
SINGAPURA	Doloso/Culposo	Sim	5	400%	D
SUÉCIA	Doloso	Sim	6	Não informado	A
SUIÇA	Doloso	Não	3	300%	B
URUGUAI	Doloso	Não	6	Não informado	A
MÉDIA (exceto Brasil)	Não aplica	Não aplica	8,24	464%	Não aplica
MEDIANA (exceto Brasil)	Não aplica	Não aplica	6,50	400%	Não aplica

FONTE: CAMPOS (2018, p.67)

Das conclusões obtidas, vê-se que 22 dos países pesquisados (56% do total) utilizam sistemas em que há independência entre a esfera fiscal e a esfera penal, não havendo possibilidade de extinção da punibilidade com o pagamento do tributo, ou há a definição de um marco temporal específico – antes do início do procedimento fiscal – para que haja aplicação do instituto.

O modelo adotado na legislação brasileira, o qual não possui qualquer especificação de tempo para que seja aplicado o benefício da extinção da punibilidade, somente é encontrado em mais sete países: Colômbia, Malásia, México, Panamá, Portugal, República Tcheca e Singapura (UNAFISCO, 2018). No mesmo estudo, ainda são abordados os exemplos de alguns modelos classificados como “A”, “B” ou “C”, representados por quatro países desenvolvidos (Alemanha, Canadá, Espanha e Estados Unidos).

Na Alemanha, o Direito Penal Tributário é regulado por uma lei tributária (Abgabenordnung – AO), que vigora desde 1977. O § 371 da referida lei estabelece o instituto da autodenúncia liberadora de pena, estabelecendo que para exclusão das sanções referentes à prática criminosa fiscal, é necessário um comportamento voluntário e espontâneo do agente antes de iniciada atividade de fiscalização, da comunicação ao contribuinte sobre o começo da referida ação penal. Em se tratando de crimes formais, é imprescindível a correção das informações, e, nos crimes materiais, o pagamento do tributo (UNAFISCO, 2018).

No Canadá, a punição para a prática de crimes tributários, com dolo, pode chegar a quatorze anos de prisão, além de multa de até 200% dos tributos sonegados. Existe a possibilidade da regularização voluntária, o “Voluntary Disclosures Program”, aceita antes de iniciado o procedimento fiscal, ou seja, tendo por requisito a espontaneidade do ato do autor do ilícito. A maior parte dos casos envolvendo crimes fiscais não chega a julgamento no Canadá, sendo majoritariamente solucionados por meio de uma confissão de culpa do autor, como forma de reduzir os litígios (UNAFISCO, 2018).

Na Espanha, o artigo 305.4 do Código Penal diz que está isento de responsabilidade penal o agente que regularizar a sua situação tributária, quando, voluntariamente, em momento posterior à fraude fiscal, e anterior a qualquer ato da Administração Fiscal voltado à

recuperação dos ativos sonegados, efetuar a reparação do dano. A Lei espanhola estipula dois requisitos para obtenção do benefício: i) reconhecer e pagar a dívida fiscal; ii) agir, voluntariamente, antes de sua notificação pela Administração Fazendária, antes do início de atuações de comprovação ou investigação tendentes a aquilatar a dívida tributária, ou, antes do oferecimento de denúncia por parte do Ministério Público, Procurador do Estado, ou representante legal da Administração, ou, antes do contribuinte ter tomado conhecimento formal de diligências penais iniciadas pelo Ministério Público ou pelo juiz de instrução.(UNAFISCO, 2018).

Nos Estados Unidos, há a possibilidade da regularização voluntária do agente, denominada de “Voluntary Disclosure Practice”, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos pelo “Internal Revenue Service” (IRS). Ressalta-se, entretanto, que, ao aderir ao programa, não há garantia de que o agente ficará livre da persecução penal. Os requisitos do “Voluntary Disclosure Practice” são semelhantes aos existentes na Alemanha e Espanha, com relação ao marco temporal e à voluntariedade do agente.

O contribuinte que deseja aderir ao programa deve demonstrar intenção de cooperar com o IRS para determinar sua correta responsabilidade fiscal e efetuar o pagamento integral do seu débito, incluindo as penalidades. Dados do IRS sobre investigações criminais relacionadas aos crimes fiscais mostram que, no ano fiscal de 2016, 79,9% dos infratores sentenciados foram condenados a penas de encarceramento, sendo o tempo médio das penas de 38 (trinta e oito) meses (UNAFISCO, 2018).

Tabela 5 – Investigações Criminais IRS

INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS – IRS	
INVESTIGAÇÕES INICIADAS	206
PERSECUÇÕES RECOMENDADAS	137
INDICIAMENTOS / INFORMAÇÕES	157
SENTENÇAS	159
TAXA DE ENCARCERAMENTO	79,9%
MÉDIA DE TEMPO DE CUMPRIMENTO	38 MESES

Fonte: IRS – INTERNAL REVENUE SERVICE. Statistical Data – Non-filer Investigations. 30 set. 2017. Disponível em: <<https://www.irs.gov/compliance/criminal-investigation/statistical-data-non-filer-investigations>>. Acesso em 09 ago. 2018.

FONTE: (UNAFISCO, 2018)

Em suma, acreditamos que o panorama legislativo de nosso direito penal tributário é efetivo fator contributivo para a seletiva e indulgente criminalização operada em nosso sistema de justiça, que não protege a contento o bem jurídico tutelado pela norma positiva.

3.2 Os precedentes jurisprudenciais que impactaram a política criminal tributária no país: marchas e contramarchas.

As decisões dos tribunais são ingredientes decisivos na formação da política criminal de determinado Estado. São elas que darão a real conformação da programação oferecida pelos órgãos legiferantes, determinando a dimensão operacional do sistema de justiça, influenciando os comportamentos e atitudes praticados por seus respectivos operadores, seja em direção ao abstratamente considerado, ou, mesmo, em sentido diverso.

O Supremo Tribunal Federal é órgão judicante de destaque quanto à definição de padrões de interpretação de nosso ordenamento jurídico penal. A tessitura aberta de nossas normas constitucionais, o considerável número de dispositivos de natureza penal em nosso texto maior e o fato da Suprema Corte também ser tribunal com jurisdição criminal são fatores que explicam este protagonismo. Tal observação também se aplica ao direito penal tributário brasileiro.

Assim torna-se imperativo diante de nosso objeto de pesquisa realizarmos um retrospecto das principais decisões do STF que versaram sobre esta espécie de criminalização, no intuito de avaliar em que direção seguiu a jurisprudência pátria: Se pelo incremento de uma defesa aperfeiçoada do bem jurídico em questão ou por padrões hermenêuticos que privilegiaram a reforçada seletividade na aplicação desta legislação.

De início, registramos que a casuística referente à influência da instância administrativa fiscal na procedibilidade da ação penal é tema recorrente nas pautas de julgamento da Suprema Corte. Sob a égide da Lei n. 4.729/65, a jurisprudência se alinhou majoritariamente no sentido de se afastar qualquer condicionante neste sentido, privilegiando a independência das instâncias administrativa e judicial. Neste sentido os Recursos Extraordinários Criminais n.77.954-SP (2ª.Turma), 79.283-PR (1ª.Turma), 94237-8-RJ (1ª.Turma) e os Recursos em Habeas Corpus n. 50.426-SP (1ª.Turma), 53.410-SP (2ª. Turma), 55.934-PR (1ª.Turma), 57.427-1-SP (1ª.Turma), 57.45-5-DF (1ª.Turma) e 59.522-SP (1ª. Turma).

Sob os auspícios da Constituição de 1988 e das novas disposições introduzidas pela Lei n. 8.137/90, a mesma temática foi reapresentada ao STF, desta feita, em sede de controle concentrado de constitucionalidade.

Em março de 1997, o Procurador Geral da República ajuizou a ação direta de inconstitucionalidade n. 1571, onde questionava a conformidade constitucional do artigo 83 da Lei n. 9.430/96. Este dispositivo regulava a representação fiscal para fins penais nos crimes contra a ordem tributária e determinava o seu encaminhamento ao Ministério Público somente “após proferida a decisão final, na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito tributário correspondente” (BRASIL, 1996). A causa de pedir da ação direta fundava-se na afronta ao artigo 129, inciso I da Constituição Federal, ao argumento de que o dispositivo impugnado condicionava o exercício da função institucional do Ministério Público de promover a ação penal pública nestes crimes.

Ao julgar a Medida Cautelar da referida ação, em 20 de março de 1997, por unanimidade, o Pleno do Supremo Tribunal negou a liminar vindicada pelo *parquet*, porém, firmou a interpretação de que o artigo 83 da Lei nº 9.430/1996 não definia condição de procedibilidade para a instauração da ação penal pública, não estando o Ministério Público impedido de agir, desde logo, a partir dos meios de prova que dispusesse.

No entendimento do STF o dispositivo em questão representava apenas regra de competência circunscrita ao Poder Executivo, consistindo na definição do momento no qual as autoridades fazendárias deveriam encaminhar a *notitia criminis* do crime tributário ao Ministério Público. Em outras palavras, o STF reforçou sua orientação de prestigiar a independência das instâncias tributária e penal.

Seis anos mais tarde, no entanto, o STF revisitaria a questão para modificar o rumo da orientação jurisprudencial então consolidada, impactando dramaticamente na política criminal tributária no país. Trata-se do Habeas Corpus n. 81.611-8 - DF julgado pelo Pleno do Tribunal ementado nos seguintes termos:

Crime material contra a ordem tributária (L. 8137/90, art. 1º): lançamento do tributo pendente de decisão definitiva do processo administrativo: falta de justa causa para a ação penal, suspenso, porém, o curso da prescrição enquanto obstada a sua propositura pela falta do lançamento definitivo. 1. Embora não condicionada a denúncia à

representação da autoridade fiscal (ADInMC 1571), falta justa causa para a ação penal pela prática do crime tipificado no art. 1º da L. 8137/90 - que é material ou de resultado -, enquanto não haja decisão definitiva do processo administrativo de lançamento, quer se considere o lançamento definitivo uma condição objetiva de punibilidade ou um elemento normativo de tipo. 2. Por outro lado, admitida por lei a extinção da punibilidade do crime pela satisfação do tributo devido, antes do recebimento da denúncia (L. 9249/95, art. 34), princípios e garantias constitucionais eminentes não permitem que, pela antecipada propositura da ação penal, se subtraia do cidadão os meios que a lei mesma lhe propicia para questionar, perante o Fisco, a exatidão do lançamento provisório, ao qual se devesse submeter para fugir ao estigma e às agruras de toda sorte do processo criminal. 3. No entanto, enquanto dure, por iniciativa do contribuinte, o processo administrativo suspende o curso da prescrição da ação penal por crime contra a ordem tributária que dependa do lançamento definitivo. (BRASIL, 2003)

O caso envolvia writ impetrado em favor de empresário do ramo imobiliário objetivando o trancamento de ação penal por pretenso crime contra a ordem tributária, consistente na supressão de tributo por meio de omissão de informações às autoridades fiscais referentes à empresa de consultoria de imóveis da qual teria sido sócio gerente. No caso, a empresa teria percebido remuneração por conta de serviços prestados a diversos clientes, e, ao fazer a respectiva declaração ao fisco, teria omitido tais rendimentos. Em função disso foi oferecida denúncia contra o paciente perante à 4ª Vara Criminal de São Paulo e ali recebida.

Originalmente foi apresentado um primeiro pedido de habeas corpus perante ao Tribunal Regional Federal da 3ª. Região no qual se argumentou ter havido constrangimento ilegal pelo oferecimento e recebimento da denúncia face à pendência de apreciação da impugnação do lançamento em sede administrativa, consoante facultado pelo Decreto nº 70.235/72, que rege o processo administrativo fiscal. A ordem foi denegada pelo Tribunal Federal, tendo sido interposto Recurso em Habeas Corpus perante ao Superior Tribunal de Justiça, o qual manteve o decidido anteriormente, alinhando-se à orientação jurisprudencial prevalente de que a representação fiscal do artigo 83 da Lei nº 9.430/96 não se constitui em condição de procedibilidade para a propositura da ação penal tributária.

No habeas dirigido ao Supremo, o impetrante renova os argumentos anteriores, reforçados pelos votos proferidos pelos Ministros Nelson Jobim e Sepúlveda Pertence no HC 77.002 (Inf. STF 228 e 249), cujo julgamento pelo Plenário acabou prejudicado pela superveniência da absolvição daquele paciente. A impetração veio instruída pelo extrato da decisão da Ac 107-06453, da 7ª. Câmara do 1º. Conselho de Contribuintes no recurso administrativo do paciente, noticiando seu parcial provimento.

No julgamento prevaleceu o ponto de vista da Relatoria ao observar que diante da natureza material do crime definido no artigo 1º da Lei n. 8.137/90, que pressupõe a existência de tributo, não se pode afirmar a ocorrência de justa causa para a ação penal enquanto não houver decisão final do processo administrativo fiscal. Interessante notar da argumentação do voto vencedor não ter havido preocupação em se definir a natureza jurídica desta condicionante, se pertinente à própria tipicidade da conduta ou se pertencente ao campo da punibilidade:

74. Ora - dadas, de um lado, a competência privativa da Administração fiscal para "constituir o crédito tributário" e, de outro, que o crime definido no art. 1º da L. 8.137 pressupõe a existência de tributo - rectius, do crédito tributário - que, mediante uma das condutas prescritas, o agente antes houvesse logrado "suprimir ou reduzir" -, não se pode afirmar, sequer para a denúncia, a ocorrência desse pressuposto, enquanto, a respeito, não opere, pelo menos, o efeito preclusivo da decisão final do processo administrativo.

75. Não se trata - é imperativo notar - de subordinar a denúncia à prévia certeza de todos os elementos de fato necessários à sua procedência: seria imperdoável retrocesso relativamente à autonomia do direito da ação, pilar de todo o Direito Processual moderno.

76. Cuida-se, sim, de hipótese extraordinária - posto que não única em que, quando não a tipicidade, a punibilidade da conduta do agente - malgrado típica - está subordinada à decisão de autoridade diversa do juiz da ação penal.

77. Por isso - se não se quer, para fugir de polêmica desnecessária, inserir a decisão definitiva do processo administrativo de lançamento entre os elementos do tipo do crime contra a ordem tributária - a questão apenas se desloca da esfera da tipicidade para a das condições objetivas de punibilidade.(BRASIL, 2003)

O voto da Relatoria também abordou outro ponto de vista que sustentaria a necessidade do esgotamento da via administrativa, consistente no direito facultado ao contribuinte infrator de extinguir sua punibilidade pela sua regularização fiscal mediante o pagamento do tributo. Segundo o voto vencedor só a decisão definitiva do procedimento administrativo do lançamento faz líquido o crédito tributário e, em consequência, permite ao devedor liberar-se dele pelo pagamento:

99. "O fato tributário" - esclareceu Xavier (24) - "uma vez realizado, dá imediatamente origem à obrigação tributária; mas esta situação, este efeito só é invocável pelas partes através do título jurídico formal e nos precisos termos".

100. "O lançamento, como título abstrato da obrigação tributária" - conclui, a partir das premissas e nos termos de sua elaborada teoria - "é, assim, em sentido técnico, sua condição de atendibilidade: na ausência do título, nem o credor pode reclamar a prestação, nem o devedor pretender cumprir liberando-se por consignação em depósito, em caso de mora do credor..."

101. Se assim é, ao devedor ameaçado da ação penal, para alcançar a extinção da punibilidade, só restaria um caminho: dobrar-se à exigência fiscal do lançamento objeto da impugnação e renunciar a esta.

102. Isso representaria, no entanto, o abuso do poder de instaurar o processo penal para constranger o cidadão a render-se incondicionalmente aos termos da exigência do Fisco, com a renúncia não só da faculdade - que a lei complementar lhe assegura de impugnar o lançamento mediante procedimento administrativo nela previsto, mas também, e principalmente, de eminentes garantias constitucionais, sintetizadas na do "devido processo legal".(BRASIL, 2003)

Cezar Roberto Bitencourt e Luciana de Oliveira Monteiro (2013, p.73) convergem para este posicionamento, ressaltando que a necessidade de encerramento do processo administrativo-fiscal para a deflagração da persecução penal têm por base dois fatores, o primeiro relacionado à certeza da materialidade do fato típico, quando a questão discutida afete a caracterização da tipicidade, e, num segundo plano, a exequibilidade da medida de caráter político-criminal que consiste em possibilitar ao contribuinte efetuar o pagamento ou parcelamento de dívida certa e exigível, antes do recebimento da denúncia. Concluem que “a liquidez do débito tributário (que se verifica somente como encerramento do processo administrativo) é pressuposto tanto para o pagamento ou parcelamento do débito tributário, como da existência material e formal do crime tributário”. (BITENCOURT, MONTEIRO 2013, p.74). No entanto, a decisão do Supremo não é isenta de justas críticas.

Ao analisar as inconveniências práticas ocorridas na Itália e Espanha em relação ao sistema da *pregiudiziale tributaria*⁸, que levaram à sua abolição naqueles países e pela primazia judicial na valoração probatória de infrações penais, Andrei Pitten Veloso (2009) elenca uma série de fragilidades no julgamento do Habeas Corpus n. 81.611-8.

Primeiramente, destaca que a exigência de um lançamento “firme” (não mais sujeito à revisão administrativa) para persecução de crimes tributários não é consagrada expressamente pela legislação, ponderando que o Supremo Tribunal criou a regra que anteriormente afirmara não poder ser criada pelo próprio Congresso Nacional, quando firmou a interpretação do artigo 83 da Lei 9.430/96 no julgamento da Medida Cautelar da ADI n. 1571.

Outra razão elencada para a rejeição da tese acatada pelo STF é o fato de que o juiz penal não é vinculado pelas conclusões concretizadas no lançamento, pois, de outro modo, teríamos uma ofensa à separação dos poderes e o nefasto efeito de concentrar demasiado poder em órgãos integrantes do Executivo que não são imunes às criminosas ofertas pecuniárias dos

⁸ requisito de procedibilidade para a persecução dos crimes contra a ordem tributária consistente no esgotamento da esfera administrativa consagrado em 1929, pelo art. 21, 3, da Lei 4/1929, com aplicação restrita aos impostos diretos (“l’azione penale ha corso dopo che l’accertamento dell’imposta è divenuto definitivo”)

grandes sonegadores. Assim, se a decisão proferida no procedimento administrativo não pode vincular o Poder Judiciário, resta evidente a desnecessidade de se aguardar o seu término para o início do processo penal. Se dúvidas houver, o Magistrado poderá, diante das peculiaridades do caso, suspender o processo para aguardar o término do procedimento administrativo (VELOSO, 2009).

Registra-se também como equivocada a premissa do acórdão no sentido de que toda e qualquer impugnação ao lançamento tributário determine uma situação de “incerteza objetiva” sobre a existência e ao conteúdo da obrigação. Com efeito, nem toda resistência oferecida pelo contribuinte ao lançamento fiscal pode ser considerada fundada e cabida, sendo que, nestes casos onde a impugnação do contribuinte será inexoravelmente rechaçada pela Administração não se pode falar do alegado estado de “incerteza objetiva” (VELOSO, 2009).

No tocante ao argumento de que a imutabilidade administrativa do lançamento é necessária para o exercício do direito do contribuinte infrator em extinguir sua punibilidade pelo pagamento do tributo, observa-se que o STF poderia ter adotado uma interpretação no sentido de que o pagamento posterior ao recebimento da denúncia produz os mesmos efeitos que aqueloutro efetuado anteriormente, contanto que tenha havido uma redução do montante devido na esfera administrativa. Inovar-se-ia muito menos no ordenamento tanto sob o viés teórico quanto sob o prático, sendo que tal solução já havia sido consagrada legalmente por meio da Lei 10.684/2003 (art. 9º, § 2º). (VELOSO, 2009).

Ademais, a decisão da Suprema Corte promove evidente violação ao princípio da igualdade, que é basilar ao Estado Democrático de Direito, ao tratar distintamente criminosos pobres e ricos, permitindo que sejam concedidos privilégios para os crimes de “colarinho branco” que são rejeitados para os demais crimes, cometidos pelos socialmente desfavorecidos.

Com efeito, qual a razão de permitir-se a extinção da punibilidade mediante o pagamento para “estelionatos” contra o Poder Público e negá-los aos praticados contra particulares? Se um particular obtém, através de uma falsidade, uma pequena vantagem financeira, será processado criminalmente, sem que haja qualquer condição objetiva de procedibilidade ou possibilidade de extinguir a punibilidade mediante a restituição do valor devido. Mas se um grande empresário obtém uma vultosa vantagem financeira através de múltiplas falsidades contra o Fisco, poderá aguardar tranquilamente o desenrolar do processo administrativo, protelando-o à sua vontade e, findo este, pagar o valor devido, eximindo-se de qualquer sanção na esfera penal. A ofensa à isonomia é gritante, e o Supremo Tribunal Federal nunca a reconheceu. Pelo contrário, vem agravando-a por meio de decisões como a proferida no HC 81.611, nas quais tenta garantir direitos fundamentais dentro de uma sistemática que é atentatória a um dos mais básicos direitos fundamentais, o direito à igualdade. (VELOSO, 2009).

Consideramos pertinentes as críticas acima lançadas. Sob o ponto de vista político-criminal, a orientação jurisprudencial firmada pelo STF cria situação inusitada perante o sistema de justiça, onde o infrator passa a ter o controle sobre a deflagração da persecução penal contra si, a partir do singelo ato de impugnar o lançamento tributário, ainda que de forma manifestamente artificial. Também chama nossa atenção não ter havido no voto prevalente maior apreço sobre a repercussão que o entendimento proposto teria sobre a proteção ao bem jurídico tutelado, principalmente, diante das dificuldades já existentes à época de fluidez dos procedimentos administrativos perante às instâncias fiscais dos três níveis de governo.

É fato que tão importante decisão jurisdicional não poderia se pautar exclusivamente por fatores pragmáticos relacionados à organização dos recursos alocados pela Administração Pública no enfrentamento da questão, porém, tal abordagem não podia ser de todo desconsiderada face à sua estreita relação com o princípio da eficiência da proteção penal. Na hipótese, nos parece possível a conciliação hermenêutica entre o propósito político criminal acima destacado (eficiente proteção penal) como a integridade sistêmica de aplicação do direito, o que, no caso, podia se dar pelo regramento já existente das questões prejudiciais em nosso Código de Processo Penal, ou ainda, por solução intermediária diversa daquela que decotou integralmente a persecução penal, determinada, em última análise, por ato exclusivo do próprio infrator.

O fato é que a orientação definida no julgamento Habeas Corpus n. 81.611-8 tornou-se o *leading case* da matéria, condicionando, inclusive, o julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1571, proferido no mesmo dia do julgamento do Habeas, onde o entendimento firmado pelo julgamento de sua Medida Cautelar seria adaptado à nova orientação determinada pela Suprema Corte.

Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Art. 83 da Lei no 9.430, de 27.12.1996. 3. Arguição de violação ao art. 129, I da Constituição. Notitia criminis condicionada "à decisão final, na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito tributário". 4. A norma impugnada tem como destinatários os agentes fiscais, em nada afetando a atuação do Ministério Público. É obrigatória, para a autoridade fiscal, a remessa da notitia criminis ao Ministério Público. 5. **Decisão que não afeta orientação fixada no HC 81.611. Crime de resultado. Antes de constituído definitivamente o crédito tributário não há justa causa para a ação penal.** O Ministério Público pode, entretanto, oferecer denúncia independentemente da comunicação, dita "representação tributária", se, por outros meios, tem conhecimento do lançamento definitivo. 6. Não configurada qualquer limitação à atuação do Ministério Público para propositura da ação penal pública pela prática de crimes contra a ordem tributária. 7. Improcedência da ação (BRASIL, 2003).

Em 2009, esta orientação jurisprudencial é alçada à condição de Sumula Vinculante, de número 24, redigida nos seguintes termos: “Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo.”(BRASIL, 2009).

Não obstante, o próprio Supremo reconhece hipóteses, de todo esperadas, onde o entendimento sumular é mitigado, como nos casos de embaraço à fiscalização tributária ou diante de indícios da prática de outros delitos de natureza não fiscal no mesmo contexto(HC 118.985 AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, DJe de 21/06/2016, ARE 936.653 AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe de 14/06/2016 e Rcl 28.147 AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 25/04/2018).

Se na questão acima discutida, ao nosso ver, o STF prestigiou orientação refratária a uma melhor proteção do bem jurídico em voga, em duas outras oportunidades, porém, nossa Suprema Corte laborou em acerto ao legitimar instrumentos absolutamente necessários à investigação e processamento dos crimes fiscais.

As Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 2.390, 2.386, 2.397 e 2.859 impugnavam normas relativas ao fornecimento, pelas instituições financeiras, de informações bancárias de contribuintes à administração tributária sem a intermediação do Poder Judiciário⁹. A causa de pedir destas ações apontava a ofensa aos artigos 5º, incisos X (inviolabilidade da vida privada e da intimidade), XII (inviolabilidade do sigilo de dados), XXXV (inafastabilidade da jurisdição) e LIV (princípio do devido processo legal) e 145, § 1º, todos da Constituição Federal.

No julgamento decidiu-se que o envio de informações bancárias ao fisco por meio dos artigos 5º e 6º da Lei Complementar nº 105/2001 e seus decretos regulamentares (Decretos nº 3.724, de 10 de janeiro de 2001, e nº 4.489, de 28 de novembro de 2009) trata-se de legítima transferência de dados sigilosos de um determinado portador(instituições bancárias) para outro(fisco), ambas com a obrigação de manutenção de sigilo, permanecendo resguardadas a

⁹ Artigo 1º, § 3º, inciso VI, na parte em que remete aos artigos. 5º e 6º; art. 5º; e artigo 6º, todos da Lei Complementar nº 105/2001, e os Decretos nº 3.724/2001, nº 4.489/2002 e nº 4.545/2002, o § 4º do art. 1º da Lei Complementar nº 105/2001(expressão “do inquérito ou”) e o art. 1º da Lei Complementar nº 104/2001, na parte em que inseriu o § 1º, inciso II, e o § 2º ao art. 198 do Código Tributário Nacional).

intimidade e a vida privada do correntista, exatamente como determina o art. 145, § 1º, da Constituição Federal.(BRASIL, 2016)

Afirmou-se, ainda, da existência do dever fundamental de pagar tributos, visto que são eles que, majoritariamente, financiam as ações estatais voltadas à concretização dos direitos do cidadão. Diante disso e do fato de ter assumido perante a ordem internacional o compromisso de cumprir os padrões de transparência e de troca de informações bancárias para evitar o descumprimento de normas tributárias e combater práticas criminosas, o Estado brasileiro não poderia prescindir do acesso automático aos dados bancários dos contribuintes por sua administração tributária.(BRASIL, 2016)

Interessante argumento lançado no julgamento em questão é extraído da antecipação de voto do Ministro Luis Roberto Barroso ao abordar a importância de considerações de “ordem pragmática” no processo de interpretação e aplicação do direito, o que traduzimos para interesse de pesquisa como preocupação de natureza político criminal, o que, como dito anteriormente, faltou ao julgamento do Habeas Corpus n. 81.611-8:

43. Os métodos de atuação e argumentação dos órgãos judiciais são essencialmente jurídicos, mas a natureza de sua função, notadamente quando envolva a jurisdição constitucional e os chamados casos difíceis, tem uma inegável dimensão política. Assim é devido ao fato de o intérprete desempenhar uma atuação criativa – pela atribuição de sentido a cláusulas abertas e pela realização de escolhas entre soluções alternativas possíveis –, e também em razão das consequências práticas de suas decisões.

44. Como é corrente, desenvolveu-se nos últimos tempos a percepção de que a norma jurídica não é o relato abstrato contido no texto legal, mas o produto da integração entre texto e realidade. Em muitas situações, não será possível determinar a vontade constitucional sem

verificar as possibilidades de sentido decorrentes dos fatos subjacentes. Como escrevi em texto doutrinário:

OMISSIS

45. O pragmatismo possui duas características que merecem destaque para os fins aqui visados: (i) o contextualismo, a significar que a realidade concreta em que situada a questão a ser decidida tem peso destacado na determinação da solução adequada; e (ii) o consequencialismo, na medida em que o resultado prático de uma decisão deve merecer consideração especial do intérprete. Dentro dos limites e possibilidades dos textos normativos e respeitados os valores e direitos fundamentais, cabe ao juiz produzir a decisão que traga as melhores consequências possíveis para a sociedade como um todo. (BRASIL, 2016)

A outra decisão do STF que converge para o aperfeiçoamento do sistema de investigação dos delitos tributários foi tomada no recente julgamento do Recurso Extraordinário n. 1.055.941 com repercussão geral (ainda pendente de acórdão), onde se chancelou o

compartilhamento de informação sigilosas de órgãos de controle e regulação financeira com o Ministério Público, sem necessidade de intervenção judicial.

Neste julgado, a Suprema Corte acabou por fixar duas teses a respeito: 1) É constitucional o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira da UIF (Unidade de Inteligência Financeira) e da íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal que define o lançamento do tributo com os órgãos de persecução penal para fins criminais, sem a obrigatoriedade de prévia autorização judicial, devendo ser resguardado o sigilo das informações em procedimentos formalmente instaurados e sujeitos a posterior controle jurisdicional. 2) O compartilhamento referido no item anterior pela Unidade de Inteligência Financeira e pela Receita deve ser feito unicamente por meio de comunicações formais, com garantia de sigilo, certificação do destinatário e estabelecimento de instrumentos efetivos de apuração e correção de eventuais desvios.

Importante ainda destacar duas outras decisões de nossa Suprema Corte, referentes à projeção material dos crimes contra a ordem tributária. A primeira delas foi proferida no julgamento da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo 999.425-SC onde os recorrentes apontavam a inconstitucionalidade do art. 2º, II, da Lei 8.137/1990 por ofensa ao artigo 5º, LXVII, da Constituição Federal, ao argumento de que os crimes tributários não têm relevância penal, mas patrimonial, sendo inconstitucional a criminalização do contribuinte em virtude do não pagamento de tributos. No julgamento em Plenário Virtual, o Supremo Tribunal reafirmou sua jurisprudência no sentido de confirmar a conformidade constitucional dos delitos previstos na Lei n. 8.137/90:

PENAL E CONSTITUCIONAL. CRIMES PREVISTOS NA LEI 8.137/1990. PRISÃO CIVIL POR DÍVIDA. OFENSA AO ART. 5º, LXVII, DA CONSTITUIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. CONFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA. RECURSO EXTRAORDINÁRIO DESPROVIDO. I - O Tribunal reconheceu a existência de repercussão geral da matéria debatida nos presentes autos, para reafirmar a jurisprudência desta Corte, no sentido de que a os crimes previstos na Lei 8.137/1990 não violam o disposto no art. 5º, LXVII, da Constituição. II - Julgamento de mérito conforme precedentes. III - Recurso extraordinário desprovido. (BRASIL, 2017).

No último dia 18 de dezembro, ao julgar o Recurso Ordinário em Habeas Corpus (RHC) 163334, o Supremo Tribunal definiu que o contribuinte que, de forma contumaz e com dolo de apropriação, deixa de recolher o ICMS cobrado do adquirente da mercadoria ou serviço incide

no tipo penal do artigo 2º (inciso II) da Lei 8.137/1990. Segundo informado por notícia veiculado no site daquela Corte:

A corrente majoritária seguiu o entendimento do relator, ministro Roberto Barroso, para quem o valor do ICMS cobrado do consumidor não integra o patrimônio do comerciante, o qual é mero depositário desse ingresso de caixa que, depois de devidamente compensado, deve ser recolhido aos cofres públicos. O ministro, contudo, frisou que, para caracterizar o delito, é preciso comprovar a existência de intenção de praticar o ilícito (dolo). “Não se trata de criminalização da inadimplência, mas da apropriação indébita. Estamos enfrentando um comportamento empresarial ilegítimo”, resumiu o ministro.(BRASIL, 2019).

O acórdão do referido julgado ainda está pendente de publicação. No entanto, a partir dos debates presenciados na respectiva sessão de julgamento, várias críticas surgiram sobre o posicionamento do Supremo Tribunal sobre esta questão

Tal raciocínio acaba por confundir institutos. Há tributos que são cobrados ou descontados dos contribuintes por terceiros para facilitar a arrecadação. É o caso dos tributos descontados pela fonte pagadora ou do ICMS em substituição tributária. Neles, o consumidor ou o empregado são os contribuintes, e o comerciante ou o empregador apenas descontam os valores e os transferem ao Fisco. Tais recursos não integram o patrimônio daquele que os cobra ou desconta. Nesses casos, o não repasse dos recursos caracteriza a apropriação de algo alheio.

Não é o caso do ICMS próprio. Nesse caso, o consumidor não é o contribuinte. Ele não tem relação jurídica com o Fisco, não é devedor do tributo, não tem capacidade contributiva. Ele apenas arca com o ônus econômico do tributo que — às vezes — está embutido no preço da mercadoria. Da mesma forma que paga nesse momento parte dos encargos trabalhistas e das despesas com aluguel do comerciante. Isso não cria para o consumidor uma relação empregatícia ou de inquilinato com empregados ou com o dono do estabelecimento comercial, da mesma forma que não o torna contribuinte dos tributos com os quais arca ao comprar a mercadoria.

Mantida a posição do STF, o não pagamento de outros tributos também será delito. O Imposto de Renda, o ISS e inúmeros outros impostos têm repercussão econômica no preço do produto. Pela lógica até agora prevalente, a inadimplência de qualquer deles será apropriação indébita específica questão(BOTTINI, ESTELLITA, 2019)

Tudo considerado, vê-se que nossa Suprema Corte em relação à criminalização tributária não se move de forma linear. De um lado, presenciamos a manutenção da orientação, inclusive com status vinculante, sobre a necessidade de esgotamento da instância administrativa para a persecução penal dos crimes materiais da Lei n. 8.137/90, o que, ao nosso ver, é motivo de prejuízo em termos de proteção do bem jurídico e manifesto indicativo de seletividade do sistema.

De outra banda, talvez influenciados pela atmosfera de evidente e massiva reprovação popular aos delitos de colarinho branco em nosso país, recentemente introduzida no debate público face aos clamoroso episódios recentes de corrupção, temos recentes julgamentos do STF que consolidam a legitimidade de importantes instrumentos de investigação criminal nos delitos tributários, como no acesso de dados bancários sigilosos pelas autoridades fazendárias e seu compartilhamento com o Ministério Público para fins de persecução.

Por isso, falarmos de “marchas e contramarchas” na formação de nossa jurisprudência penal tributária, o que torna mais desafiadora, a tarefa de qualificar e examinar as características de nossa política criminal nesta área.

4 CONFORMAÇÃO DA POLÍTICA CRIMINAL TRIBUTÁRIA NO DISTRITO FEDERAL: UM OLHAR CRIMINOLÓGICO SOBRE A JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL.

Cabe-nos agora avançar na investigação a partir de um olhar criminológico. Em outras palavras, a partir de agora observaremos como se conformam efetivamente as diretrizes programáticas instituídas por nossa política criminal tributária diante dos conflitos efetivamente captados pelo sistema de justiça, propiciando a avaliação das reações daí surgidas, não só dos envolvidos no fato crime, das instituições encarregadas de exercer seu controle e sancionamento, mas também do corpo social como um todo.

As balizas criminológicas aqui utilizadas remetem ao campo da *criminologia crítica*, elegendo-se a *seletividade de pessoas* como fio condutor do argumento da presente pesquisa, que diante do objeto escolhido, crimes fiscais, se revelará potencializada quando comparada à seletividade ínsita ao sistema. Alguns aportes criminológicos iniciais são necessários, sobretudo os que se referem à transição do paradigma etiológico individual para o paradigma criminológico da reação social, as múltiplas vertentes do campo criminológico crítico, além das premissas epistemológicas e metodológicas oferecidas pelo realismo crítico criminológico.

Em coerência ao objeto pesquisado, a presente seção também examinará a construção do saber criminológico em relação à criminalidade econômica, desde as pioneiras categorias teórico-conceituais de Sutherland (*White Collar Crimes*) bem como as críticas e novas concepções sobre o tema.

Ao final apresentaremos os achados de pesquisa do trabalho empírico empreendido a partir da jurisprudência penal tributária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, de modo a validar ou confrontar as premissas até então abordadas.

4.1 Aportes criminológicos iniciais: o paradigma da reação social e as “criminologias críticas”

Durante os primeiros anos da década de 60, surge um paradigma conflitivo com a justiça criminal como um mecanismo servo-assistido de relações sociais hegemônicas e de crime e desvio. Fundada nos postulados centrais da teoria crítica, onde as questões científicas devem sempre refletir questões sociais para mudança do *status quo*, a criminologia crítica destaca a natureza política das causas do crime, do conceito de crime e das políticas de controle.

Estuda-se o desvio, a normalidade e a desordem como problemas da sociedade em um sentido mais estrutural (SWAANINGEN. 2011).

Refutando o modelo etiológico-individual que explica o crime como manifestação intrínseca do indivíduo (regida pelo determinismo), a criminologia crítica filia-se ao paradigma da reação social ao investigar o delito a partir de sua característica “definitorial”, entendida como realidade socialmente construída.

O termo "criminologia crítica" é usado como um “guarda-chuva conceitual” que abriga uma criminologia que contém uma crítica social, e sob a qual encontramos tanto a criminologia materialista quanto a criminologia interacionista (SWAANINGEN, 2011). Diante de suas múltiplas origens e aspectos bastante divergentes, a começar de seus próprios conceitos, é correto dizer que não existe uma única criminologia crítica, mas que existem várias criminologias críticas (FERREIRA, 2016).

No que se refere à criminologia crítica de viés materialista (de base marxista), Alessandro Baratta(2002, p.161) expõe que o crime não é qualidade ontológica da pessoa e de seu comportamento, revelando-se como um status atribuído a grupos de pessoas distribuídos desigualmente conforme a hierarquia de interesses fixada no sistema sócio-econômico e na desigualdade social entre os indivíduos. Por isso, o professor italiano defende que as principais tarefas dos representantes da criminologia crítica é uma análise radical dos mecanismos e das funções reais do sistema penal na sociedade tardo-capitalista e a construção de estratégia autônoma e alternativa no controle social do desvio a partir do ponto de vista das classes subalternas(BARATTA, 2002, p.197).

Na mesma trilha, Alejandro Alagia, Alejandro Slokar, Nilo Batista e Eugênio Zaffaroni (2011, p.43) destacam a ideia de processos de criminalização, onde sua primeira etapa é a *criminalização primária* consistente no ato e o efeito de sancionar uma lei penal material que incrimina ou permite a punição de certas pessoas, normalmente realizada por agências políticas. Na sequência, a *criminalização secundária* envolve a ação punitiva sobre as pessoas concretas, exercida pelas agências policiais e judiciais (Magistratura, Ministério Público). Estes processos são caracterizados pela *seletividade de pessoas* (e não de bens jurídicos), na medida em que as agências do Sistema Penal orientam suas energias àqueles que estão desprovidos de maior proteção em nossa estrutura social (seja ela econômica, política, social ou cultural).

A potência deste discurso se amplifica quando contextualizamos suas explicações à justiça penal brasileira que ostenta permanente defasagem entre o plano formal e real no tocante aos direitos e as garantias individuais, tendo por características a seletividade, a reprodução da desigualdade social, a tortura, o abuso de poder, a corrupção e a supressão de garantias(AZEVEDO, 2009).

Antônio Suxberger (2013, p. 345-366) observa que o discurso de que a justiça criminal brasileira não funciona deve ser examinado numa acepção horizontal, ou seja, a partir de um recorte da população indiferenciada, geral, porque o nosso sistema de justiça funciona muitíssimo bem para determinado estrato da população, exatamente aquele carente de outras tantas políticas públicas de inclusão e de erradicação de desigualdades sociais. Isso explica porque determinadas condutas (na realidade pessoas) são criminalizadas com o encarceramento, e, outras não.

Os dados empíricos de nosso sistema carcerário apoiam a afirmação de que existe tratamento jurídico diferenciado nos processos de criminalização. O último Relatório Analítico INFOPEN divulgado em dezembro último pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN (BRASIL, 2019a) mostra que 44% da população prisional brasileira é formada por jovens até 29 anos. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD divulgada em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE atesta que pessoas entre 18 e 29 anos corresponde a 18,1% da população brasileira (IBGE, 2018a).

Sobre a cor da pele, raça ou etnia, 58% da população prisional é composta por pessoas negras e pardas ao passo que a PNAD 2018 atesta que 56,8% da população nacional corresponde a este contingente populacional (IBGE, 2018 b). Em termos de instrução, observa-se um baixo grau de escolaridade entre os encarcerados. Entre analfabetos e aqueles com ensino fundamental incompleto alcançamos o percentual de 50%. Por outro lado, apenas 9% dos presos tem ensino médio completo e menos de 1% tem ensino superior completo (BRASIL, 2019a). Em suma, de forma predominante, o encarcerado brasileiro é jovem, negro ou pardo e com baixa instrução.

No mesmo relatório analítico, o DEPEN quantifica dos tipos penais imputados àqueles que estão presos no sistema, os quais foram distribuídos entre os grupos do Código Penal e de legislações específicas, conforme tabela abaixo:

**Tabela 6 – Quantidade de Incidências por tipos penais no Sistema Penitenciário Brasileiro –
Dados de julho-dezembro de 2019.**

Categoria: Quantidade de incidências por tipo penal	Homens	Mulheres	Total
Quantidade de crimes tentados/ consumados	954.898	34.365	989.263
Grupo: Código Penal	724.864	15.407	740.271
Grupo: Crimes contra a pessoa	167.098	4.617	171.715
Homicídio simples (Art. 121, caput)	27.200	964	28.164
Homicídio culposo (Art. 121, § 3º)	2.824	115	2.939
Homicídio qualificado (Art. 121, § 2º)	113.771	2.919	116.690
Aborto (Art. 124, 125, 126 e 127)	129	12	141
Lesão corporal (Art. 129, caput e § 1º, 2º, 3º e 6º)	5.719	132	5.851
Violência doméstica (Art. 129, § 9º)	6.472	48	6.520
Sequestro e cárcere privado (Art. 148)	2.432	70	2.502
Outros - não listados acima entre os artigos 122 e 154-A	8.551	357	8.908
Grupo: Crimes contra o patrimônio	494.994	9.114	504.108
Furto simples (Art. 155)	33.906	1.249	35.155
Furto qualificado (Art. 155, § 4º e 5º)	42.865	1.028	43.893
Roubo simples (Art. 157)	65.781	1.467	67.248
Roubo qualificado (Art. 157, § 2º)	306.456	3.653	310.109
Latrocínio (Art. 157, § 3º)	14.662	656	15.318
Extorsão (Art. 158)	4.004	128	4.132
Extorsão mediante sequestro (Art. 159)	1.934	101	2.035
Apropriação indébita (Art. 168)	723	45	768
Apropriação indébita previdenciária (Art. 168-A)	95	9	104
Estelionato (Art. 171)	3.981	329	4.310
Receptação (Art. 180)	16.451	334	16.785
Receptação qualificada (Art. 180, § 1º)	1.302	44	1.346
Outros - não listados acima entre os artigos 156 e 179	2.834	71	2.905
Grupo: Crimes contra a dignidade sexual	34.840	616	35.456
Estupro (Art. 213)	12.022	82	12.104
Atentado violento ao pudor (Art. 214)	3.231	41	3.272
Estupro de vulnerável (Art. 217-A)	16.545	385	16.930
Corrupção de menores (Art. 218)	591	29	620
Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual (Art. 231)	27	-	27
Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual (Art. 231-A)	10	-	10
Outros (Artigos 215, 216-A, 218-A, 218-B, 227, 228, 229, 230)	2.414	79	2.493
Grupo: Crimes contra a paz pública	21.359	789	22.148
Quadrilha ou bando (Art. 288)	21.359	789	22.148
Grupo: Crimes contra a fé pública	3.932	176	4.108
Moeda falsa (Art. 289)	333	18	351
Falsificação de papéis, selos, sinal e documentos públicos (Art. 293 a 297)	1.082	29	1.111
Falsidade ideológica (Art. 299)	676	42	718
Uso de documento falso (Art. 304)	1.841	87	1.928
Grupo: Crimes contra a Administração Pública	1.694	60	1.754
Peculato (Art. 312 e 313)	1.556	47	1.603
Concussão e excesso de exação (Art. 316)	38	4	42
Corrupção passiva (Art. 317)	100	9	109
Grupo: Crimes praticados por particular contra a Administração Pública	947	35	982
Corrupção ativa (Art. 333)	641	19	660
Contrabando ou descaminho (Art. 334)	306	16	322

Grupo: Legislação específica	230.034	18.958	248.992
Grupo: Drogas (Lei 6.368/76 e Lei 11.343/06)	183.077	17.506	200.583
Tráfico de drogas (Art. 12 da Lei 6.368/76 e Art. 33 da Lei 11.343/06)	155.025	14.068	169.093
Associação para o tráfico (Art. 14 da Lei 6.368/76 e Art. 35 da Lei 11.343/06)	22.084	2.809	24.893
Tráfico internacional de drogas (Art. 18 da Lei 6.368/76 e Art. 33 e 40, inciso I da Lei 11.343/06)	5.968	629	6.597
Grupo: Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 22/12/2003)	34.188	755	34.943
Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (Art. 14)	19.468	442	19.910
Disparo de arma de fogo (Art. 15)	1.404	5	1.409
Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (Art. 16)	13.108	296	13.404
Comércio ilegal de arma de fogo (Art. 17)	118	3	121
Tráfico internacional de arma de fogo (Art. 18)	90	9	99
Grupo: Crimes de Trânsito (Lei 9.503, de 23/09/1997)	3.071	109	3.180
Homicídio culposo na condução de veículo automotor (Art. 302)	484	1	485
Outros (Art. 303 a 312)	2.587	108	2.695
Grupo: Legislação específica - outros	9.698	588	10.286
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13/01/1990)	8.823	366	9.189
Genocídio (Lei 2.889, de 01/10/1956)	30	81	111
Crimes de tortura (Lei 9.455, de 07/04/1997)	650	114	764
Crimes contra o Meio Ambiente (Lei 9.605, de 12/02/1998)	195	27	222

Fonte: (BRASIL, 2019 a)

A partir de tais dados é possível extrair algumas observações: As incidências penais mais frequentes correspondem a delitos patrimoniais (principalmente furtos e roubos) e os relacionados ao tráfico de drogas. O somatório destas duas tipologias criminais corresponde a 71,23% do total das incidências pesquisadas. Tais delitos caracterizam o que chamamos de “crimes de rua”, onde seus sujeitos ativos são os preferenciais alvos da criminalização como dito anteriormente.

Por outro lado, as incidências de crimes contra a administração pública perfazem aproximados 0.17% do total registrado. Outros crimes de intensa reprovabilidade e que, inclusive, atingem bens jurídicos transindividuais, também tem pouca expressividade no cenário carcerário. Os crimes contra o meio ambiente previstos na Lei n. 9.605/98, totalizam 222 ocorrências. Os crimes contra a Ordem Tributária (ressalvados os de contrabando) e contra o Sistema Financeiro Nacional sequer aparecem no levantamento realizado. Sabidamente, tais delitos envolvem pessoas com algum empoderamento, isso quando não são os efetivos protagonistas na estrutura de poder do Estado.

O funcionamento seletivo (de pessoas) também fica aparente no processo programação legislativa punitiva (criminalização primária). Laura Frade (2007) pesquisou as representações sobre a criminalidade da 52^a. Legislatura do Congresso Nacional (2003-2007). Após o

mapeamento de proposições legislativas e de entrevistas com parlamentares, a pesquisa concluiu que nosso parlamento não tem consciência do conjunto de imagens envolvidas no debate da matéria criminal e que a tendência dominante nesse espaço decisório é a da prevalência de uma postura elitista em relação ao crime. Punitiva. Replicadora da impunidade da elite – com quem os elaboradores legais se identificam – e moldada de forma a preservar as estruturas oligárquicas de poder. Observou-se ainda que a produção legislativa está sendo contaminada por estas representações ao replicar de maneira automática as ideias constitutivas da violência e exclusão.

Importante ainda considerar que nossa produção legislativa está flagrantemente influenciada pelo chamado populismo punitivo midiático, compreendido como “a reação” ou o “espasmo” do parlamento (Estado) em momentos de comoção provocados pelos principais veículos de comunicação na cobertura de episódios criminais considerados “bárbaros” ou cruéis. Nestas ocasiões, sem a adequada reflexão, “normas de emergência penal” são aprovadas pelo Poder Legislativo, com características marcadamente punitivas, sem que haja maiores preocupações em termos de eficácia ou efeitos colaterais. Reforça-se, assim, o controle punitivo exercido pelas agências de criminalização. Zaffaroni (2001, p.129) enfoca de modo preciso esta realidade:

Mais concretamente, são os meios de massa que desencadeiam as campanhas de ‘lei e ordem’ quando o poder das agências encontra-se ameaçado. Estas campanhas realizam-se através da ‘invenção da realidade’ (distorção pelo aumento de espaço publicitário dedicado a fatos de sangue, invenção direta de fatos que não aconteceram), ‘profecias que se auto-realizam’ (instigação pública para a prática de delitos mediante metamensagens de ‘slogans’ tais como ‘a impunidade é absoluta’, os menores podem fazer qualquer coisa’, ‘os presos entram por uma porta e saem pela outra’, etc; publicidade de novos métodos para a prática de delitos, de facilidades, etc.). ‘produção de indignação moral’ (instigação à violência coletiva, à autodefesa, glorificação de ‘justiceiros’, apresentação de grupos de extermínio como ‘justiceiros’, etc.)

Ao criticar o mito da igualdade do direito penal que se funda na crença de que a norma incriminadora é aplicada indistintamente a todos que pratiquem comportamentos considerados criminosos, Baratta(2002, p.162) revela desconcertantes críticas que se amoldam perfeitamente aos dados de realidade que encontramos acima:

- a) o direito penal não defende todos e somente os bens essenciais, nos quais estão igualmente interessados todos os cidadãos, e quando pune as ofensas aos bens essenciais o faz com intensidade desigual e de modo fragmentário;
- b) a lei penal não é igual para todos, o status de criminoso é distribuído de modo desigual entre todos os indivíduos;

c) o grau efetivo de tutela e a distribuição do status de criminoso é independente da danosidade social das ações e da gravidade das infrações à lei, no sentido de que estas não constituem a variável principal da reação criminalizante e da sua intensidade.

Então, fica claro que o processo de criminalização não pode ser exclusivamente creditado às contingências pessoais e sociais daqueles que se viram atingidos pela condenação criminal, ao revés, é resultado da confluência de múltiplos fatores que simultaneamente permeiam o funcionamento do sistema punitivo, incluídas aí, razões de natureza econômica, política, social, comportamental e cultural.

Embora o diagnóstico proporcionado pela criminologia crítica materialista tenha grande contundência em termos de explicação do funcionamento efetivo do sistema penal, muitas críticas são dirigidas a este modelo de explicação materialista. Defende-se, inclusive, a existência de uma verdadeira crise desta criminologia crítica.

Rene Van Swaaningen(2011) sistematiza uma série de argumentos daqueles que defendem a crise da criminologia crítica, tanto ponto de vista epistemológico (analítico) quanto ideológico: (a) a criminologia crítica pouco se envolve com séria investigação sociológica, cingindo-se a uma posição de indignação moral diante da desigualdade e da exploração social e à repetição de sua própria ideologia; (b) Depois de ter sido um símbolo do progressismo há alguns anos, a criminologia crítica é descrita como mero diletantismo; (c) O sectarismo, as teorias delirantes que descrevem o crime como um simples expoente de desvio e a escassa disposição de lidar com questões positivadas e estatísticas passam a mensagem de que, no que diz respeito à reforma penal, nada funcionará (d) pouca atenção aos problemas reais dos bairros pobres, dos quais crimes relativamente menores são um expoente importante por causa de seu caráter massivo; (e) O compromisso socialista da criminologia crítica também experimentou dificuldades. A implementação dos gulags stalinistas e da revolução cultural chinesa tem sido difícil de explicar aos simpatizantes ocidentais do marxismo-leninismo ou do maoísmo.

De fato, várias destas críticas tem pertinência, porém, não na proporção de deslegitimar este campo criminológico na sua vocação permanente de servir como indispensável instância científica de denúncia aos recorrentes influxos autoritários dirigidos à expansão dos sistemas de controle formal e diminuição dos espaços de cidadania e de individualidades. Por isso, reputamos adequada a proposta de nos aproximarmos de bases epistemológicas e metodológicas mais produtoras à mediação dos conflitos penais

contemporâneos, sem necessariamente se afastar da essência do discurso do paradigma da reação social que ainda se demonstra efetiva contundência.

Neste sentido, oportunas as explicações de Bourdieu (1989) sobre a necessidade do pesquisador “*pensar relacionalmente*”, isto é, de considerar na construção de seu objeto de pesquisa a imanente relação entre a teoria/metodologia com o contexto de realidade onde se encontra imerso aquele primeiro. Rejeitando a arbitrária segregação entre teoria, metodologia e epistemologia, o autor pontua que “as opções técnicas mais empíricas são inseparáveis das opções mais teóricas de construção do objeto”, advertindo, ainda, sobre a armadilha do “objeto pré-constituído”. Ao traçar os contornos de uma “pedagogia” da pesquisa, Bourdieu defende a *objetivação participante* explicando-a da seguinte maneira:

a objetivação da relação do sociólogo como o seu objeto, (...), a condição da ruptura com a propensão para investir no objeto, que está sem dúvida na origem de seu interesse pelo objeto. É preciso, de certo modo, ter-se renunciado à tentação de se servir da ciência para intervir no objeto, para se estar em estado de operar uma objetivação que não seja a simples visão redutora e parcial que se pode ter, no interior do jogo, de outro jogador, mas sim a visão global que se tem de um jogo passível de ser apreendido como tal porque se saiu dele (BOURDIEU, 1989, p.58).

A conclusão de Bourdieu sobre o efetivo sentido da sociologia no interessantíssimo ensaio “Camponês e seu corpo” também é inspiradora em outros campos do conhecimento científico, inclusive no criminológico

Se o sociólogo se profibe de concordar com a consciência que os sujeitos constroem sobre suas situações e de tomar ao pé da letra a explicação que eles dão a elas, ele considera essa consciência com muita seriedade para tentar descobrir seu fundamento real, só se dando por satisfeito quando consegue abarcar na unidade de uma compreensão a verda de imediatamente dada à consciência vivida e a verdade laboriosamente adquirida pela reflexão científica. **A sociologia talvez não merecesse uma hora de esforço se tivesse por finalidade apenas descobrir os cordões que movem os indivíduos que ela observa, se esquecesse que lida com os homens, mesmo quando estes, à maneira das marionetes, jogam um jogo cujas regras ignoram, em suma, se ela não se desse à tarefa de restituir a esses homens o sentido de suas ações.**(negritamos) (BOURDIEU, 2006, p.92)

Nesta linha de raciocínio, o *realismo crítico criminológico* se apresenta como opção viável ao propósito que ora perseguimos. De origem britânica e capitaneado por autores como Jock Young, Ray Pawson, Nick Tilley, e, principalmente Roger Matthews, o realismo crítico concebe o conhecimento criminológico a partir da junção entre teoria, método e política de implementação de propostas, de forma coerente e consistente (MATTHEWS, 2009). A criminologia realista parte de quatro premissas centrais: (a) *compromisso com a investigação*

empírica detalhada;(b)a independência e objetividade da atividade criminosa; (c)o efeito desorganizador do crime;(d)a possibilidade e conveniência de desenvolver medidas para reduzir a criminalidade (MATTHEWS, 1987).

A liberdade não pode ser considerada apenas uma liberdade negativa (apesar do Estado), mas também produtiva, pois, o Estado constantemente exerce seu poder para produzir as condições nas quais são possíveis o exercício da liberdade individual. Portanto, na busca por justiça social, a agenda realista criminológica não deve ser só contra o Estado ou contra a repressão penal, mas também pelo Estado (DIETER, 2016). O autor ainda avança na compreensão do crime como construção social, na centralidade das relações de poder, propondo um engajamento com as políticas estatais em prol dos direitos humanos.

Sob ponto de vista metodológico, Matthews não descarta nenhuma técnica de pesquisa (sejam qualitativas ou quantitativas), mas é assertivo na defesa daquelas que almejam desvelar explicações causais dos fenômenos sociais para o desenvolvimento e disputa de alternativas políticas para a questão criminal (DIETER, 2016).

Assim, a pesquisa pretende congrega tais vertentes criminológicas ao objeto investigado, partindo-se dos diagnósticos denunciados pelo criminologia crítica materialista, principalmente no que se refere à seletividade do sistema penal, porém, não partilhando do discurso deslegitimador fundamentalista, por acreditarmos que o saber criminológico pode ser instância contributiva para o enfrentamento dos desafios concretos da convivência social, associando-se, assim, aos fundamentos ressaltados pelo realismo crítico.

4.2 A construção do saber criminológico em relação à criminalidade econômica

No século XIX, criminalistas já esboçavam preocupações sobre as características e efeitos dos chamados “crimes do mundo dos negócios”, expressão usada no Congresso Internacional sobre a prevenção e a repressão do crime realizado em Londres em 1872 (PIMENTEL, 1973, p.115).

Francis Rafael Beck (2017) registra que nas primeiras décadas do século XX a opinião pública estadunidense “vinha sendo sacudida por uma série de reportagens e investigações que denunciavam alianças escandalosas entre políticos e homens de negócios”, relatando a existência de várias elaborações teóricas sobre o assunto

As publicações mais importantes foram os livros de Tarbell (1904) (sobre os negócios da Standard Oil Company) e de Sinclair (1906) (acerca das práticas perigosas na indústria da carne).

Duas décadas depois, o livro de Josephson (1934) sobre a história dos ladrões magnatas desnudou as práticas abusivas dos primeiros grandes empresários capitalistas dos Estados Unidos, como os Rockefeller, Morgan, Vanderbilt e Carnegie, especialmente na indústria ferroviária, durante a segunda metade do século XIX.

Também foram realizados estudos sociológicos sobre a classe superior, bastando recordar os trabalhos de Veblen (1899) a esse respeito.

O termo *white-collar*, na literatura sociológica, foi mais adiante utilizado para referir-se à classe média norte-americana.

No entanto, estes trabalhos não enfocaram, senão marginalmente, fenômenos de criminalidade.

Ainda assim, não foi Sutherland o primeiro a identificar uma parcela de conduta criminal pertencente aos estratos superiores da comunidade (VIRGOLINI, 2004, p.34).

Antes dele, outros autores ousaram enfrentar o tema (embora de forma não tão direta), sendo que os de maior relevância foram três acadêmicos que abordaram a matéria no início do século XX: Ross (1907), Bonger (1916) e Morris (1935). (BECK, 2017)

Não obstante, a produção de conhecimento sobre a “criminalidade dos mais abastados” ganhou consistência a partir dos trabalhos de Edwin Sutherland na primeira metade do século XX. Depois da célebre conferência “The White-Collar Criminal” ministrada no 34º encontro anual da American Sociological Society no final do ano de 1939, Sutherland publicou o texto “White-collar criminality”, em 1940 na *American Sociological Review*, onde desenvolve a categoria conceitual “crime de colarinho branco” para denunciar o equívoco das teorias gerais do comportamento criminoso que associavam a prática de atos delituosos somente à pobreza (SUTHERLAND, 2014).

A tese de Sutherland é que o crime não está estritamente correlacionado à pobreza e suas condições psicopáticas e sociopáticas, ressaltando que as explicações convencionais neste sentido são inválidas porque não incluem vastas áreas do comportamento criminoso de pessoas que não pertencem à classe baixa, como os empresários e outros profissionais (SUTHERLAND, 2014).

O sociólogo destaca que a criminalidade de colarinho branco nos negócios manifesta-se com maior frequência na forma de deturpação de demonstrativos financeiros de corporações,

manipulação na bolsa de valores, corrupção privada, corrupção direta ou indireta de servidores públicos a fim de obter contratos e leis favoráveis, vendas e publicidades enganosas, apropriação indébita e uso indevido de ativos, adulteração de pesos e medidas e falsificação de mercadorias, fraudes fiscais, uso impróprio de valores em recuperações judiciais e falências.

Ressalta que esses variados tipos consistem principalmente na quebra de confiança outorgada ou implícita, e, que vários deles podem ser reduzidos a duas categorias: adulteração de patrimônio e duplicidade na manipulação de poder. A primeira é aproximadamente o mesmo que fraude ou estelionato; a segunda é similar à traição (SUTHERLAND, 2014).

Sutherland (2015) destaca que o custo financeiro do crime de colarinho é provavelmente muito maior que o daqueles crimes tradicionalmente considerados como o “problema criminal”, observando com muita acuidade que a vultosa perda financeira decorrente do crime de colarinho branco é menos importante do que os danos para as relações sociais, consistentes na quebra da relação de confiança, redução da moral social e na produção de desorganização social em larga escala.

Por isso Sutherland defende a construção de uma hipótese que explique tanto a criminalidade de colarinho branco como a da classe baixa. Assim, acredita que a criminalidade de colarinho branco, como qualquer outra criminalidade sistemática, é aprendida em associação direta ou indireta com aqueles que já praticam o comportamento que estão apartados de contatos íntimos e frequentes com comportamento de obediência à lei, num processo denominado de associação diferencial. Ao final do artigo, restam sintetizados os principais alicerces de sua elaboração teórica:

Neste estudo, foi apresentada uma breve e geral descrição da criminalidade de colarinho branco no quadro argumentativo relativo às teorias do comportamento criminoso. Essa discussão, desprovida da descrição, pode ser definida com as seguintes proposições:

1. A criminalidade de colarinho branco é realmente criminalidade, sendo em todos os casos violação da lei penal;
2. A criminalidade de colarinho branco difere da criminalidade da classe baixa, sobretudo, na aplicação do direito penal, ao segregar administrativamente os criminosos da primeira classe dos demais;
3. As teorias dos criminólogos de que o crime deriva da pobreza ou de condições psicopáticas e sociopáticas, estatisticamente associadas com a pobreza, são inválidas

porque se baseiam em amostras que são grosseiramente enviesadas no que diz respeito ao status socioeconômico; não se aplicam aos criminosos de colarinho branco; e, não explicam sequer a criminalidade da classe baixa, visto que os fatores não estão relacionados a um processo característico geral de toda a criminalidade.

4. Uma teoria do comportamento criminoso que explique tanto a criminalidade de colarinho branco como a da classe baixa é necessária.

5. Uma hipótese desta natureza é sugerida nos termos de associação diferencial e desorganização social. (SUTHERLAND, 2014).

Sutherland adotou uma abordagem de índole subjetiva ao conceituar crime de colarinho branco definindo-o como aquele praticado por pessoa de respeitabilidade e alta condição social, no exercício da sua atividade profissional. Algumas das características do crime do colarinho branco idealizado por Sutherland são relacionadas por Malan (2014):

a) complexidade: a prática do crime normalmente exige conhecimentos especializados acerca do mundo dos negócios que estão além do alcance do cidadão comum;

b) opacidade: o crime normalmente é praticado em lugares inacessíveis ou de acesso restrito, ao contrário do crime comum, praticado em locais públicos, à vista de todos;

c) dificuldade estatal na investigação: os órgãos estatais responsáveis pela persecução penal encontram grandes dificuldades materiais na investigação desse tipo de delito, como consequência direta das sobreditas complexidade e opacidade;

d) conflito latente: o crime não envolve a prática de violência ou grave ameaça, logo a percepção social acerca do nexo de causalidade entre conduta e resultado criminoso é muito tênue;

e) difusão da vitimização: o crime não atinge uma vítima individualizada e sim o Estado ou toda a coletividade, motivo pelo qual é reduzida a consciência social acerca da vitimização e da gravidade do crime;

f) dispersão de responsabilidade: há uma diluição das responsabilidades penais individuais, porque normalmente o crime é praticado por meio de uma pessoa jurídica e envolve um intrincado procedimento decisório, decorrente da complexa divisão de tarefas entre os diversos órgãos corporativos;

Sobre a teoria da associação diferencial, Sutherland sustentava que comportamento delituoso não é inerente à condição existencial e social do infrator, mas resultado de autêntico aprendizado. Ao citar Roberto Bergalli, Manoel Pedro Pimentel (1973, p.119) faz interessante síntese desta estrutura teórica:

Admite-se que o grande herdeiro moderno do enfoque de Tarde é Sutherland com sua teoria da ‘associação diferencial’ que estabelece que se a criminalidade não é causada pelas deficiências apontadas, então é ‘social’ e, mais precisamente, uma categoria especial de comportamento aprendido. Uma vez que a maior parte do que se sabe aprende-se em associação com outros, Sutherland deduz que o saber criminal deve ser

o produto da ‘associação diferencial’: uma pessoa aprende a ser ladrão do mesmo modo que aprende a ser metodista ou sapateiro. Sem embargo, uma vez que nem todo aquele que se associa com criminosos se torna criminoso, procura-se reforçar a idéia acrescentando que a ‘frequência’ e a ‘assistência’ da associação são muito importantes. O comportamento criminal sistemático se realiza quando se faz da criminalidade um modo de vida como o do ladrão profissional, o ‘timador’ ou o ‘experto dei naípe’. Uma grande aplicação destas idéias foi a extensão que Sutherland fez da teoria geral ao caso especial do ‘white collar crime’, ou ‘delincuencia dei cuello blanco’, ou seja, da classe econômica mais favorecida.”

Ryanna Pala Veras (2006) esclarece que à época do desenvolvimento da teoria, na década de 1930, a Escola de Chicago exercia grande influência nas pesquisas sociológicas, explicando o crime a partir de elementos multifatoriais tais como classe social, lares instáveis, idade, raça, localização urbana ou rural, distúrbios mentais. Sutherland considera tais fatores relevantes à explicação da criminalidade porque aumentam a probabilidade de indivíduos se associarem com indivíduos que lhes apresentem argumentos favoráveis ao cometimento de delitos. A teoria apresentaria seu desenvolvimento completo na revisão de artigo em co-autoria com Donald Cressey, “A theory of differential association”, sendo estruturada em nove proposições:

- 1) O comportamento criminoso é aprendido;
- 2) O comportamento criminoso é aprendido na interação com outras pessoas num processo de comunicação;
- 3) O aprendizado se dá principalmente com as pessoas mais íntimas;
- 4) Tal aprendizado inclui: a) técnicas de prática de crime, simples ou sofisticadas (aspecto objetivo); b) a assimilação dos motivos, razões, impulsos, racionalizações e atitudes (aspecto subjetivo);
- 5) Os impulsos e os motivos são aprendidos por definições favoráveis e desfavoráveis;
- 6) A pessoa se torna delinqüente porque é exposta a mais definições favoráveis à violação da lei, do que a definições desfavoráveis;
- 7) A associação diferencial pode variar em frequência, duração, e intensidade;
- 8) O processo de aprendizagem criminosa por associação com padrões criminosos e não criminosos envolve os mesmos métodos da aprendizagem de comportamentos lícitos;
- 9) O comportamento criminal expressa necessidades e valores semelhantes aos que se expressam pelos comportamentos lícitos.(VERAS, 2006).

Enfim, para a teoria da associação diferencial, o comportamento criminoso é aprendido por meio de técnicas, racionalizações e atitudes em grupos de referência (família, escola, amigos). O comportamento criminoso não era herdado, nem inerente às condições geográficas, mas era aprendido, da mesma forma que comportamento conforme a lei. Era, assim, apenas favorecido pelo ambiente em que se davam os contatos da aprendizagem.

Sem dúvida alguma a obra de Sutherland é um divisor de águas no estudo da criminalidade econômica. A partir dela, diversas outras abordagens foram construídas, inclusive, críticas às suas premissas, método e conclusão. Brian K Paye (2013) categoriza cinco espécies de objeções aos estudos dos crimes do colarinho branco em Sutherland, definidas como ambiguidades: ambiguidade conceitual, ambiguidade empírica, ambiguidade metodológica, ambiguidade jurídica e ambiguidade política.

Sobre a ambiguidade conceitual, Paye registra as críticas sobre a vagueza e imprecisão da definição de crime de colarinho branco. Tal abordagem tem estreita relação com a denominada ambiguidade empírica, onde Payne expõe a opinião de Hermann Mannheim no sentido de que o conceito de colarinho branco subestima a influência da pobreza em outras formas de crime, e, também de Edelhertz ao considerar que o conceito de Sutherland foca em demasiado no agressor (em termos de status) e no local (local de trabalho) do que no próprio crime, prejudicando a precisão dos comportamentos que precisam ser abordados (PAYNE, 2013, p.36).

Ainda sobre a considerada fragilidade empírica do conceito de Sutherland, registra-se a opinião de Susan Shapiro argumentando que a conceituação do crime de colarinho branco faz com que os sociólogos não entendam o ímpeto estrutural desses crimes, os problemas que ofensas criam nos sistemas de controle social e as fontes e consequências do viés de classe no sistema legal (PAYNE, 2013, p.36).

Susan Shapiro (1990) propõe um conceito de colarinho branco liberto da figura do infrator, valorizando uma abordagem objetiva, ou seja, concentrado no significado que o próprio ato representa enquanto uma violação de normas de confiança. Com base na pesquisa sobre fraude de valores mobiliários, Shapiro investiga o efeito da violação das regras de confiança na organização social e no processo tradicional de controle social, ressaltando o equívoco do viés de classe, mostrando que a indulgência concedida aos criminosos de colarinho branco se deve à organização social de seus delitos e aos problemas de policiamento e punição que eles têm, dizendo que os crimes representam mais do que o status de seus infratores (SHAPIRO, 1990).

Payne também registra a ambiguidade metodológica, expondo que ao definir o crime de colarinho branco como comportamentos cometidos por membros da classe alta, Sutherland contraditoriamente considerou todos os tipos de ofensas, incluindo condutas que não possuem afinidade o perfil idealizado por ele mesmo como o roubo de local de trabalho, fraude mecânica, engano por vendedores de calçados e crimes por empresas, etc (PAYNE, 2013, p.36).

Sobre a ambiguidade legal, destaca-se o argumento de alguns estudiosos do direito de que o conceito Sutherland era sociológico demais à custa de definições legais, sendo que os crimes de colarinho branco deveriam ser estritamente definidos para incluir aqueles comportamentos que são criminalmente ilegais. Nesse particular, o crítico mais proeminente de Sutherland foi o sociólogo Paul Tappan que insistiu no uso estritamente legal da palavra crime, ao considerar perturbadora a confusão em torno do rótulo criminal sustentando que o crime é um ato intencional que viola o direito penal (estatutário e jurisprudencial), cometido sem defesa ou desculpa, e criado pelo Estado como crime ou contravenção (REURINK, 2016).

Ao final, Payne (2013, p.37) expõe a ambiguidade política destacando o argumento de alguns autores, dentre eles Edelhertz, no sentido de que a imprecisão da definição e seu foco puramente acadêmico criaram uma desconexão entre aqueles que desenvolvem políticas e práticas que respondem ao crime de colarinho branco e aqueles que estudam esta espécie criminosa.

O mesmo autor idealiza interessante quadro evolutivo sobre o conceito de crime do colarinho branco desde antes dos trabalhos de Sutherland até concepções mais recentes que tratam de delitos e desvios ocupacionais e organizacionais

Tabela 7 – Evolução do conceito de crime de colarinho branco

Concept	Definition	Reference
Criminaloid	The immunity enjoyed by the perpetrator of new sins has brought into being a class for which we may coin the term <i>criminaloid</i> . By this we designate such as prosper by flagitious practices which have not yet come under the effective ban of public opinion. Often, indeed, they are guilty in the eyes of the law; but since they are not culpable in the eyes of the public and in their own eyes, their spiritual attitude is not that of the criminal. The lawmaker may make their misdeeds crimes, but, so long as morality stands stock-still in the old tracks, they escape both punishment and ignominy.	E.A. Ross (Sin and Society, 1907, p. 48)
White-collar crime	Crime committed by a person of respectability and high social status in the course of his occupation.	Sutherland (1949)
Corporate crime	Offenses committed by corporate officials for their corporation and the offenses of the corporation itself.	Clinard and Yeager (1980, p. 189)
Occupational crime	Offenses committed by individuals in the course of their occupations and the offenses of employees against their employers.	Clinard and Yeager (1980, p. 189).

Organizational deviance	Actions contrary to norms maintained by others outside the organization . . . [but] supported by the internal operating norms of the organization.	Ermann and Lundman (1978, p. 7)
Elite deviance	Acts committed by persons from the highest strata of society . . . some acts are crimes . . . may be criminal or noncriminal in nature.	Simon (2006, p. 12)
Organizational crime	Illegal acts of omission or commission of an individual or a group of individuals in a formal organization in accordance with the operative goals of the organization, which have serious physical or economic impact on employees, consumers, or the general public.	Schrager and Short, (1978, p. 408)
Occupational crime	Any act punishable by law which is committed through opportunity created in the course of an occupation that is legitimate.	Green (1990)

Fonte: PAYNE (2013, p.38)

Payne (2013, p.37) sustenta a necessidade de se desenvolver o conceito de crime de colarinho branco entendendo problemático o fato de não existir ainda uma definição aceitável que reúna os variados pontos de vista sobre o tema. Pelo menos cinco problemas são relacionados pelo autor neste sentido. Primeiro, a falta de uma definição sólida do crime de colarinho branco impediu os esforços de detecção. Segundo, sem uma definição concreta do conceito, as respostas mais eficazes para o problema não podem ser medidas. Terceiro, diferentes definições entre os pesquisadores tornaram difícil fazer comparações entre diferentes estudos. Quarto, vagas conceituações geram dificuldades na identificação das causas do comportamento. Por fim, definições variadas de crime de colarinho branco dificultam a determinação com precisão de sua verdadeira extensão.

Independentemente das acaloradas discussões que a questão desperta, e, das necessárias reconstruções que o conceito necessita face aos novos movimentos econômicos, próprios do capitalismo, e, conseqüentemente, das novas formas de manifestação desta criminalidade, é importante dizer que a obra da Sutherland foi fundamental para trazer esta questão ao debate público. Como ressaltando por Reurink (2016, p.8) o próprio Sutherland ao introduzir seu conceito enfatizou que este não se pretendia ser definitivo, mas apenas chamar a atenção para crimes que geralmente eram negligenciados por criminologistas.

Tal perspectiva nos parece relevante para o objeto de pesquisa do presente trabalho principalmente em razão de sua linha argumentativa ser fundada no conceito chave de seletividade que a nosso sentir resta reforçada na tutela penal tributária. O trabalho de

Sutherland oportuniza importante reflexão sobre esta característica ínsita ao nosso sistema justiça, ao tempo em que se apresenta como instrumento de conscientização sobre a nocividade social dos crimes econômicos, inclusive para os grupos habitualmente envolvidos nesta natureza de conflitos, como ponderado por Bruno Amaral Machado (2001, p.69):

Por fim, deve-se radicalizar a mudança de mentalidade a respeito das práticas lesivas a bens supra individuais (tarefa a longo prazo), procurando contaminar grupos detentores do poder quanto ao caráter lesivo de determinadas condutas. Essa solução, embora difícil de ser efetivada, deve ser buscada pela integração dos novos sujeitos no cenário internacional – como as organizações não-governamentais (ainda distantes da população) e as empresas transnacionais interessadas no combate de práticas socialmente nocivas, mesmo que por motivos econômicos (marketing, valorização do produto, etc.) – com associações de classe, agências nacionais e setores da mídia cujos interesses sejam convergentes, fortalecendo-se instituições, associações e núcleos comprometidos com essa causa. Aos que consideram utópicos tais objetivos, vale lembrar a lição de GALEANO (1993, p. 310) de que, ainda que não se possa alcançar, a utopia é o antídoto ao imobilismo.

4.3 Da aplicação do direito penal tributário pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal

Doravante procederemos maior aproximação ao universo empírico da política criminal tributária de nosso sistema de justiça, a partir da atividade judicante do Tribunal de Justiça do Distrito Federal no julgamento das ações penais que versam a matéria. Procuraremos sistematizar as informações disponíveis nos bancos de dados desta corte (jurisprudência e processual) a fim observarmos situações processuais/procedimentais e interpretações judiciais que indiquem ou, pelo menos, possam indiciar eventual tratamento diferenciado em relação à aplicação destes normativos. Importante pontuar que a análise do controle judicial dos crimes tributários por parte de nossa corte local não esgota outros possíveis recortes epistemológicos.

Com efeito, o momento da investigação criminal também se apresenta como relevantíssimo objeto de pesquisa, sobretudo no que se refere ao órgão administrativo responsável pela administração e fiscalização tributárias. Embora este enfoque transcenda os limites propostos pela presente pesquisa, o exame dos fluxos de trabalho, discursos e representações existentes no âmbito institucional e organizacional desta instância administrativa são importantes *insights* para a compreensão dos mecanismos de seleção dos casos de crimes fiscais que adentrarão ao sistema de justiça criminal.

4.3.1 Explicações sobre o percurso metodológico adotado.

Nosso ponto de partida é a inerente seletividade do Sistema Penal, que no caso da criminalidade tributária apresenta-se reforçada pela benevolente política criminal instituída em nosso país. Em outras palavras, os conflitos penais tributários representam uma seletividade “anabolizada” quando comparada a outros conflitos também operados no sistema que também estão sujeitos a esta mesma lógica. A investigação procurará verificar as efetivas consequências penais para aqueles que são processados por esta espécie criminosa, incluindo-se a concreta sanção penal para aqueles que são condenados.

A hipótese a ser confrontada pelos dados e informações obtidos é que o manejo das fórmulas legais existentes em nosso ordenamento penal e processual penal, sobretudo quanto ao processo de individualização da pena, propiciam uma resposta penal extremamente benevolente ao infrator, comprovando a tese de seletividade reforçada destes crimes. Outros aspectos procedimentais como duração do processo, a espécie de tributos suprimidos ou diminuídos, os valores sonegados, também serão dados cotejados na interpretação deste panorama. A pesquisa jurisprudencial foi extraída da ferramenta “consulta à jurisprudência” disponível no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, a partir dos seguintes critérios:

1ºcritério: Foram considerados apenas os registros que dispunham do inteiro teor do respectivo acórdão, com acesso público. Justificativa: O acesso ao inteiro teor dos julgados qualifica a análise dos fundamentos da decisão quando comparada àquela proporcionada por seu respectivo ementário. Além disso, ao contemplar o relatório do caso em julgamento disponível no acórdão do julgado, permite-se uma coleta maior de dados sobre o caso;

2ºcritério:Os casos pesquisados consideraram a classe processual “Apelação Criminal (Apelação)”. Justificativa: A escolha por restringir a pesquisa a esta classe processual levou em consideração nosso intento de colher amostra que representasse a manifestação meritória do tribunal sobre o caso em julgamento, inclusive quanto ao processo de aplicação de pena quando de sentença condenatória, que representa importante constatação para o objeto da presente pesquisa;

3ºcritério: Foram utilizados os seguintes argumentos na coleta dos respectivos acórdãos: “CRIME ADJ2 ORDEM ADJ1 TRIBUTÁRIA” Justificativa: A escolha “aberta” de argumentos propicia acesso mais amplo ao material de pesquisa (julgados), de modo a permitir um universo mais representativo de questões penais que circundam a respectiva criminalização.

4ºcritério: Na ferramenta de consulta foi estabelecido um recorte temporal correspondente à 01.01.1991 a 29.12.2019. Justificativa: o termo inicial do período da pesquisa corresponde ao primeiro ano de vigência da Lei n. 8.137/90 publicada no Diário Oficial da União em 28/12/1990, sendo que o termo final projetado para o ano de 2019 permite um período mais substancial e atualizado de pesquisa.

A partir destes critérios foi obtida uma amostra de **319 registros** (listagem em anexo).

Após exame preliminar da listagem obtida e de verificação de cada um dos links que davam acesso ao inteiro teor do julgado selecionado, verificou-se que parte deles, embora selecionados como apelações criminais, na verdade tratavam de julgamentos de embargos de declaração(em sede de apelação) que não ostentavam conteúdo substancial para efeito da pesquisa. Tais ocorrências foram excluídas da amostra. Do mesmo modo, foram excluídos os registros que por motivos técnicos não permitiram o acesso ao inteiro teor do acórdão, ora por reproduzir somente seu e mentário, ou, por negar acesso ao arquivo. Tudo considerado, o universo de pesquisa foi delimitado a 282 julgados que cobrem o período compreendido entre outubro de 1997 a novembro de 2019.

Após delimitada a base empírica de pesquisa, foi formatada planilha de análise de dados (apêndice) permitindo um exame comparativo do material coletado, a partir da organização em colunas das informações:

Processo (número do Processo do caso em exame);

Ac. (número do registro do acórdão na base de dados do Tribunal);

Data Jul. (Data de Julgamento em segundo grau);

Turma (Turma Julgadora);

Sentença (sentença absolutória “Absol” ou condenatória “Cond”);

Tipo (tipo penal objeto da incriminação);

Qt Crimes (quantidade de crimes na hipótese de concurso de crimes ou continuidade delitiva nas imputações examinadas);

Pena 1.grau (pena imposta em primeiro grau);

Regime (regime prisional imposto em primeiro grau);

Substituição (substituição da pena privativa por restritiva de direitos em primeiro grau);

Multa (pena de multa aplicada);

Ind. Min (imposição de indenização mínima em sentença condenatória);

Recurso (qual das partes interpôs recurso – A (acusado)- MP (Ministério Público) – A/MP (Ambos);

Tema Recurso (Resumo das teses aviadas no recurso);

Resultado (Resultado do julgamento em 2º. Grau);

Pena Final (pena imposta após o julgamento em segundo grau);

Prejuízo(R\$) (qual foi o prejuízo total fiscal declinado no processo, incluindo multa e acessórios);

Contribuinte (ramo de atividade do contribuinte envolvido);

Tributo (espécie de tributo declinado no processo);

Materialidade (por qual meio foi investigado o fato);

Fatos (data do(s) fato(s) delituoso(s));

Denúncia (data do oferecimento e recebimento da denúncia);

Sentença 1 grau (data da sentença de primeiro grau).

Outro instrumento utilizado para a realização da pesquisa foi a consulta ao banco de dados de informações processuais do TJDF. A partir do número do processo de cada um dos casos examinados foi possível completar certos dados da planilha como as datas de oferecimento e recebimento de denúncia, prolação da sentença de primeiro grau, além do acesso

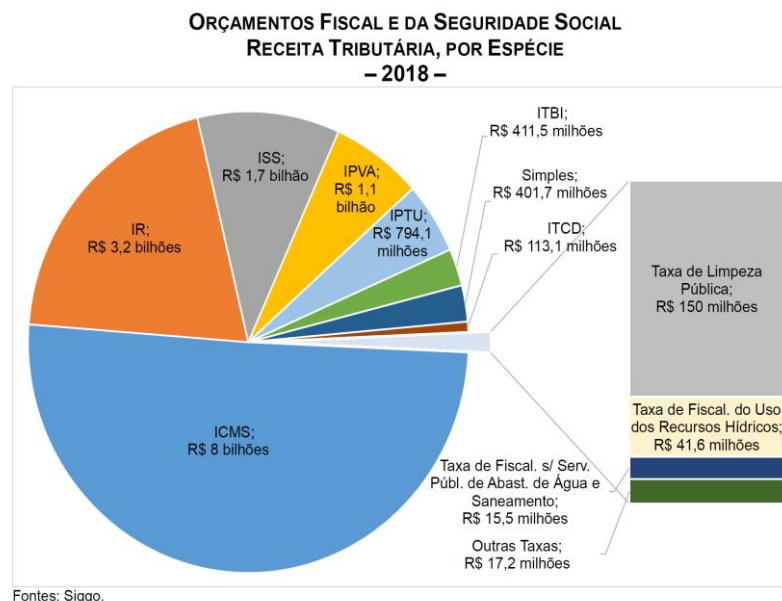
do inteiro teor da sentença de primeiro grau que permitiu a complementação de informações extraídas do exame dos acórdãos de segundo grau. Quando determinada informação não restou disponível pelo exame do material coletado, nos utilizamos do sinal gráfico “?” para indicar a inexistência do dado.

De bom alvitre esclarecer que o somatório correspondente aos dados a seguir expostos (condenações, absolvições, extinções de punibilidade etc.) ultrapassarão o número de casos examinados em razão de alguns deles apresentarem imputações relacionadas ao concurso de pessoas e concurso de crimes, inclusive de forma simultânea.

4.3.2 Dos achados de pesquisa que indicam uma seletividade qualificada na aplicação do Direito Penal Tributário.

A partir da organização dos dados em planilha podemos identificar algumas características da criminalização tributária no âmbito de justiça comum distrital. A primeira delas é que apenas duas espécies tributárias aparecerem como objeto das ações penais examinadas: O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) e o Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), com acentuada prevalência para o primeiro. Dos registros examinados apenas 33 deles versavam sobre o ISS (5 deles em conjunto com o ICMS). Todos os demais referem-se ao ICMS.

Tal constatação mostra perfeita coerência com a estrutura arrecadatória do Distrito Federal que tem nestes dois impostos suas principais fontes de receita tributária. Ressalvado o montante referente ao imposto federal sobre renda e proventos, repassado ao Distrito Federal por força de determinação constitucional (artigos 157 a 162), o volume de recursos proporcionados pelo ICMS e ISS representa quase que cinco vezes o somatório de todos os outros tributos de competência do ente distrital conforme se vê da ilustração abaixo

Gráfico 3 - Distribuição da Receita Tributária por espécie no Orçamento do DF para 2018

Fonte: DISTRITO FEDERAL (2018).

Outra informação digna de nota refere-se às classificações jurídicas nas ações penais examinadas. As formas delitivas previstas no artigo 1º da Lei n. 8.137/90 aparecem com muito maior frequência, em 265 incidências, seguidas de 49 registros referentes ao artigo 2º e de 12 ocorrências do artigo 3º que trata dos delitos funcionais tributários. Tal dado evidencia que a criminalização tributária no recorte pesquisado mostra-se mais ofensiva ao bem jurídico protegido porque o número de incidências relacionadas aos delitos tributários materiais (artigo 1º), que pressupõem o atingimento do resultado naturalístico para sua consumação, é pelo menos cinco vezes maior do que os ilícitos penais de mera conduta tipificados no artigo 2º, concebidos como instrumentos de antecipação de tutela criminal.

Também foi possível examinar como se materializa a resposta penal para os crimes tributários no Distrito Federal. Da amostra examinada foram encontradas 192 condenações a penas privativas de liberdade onde 152 correspondem ao regime aberto, 38 ao regime semiaberto e apenas 2 ao regime fechado. A pena privativa mais severa correspondeu a 8(oito) anos e 8(meses) de reclusão em regime inicial fechado (caso 149 da planilha).

Dentre as condenações que prescreveram o regime aberto de cumprimento de pena, que no Distrito Federal corresponde a prisão domiciliar, a quase unanimidade dos casos veio

acompanhada da medida substitutiva do artigo 44 do Código Penal, à exceção de um único registro onde a substituição foi indeferida em razão das circunstâncias judiciais da culpabilidade e das consequências do crime se mostrarem exasperadas diante do grande prejuízo financeiro ao erário público (caso 173 da planilha). Por outro lado, foram observadas 99 absolvições, 27 extinções de punibilidade pelo reconhecimento da prescrição e 5 extinções pelo pagamento integral do tributo.

Estes resultados demonstram a validade da premissa inicialmente admitida na pesquisa no sentido de que a privação de liberdade para o infrator de delitos tributários é medida excepcional, dialogando não somente com os dados nacionais já citados anteriormente (BRASIL, 2019a) mas também com o Relatório Analítico disponibilizado pelo Departamento Penitenciário Nacional pelo sistema INFOPEN em julho de 2019, para o Distrito Federal, que registra apenas 3(três) incidências de natureza tributária em nosso sistema penitenciário local, todas elas do delito de contrabando/descaminho (BRASIL, 2019 b).

Tabela 8 – Quantidade de Incidências por tipos penais no Sistema Penitenciário do Distrito Federal
Dados de Janeiro-Junho /2019

Categoria: Quantidade de incidências por tipo penal	Homens	Mulheres	Total
Quantidade de crimes tentados/ consumados	25.162	1.242	26.404
Grupo: Código Penal	21.470	783	22.253
Grupo: Crimes contra a pessoa	3.067	138	3.205
Homicídio simples (Art. 121, caput)	454	35	489
Homicídio culposo (Art. 121, § 3º)	2	-	2
Homicídio qualificado (Art. 121, § 2º)	2.212	76	2.288
Aborto (Art. 124, 125, 126 e 127)	-	-	-
Lesão corporal (Art. 129, caput e § 1º, 2º, 3º e 6º)	43	12	55
Violência doméstica (Art. 129, § 9º)	111	9	120
Sequestro e cárcere privado (Art. 148)	5	-	5
Outros - não listados acima entre os artigos 122 e 154-A	240	6	246
Grupo: Crimes contra o patrimônio	17.258	620	17.878
Furto simples (Art. 155)	1.414	43	1.457
Furto qualificado (Art. 155, § 4º e 5º)	2.316	118	2.434
Roubo simples (Art. 157)	1.192	53	1.245
Roubo qualificado (Art. 157, § 2º)	10.415	333	10.748
Latrocínio (Art. 157, § 3º)	791	27	818
Extorsão (Art. 158)	58	-	58
Extorsão mediante sequestro (Art. 159)	13	-	13
Apropriação indébita (Art. 168)	23	1	24
Apropriação indébita previdenciária (Art. 168-A)	-	-	-
Estelionato (Art. 171)	230	18	248
Receptação (Art. 180)	769	19	788
Receptação qualificada (Art. 180, § 1º)	26	1	27
Outros - não listados acima entre os artigos 156 e 179	11	7	18

Grupo: Crimes contra a dignidade sexual	865	8	873
Estupro (Art. 213)	637	3	640
Atentado violento ao pudor (Art. 214)	81	1	82
Estupro de vulnerável (Art. 217-A)	126	1	127
Corrupção de menores (Art. 218)	17	2	19
Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual (Art. 231)	-	-	-
Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual (Art. 231-A)	-	-	-
Outros (Artigos 215, 216-A, 218-A, 218-B, 227, 228, 229, 230)	4	1	5
Grupo: Crimes contra a paz pública	186	11	197
Quadrilha ou bando (Art. 288)	186	11	197
Grupo: Crimes contra a fé pública	64	5	69
Moeda falsa (Art. 289)	4	-	4
Falsificação de papéis, selos, sinal e documentos públicos (Art. 293 a 297)	31	2	33
Falsidade ideológica (Art. 299)	2	1	3
Uso de documento falso (Art. 304)	27	2	29
Grupo: Crimes contra a Administração Pública	24	1	25
Peculato (Art. 312 e 313)	24	1	25
Concussão e excesso de exação (Art. 316)	-	-	-
Corrupção passiva (Art. 317)	-	-	-
Grupo: Crimes praticados por particular contra a Administração Pública	6	-	6
Corrupção ativa (Art. 333)	3	-	3
Contrabando ou descaminho (Art. 334)	3	-	3
Grupo: Legislação específica	3.692	459	4.151
Grupo: Drogas (Lei 6.368/76 e Lei 11.343/06)	2.451	423	2.874
Tráfico de drogas (Art. 12 da Lei 6.368/76 e Art. 33 da Lei 11.343/06)	2.254	420	2.674
Associação para o tráfico (Art. 14 da Lei 6.368/76 e Art. 35 da Lei 11.343/06)	157	3	160
Tráfico internacional de drogas (Art. 18 da Lei 6.368/76 e Art. 33 e 40, inciso I da Lei 11.343/06)	40	-	40
Grupo: Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 22/12/2003)	1.183	23	1.206
Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (Art. 14)	921	7	928
Disparo de arma de fogo (Art. 15)	87	-	87
Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (Art. 16)	173	16	189
Comércio ilegal de arma de fogo (Art. 17)	-	-	-
Tráfico internacional de arma de fogo (Art. 18)	2	-	2
Grupo: Crimes de Trânsito (Lei 9.503, de 23/09/1997)	48	4	52
Homicídio culposo na condução de veículo automotor (Art. 302)	28	-	28
Outros (Art. 303 a 312)	20	4	24
Grupo: Legislação específica - outros	10	9	19
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13/01/1990)	4	7	11
Genocídio (Lei 2.889, de 01/10/1956)	-	-	-
Crimes de tortura (Lei 9.455, de 07/04/1997)	6	2	8
Crimes contra o Meio Ambiente (Lei 9.605, de 12/02/1998)	-	-	-

Fonte: BRASIL(2019 b).

O fato de a privação da liberdade ser resposta quase que inexistente no controle penal dos delitos tributários reforça a ideia de seletividade do sistema de justiça principalmente quando constamos que outras condutas com menor potencialidade lesiva (por atingir bens jurídicos individuais) mas com características assemelhadas aos delitos fiscais (face a natureza patrimonial da lesão e pelos meios fraudulentos empregados) têm considerável participação nas estatísticas penitenciárias.

Num singelo exercício comparativo a partir dos dados constantes do quadro acima reportado, se somamos as incidências patrimoniais de furto simples, furto qualificado, estelionato, apropriação indébita e os crimes contra a fé pública chegamos ao cômputo de 4.232 incidências, 16% do total de incidências registradas no sistema penitenciário. Tal situação é absolutamente contrastante com as três incidências criminais tributárias equivalentes a 0,01% daquele mesmo universo. Para cada condenação por delito fiscal (que sequer corresponde aos tipos penais da Lei n. 8.137/90) existem 1.410 condenações pelos crimes não tributários ora retratados.

Poder-se-ia argumentar que tal realidade é produto de projeção de escala face ao maior cometimento destes “crimes comuns” em comparação com àqueles contra a ordem tributária. Se tal argumento procede, então o esperado é que esta abissal diferença quantitativa de incidências também fosse reproduzida em relação às ações penais julgadas pelo Tribunal. Por isso, realizamos novas sondagens na base de jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal para verificar quantos registros relacionados às figuras delitivas acima destacadas existiam na base de dados da Corte, e, assim, confirmar ou refutar a hipótese ora especulada.

Para tanto, realizamos outras 4 consultas jurisprudenciais compreendendo os seguintes argumentos abertos (1ª pesquisa: argumento “FURTO”; 2ª pesquisa: argumento “ESTELIONATO”; 3ª pesquisa: argumentos “APROPRIAÇÃO E INDÉBITA” e 4ª pesquisa: argumentos “CRIMES E FÉ E PÚBLICA”), remontado os mesmos critérios utilizados na pesquisa jurisprudencial dos crimes fiscais exposta no item 3.3.1 deste trabalho (inteiro teor, mesmo recorte temporal e mesma classe de processo- Apelação Criminal). Foram obtidos os seguintes resultados: 28.506 registros na pesquisa com argumento “FURTO”, 5.264 referentes ao argumento “ESTELIONATO”, 1.339 com os argumentos “APROPRIAÇÃO e INDÉBITA”, 5.571 com os argumentos “CRIME e FÉ” e PÚBLICA”, totalizando 40.680 registros. Como

esclarecido anteriormente, a amostra bruta obtida para a pesquisa envolvendo os delitos contra a ordem tributária resultou em 319 registros.

Confrontados os resultados, vemos que a quantidade de registros encontrados para os “crimes comuns” ora pesquisados equivale aproximadamente a 127 vezes os registros encontrados para os crimes fiscais, ou seja, uma quantidade 11 vezes menor do que a diferença obtida entre estas mesmas incidências dentro do sistema penitenciário (1.410 vezes). Em suma, o “argumento de escala” não se sustenta, o que reforça a ideia de funcionamento seletivo.

Outro achado de pesquisa que corrobora para a ideia de desequilíbrio funcional nesta espécie de criminalização está relacionado à reduzida importância atribuída pelas decisões em relação aos valores indicados como suprimidos/reduzidos para efeito de individualização da pena. Com efeito, as discussões mais frequentes sobre este aspecto praticamente se esgotam na aplicação da causa de aumento de pena prevista no artigo 12, I da Lei n. 8.137/90 que determina o incremento de 1/3 até metade a título de “grave dano à coletividade” para os delitos dos artigos 1º. e 2º deste diploma.

A par das dificuldades impostas pelo elevado grau de indeterminação da referida construção legislativa, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal se alinha à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça parametrizando a majorante para valores sonegados a partir de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), nos termos da aplicação analógica do artigo 14 da Portaria 320 da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, nos termos do seguinte precedente, representativo de vários outros no mesmo sentido (BRASIL, 2018):

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIMES CONTRA ORDEM TRIBUTÁRIA. CAUSA DE AUMENTO. ART. 12, INCISO I, DA LEI N.º 8.137/90. VALOR SONEGADO QUE CAUSA GRAVE DANO À COLETIVIDADE. DEFINIÇÃO DE VALOR VULTOSO PARA FINS DE APLICAÇÃO DA MAJORANTE. PORTARIA N.º 320/PGFN. INAPLICABILIDADE. CIRCUNSTÂNCIA QUE DEVE SER AFERIDA NO CASO CONCRETO EM RAZÃO DO VALOR SUPRIMIDO OU REDUZIDO. VALOR SONEGADO DE R\$ 3.913.880,01 (TRÊS MILHÕES, NOVECENTOS E TREZE MIL, OITOCENTOS E OITENTA REAIS E UM CENTAVO). GRAVE DANO À COLETIVIDADE CONFIGURADO. PRECEDENTES. SÚMULA N. 568/STJ. INCIDÊNCIA MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

Esta Corte Superior de Justiça possui entendimento consolidado no sentido de que, “A expressão do valor sonegado, superior a R\$1.000.000,00, é fundamentação idônea para se decidir pela causa de aumento da pena do art. 12, caput e I, da Lei 8.137/90 [...]” (AgRg no Resp n. 1.566.267/RS, Quinta Turma, de minha relatoria, Dje 23/4/2018, sem grifos no original). Também é entendimento desta Corte que “Não é razoável o entendimento firmado pelo Tribunal de origem, que fixou o limite de tributos sonegados em R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), previsto no art. 2.º da Portaria n.º 320/PGFN, para fins de definição de “quantia vultosa”, dado que a

própria Fazenda Nacional (art. 14 da citada portaria) confere acompanhamento especializado e tratamento prioritário aos processos judiciais de contribuintes – também denominados “grandes devedores” – que tenham em discussão valor igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)” (AgRg no Resp n. 1.282.542/SC, Quinta Turma, Rel^a. Min^a. Laurita Vaz, Dje de 28/8/2014, grifei).

Agravo regimental desprovido.

Todavia, sem se adentrar ao mérito do critério estabelecido para a aplicação da majorante, acreditamos que a abordagem econômica não pode ficar restrita a esta única discussão, devendo contemplar outras situações que também tem considerável potencial ofensivo ao bem jurídico protegido.

Na amostra examinada, do total de 151 condenações ao regime aberto que resultaram na aplicação da medida substitutiva da pena, em 111 delas foi possível identificar o prejuízo nominal fazendário decorrente do ato criminoso de evasão (sem atualização monetária). Os dados encontrados foram organizados na tabela abaixo, dividida em 5(cinco) faixas de valores:

Tabela 9 – Prejuízo tributário declinado no processos que resultaram em substituição de pena

Valor (R\$)	Quantidade de Registros
Até 10.000,00	5
10.000,01 a 100.000,00	34
100.000,01 a 200.000,00	18
200.000,01 a 1.000.000,00	40
Mais que 1.000.000,00	24
Total	111

Fonte: autoria própria.

A Lei Complementar Distrital n. 904 de 28 de dezembro de 2015 dispõe sobre a racionalização no ajuizamento de execuções fiscais e regula a inscrição e a cobrança da dívida ativa do Distrito Federal. O artigo 1º deste diploma legal estabelece limites onde a cobrança judicial dos créditos fazendários fica dispensada. Em valores de hoje¹⁰ o limite de dispensa para cobrança de créditos relativos ao ICMS corresponde a R\$ 18.714,41, para os demais créditos equivale a R\$ 6.238,14.

¹⁰ Atualizados pela Portaria PGDF n. 26 de 24 de janeiro de 2.020.

A partir destes parâmetros observa-se que os valores envolvidos nas condenações criminais que resultaram em penas restritivas de direitos têm efetiva expressão econômica para o ente federado. Dos casos examinados, 58% deles traduzem prejuízo superior a R\$ 200.000,00, mais do que o décuplo do limite de dispensa para cobrança de ICMS no Distrito Federal, sendo que em 21% dos registros os valores sonegados ultrapassam a cifra de R\$ 1.000.000,00, aproximando-se, inclusive, do critério adotado para a afirmação do “grave dano à coletividade”.

Não obstante, a amostra empírica examinada revela que a esmagadora maioria das decisões não levaram em consideração tal abordagem, nem para efeito asseveração da pena base tampouco para verificação do juízo de suficiência da medida substitutiva imposta pelo inciso III do art. 44 do Código Penal. Neste particular, as decisões examinadas restringiram-se à verificação do requisito da quantidade de pena e da primariedade do agente, sem se deter profundamente a outros requisitos.

Além de perfeitamente coerente com os vetores político criminais instituídos pelo direito penal econômico, a tradução econômica do ato criminoso a partir do montante do prejuízo causado também tem amparo na dogmática vigente. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite com tranquilidade o indeferimento da medida substitutiva do artigo 44 do Código Penal quando circunstâncias judiciais desfavoráveis indicarem que a medida de restrição de direitos não é socialmente suficiente para prevenção e repressão do crime. Neste sentido, os seguintes precedentes: HC n. 445.469/RJ, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 22/5/2018, Dje 25/5/2018; HC 547.782/SP, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 03/03/2020, Dje 13/03/2020, AgRg no HC 547.985/RJ, Rel. Ministro Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador Convocado do TJ/PE), Quinta Turma, julgado em 20/02/2020, Dje 02/03/2020); AgRg no AgRg no AREsp 1499710/PR, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, julgado em 22/10/2019, Dje 25/10/2019) ; AgRg no Resp n. 1551101/SC, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 21/6/2018, Dje 29/6/2018.

Por outro lado, a mesma Corte Superior considera que nos crimes tributários o montante do tributo sonegado, quando expressivo, é motivo idôneo para o aumento da pena-base a título de valoração negativa das consequências do crime. A propósito os seguintes acórdãos: AgRg nos Edcl no Resp 1413548/MG, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, julgado em 15/08/2017, Dje 24/08/2017 ; AgRg no AREsp 1062447/AP, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca,

Quinta Turma, julgado em 23/05/2017, DJE 31/05/2017; AgRg no AgRg no AREsp 039737/MG, Rel. Ministro Antônio Saldanha Palheiro, julgado em 27/04/2017, DJE 08/05/2017; AgRg no Resp 1546239/PR, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 13/09/2016, DJE 30/09/2016; AgRg no AREsp 528519/PE, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, julgado em 27/10/2015, DJE 16/11/2015; AgRg no AREsp 552244/SP, Rel. Ministro Ericson Marinho (Desembargador Convocado do TJ/SP), julgado em 15/10/2015, DJE 10/11/2015.

Sob o prisma da proteção eficiente do bem jurídico tutelado e da prevenção de novas infrações, tanto sob o aspecto geral quanto especial, não se mostra razoável a realidade factualmente constatada onde a extensão do prejuízo determinado pelo ato criminoso de evasão fiscal tenha reduzida representatividade em termos da censura penal do ato praticado.

O mesmo pode ser dito sobre outra situação evidenciada pela investigação, consistente no fato de que a quase unanimidade dos casos na amostra examinada envolver a aplicação do crime continuado previsto no artigo 71 do Código Penal¹¹.

Sabidamente, este instituto ficcional foi concebido para mitigar o rigor da aplicação da pena em determinados contextos fáticos onde o cúmulo material das penas aplicadas resultaria em reprimenda desproporcionalmente severa. Assim, a partir da presença de determinados requisitos de ordem objetiva e subjetiva fica o julgador autorizado a reconhecer uma unidade delitiva dos fatos incriminados onde os delitos subsequentes devam ser havidos como continuidade do primeiro (PRADO, 2017).

Ocorre que, determinadas distorções próprias deste instituto tornam-se mais salientes quando aplicados aos delitos tributários, potencializando visíveis situações injusta e estímulo à prática destas infrações.

O entendimento jurisprudencial prevalente no âmbito de nossos Tribunais Superiores, seguido à risca pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, é que o número de infrações determina o quantum de aumento a ser escolhido pelo magistrado na hora de se aplicar a causa de aumento, a partir dos seguintes termos: 2 infrações implicam o acréscimo de 1/6 (um sexto);

¹¹Art. 71 - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

3 resultam em 1/5 (um quinto); 4 em 1/4 (um quarto); 5 em 1/3 (um terço); 6 em 1/2 (metade); 7 (sete) ou mais em 2/3 (dois terços).

Conforme esta orientação, a existência de mais de sete crimes será indiferente em termos de sancionamento penal face ao limite máximo estabelecido pelo artigo. Rene Ariel Dotti (2014) expõe interessante contraponto ao entendimento jurisprudencial dominante registrando coerentes críticas ao critério tarifado de aplicação de pena na continuidade delitiva, todas elas dirigidas a um dimensionamento mais justo da reprimenda:

No entanto, um precedente do Tribunal de Justiça do Paraná diverge, com lúcida fundamentação: “Não obstante o réu tenha praticado o crime de peculato por 49 (quarenta e nove) vezes, o que implicaria, de acordo com o entendimento doutrinário, na aplicação da fração máxima prevista (2/3) – como, inclusive, fez o magistrado na sentença -, é de se levar em conta que esse tipo de crime pode ser praticado por centena de vezes, fazendo com que a fração de aumento da pena pela continuidade sofra variação em relação a outros delitos” (2.^a Câmb. Cr., ApCrim 821015-7, rel. José Maurício Pinto de Almeida, DJ 05.07.2012).

FRAGOSO, por sua vez, contém lição importante sobre o tema. Em que pese ser um defensor do critério meramente objetivo para fixar o aumento observa: “Pode aqui também o juiz exercer o seu poder discricionário, fixando a fração do aumento de pena nos limites previstos” (Ob. Cit., § 362, p. 450).

O critério tarifado adota um a responsabilidade objetiva que se mostra absolutamente injusta conforme o exemplo a seguir. A empregada doméstica, responsável por oito furtos de objetos de razoáveis valores em forma continuada, admite o fato e se mostra arrependida. Um contrabandista pratica dois estelionatos de consideráveis danos financeiros em dias seguidos contra a mesma empresa e idêntico procedimento enganoso. Poderá ela ter o aumento máximo e ele o mínimo? Evidentemente não. Penso que o critério tem o seu endereço na redação final do art. 59 do Código Penal. A pena justa é aquela que o juiz entende ser “necessária e suficiente para reprovação e prevenção do crime”. Obviamente, nesta fase não são avaliados os indicadores do art. 59, caput, mas, sim, outros aspectos objetivos e subjetivos a serem aferidos pela discricionariedade motivada do magistrado.

No que toca ao nosso objeto pesquisado, constatamos a partir da coluna “número de crimes” da planilha de análise 197 casos onde a imputação examinada declinava um número superior a 7(sete) crimes praticados. Neste particular, podemos destacar os seguintes registros de sentença condenatória que ostentam impressionante reiteração delitiva: 1247 vezes (caso 3 da planilha, 3.^a Série), 213(caso 174), 140(caso 159), 99(caso 154), 80(casos 40 e 128).

A jurisprudência prevalente em nossas cortes não admite que os crimes que excedem ao sétimo da série delitiva sejam considerados para exasperação da pena a título de circunstância judicial desfavorável nos crimes contra ordem tributária. Esta orientação foi massivamente encontrada em nossa pesquisa, podendo ser representada pelo seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. DOSIMETRIA. CONTINUIDADE DELITIVA. NÚMERO DE CRIMES QUE EXCEDE O CONSIDERADO PARA APLICAÇÃO DA FRAÇÃO MÁXIMA. UTILIZAÇÃO NA PENA-BASE. DESCABIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO. A pretensão de que a quantidade de crimes que excedem aqueles suficientes para aplicação da fração máxima da continuidade delitiva fosse utilizada para majorar as penas-base desrespeitaria o caráter único de cada delito que integra a continuidade delitiva e se mostraria flagrantemente contrária ao disposto no art. 71 do Código Penal. Somente seria possível se, no caso de crime continuado, nas três primeiras etapas da dosimetria, fosse fixada uma pena única para todos os delitos, o que não encontra guarida no Código Penal.

(AgInt no Resp 1588054/DF, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, Dje 03/08/2016).

2. Decisão monocrática mantida por seus próprios fundamentos.
3. Agravo regimental improvido. (BRASIL, 2017)

Ao nosso ver este enfoque materializa interpretação judicial manifestamente seletiva, extremamente benéficas aos infratores tributários.

Com efeito, há tempos a jurisprudência nacional consagrou o entendimento de que havendo mais de uma qualificadora ou causa especial de aumento de pena, uma delas será utilizada para qualificar/exasperar a reprimenda e as demais podem ser consideradas como circunstâncias desfavoráveis, seja para agravar a pena na segunda etapa da dosimetria (quando cabível), seja para elevar a reprimenda na primeira fase (pena base).

Este entendimento é largamente aplicado aos crimes contra pessoa e delitos patrimoniais. Os seguintes precedentes do Superior Tribunal de Justiça são representativos da orientação acima destacada: Resp 1395088/RS, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 17/12/2015, Dje 02/02/2016; HC 349.050/SP, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 12/04/2016, Dje 19/04/2016; HC 358.096/SP, Relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 01/03/2018, Dje 12/03/2018; AgRg no Resp 1.715.910/RS, Relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 12/06/2018, Dje 25/06/2018; AgRg no HC 512.372/PE, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 15/08/2019, Dje 22/08/2019.

Ainda que singelamente distintas, estas duas situações não comportam solução antagônicas porque ambas estão orientadas pelos vetores políticos criminais do artigo 59 do Código Penal que impõe ao magistrado o dever de aplicar concretamente a pena à luz dos critérios da necessidade e suficiência para reprovação e prevenção do crime.

O argumento de que a consideração desfavorável do crime excedente ao sétimo na continuidade delitiva desrespeitaria o caráter único de cada delito que integra a série delitiva nos parece inconsistente. Ainda que a unidade delitiva seja ficcional, é evidente que os delitos individualmente considerados possuem entre si uma identidade existencial coletiva diante da homogeneidade de circunstâncias objetivas, e do exigido liame subjetivo entre estes, conforme teoria objetiva-subjetiva prevalente em nossos tribunais. Em outras palavras, todos os delitos que compõem a continuidade delitiva estão atados a um mesmo contexto fático, situação que permite que cada um dos delitos seriados possa ser censurado mais severamente por comporem o mesmo enredo criminoso.

De outra banda, a interpretação hermética instituída neste entendimento, caso aplicada à hipótese da multiplicidade de qualificadoras/causas de aumento, conduziria a solução diversa da instituída pela jurisprudência atual, porque, a rigor, estaríamos também diante de uma subversão do processo trifásico de aplicação de pena, onde qualificadoras (que apenas servem como referencial de pena mínima e máxima) e causas de aumento (próprias da terceira fase da individualização) teriam repercussão na definição da pena base (primeira fase), ou, conforme o caso, da pena provisória (segunda fase).

A manutenção destas duas interpretações diferenciadas parece ter como única explicação plausível a seletividade presente na etapa secundária de criminalização, que na seara dos crimes tributários é realidade potencializada.

Em linha de continuidade, a pesquisa também revelou que nos casos de crimes tributários a questão da habitualidade criminosa também não tem a devida atenção dos julgadores. De acordo com a pacífica jurisprudência nacional, inclusive do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, a reiteração ou habitualidade delitiva é fator impeditivo para o reconhecimento do crime continuado por faltar à hipótese a configuração do requisito subjetivo da unidade delitiva dos crimes praticado. Tal entendimento é de massiva aplicação aos crimes comuns patrimoniais, sobretudo nas questões que envolvem a unificação de penas em sede de execução penal. O seguinte precedente do Supremo Tribunal Federal bem sintetiza a presente ideia:

Habeas corpus – Unificação das penas – Continuidade delitiva – Ausência dos requisitos do art. 71 constatada pelas instâncias ordinárias – Reiteração delitiva – Ordem denegada. 1. A continuidade delitiva é, na sistemática penal brasileira, uma criação puramente jurídica. Espécie de presunção, a implicar verdadeiro benefício àqueles que, nas mesmas circunstâncias de tempo, modo e lugar de execução,

praticam crimes da mesma espécie. Isso porque, nada obstante a quantidade de condutas cometidas pelo agente, a lei presume a existência de um crime único. 2. Segundo a jurisprudência do STF, a reiteração delitiva afasta o reconhecimento do crime continuado. 3. Ordem denegada, por ausência da figura da continuidade delitiva. (BRASIL, 2009).

Não obstante, nos casos examinados na planilha, tal questão passou ao largo das discussões processuais, inclusive no tocante à capitulação inicial da acusação. Ainda que as várias condutas criminosas de evasão sejam normalmente contextualizadas no exercício da atividade mercantil contínua, denotando, em princípio, unidade subjetiva dos atos praticados, é preciso se divisar os casos nos quais os crimes de sonegação se projetaram por considerável período temporal. Com efeito, na coluna “Fatos” da planilha de análise onde ficaram registradas a data dos fatos objetos das ações penais ali estudadas, vemos que numerosos casos onde as condutas criminosas se reiteraram anos a fio, o que aproxima tal situação da reiteração delitiva proscria pela jurisprudência. Também aí observamos nítidas diferenciação de tratamento entre à criminalização dos delitos fiscais para o aqui considerados como crimes comuns.

5 CONCLUSÃO

A partir do exame da política criminal tributária no país, sob o aspecto integrado, subsidiado pelos dados empíricos colhidos do recorte de pesquisa proposto (o Distrito Federal) podemos pontuar as seguintes conclusões.

Primeiro, a evasão fiscal, sobretudo a criminosa, é problema público global que impacta diretamente o desenvolvimento econômico dos países, principalmente em Estados caracterizados por desigualdades e assimetrias, onde os recursos auferidos com a atividade tributária são decisivos para a realização de seus objetivos. Além disso, as condutas de evasão atingem negativamente o fluxo das atividades econômicas em termos da garantia de livre iniciativa e concorrência entre seus agentes.

Segundo, a criminalização tributária é instrumento legítimo de proteção da política fiscal do Estado, ressaltando que a intervenção penal mostra-se justificada diante das perspectivas políticas criminais do merecimento, necessidade e capacidade. Neste particular destaca-se que a ideia de eticização do direito penal tributário, onde o sistema fiscal não visa apenas arrecadar receitas, mas também a realização de objetivos de justiça distributiva, tendo em conta as necessidades de financiamento das atividades sociais do Estado, além do convergente dever fundamental de pagar tributos para a consecução deste desiderato.

Terceiro, ao remontarmos a trajetória do direito penal tributário brasileiro foi possível verificar que desde sempre os arranjos legislativos de nosso sistema jurídico dão ensejo a uma política criminal tolerante com os infratores, em razão das penas cominadas e das reiteradas iniciativas despenalizadoras de extinção de punibilidade por meio do pagamento e parcelamento, prejudicando o efeito dissuasório da norma penal incriminadora.

Quarto, a construção jurisprudencial neste campo apresenta movimentos não lineares em termos de proteção ao bem jurídico tutelado. Ao revisitarmos os principais julgamentos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria constatamos esta oscilação. Ao reorientar sua jurisprudência para proclamar a obrigatoriedade do lançamento tributário firme para a justa causa da ação penal nos delitos tributários (Habeas Corpus n. 81.611-8) o Supremo

Tribunal adotou opção político-criminal equivocada ao criar situação onde o infrator passa a ter o controle sobre a deflagração da persecução penal contra si, a partir do singelo ato de impugnar o lançamento tributário, ainda que de forma manifestamente artificial. Por outro lado, mais recentemente, além de temperar o rigor tal orientação, o STF chancelou a constitucionalidade das questões relacionadas ao sigilo bancário e fiscal enquanto meios de investigação destes delitos (acesso e compartilhamento das informações com o órgão acusador), além de ter decidido sobre a tipicidade da conduta do contribuinte que, de forma contumaz e com dolo de apropriação, deixa de recolher o ICMS cobrado do adquirente da mercadoria ou serviço, precedentes que apontam para um reforço de proteção penal ao bem jurídico em questão.

Quinto, a partir das balizas criminológicas do paradigma da reação social, e, com ênfase nas premissas epistemológicas e metodológicas do realismo crítico criminológico, foi possível eleger como fio condutor do argumento da pesquisa a seletividade de pessoas, que no objeto escolhido (crimes tributários) se mostrou potencializada, mesmo em relação àquela ínsita ao sistema.

Sexto, o recorte empírico examinado consistente nas apelações criminais julgadas pelo Tribunal do Distrito Federal durante o período de outubro de 1997 a novembro de 2019, confirma a hipótese de que a inadequada programação legislativa e suas diferenciadas interpretações pelos operadores de justiça, divorciadas de qualquer critério político criminal razoável, acabam oportunizando um tratamento mais parcimonioso ao infrator tributário, destacando-se nesta seara a excepcionalidade (quando não a inexistência) da privação de liberdade para crimes tributários. A desconsideração no processo de individualização de pena de aspectos relevantes como a extensão da lesão fiscal do ato criminoso e da contumácia criminosa do infrator na prática delituosa foram situações concretamente aferidas na amostra pesquisada.

Os achados de pesquisa têm a virtude de jogar luz sobre a questão. É imperioso que o processo de criminalização ora estudado tenha um funcionamento minimamente racional e equânime. Por óbvio, esta empreitada não se esgota em mudanças da programação legislativa, pois, o aperfeiçoamento institucional e organizacional das instâncias responsáveis pela regulação, investigação e julgamento destes conflitos também merecem a devida atenção em termos de maior funcionalidade. No entanto, a formulação de legislação efetivamente

sintonizada como os princípios políticos criminais modernos do direito penal econômico é um bom começo.

Como ressaltado nos dez princípios da OCDE para o enfrentamento aos crimes tributários, é importante que as jurisdições tenham a possibilidade de aplicar sanções penais por violações da lei tributária para (i) enviar uma mensagem sobre integridade, neutralidade e justiça da lei (ninguém está acima da lei); (ii) agir como um impedimento geral para aqueles pessoas que poderiam ser tentadas a fugir de suas obrigações fiscais se surgisse a oportunidade, fornecendo sérias consequências reputacionais e punitivas da atividade criminosa; (iii) agir como um impedimento específico para um indivíduo que foi condenado e sancionado no passado, para que possam ser desencorajados a fazê-lo novamente(OCDE, 2017).

Por mais que as considerações acima reportadas possam parecer “lugar comum” nos debates que envolvem a presente temática, a concretização de medidas político criminais que traduzam tal anseio é desafio hercúleo, não vencido até o momento. Toda “denúncia” de seletividade é necessária se o sistema continua com essa seletividade afirmada e reafirmada dia a dia. A revelação desta realidade a partir de dados concretos e próximo à realidade dos operadores é o primeiro passo para a reorientação desta política pública.

REFERÊNCIAS.

ALAGIA, Alejandro. SLOKAR, Alejandro. BATISTA, Nilo. ZAFFARONI, Eugênio Raul. **Direito Penal Brasileiro I.** – 4ª. Edição. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

ALLINGHAM, Michael.G.; SANDMO, Agnar. **Income tax evasion: a theoretical analysis.** Journal of Public Economics, Amsterdam, v.1, p.323-338, 1972. Disponível em < <http://www3.nccu.edu.tw/~klueng/tax%20paper/1.pdf>>. Acesso em 01.06.2019.

AZEVEDO. Rodrigo Ghiringhelli de. **Justiça Penal e Segurança Pública no Brasil: causas e consequências da demanda punitiva.** Revista Brasileira de Segurança Pública Ano 3 Edição 4 Mar/Abr 2009.

BALASSIANO, Marcel. **Notícia: Em 2018, aproximadamente 90% dos países do mundo apresentaram uma taxa de investimento maior do que a do Brasil.** Blog do IBRE – Instituto Brasileiro de Economia – Fundação Getúlio Vargas, 2019. Disponível em < <https://blogdoibre.fgv.br/posts/em-2018-aproximadamente-90-dos-paises-do-mundo-apresentaram-uma-taxa-de-investimento-maior-do>> Acesso em 05.10.2019.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal. Introdução à sociologia do direito penal.** 3ª edição. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BASTOS, Celso Ribeiro. ALVES, Francisco de Assis. **Crimes Contra a Ordem Tributária,** Coordenador Ives Gandra da Silva Martis São Paulo: RT e CEU, 1995, (Pesquisas Tributárias – Nova Série, 1, p.84-95)

BECK, Francis Rafael. **A criminalidade e o poder: o 116elat-collar crime e a necessidade de uma análise a partir do Brasil.** Revista de Direito da Empresa e dos Negócios. V.1, n.2. 2017. Disponível em <<http://revistas.unisinos.br/index.php/rden/article/view/15727>>. Acesso em 01.12.19.

BECKER, Gary S. **Crime and Punishment: An Economic Approach.** The Journal of Political Economy, Vol. 76, No.2 (Mar-Apr,1968), 169-217. 1968. Disponível em < <http://links.jstor.org/sici?Sici=0022-3808%28196803%2F04%2976%3A2%3CI69%3ACAPABA%3E2.0.CO%3B2-I>>. Acesso em 20.08.2019.

BIANCHINI. Alice. **Pressupostos Materiais Mínimos da Tutela Penal.** São Paulo. Editora Revista dos Tribunais.2002.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz. ESTELLITA, Heloísa. **Com tese do STF sobre ICMS, não pagamento de outros tributos também será crime**. Site Consultor Jurídico. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2019-dez-16/bottini-estellita-tese-stf-icms-vale-outros-tributos>>, Dezembro – 2019. Acesso em 05.01.20.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Editora Bertrand do Brasil S.A. 1989. Rio de Janeiro

_____. **O Camponês e seu corpo** (tradução: Luciano Codato. Revisão: Fábiana Berlatto e Bruna Gisi. No original: *Le paysan et son corps* in Bordieu 2002, *Le bal des célibataires. Crise de la 117elator paysanne em Béarn*. Paris: Seuil p.110-129). Revista de Sociologia e Política n. 26: 83-92. Jun/2006. Curitiba.

BRASIL, Departamento Penitenciário Nacional – **Ministério da Justiça. Relatório Analítico Infopen – Brasil – Jul-Dez/2019**. 20^a9a. Disponível em <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/br/br>> acesso em 01.03.2020.

_____. Departamento Penitenciário Nacional – **Ministério da Justiça. Relatório Analítico Infopen – Distrito Federal – Jan-Jul/2019**. 2019b Disponível em <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/DF/df>> acesso em 01.03.2020.

_____. **Lei n. 4.357, de 16 de julho de 1964**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 de julho de 1964, Seção 1, p.6377.

_____. **Lei n. 4.729, de 14 de julho de 1965**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 de julho de 1965(a), Seção 1, p.6745.

_____. **Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 de dezembro de 1990(a), Seção 1, p.25534.

_____ **Lei n. 9.249, de 26 de dezembro de 1995.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 de dezembro de 1995, Seção 1, p.22301.

_____ **Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 de dezembro de 1996, Seção 1, p.28805.

_____ **Lei n. 9.964, de 10 de abril de 2000.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 de abril de 1990, Seção 1, p.1.

_____ **Lei n. 10.684, de 30 de maio de 2003.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 de maio de 2003, Seção 1, p.1.

_____ **Lei n. 11.941 de 27 de maio de 2009.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 de maio de 2009, Seção 1, p.3.

_____ **Lei n. 12.382, de 25 de fevereiro de 2011.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 de fevereiro de 2011, Seção 1, p.1.

_____ **Lei n. 13.254, de 13 de janeiro de 2016.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 de janeiro de 2016, Seção 1, p.3.

_____ Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. **Dados 20 PGFN em números. Edição 2019.** 20^a9a. Disponível em <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/pgfn-em-numeros> 2014/ pgfn_em_numeros_2019.pdf /@@download/file/PGFN_em_numeros_2019.pdf>. Acesso em 01.10.2019.

_____ **Projeto n. 206 de 1963.** Diário do Congresso Nacional, Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 de abril de 1963, Seção 1, p.1814.

_____ **Projeto n. 2.749 de 1965.** Diário do Congresso Nacional, Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 de abril de 1965(b), Seção 1, p.2322.

_____ **Projeto n. 4.788 de 1990.** Diário do Congresso Nacional, Poder Legislativo, Brasília, DF, 29 de março de 1990(b), Seção 1, p.2224.

_____ Receita Federal do Brasil. **Relatório Anual de Atividades 2018 — Receita Federal.** 2018. Disponível em <http://receita.economia.gov.br/publicacoes/relatorio-anual-de-atividades/ra_2018_-1.pdf/view>. Acesso em: 10.08.2019.

_____ Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial 1582308/DF Ementa **AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. DOSIMETRIA. CONTINUIDADE DELITIVA. NÚMERO DE CRIMES QUE EXCEDE O CONSIDERADO PARA APLICAÇÃO DA FRAÇÃO MÁXIMA. UTILIZAÇÃO NA PENA-BASE. DESCABIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO. 1.** A pretensão de que a quantidade de crimes que excedem aqueles suficientes para aplicação da fração máxima da continuidade delitiva fosse utilizada para majorar as penas-base desrespeitaria o caráter único de cada delito que integra a continuidade delitiva e se mostraria flagrantemente contrária ao disposto no art. 71 do Código Penal. Somente seria possível se, no caso de crime continuado, nas três primeiras etapas da dosimetria, fosse fixada uma pena única para todos os delitos, o que não encontra guarida no Código Penal. (AgInt no REsp 1588054/DF, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe 03/08/2016). **2. Decisão monocrática mantida por seus próprios fundamentos. 3. Agravo regimental improvido.** Recorrente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Recorrido: L.F.G.C, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 24/10/2017, DJe 06/11/2017.

_____ Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental no Recurso Especial 1657618/PE Ementa PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIMES CONTRA ORDEM TRIBUTÁRIA. CAUSA DE AUMENTO. ART. 12, INCISO I, DA LEI N.º 8.137/90. VALOR SONEGADO QUE CAUSA GRAVE DANO À COLETIVIDADE. DEFINIÇÃO DE VALOR VULTOSO PARA FINS DE APLICAÇÃO DA MAJORANTE. PORTARIA N.º 320/PGFN. INAPLICABILIDADE. CIRCUNSTÂNCIA QUE DEVE SER AFERIDA NO CASO CONCRETO EM RAZÃO DO VALOR SUPRIMIDO OU REDUZIDO. VALOR SONEGADO DE R\$ 3.913.880,01**

(TRÊS MILHÕES, NOVECENTOS E TREZE MIL, OITOCENTOS E OITENTA REAIS E UM CENTAVO). GRAVE DANO À COLETIVIDADE CONFIGURADO. PRECEDENTES. SÚMULA N. 568/STJ. INCIDÊNCIA MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. Esta Corte Superior de Justiça possui entendimento consolidado no sentido de que “A expressão do valor sonegado, superior a R\$1.000.000,00, é fundamentação idônea para se decidir pela causa de aumento da pena do art. 12, caput e I, da Lei 8.137/90 [...]” (AgRg no REsp n. 1.566.267/RS, Quinta Turma, de minha relatoria, DJe 23/4/2018, sem grifos no original). Também é entendimento desta Corte qu “Não é razoável o entendimento firmado pelo Tribunal de origem, que fixou o limite de tributos sonegados em R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), previsto no art. 2.º da Portaria n.º 320/PGFN, para fins de definição d “quantia vult”a”, dado que a própria Fazenda Nacional (art. 14 da citada portaria) confere acompanhamento especializado e tratamento prioritário aos processos judiciais de contribuinte – também denominado “grandes devedor”s – que tenham em discussão valor igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)” (AgRg no REsp n. 1.282.542/SC, Quinta Turma, Relª. Minª. Laurita Vaz, DJe de 28/8/2014, grifei). Agravo regimental desprovido. Recorrente: José de Figueiredo Martins. Recorrido: Ministério Público Federal, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 23/08/2018, DJe 05/09/2018.

_____ Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 1571 – Ementa: Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Art. 83 da Lei no 9.430, de 27.12.1996. 3. Argüição de violação ao art. 129, I da Constituição. Notitia criminis condicionad “a decisão final, na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito tributár”o”. 4. A norma impugnada tem como destinatários os agentes fiscais, em nada afetando a atuação do Ministério Público. É obrigatória, para a autoridade fiscal, a remessa da notitia criminis ao Ministério Público. 5. Decisão que não afeta orientação fixada no HC 81.611. Crime de resultado. Antes de constituído definitivamente o crédito tributário não há justa causa para a ação penal. O Ministério Público pode, entretanto, oferecer denúncia independentemente da comunicação, dit “representação tributár”a”, se, por outros meios, tem conhecimento do lançamento definitivo. 6. Não configurada qualquer limitação à atuação do Ministério Público para propositura da ação penal pública pela prática de crimes contra a ordem tributária. 7. Improcedência da ação.** Requerente: Procurador Geral da República. Requerido: Presidente da República e Congresso Nacional

Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 10/12/2003, DJ 30-04-2004 PP-00029 EMENT VOL-02149-02 PP-00265.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.859 – Distrito Federal – Ementa Ação direta de inconstitucionalidade. Julgamento conjunto das ADI nº 2.390, 2.386, 2.397 e 2.859. Normas federais relativas ao sigilo das operações de instituições financeiras. Decreto nº 4.545/2002. Exaurimento da eficácia. Perda parcial do objeto da ação direta nº 2.859. Expressão “do inquérito ou”, constante no § 4º do art. 1º, da Lei Complementar nº 105/2001. Acesso ao sigilo bancário nos autos do inquérito policial. Possibilidade. Precedentes. Art. 5º e 6º da Lei Complementar nº 105/2001 e seus decretos regulamentadores. Ausência de quebra de sigilo e de ofensa a direito fundamental. Confluência entre os deveres do contribuinte (o dever fundamental de pagar tributos) e os deveres do Fisco (o dever de bem tributar e fiscalizar). Compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em matéria de compartilhamento de informações bancárias. Art. 1º da Lei Complementar nº 104/2001. Ausência de quebra de sigilo. Art. 3º, § 3º, da LC 105/2001. Informações necessárias à defesa judicial da atuação do Fisco. Constitucionalidade dos preceitos impugnados. ADI nº 2.859. Ação que se conhece em parte e, na parte conhecida, é julgada improcedente. ADI nº 2.390, 2.386, 2.397. Ações conhecidas e julgadas improcedentes. 1. Julgamento conjunto das ADI nº 2.390, 2.386, 2.397 e 2.859, que têm como núcleo comum de impugnação normas relativas ao fornecimento, pelas instituições financeiras, de informações bancárias de contribuintes à administração tributária. 2. Encontra-se exaurida a eficácia jurídico-normativa do Decreto nº 4.545/2002, visto que a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, de que trata este decreto e que instituiu a CPMF, não está mais em vigência desde janeiro de 2008, conforme se depreende do art. 90, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias -ADCT. Por essa razão, houve parcial perda de objeto da ADI nº 2.859/DF, restando o pedido desta ação parcialmente prejudicado. Precedentes. 3. A expressão “do inquérito ou”, constante do § 4º do art. 1º da Lei Complementar nº 105/2001, refere-se à investigação criminal levada a efeito no inquérito policial, em cujo âmbito esta Suprema Corte admite o acesso ao sigilo bancário do investigado, quando presentes indícios de prática criminosa. Precedentes: AC 3.872/DF-AgR, Relator o Ministro Teori Zavascki, Tribunal Pleno, DJe de 13/11/15; HC 125.585/PE-AgR, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, Segunda Turma, DJe de 19/12/14; Inq 897-AgR, Relator o Ministro Francisco**

Rezek, Tribunal Pleno, DJ de 24/3/95. 4. Os artigos 5º e 6º da Lei Complementar nº 105/2001 e seus decretos regulamentares (Decretos nº 3.724, de 10 de janeiro de 2001, e nº 4.489, de 28 de novembro de 2009) consagram, de modo expresse, a permanência do sigilo das informações bancárias obtidas com esquite em seus comandos, não havendo neles autorização para a exposição ou circulação daqueles dados. Trata-se de uma transferência de dados sigilosos de um determinado portador, que tem o dever de sigilo, para outro, que mantém a obrigação de sigilo, permanecendo resguardadas a intimidade e a vida privada do correntista, exatamente como determina o art. 145, § 1º, da Constituição Federal. 5. A ordem constitucional instaurada em 1988 estabeleceu, dentre os objetivos da República Federativa do Brasil, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e a marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais. Para tanto, a Carta foi generosa na previsão de direitos individuais, sociais, econômicos e culturais para o cidadão. Ocorre que, correlatos a esses direitos, existem também deveres, cujo atendimento é, também, condição sine qua non para a realização do projeto de sociedade esculpido na Carta Federal. Dentre esses deveres, consta o dever fundamental de pagar tributos, visto que são eles que, majoritariamente, financiam as ações estatais voltadas à concretização dos direitos do cidadão. Nesse quadro, é preciso que se adotem mecanismos efetivos de combate à sonegação fiscal, sendo o instrumento fiscalizatório instituído nos arts. 5º e 6º da Lei Complementar nº 105/ 2001 de extrema significância nessa tarefa. 6. O Brasil se comprometeu, perante o G20 e o Fórum Global sobre Transparência e Intercâmbio de Informações para Fins Tributários (Global Forum on Transparency and Exchange of Information for Tax Purposes), a cumprir os padrões internacionais de transparência e de troca de informações bancárias, estabelecidos com o fito de evitar o descumprimento de normas tributárias, assim como combater práticas criminosas. Não deve o Estado brasileiro prescindir do acesso automático aos dados bancários dos contribuintes por sua administração tributária, sob pena de descumprimento de seus compromissos internacionais. 7. O art. 1º da Lei Complementar 104/2001, no ponto em que insere o § 1º, inciso II, e o § 2º ao art. 198 do CTN, não determina quebra de sigilo, mas transferência de informações sigilosas no âmbito da Administração Pública. Outrossim, a previsão vai ao encontro de outros comandos legais já amplamente consolidados em nosso ordenamento jurídico que permitem o acesso da Administração Pública à relação de bens, renda e patrimônio de determinados indivíduos.

8. À Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, órgão da Advocacia-Geral da União, caberá a defesa da atuação do Fisco em âmbito judicial, sendo, para tanto, necessário o conhecimento dos dados e informações embasadores do ato por ela defendido. Resulta, portanto, legítima a previsão constante do art. 3º, § 3º, da LC 105/2001. 9. Ação direta de inconstitucionalidade nº 2.859/DF conhecida parcialmente e, na parte conhecida, julgada improcedente. Ações diretas de inconstitucionalidade nº 2390, 2397, e 2386 conhecidas e julgadas improcedentes. Ressalva em relação aos Estados e Municípios, que somente poderão obter as informações de que trata o art. 6º da Lei Complementar nº 105/2001 quando a matéria estiver devidamente regulamentada, de maneira análoga ao Decreto federal nº 3.724/2001, de modo a resguardar as garantias processuais do contribuinte, na forma preconizada pela Lei nº 9.784/99, e o sigilo dos seus dados bancários. Requerente: Partido Trabalhista Brasileiro. Requerido: Presidente da República e Congresso Nacional. Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 24/02/2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-225 DIVULG 20-10-2016 PUBLIC 21-10-2016.

_____ Supremo Tribunal Federal. **Agravo em Recurso Extraordinário 999425 RG / S- - SANTA CATARINA Ement- - PENAL E CONSTITUCIONAL. CRIMES PREVISTOS NA LEI 8.137/1990. PRISÃO CIVIL POR DÍVIDA. OFENSA AO ART. 5º, LXVII, DA CONSTITUIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. CONFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA. RECURSO EXTRAORDINÁRIO DESPROVIDO. – - O Tribunal reconheceu a existência de repercussão geral da matéria debatida nos presentes autos, para reafirmar a jurisprudência desta Corte, no sentido de que a os crimes previstos na Lei 8.137/1990 não violam o disposto no art. 5º, LXVII, da Constituição. I- - Julgamento de mérito conforme precedentes. II- - Recurso extraordinário desprovido. RECTE.(S) : CARLOS ALFEU BUDANT E OUTRO(A/S) RECD.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA** Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, julgado em 02/03/2017, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERA- - MÉRITO DJe-050 DIVULG 15-03-2017 PUBLIC 16-03-2017)

_____ Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus n. 81.611-8 – D- - Ementa: Crime material contra a ordem tributária (L. 8137/90, art. 1º): lançamento do tributo pendente de decisão definitiva do processo administrativo: falta de justa causa para a ação penal,**

suspensão, porém, o curso da prescrição enquanto obstada a sua propositura pela falta do lançamento definitivo. 1. Embora não condicionada a denúncia à representação da autoridade fiscal (ADInMC 1571), falta justa causa para a ação penal pela prática do crime tipificado no art. 1º da L. 8137/9 – que é material ou de resultado –, enquanto não haja decisão definitiva do processo administrativo de lançamento, quer se considere o lançamento definitivo uma condição objetiva de punibilidade ou um elemento normativo de tipo. 2. Por outro lado, admitida por lei a extinção da punibilidade do crime pela satisfação do tributo devido, antes do recebimento da denúncia (L. 9249/95, art. 34), princípios e garantias constitucionais eminentes não permitem que, pela antecipada propositura da ação penal, se subtraia do cidadão os meios que a lei mesma lhe propicia para questionar, perante o Fisco, a exatidão do lançamento provisório, ao qual se devesse submeter para fugir ao estigma e às agruras de toda sorte do processo criminal. 3. No entanto, enquanto dure, por iniciativa do contribuinte, o processo administrativo suspende o curso da prescrição da ação penal por crime contra a ordem tributária que dependa do lançamento definitivo. Paciente: Luiz Alberto Chemin. Impetrantes: José Eduardo Rangel de Alckmin e Outro. Coator: Superior Tribunal de Justiça Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, julgado em 10/12/2003, DJ 13-05-2005 PP-00006 EMENT VOL-02191-1 PP-00084

_____ Supremo Tribunal Federal **Habeas Corpus 98647/RS – Ementa Habeas corpus – Unificação das penas – Continuidade delitiva – Ausência dos requisitos do art. 71 constatada pelas instâncias ordinárias – Reiteração delitiva – Ordem denegada.** 1. A continuidade delitiva é, na sistemática penal brasileira, uma criação puramente jurídica. Espécie de presunção, a implicar verdadeiro benefício àqueles que, nas mesmas circunstâncias de tempo, modo e lugar de execução, praticam crimes da mesma espécie. Isso porque, nada obstante a quantidade de condutas cometidas pelo agente, a lei presume a existência de um crime único. 2. Segundo a jurisprudência do STF, a reiteração delitiva afasta o reconhecimento do crime continuado. 3. Ordem denegada, por ausência da figura da continuidade delitiva. Impetrante: Defensor Público Geral Federal Impetrado: Antônio Marcos da Costa. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator Ministro CARLOS AYRES BRITTO. 1ª Turma, julgado em 13/10/2009. DJ 20-11-2009.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Notícia: STF define tese que criminaliza não recolhimento intencional de ICMS**. Site Supremo Tribunal Federal. 2019. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=433114>> Acesso em 05.01.20.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 550769, Ementa: CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. SANÇÃO POLÍTICA. NÃO-PAGAMENTO DE TRIBUTOS. INDÚSTRIA DO CIGARRO. REGISTRO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO. CASSAÇÃO. DECRETO-LEI 1.593/1977, ART. 2º, II. 1. Recurso extraordinário interposto de acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que reputou constitucional a exigência de rigorosa regularidade fiscal para manutenção do registro especial para fabricação e comercialização de cigarros (DL 1.593/1977, art. 2º, II). 2. Alegada contrariedade à proibição de sanções políticas em matéria tributária, entendidas como qualquer restrição ao direito fundamental de exercício de atividade econômica ou profissional lícita. Violação do art. 170 da Constituição, bem como dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. 3. A orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal rechaça a aplicação de sanção política em matéria tributária. Contudo, para se caracterizar como sanção política, a norma extraída da interpretação do art. 2º, II, do Decreto-lei 1.593/1977 deve atentar contra os seguintes parâmetros: (1) relevância do valor dos créditos tributários em aberto, cujo não pagamento implica a restrição ao funcionamento da empresa; (2) manutenção proporcional e razoável do devido processo legal de controle do ato de aplicação da penalidade; e (3) manutenção proporcional e razoável do devido processo legal de controle da validade dos créditos tributários cujo não-pagamento implica a cassação do registro especial. 4. Circunstâncias que não foram demonstradas no caso em exame. 5. Recurso extraordinário conhecido, mas ao qual se nega provimento**. Recorrente: American Virginia Indústria Comércio Importação e Exportação de Tabacos LTDA, Recorrido: União, Relator(a): Min. Joaquim Barbosa, Plenário. Brasília, julgado em 22.05.2013. Acórdão Eletrônico DJe-066 DIVULG 02-04-2014 PUBLIC 03-04-2014.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Súmula n. 70. É inadmissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo**. Súmula da Jurisprudência Predominante do Supremo Tribunal Federal – Anexo ao Regimento Interno. Edição: Imprensa

Nacional. 19ª4a, p. 56. Disponível em
<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=1.NUME.%20NAO%20S.FLSV.&base=baseSumulas>>. acesso em 25.10.2019

_____. Supremo Tribunal Federal. **Súmula n. 323. É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos.** Súmula da Jurisprudência Predominante do Supremo Tribunal Federal – Anexo ao Regimento Interno. Edição: Imprensa Nacional, 1964b, p. 56. Disponível em
<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=2136>>.
 Acesso em: 25.10.2019

_____. Supremo Tribunal Federal. **Súmula n. 543. Não é lícito à autoridade proibir que o contribuinte em débito adquira estampilhas, despache mercadorias nas alfândegas e exerça suas atividades profissionais.** Edição: DJ de 10/12/1969, p. 5935; DJ de 11/12/1969, p.5951; Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=547.NUME.%20NAO%20S.FLSV.&base=baseSumulas>>. Acesso em: 25.10.2019.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Súmula Vinculante n. 24. “Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo.”** PSV 29, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 02/12/2009, DJe-030 DIVULG 18-02-2010 PUBLIC 19-02-2010 EMENT VOL-02390-01 PP-00015 RDDT n. 175, 2010, p. 190-200 LEXSTF v. 32, n. 375, 2010, p. 416-440

BITENCOURT, Cezar Roberto; MONTEIRO, Luciana de Oliveira. **Crimes Contra a Ordem Tributária.** 1ª. Edição. São Paulo. Editora Saraiva. 2013.

BRUNO, Aníbal. **Direito Penal. Parte Geral – Tomo I: introdução, norma penal, fato punível.** 5ª. Edição. Rio de Janeiro. Forense. 2003.

BUBNIAK, Priscila Lais Ton. **Análise Econômica do Direito Penal Tributário: Uma Crítica à Política Criminal Brasileira.** Dissertação de Mestrado. Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Escola de Direito. Orientador: Rodrigo Sánchez Rios. 2017.

BUSTOS RAMÍREZ, Juan. **Perspectivas Atuais do Direito Penal Econômico**. Fascículos de Ciências Penais, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 3-15, 1991.

CALLEGARI, André Luís. **Direito penal econômico e lavagem de dinheiro: aspectos criminológicos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

CAMARGO, Beatriz Corrêa ; SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Autodenúncia ao invés de pagamento do tributo como condição para extinção da punibilidade nos crimes tributários. Análise a partir do bem jurídico protegido**. *Jornal de Ciências Criminais*, São Paulo, vol. 1, n. 1, p. 7-22, jul.- dez. 2018

CAMPOS, Flávio Vilela. **Estudo Comparado sobre a extinção da punibilidade e elementos fundamentais dos crimes tributários: paralelo entre a experiência internacional e o modelo adotado no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. 2018. Disponível em <<https://www.joserobertoafonso.com.br/attachment/196963>> Acesso em 10.01.20.

CARDOSO, Alessandro Mendes. **O dever fundamental de recolher tributos no estado democrático de direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

CARVALHO, Aurora Tomazini. **Direito Penal Tributário. Uma Análise Lógica, Semântica e Jurisprudencial**. Quartier Latin. São Paulo, 2009.

CASTELLAR, João Carlos. **Direito Penal Econômico versus Direito Penal Convencional. A engenharia de criminalizar os ricos para punir os pobres**. 1ª. Edição. Editora Revam. Rio de Janeiro, 2013.

CAVALCANTI, Marco Antônio F.H; SOUZA JÚNIOR, José Ronaldo de Castro. **Como retomar o crescimento acelerado da renda per capita brasileira? Uma visão agregada**. *Desafios da Nação – Volume 1 – Artigos de apoio*. 2018. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32982&Itemid=433> Acesso em 10.06.19.

CEPAL, ONU Brasil. **Reduzir evasão fiscal é vital para financiar desenvolvimento da América Latina**. 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/cepal-reduzir-evasao-fiscal-e-vital-para-financiar-desenvolvimento-da-america-latina/>>. Acesso em: 01.11. 2019.

CEREZO MIR, José. **Derecho penal: Parte general**. 1ª. Edição brasileira. São Paulo; Lima. Revista dos Tribunais; Ara Editores. 2007.

CLEMENTE, Felipe ; LIRIO, Viviani Silva. **Evidências internacionais de sonegação fiscal: uma análise a partir do modelo de Graetz, Reinganun e Wilde**. *Estud. Econ.* [online]. vol.47, n.3, pp.487-507. 2017 <Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-41614732fcv>> Acesso: 10.06.19.

COMPARATO, Fabio Konder. **O indispensável direito econômico**. Revista dos Tribunais, vol. 353. São Paulo. 1968.

CNI, Confederação Nacional da Indústria. **Sondagem especial / Confederação Nacional da Indústria. – Ano 19, n. 73 (mar/2019) – Brasília, 2019**. Disponível em <<http://www.cni.com.br/sondindustrial>>. Acesso em: 25.12.2019.

COSTA, Nelson Nery. **Teoria e realidade da desobediência civil**. São Paulo: Editora Forense, 1990.

COSTA ANDRADE, Manuel da. FIGUEIREDO DIAS. Jorge. **Problemática Geral das Infrações contra a Economia Nacional**. Temas de Direito Penal Econômico. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Organizador Roberto Podval.2000.

COSTA JR., Paulo José da e DENARI, Zelmo. **Infrações Tributárias e Delitos Fiscais**. São Paulo: Saraiva, 1995.

CRUZ, JOSÉ N e outros. **Infrações Econômicas e Financeiras Estudos de Criminologia e Direito**, Coimbra Editora, 2014.

DIETER, Vitor Stegemann. **Criminología Realista, de Roger Matthews**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, vol.123, ano 24, p. 409-418. São Paulo: Ed. RT, set. 2016.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Contas do Distrito Federal. **Relatório Analítico sobre as Contas do Governo do Distrito Federal**. 2018. Disponível em < <https://www.tc.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/RAPP-2018.pdf>> Acesso em 10.01.20.

DOTTI, René Ariel. **Curso de Direito Penal. Parte Geral.**^{a1a}. Edição ebook, baseada na 5ª edição impressa. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais. 2014.

EISELE, Andreas. **Crimes Contra a Ordem Tributária**. São Paulo: Dialética, 1998;

ESTELITTA, Heloísa. **Pagamento e parcelamento nos crimes tributários: a nova disciplina da lei n. 10.684/03**. Boletim IBCCRIM. São Paulo, v.11, n.130, p. 2-3, set. 2003.

FERREIRA, Carolina Costa. **Os Caminhos das Criminologias Críticas: Uma Revisão Bibliográfica**. 2016. disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/322594537_Os_Caminhos_das_Criminologias_Criticas_Uma_Revisao_Bibliografica>. Acesso em: 9.09.2018.

FIGUEIREDO DIAS, Jorge de. **Para uma dogmática do Direito Penal Secundário. Um contributo para a reforma do Direito Penal Económico e Social Português..** Temas de Direito Penal Económico. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Organizador Roberto Podval. 2000.

FISCHER, Douglas. **Delinquência econômica e estado social e democrático de direito: uma luz à teoria da constituição**. Dissertação Mestrado em Direito – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Orientador: Professora Doutor Juarez Freitas, 2006.

FRADE, Laura. **O que Congresso Nacional pensa sobre a criminalidade**. Tese (doutorado)—Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, 2007. Orientador: Dr. Pedro Demo.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. **O Novo Direito Penal Tributário e Económico**. Revista Brasileira de Criminologia e Direito Penal nº 12. UEG – Universidade do Estado da Guanabara, 1966.

GIMBERNAT ORDEIG, Enrique. **Conceito e Método da Ciência do Direito Penal**. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais. 2002.

GOMES, Luiz Flávio, TASSE, Adel El. **Os crimes tributários e a extinção de punibilidade**. Site Consultor Jurídico. 2011. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2011-mar-17/coluna-lfg-crimes-tributarios-extincao-punibilidade>> acesso em 05.jan.2020.

GRAETZ, Michael. Wilde. Louis. **The Economics of Tax Compliance: Fact and Fantasy**. National Tax Journal 38. p.355-363. 1985.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca Dias. **Repensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 3ª. Edição, Belo Horizonte, Del Rei, 2010.

HOLMES, Stephen, SUSTEIN, Cass. **O custo dos direitos: por que a liberdade depende dos imposto**. Livro Eletrônico. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual Tabela 6407– - População residente, por sexo e grupos de idade**. 20ª8a. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6407>>. Acesso em 10.01.2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual Tabela 6408 – População residente, por sexo e cor ou raça**. 2018b. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6408>>. Acesso em 10.01.2020.

IBOPE INTELIGÊNCIA. **Reforma Tributária**. Apresentação. 2019 <Disponível em <http://mkt.acspservicos.com.br/digital/191154.pdf>>. Acesso em 02.02.2020.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano; PEREIRA, Daniel Queiroz. **Direito Penal Econômico e Tributário: Uma Análise Histórico e Comparada**. In. Inovações no direito penal econômico: contribuições criminológicas, político criminais e dogmáticas– Brasília. Organizador: Artur de Brito Gueiros Souza – Brasília :Escola Superior do Ministério Público da União, 2011.

JANCZESKI, Célio Armando. **Crimes Fiscais: Tipo e Elementos**. In: PEIXOTO, Marcelo Magalhães; ELALI, André; e SANT'ANNA, Carlos Soares (coord.). **Direito Penal Tributário**. São Paulo: p. 67-85 MP, 2005.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, AMOS A. **Choices, Values, and Frames**. *American Psychologist*, 39 (4), 341-350. 1984. Disponível em<<http://web.missouri.edu/~segerti/capstone/choicesvalues.pdf>>. Acesso 05.06.2019.

KERN, Alexandre. **O Controle Penal Administrativo nos Crimes Contra a Ordem Tributária** - Livraria do Advogado Editora, 2002.

LAMAS, Rodrigo Abrantes. **Retorno esperado da evasão fiscal para empresas brasileiras**. Dissertação de Mestrado. Escola Pós Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Orientador: Prof. Dr. Bruno Silva Martins. 2016.

LOPES, Luciano Santos; FRANCO, Ticiane Moraes. **Administrativização do Direito Penal Econômico**. 2013. Direito penal e criminologia [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UNINOVE; Coordenadores: Nestor Eduardo Araruna Santiago, Paulo César Corrêa Borges, Cláudio José Langroiva Pereira. – Florianópolis : FUNJAB, 2013. Disponível em< <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=de4994a3a1ec0331>> Acesso em 10.01.2020.

MACHADO, Hugo de Brito. **Crimes contra a Ordem Tributária**. 4ª. Edição. São Paulo: Atlas, 2015.

MACHADO, Bruno Amaral. **Controle penal dos crimes de colarinho branco no Brasil: de Sutherland a Baratta – reflexões sobre uma política criminal possível**. Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Brasília, v. 10, n. 18, p. 42-72, jul./dez. 2001.

MALAN, Diogo Rudge. **Considerações sobre os crimes contra a ordem tributária**. São Paulo: Doutrinas Essenciais Direito Penal, Volume VIII, Capítulo II, Item 9. Plataforma Proview. Revista dos Tribunais, 2014.

MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). **Crimes Contra a Ordem Tributária**, São Paulo: RT e CEU, 1995, (Pesquisas Tributárias – Nova Série, 1);

_____. **Uma Teoria sobre a Sanção Tributária**. In Direito Penal Tributário. Coordenadores Marcelo Magalhães Sant’Anna, André Elali, Carlos Soares Sant’Anna, MP Editora, São Paulo, 2005.

MATTHEWS, Roger. **Beyond “so what” criminology: rediscovering realism**. Theoretical Criminology, 2009, n. 13, p.341-362. DOI 10.177/1362480609336497.

_____. **Taking realist criminology seriously**, Contemporary Crises 11:371-401 (1987) Martinus Nijhoff Publishers 1987. Disponível em <<https://link.springer.com/article/10.1007/BF00728740>> Acesso em 31.03.19

NABAIS, José Casalta. **O Dever Fundamental de Pagar Impostos**. Coimbra: Almedina, 1998.

OECD, **Página do Site OCDE, “Tax and Crime”**, disponível em <https://www.oecd.org/tax/crime/about-tax-and-crime.htm>. 2019, Acesso em 31.05.19.

_____. **Fighting Tax Crime: The Ten Global Principles**, OECD Publishing, Paris, 2017 Disponível em <<http://www.oecd.org/tax/crime/fighting-tax-crime-the-ten-global-principles.htm>>. Acesso em 31.05.19

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de Direito Financeiro** [livro eletrônico], 2ª. Edição. Editora Revista dos Tribunais, 2015, PDF Cap.4.

PAYNE, Brian K. **White Collar Crime: The Essentials**. Los Angeles: Sage, cop. 2013.

PIMENTEL, Manoel Pedro. **Crime de Sonegação Fiscal**. São Paulo: Doutrinas Essenciais Direito Penal, Volume VIII, Capítulo II, Item 17. Plataforma Proview. Revista dos Tribunais, 2014.

_____. **O Crime de Colarinho Branco**. Revista Da Faculdade De Direito, Universidade De São Paulo, 68(1), 115-133. 1973

PRADO, Luiz Regis. **Tratado de Direito Penal Brasileiro: parte geral: volume 1**. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2014;

_____. **Tratado de Direito Penal Brasileiro, volume 1**. São Paulo. Edição 2017. Plataforma Thomsom Reuters Proview. Unidade X. 2017.

QUEIROZ, Paulo. **Funções Do Direito Penal. Legitimação Versus Deslegitimação Do Sistema Penal**. 2ª. Edição. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais. 2005.

RAMIRO, Thomas; FERNANDEZ, Ramon Garcia. **O nudge na prática: algumas aplicações do paternalismo libertário às políticas públicas**. 2017. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085.2017v20n1p1/35327>> Acesso em 05.06.19.

REURINK, Arjan. **From Elite Lawbreaking to Financial Crime - The Evolution of the Concept of White-Collar Crime**. MPIfG Discussion Paper 16/10 Max-Planck - Institut für Gesellschaftsforschung, Köln Max Planck Institute for the Study of Societies, Cologne, 2016. Disponível em< https://pure.mpg.de/rest/items/item_2345833/componente/file_2444942/content> Acesso em 20.01.20.

RIGHI, Esteban. **Derecho penal economico comparado**. Madrid: Derecho Reunidas, 1991.

RODRIGUES, Anabela Miranda. **Contributo para a Fundamentação de um discurso punitivo em matéria penal fiscal.** In Temas de Direito Penal Econômico. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Organizador Roberto Podval.2000.

_____. **Direito Penal Económico É Legítimo? É Necessário?** Revista Brasileira de Ciências Criminais Vol127. Revistas dos Tribunais. São Paulo. 2017.

ROSSI, Ângelo Rafael. **Crime de Sonegação Fiscal.** Rio de Janeiro e São Paulo. Editora Jurídica e Universitária.1967.

ROXIN, Claus. **Política Criminal e sistema jurídico-penal.** Tradução: Luís Greco. Rio de Janeiro. Renovar. 2002.

SANTOS, Bartira Macedo de Miranda. **A moderna ciência penal: A especialização dos saberes e sua função ideológica.** Revista Direito Penal e Criminologia. CONPENDI. 2013. Disponível em <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=6fbb2c2ee065c77a>>. Acesso em 21.02.2020.

SANTOS, Cezar Augusto Pereira dos; CASAGRANDE, Dieison Lenon; HOECKEL, Paulo Henrique de Oliveira. **"Teoria econômica do crime": dos pressupostos acadêmico à empiria do dia a dia na vida de ex presidiários de Santa Maria RS. Economia e Desenvolvimento.**2016.Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/21087>>. Acesso:22.11.2019.

SEGUNDO. Hugo de Brito Machado. **Ciência do direito tributário, economia comportamental e extrafiscalidade.** Revista Brasileira de Políticas Públicas. Uniceub. ISSN 2236-1677. Volume 8. n.2. 2018.

SCHMIDT, Andrei Zenkner, **Direito Penal Econômico – Parte Geral.** 2ª Edição. Porto Alegre. Livraria do Advogado, 2018.

SHAPIRO, Susan P. **Collaring the crime, not the criminal: reconsidering the concept of white-collar crime.** American Sociological Review American Sociological Review Vol. 55, No. 3 (Jun., 1990), pp. 346-365 disponível em < https://www.jstor.org/stable/2095761?read-now=1&seq=18#page_scan_tab_contents> Acesso em 20.12.19.

SIQUEIRA, Marcelo Lettieri; RAMOS, Francisco S. **A economia da sonegação: teorias e evidências empíricas.** Rev. econ. contemp. [online]. 2005, vol.9, n.3, pp.555-581. ISSN 1415-9848. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482005000300004>>. Acesso em 01.06.2019.

SINPROFAZ. **Sonegação no Brasil – Uma Estimativa do Desvio da Arrecadação do Exercício de 2018**. Disponível em <<http://www.quantocustaobrasil.com.br/artigos/sonegacao-no-brasil-uma-estimativa-do-desvio-da-arrecadacao-do-exercicio-de-2018>> Acesso em 10.08.19. 2018.

SOUZA, Artur de Brito Gueiros. **Da Criminologia à Política Criminal: Direito Penal Econômico e o novo Direito Penal**. In. Inovações no direito penal econômico: contribuições criminológicas, político criminais e dogmáticas– Brasília. Organizador: Artur de Brito Gueiros Souza – Brasília :Escola Superior do Ministério Público da União, 2011.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. **Primeiras Linhas de direito econômico**. 4ª. Edição, São Paulo, LTr, 1999.

SPCBRAZIL, Serviço de Proteção ao Crédito. **Desafios do Varejo: Entraves para o crescimento e políticas públicas**. 2019. Apresentação. Disponível em <https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wpcontent/uploads/2019/09/apresentacao_pesquisa_desafios_varejo.pdf>. Acesso em 15.12.19.

SUTHERLAND, Edwin H. **Crime de Colarinho Branco. Versão sem cortes** Editora Revan Coleção Pensamento Criminológico Versão sem cortes Tradução, apresentação e notas: Clécio Lemos Auxiliares: Júlia Bragatto e Hélio Peixoto Júnior, Rio de Janeiro, Revan, 2015.

_____. **A Criminalidade de Colarinho Branco**. Tradução de Lucas Minorelli. Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal UFRGS. Volume 2, n.2. 2014. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/redppc/article/view/56251>> Acesso em 20.11.19.

SWAANINGEN. Rene Van. **Perspectivas Europeas para uma Criminologia Crítica**. Editora: B de F, 2011

SUXBERGER, Antônio Henrique Graciano. **Segurança pública e os dilemas de uma democracia em crise**. em MACHADO, Bruno Amaral (coord.). Justiça Criminal e Democracia. Madri; São Paulo: Marcial Pons, FESMPDFT, 2013, p. 345-366.

_____ **A Intervenção Penal como Reflexo do Modelo de Estado: A Busca por uma Intervenção Penal legítima no Estado Democrático de Direito.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – Orientadora: Professora Doutora Ela Wiecko Volkmer de Castilho, 2005.

TANGERINO, Davi de Paiva Costa e GARCIA, Denise Nunes (coord.). **Direito Penal Tributário.** São Paulo: Quartier Latin, 2007,

TORRES FILHO, Ernani Teixeira; PUGA, Fernando Pimentel. **Investimentos na economia brasileira: a caminho do crescimento sustentado.** In: TORRES FILHO, Ernani Teixeira; PUGA, Fernando Pimentel. *Perspectivas do investimento 2007/2010.* Rio de Janeiro. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2007. p. 15-41.

TÓRTIMA, José Carlos. **Despenalização do Delito Fiscal?** In: MACHADO, Hugo de Brito (coord.). *Sanções Penais Tributárias.* São Paulo e Fortaleza: Dialética e ICET, 2005.

UNAFISCO. **Nota Técnica Unafisco N° 10/2018. O aumento das penas e a revogação dos dispositivos legais que permitem a extinção da punibilidade dos crimes contra a ordem tributária.** 2018. Disponível em <http://www.unafisconacional.org.br/UserFiles/2018/File/nota_tecnica_unafisco_10.pdf>. Acesso em 10.11.2019.

VELOSO, Andrei Pitten. **A pregiudiziale tributaria: Análise da Jurisprudência Brasileira à luz das experiências italiana e espanhola.** *Revista Jurídica, Síntese*, São Paulo, Síntese. v. 57, n. 384, p. 97–120, out. 2009.

VILARES, Fernanda Regina; CAMPOS, Flávio Vilela. **Extinção da punibilidade pelo pagamento do tributo: Temos coerência no ordenamento brasileiro?** Site Jota Direito Tributário. 2018. Disponível em <[https://www.jota.info/opiniao-e-analise / colunas / contraditorio / extincao-da-punibilidade-pelo-pagamento-do-tributo-12032018](https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/contraditorio/extincao-da-punibilidade-pelo-pagamento-do-tributo-12032018)> Acesso em 6.08.19.

VAZ, Carlos. **Evasão tributária.** Rio de Janeiro: Forense, 1987.

VERAS, Ryanna Pala. **Os crimes do colarinho branco na perspectiva da sociologia criminal**. Dissertação Mestrado em Direito Penal. PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Orientação: Doutor Oswaldo Enrique Duel Marques. 2006.

ZAFFARONI. Eugênio Raul. **Em busca das penas perdidas. A perda da legitimidade do Sistema Penal. Rio de Janeiro**. 5ª. Edição – Rio de Janeiro: Revan, 2001.

ZAFFARONI. Eugênio Raul; PIERANGELI. José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro, volume 1: parte geral**. 7a. Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

APÊNDICE - Planilha de análise Julgados TJDF Apelações Criminais

#	Processo	Ac.	Data Jul.	Turma	Sentença	Tipo	Qt Crimes	Pena 1º grau	Regime	Substituição	Multa	Ind. Min	Recurso	Tema Recurso	Resultado	Pena Final	Prejuízo(R\$)	Contribuinte	Tributo	Materialidade	Fatos	Denúncia	Sentença 1 grau
1	2013.01.1067757-3	1222459	21/11/2019	1	Cond(1r)	artigo 1º, caput, inciso II, da Lei nº 8.137/1990 c/c art. 71 do CP	22	3a 4m reclusão	Aberto	S	16(1/30 sm)	N	A/MP	(A) Falta de Provas.(MP) Dosimetria: Culpabilidade e Art. 12.I.	(A) Prov Parcial Excluida Multa (MP) Improvido	3a 4m reclusão aberto	R\$ 869.256,15	Papelaria	ICMS	AI/2010	janeiro de 2008 a dezembro de 2009	Oferecida em : 13/01/2015 Recebida em : 20/01/2015	24/09/2018
					Absol(2r)	artigo 1º, caput, inciso II, da Lei nº 8.137/1990, Art 1º, caput, inc I e II, da Lei nº 8.137/1990 c/c art 71 Cp(1a.série) Art 1º, caput, inc I e II, c/c com o art 12, inciso I, ambos da Lei nº 8.137/1990 c/c art 71 Cp(2a.Série) artigo 2º, caput, inciso II, combinado com o artigo 12, caput, inciso I, ambos da Lei	-	-	-	-	-	-	MP	Responsabilização Sócio	Improvido	-	-	idem	idem	idem	idem	idem	idem
2	2014.01.1188586-8	1216181	14/11/2019	2	Cond(2r)	artigo 1º, caput, inciso I, ambos da Lei nº 8.137/1990 c/c art 71 Cp(2a.Série) artigo 2º, caput, inciso II, combinado com o artigo 12, caput, inciso I, ambos da Lei	25 (1a.S), 7 (2a.S), 1247(3a.S)	7a 9m 10d reclusão; 1a 3m detenção	Semiaberto	N	62(5sm)	N	A/MP	(A) Nulidade: dados sigilo compart; Atipicidade, Inex Cond Diversa, Erro Proibição(3a.série); Insignificância, Ausência Dolo, Falta Prova(1a. e 2a. Série) (MP)concurso material de crimes artigo 2º, inciso II, da Lei nº 8.137/90, com a valoração negativa da culpabilidade aplicação 1/2 do artigo 12, I, fixação indenização mínima	(A)Provido Parcialmente para modificação Valor Dia Multa e Regime Aberto da Pena Detenção (MP) Improvido	7a 9m 10d reclusão semiaberto; 1a 3m detenção aberto 62d multa(1/30)	22.164,33 (1a.série); 2.452.744,37 (2a. Série); 49.475.594,13 (3a.série).	Grupo Empresarial(Supermercado)	ICMS	AI/2010, 2011 e 2013	dezembro de 2007 a julho de 2008, setembro a dezembro de 2008, fevereiro, abril e setembro de 2009, novembro de 2009 a abril de 2010, junho de 2010, setembro a novembro de 2010(1); outubro de 2012 a abril de 2013(2);	Oferecida em : 15/09/2015 Recebida em : 17/09/2015	14/09/2018
					Cond(3r)	artigo 2º, caput, inciso II, combinado com o artigo 12, caput, inciso I, ambos da Lei 8.137/1990, combinado com o artigo 71, caput, do Código Penal	76	10m reclusão	Aberto	S	13(1sm)		A/MP	(A) prescrição, Atipicidade (MP) concurso material de crimes artigo 2º, inciso II, da Lei nº 8.137/90, com a valoração negativa da culpabilidade na primeira fase da dosimetria e ainda a aplicação da fração de 1/2 (metade) para incremento das penas aplicadas, em razão da majorante do artigo 12, inciso I, da Lei nº 8.137/90	(A)Provido Parcialmente para modificação Valor Dia Multa e Regime Aberto da Pena Detenção (MP) Improvido	10m reclusão aberto 13d multa(1/30)	R\$ 2.377.898,82	idem	idem	idem	idem	idem	idem
					Absol(3 outras Rés)	Art 1º, caput, inc I e II, da Lei nº 8.137/1990 artigo 2º, caput, inciso II, combinado com o artigo 12, caput, inciso I, ambos da Lei 8137/1990, combinado com o artigo 71, caput, do Código Penal	-	-	-	-	-		MP	Condenação ré Responsabilidade pelo Administração da Sociedade.	Improvido	-	-	idem	idem	idem	idem	idem	idem
3	2012.1.21006688-4	1209793	17/10/2019	1	Cond	artigo 1º, II, c/c artigos 11 e 12, I, da Lei 8.137/90), por sete vezes, na forma do artigo 71 do CP,	7	4a5m.10 d reclusão	Semiaberto	N	-	N	A	o réu nem administrativamente foi responsabilizado, exclusão artigo 12, I, da Lei 8.137/90, e reduzindo-se a fração continuado.	Improvido	4a5m.10d semiaberto	2.893.011,95	Comércio Alimentos	ICMS	AI/2008	Fevereiro a Agosto de 2005	Oferecida em : 21/10/2014 Recebida em : 24/10/2014	17/05/2019
4	2013.07.1001742-2	1205882	03/10/2019	3	Cond	art. 1º, inciso II, c/c art. 12, inciso I, ambos da Lei nº 8.137/90, c/c artigo 71, do Código Penal	48	5a 2m 6d reclusão	Semiaberto	N	-	N	MP	aplicada a pena pecuniária em salários-mínimos e valor mínimo para a reparação dos danos causados	Parcialmento provido para fixar a pena pecuniária em 16 (dezesseis) dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, nos termos do art. 49, § 1º, do CP.	5a 2m 6d 16d multas(1/30) semiaberto	902.343,55	Comércio Produtos Hospitalares	ICMS	AI/2007	janeiro de 2002 a dezembro de 2005	Oferecida em : 28/07/2014 Recebida em : 08/08/2014	08.08.2018
5	2016.01.1.073322-2	1202672	12/09/2019	1	Cond(1r)	artigo 2º, inciso II, combinado com 12, inciso I, ambos da Lei 8.137/1990, na forma do 71 do Código Penal	60	2a2m20d	Aberto	N	60(1/5 sm)	S	A/MP	(A) nulidade processual acesso de dados fiscais sigilosos; contraditório, da ampla defesa e da correlação; ausência de dolo apropriação	Provido por maioria(Ausência dolo e Atipicidade conduta)	-	-	Grupo Empresarial(Supermercado)	ICMS	Pic/MP 2016	janeiro a junho de 2016	Oferecida em : 20/02/2017 Recebida em : 22/02/2017	29.08.18

					Absol(2r)	artigo 2º, inciso II, combinado com 12, inciso I, ambos da Lei 8.137/1990, na forma do 71 do Código Penal	60	-	-	-	-	-	MP	Resp Sócio	Improvido	-	-	idem	idem	idem	idem	idem	
2015.01.1034833-9	1197439	15/08/2019	1	Cond	artigo 1º, inciso II, c/c art. 12, inciso I, ambos da Lei n. 8.137/90	27	4a5m.10d	Semiaberto	N	-	N	A/MP	(A)insuficiência de provas sobre quem exercia a administração; afastar art. 12, inciso I, da Lei n. 8.137/90, alteração do regime inicial substituição pena; (MP) dosimetria os 20 (vinte) crimes que sobejam os 7 (sete) utilizados em valorar negativamente a circunstância judicial da culpabilidade, Multa extinção do BTN não impossibilita a aplicação, Fixação valor mínimo	Provido parcialmente Recurso MP(Multa)	4a5m.10d,semiaberto Multa 17d(1/30)	R\$ 3.487.983,27	Box Feira Eletônicos	ICMS	AI 2013	janeiro a outubro de 2008 e de janeiro a outubro de 2009; novembro de 2008 a maio de 2009,	Oferecida em : 04/07/2018 Recebida em : 10/07/2018	27/11/2018	
2017.01.1.018701-6	1194622	15/08/2019	2	Cond	art. 1º, inc. II, c/c artigo 12, inciso I, ambos da Lei nº 8.137/90, art. 71 do Código Penal	10	6a10M2 7d(1r); 4a5m10d (2r)5a2m 6d(3r) reclusão	Fechado(1r) ; Semiaberto(2 e 3r)	N	26(1r), 21(2r), 22(3r) 1sm	N	A/MP	(A) "bis in idem"outra ação penal; ausência de justa causa notas fiscais de saída em poder da vendedora ; violação correlação, absolvição dos réus em razão da inexistência do fato e da atipicidade da conduta,pena base mínimo legal; afastamento art. 12, inciso I, (MP) o aumento pena (½) do Art. 12, inciso I; indenização mínima.	Parcialmento provido para fixar rever a pena(exclusão reincidência., art 12,I)	6a16d semiaberto 26dmulta1sm(1r), 4a5m10dmulta semiaberto(2r), 4a5m10d semiaberto 21dmulta(3r)	9.128.150,30	Atacadista Alimentos(distribuidora soja)	ICMS	AI/2014	08/2009 a 05/2010	Oferecida em : 04/07/2018 Recebida em : 10/07/2018	27.11.18	
2015.1.01008913-7	1193187	08/08/2019	2	Cond	art. 1º, inciso II, c/c art. 12, inciso I, ambos da Lei n.º 8.137/90	11	4a5m10d reclusão	Semiaberto	N	21/1sm	N	A	falta de provas da autoria(não administrava), mínimo legal;a exclusão do artigo 12, I; a redução pela continuidade delitiva; a exclusão multa	Improvido	4a5m10d semiaberto reclusão	15.816.809,59	Supermercado	ICMS	AI/2010/2011/2014 e IP	janeiro a maio e dezembro de 2009, março e novembro de 2010, e fevereiro a abril de 2011,	Oferecida em : 23/01/2017 Recebida em : 17/04/2017	24.10.18	
				Absol	idem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	iden	idem	idem	idem	idem	idem	
2013.05.1.005665-3	1190845	01/08/2019	2	Cond	artigo 1º, incisos II e V, da Lei n. 8.137/90, combinado com o artigo 71 do Código Penal	12	3a 4m reclusão	aberto	S	16(14bn)	N	A/MP	(A)atipicidade da conduta; (MP) aumento da pena-base dos réus pela valoração da culpabilidade; o reconhecimento artigo 12, I, o cálculo da pena de multa com base em salário mínimo,a fixação do valor mínimo para a reparação dos danos	Provido Parcialmente só para alterar pena de multa para 1/30 do SM	3a 4m aberto reclusão 21/1sm	R\$ 761.620,50	Comercial de Alimentos	ICMS	AI/2010	janeiro a dezembro de 2008	Oferecida em : 24/11/2015 Recebida em : 01/12/2015	14.03.2018	
2010.06.1.004364-3	1186975	11/07/2019	3	Cond	artigo 1º, incisos I e IV, da Lei nº 8.137/90, combinado com o artigo 71 do Código Penal	3	2a6m reclusão	aberto	S	30d/5sm	S	A	nulidade da sentença, condenação lastreou-se em fato delituoso não descrito; ausente a materialidade de supressão ou redução de tributo por ação do recorrente; redução multa; afastamento	Provido Parcialmente para redução da pena e decotar indenização mínima	2a 4m, 24d, aberto,30d/5sm	R\$ 348.673,18	Comercial de Alimentos	ICMS	AI/2009/IP/2012	agosto e setembro de 2008	Oferecida em : 03/06/2016 Recebida em : 24/06/2016	13.11.18	
2014.01.1.087132-8	1185374	04/07/2019	1	Cond	artigo 1º, inciso I, combinado com o artigo 11, combinado com o artigo 12, caput, inciso I, todos da Lei 8.137/1990 combinado com o artigo 71 do Código Penal	24	3a4m reclusão	aberto	S	16d/1/30	N	A/MP	(A)a atipicidade da conduta e ausência de dolo, aplicação das resoluções nº 181 e 183 do CNMP, denúncia genérica,inexig cond diversa;afastar continuidade(crime único) início ação penal após o paf (MP) valoração negativa da culpabilidade quantidade crimes, aplicação da causa de aumento de pena art. 12, I, da Lei nº 8.137/90, a fixação da pena de multa sm, fixação de valor mínimo reparação	Provido Parcialmente para afastar pena multa(Extiçõ Btn)	3a 4m aberto reclusão	1.086.534,37	Comércio Informática	ICMS	AI/2008	janeiro de 2005 a dezembro de 2006,	Oferecida em : 15/09/2014 Recebida em : 18/09/2014	20.04.2018	
2016.01.1.073458-8	1182821	27/06/2019	3	Cond	arts. 1º, II, c/c 12, I, ambos da Lei n. 8.137/1990, c/c art. 71 do CP	27	3a4m reclusão	aberto	S	-	N	A/MP	(A)ofensa contraditório ampla defesa, indeferimento da oitiva; absolvição negativa autorial(contadora); (MP)fixação da pena de multa;fixação da pena de multa	Provido Parcialmente do MP para aplicar multa	3a 4m aberto reclusão 16d/5sm	R\$ 1.277.651,11	Supermercado	ICMS	AI2011/IP	janeiro a dezembro de 2009, de janeiro a dezembro de 2010 e de janeiro a março de 2011	Oferecida em : 24/10/2017 Recebida em : 27/10/2017	16.05.18	
2013.01.1059747-0	1182634	27/06/2019	3	Cond	art. 1º, II, da Lei 8.137/90	12	4a5m reclusão	Semiaberto	N	156d(1/30)	N	A/MP	(A)cerceamento de defesa indeferimento diligência; nulidade sentença-testemunha não se recorda; fragilidade prova autorial.(MP)fixação de valor mínimo para a reparação	Provido Parcialmente recurso defesa para absolvê-lo de 10 dos crimes imputados com nova pena	2a4m reclusão, 11d multas 1/30sm, regime aberto. Substituição	R\$ 290.860,17	Box Feira Eletônicos	ICMS	AI/2011/IP	janeiro a dezembro de 2009	Oferecida em : 12/05/2014 Recebida em : 21/05/2014	17.05.2018	
2010.01.1210947-2	1179369	13/06/2019	3	Cond	artigo 1º, inciso II, da lei 8137/90 c/c artigo 71, do Código Penal	13	3a4m reclusão	Aberto	S	-	N	A/MP	(A) absolvição negativa a ré não eraadministradora, participação de menor importância, o afastamento da valoração negativa da culpabilidade, exclusão da do art. 12, I, (MP)pena pecuniária e arbitrado valor mínimo para a reparação dos danos	Provido Defesa Preliminar Ofício Prescrição (retroativa recebimento denúncia e sentença	-	R\$ 363.288,19	Comércio de Bijuterias Ltda Me	ICMS	AI/2007/IP/P-IC	setembro de 2005 a agosto de 2006	Oferecida em : 04/06/2013 Recebida em : 06/06/2013	16.10.18	

15	2008.01.1.030819-8	1177130	06/06/2019	3	Cond	artigo 1º, incisos II e artigos 11 e 12, I, todos da lei 8137/90	23	3a4m reclusão	Aberto	S	16(1/2sm)	N	A	extinção da punibilidade pagamento do AI nº 11.783/2005,suspensão do processo- ação cível c/ garantia bens suficientes à quitação ,ausência de provas, pena base mínimo legal,o afastamento do art. 12, inciso I e continuidade	acolhida preliminar de suspensão do processo penal e do prazo prescricional até conclusão do procedimento de compensação com precatórios discutido no PA nº: 0040.005172/2018 PGDF.(analogia os artigos 15, da Leis 9.964/2000, 9º da Lei 10.684/2003 e 68, da Lei 11.941/2009)	—	R\$ 243.163,36	Fábrica e Distribuidora Bebidas	ICMS	AI(2005)/IP/2012	janeiro/01 a maio/02	Oferecida em : 05/10/2011, Recebida em : 05/10/2011, aditamentos em 27.11.13 e 20.02.14	17.09.18
16	2005.01.1.049460-8	1172144	16/05/2019	1	Absol	artigo 1º, incisos II e III, combinado com 11, da Lei 8.137/1990	12	-	-	-	-	-	MP	Provas autoria, administração da sociedade.	Improvido	-	?	Papelaria	ICMS	AI(?)	janeiro a dezembro de 2002	Oferecida em : 22/10/2008 Recebida em : 23/10/2008	30/10/2018
17	2013.06.1.014159-2	1172052	09/05/2019	1	Absol (inconstitucionalidade circunstancial/prisão por dívida).	art. 1º, inciso II, c/c artigo 12, da Lei nº 8.137/90	49	-	-	-	-	-	MP	constitucionalidade da lei, dolo genérico,continuidade delitiva (artigo 71, do Código Penal), com a valoração negativa da culpabilidade, mas com a avaliação positiva pelo pagamento de parte da dívida.	Provido	3a 4m aberto reclusão, 16d/multa 1/30sm substituição	18.720,98	Estruturas metálicas e Gesso	ISS	AI/2013	janeiro de 2009 a janeiro de 2013	Oferecida em : 29/06/2017 Recebida em : 30/06/2017	24/05/2018
18	2013.03.1.005007-0	1171583	16/05/2019	2	Cond	artigo 1º, inciso II, c/c artigo 12, inciso I, da Lei 8.137/1990	5	3a6m20d reclusão	aberto	s	20d(1/30sm)	-	A/MP	(A)afastado art. 12, I, da L.8.137/90, afastada a pena de multa extinção índice BTN.(MP) pena elevada em 1/2, em razão da causa de aumento do art. 12, I.	Improvido	3a6m20d aberto reclusão, 20dias multa(1/30 sm)	RS 2.599.802,62	Distribuidora Alimentos	ICMS	AI/2008/IP	novembro e dezembro de 2003 e nos meses de janeiro, abril e junho de 2004,	Oferecida em : 10/08/2015 Recebida em : 21/09/2015	11/06/2018
19	2014.01.1.081207-7	1167199	11/04/2019	1	Absol (dúvida sobre do el. subjetivo)	artigo 1º, inciso II, c/c artigo 12, inciso I, ambos da Lei 8.137/90	64	-	-	-	-	-	MP	condenação termos denúncia(basta dolo genérico), Quanto à dosimetria, verbera a valoração negativa da culpabilidade 64 (sessenta e quatro) delitos em continuidade delitiva fração 2/3, fixação indenização mínima	Provido parcialmente(condenação sem Art.12,I e sem multa)	3a4m reclusão, aberto, substituição	2.245.771,23	Fábrica de Gelo	ICMS	AI/2005/IP	janeiro de 2000 a abril de 2005	Oferecida em : 02/10/2014 Recebida em : 06/10/2014	25/09/2018
20	2014.01.1.087137-7	1167228	25.04.2019	2	Cond	art. 1º, II, da Lei n. 8.137/90, c/c art. 71 do CP	19	4a5m reclusão	Semiaberto	N	-	-	A/MP	(A)a absolvição, ausência de dolo específico,insuficiência probatória acusado,o afastamento artigo 12, inciso I, redução continuidade delitiva,alteração do regime fixado(MP)aumento da pena-base culpabilidade,condenação termos denúncia(basta dolo genérico), Quanto à dosimetria, verbera a valoração negativa da culpabilidade 64 (sessenta e quatro) delitos em continuidade delitiva fração 2/3, fixação indenização mínima,multa, 1R(absolvição do apelante, nos termos do artigo 386, incisos I, II e IV,reconhecimento de que o réu possui bons antecedentes,atenuante relativa ao desconhecimento da lei,aplicação artigo 21 do Código Penal(erro tipo), exclusão art 12, I, continuidade delitiva para 1/3, alteração regime(2r)negativa autoria(não administrava) e atipicidade(tributo imune)	Improvido	4a5m semiberto reclusão	1.617.652,80	Comércio e Distribuição	ICMS	AI/2007/IP	fevereiro a dezembro de 2006 e janeiro, fevereiro, março, abril, maio, agosto, setembro e outubro de 2007	Oferecida em : 28/06/2016 Recebida em : 30/06/2016	28/09/2018
21	2013.01.1.017783-4	1160350	21.03.2019	2	Cond	artigo 1º, incisos II e IV e artigo 12, I, ambos da lei 8137/90 c/c artigo 71	Vários(?)	4a,8m20 reclusão(1r), 4a reclusão(2r)	fechado(1r) ; aberto(2r)	s(2r)	21d(1/2sm) 1 e 2r	N	A	desconhecimento da lei,aplicação artigo 21 do Código Penal(erro tipo), exclusão art 12, I, continuidade delitiva para 1/3, alteração regime(2r)negativa autoria(não administrava) e atipicidade(tributo imune)	Provido Parcialmente para diminuir pena(Exclusão do art 12,I, maus antecedentes 1r)	3a4m aberto 16d multa 1/2 sm(1r), 3a aberto, 15d multa 1/2 sm,(1 e 2r)	RS 723.618,93	Editora	ISS	AI/2005/IP 932/2012	maio de 2000 a abril de 2004(1r) maio de 2004 a abril de 2005(2r)	Oferecida em : 01/06/2015 Recebida em : 11/06/2015	24/04/2018
22	2014.03.1.011165-4	1154552	21.02.2019	1	Cond	artigo 1º, inciso II, c/c artigo 12, inciso I, ambos da Lei nº 8.137/90 c/c o artigo 71 do Código Penal	26	4a7mr reclusão	Semiaberto	n	96d(1/30)	N	A/MP	(A)inépcia da inicial e a falta de justa causa parcial para a acusação; b) cerceamento de defesa; c) atipicidade material nos meses de 09,10/2006; ; 01,10/2007; 04,08,11/2008; 01,02,03,06,09,11/2009; 01/2010 em virtude da insignificância; ausência de dolo; e)negativa da autoria do réu, f) pena mínima e crime único. (MP)aumento do art. 12, inciso I., valor mínimo.	Provido Parcialmente o recurso defensivo para diminuir a pena(culpabilidade neutra e multa excluída extinção btn)	3(a)11(m)15d aberto, reclusão substituição	1.100.118,43	Supermercado	ICMS	AI/2010	meses de setembro de 2006, outubro de 2006, janeiro de 2007, bem como no período de outro de 2007 a junho de 2008, nos meses de agosto de 2008, novembro de 2008, no período de janeiro de 2009 a abril de 2009, no mês de junho de 2009 e, ainda, no período de setembro de 2009 a março de 2010	Oferecida em : 02/06/2015 Recebida em : 17/06/2015	29/09/2017

23	2016.01.1.063020-7	1154464	21.02.2019	2	Cond	artigo 1º, inciso II, da Lei n. 8.137/90, combinado com o artigo 71 do Código Penal	21	4a5m10d reclusão	Semiaberto	n	20d(1/30sm)	S	A	a) nulidade dos autos de infração b.1) negativa de autoria réu não era mais o administrador de fato da empresa na época do fato;b.2)falta de dolo; b.3)insuficiência probatória; b.4)fixação do regime inicial aberto/substituição da pena; b.5) exclusão pagamento do valor mínimo	Provido Parcialmente o recurso defensivo para diminuir a pena(culpabilidade neutra)	3(a)10(m)20d aberto, 18 d multa(1/30) substituição	804.100,48	Comércio Alimentos(Bar)	ICMS	AI/2011/12	janeiro a dezembro de 2009, janeiro a abril de 2010 e agosto a dezembro de 2010,	Oferecida em : 26/07/2017 Recebida em : 02/08/2017	30/04/2018
24	2017.03.1.007411-6	1154522	21.02.2019	2	Cond	artigo 1º, inciso II, c/c artigo 12, inciso I, ambos da Lei nº 8.137/90, na forma do art. 71 do Código Penal	44	4a5m10d reclusão	Semiaberto	n	-	n	A/MP	(A) ausência de dolo, b) redução da pena imposta reavaliação das circunstâncias judiciais c) exclusão artigo 12, inciso I; d) o afastamento da continuidade. (MP) avaliação negativa da culpabilidade;b) Artigo 12, inciso I, no patamar máximo de ½, c) A fixação da multa pecuniária,d) valor mínimo	Provido Parcialmente o recurso do MP para incluir multa 21d(1/30sm)	4a5m10d semiaberto reclusão 21d multa(1/30)	8.632.932,78	Comércio Alimentos	ICMS	AI/2012/ IP 2017	janeiro de 2010 a julho de 2012, bem como nos meses de setembro e outubro de 2012, janeiro de 2013, e março a dezembro de 2013,	Oferecida em : 30/10/2017 Recebida em : 31/10/2017	20/07/2018
25	2005.01.1.102976-0	1152573	14.02.2019	2	Cond	artigo 1º, inciso II e V da Lei nº 8.137/1990, na forma do artigo 71 do Código Penal	38	3a4m reclusão	Aberto	s	16d(1/30)	n	A/MP	(A) nulidade do processo intimação pessoal sentença; cassação da sentença suspensão do processo criminal, aduzindo que garantidos os débitos objetos por compensação por precatórios;extinção da punibilidade quitação dos débitos tributários nos termos da Lei nº 9.249/95, c/c os artigos 34 e 156, inciso II, do CTN;(MP) culpabilidade negativa	Improvido	3a4m aberto reclusão 16d(1/30)	326.579,92	Restaurante	ICMS	AI/2003	novembro e dezembro de 1997, janeiro e março, maio a setembro e dezembro de 1998, fevereiro a maio e julho a dezembro de 1999, janeiro, fevereiro, abril, junho, setembro e novembro de 2000 e janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2001	Oferecida em : 04/02/2010 Recebida em : 26/02/2010	30.08.16
26	2013.01.1.028449-8	1152381	07.02.2019	1	Cond	artigo 1º, inciso II, da Lei n. 8.137/90, c/c art. 71 do CP,	9	3a4m reclusão	Aberto	s	-	n	A/MP	(A) insuficiência de provas, ausência de dolo.(MP) exasperação da pena em razão da culpabilidade exacerbada, fixação do multa e valor mínimo indenizatório	Improvido	3a4m aberto reclusão	R\$ 296.306,55	Restaurante	ICMS	AI/2010	janeiro a setembro de 2009,	Oferecida em : 04/02/2014 Recebida em : 12/02/2014	17.01.2018
27	2016.01.1.058302-8	1148289	31.01.2019	3	Cond	art. 1º, II, da Lei n. 8.137/90, c/c art. 71 do CP	24	4a5m10d reclusão	Semiaberto	n	-	n	A/MP	(A) ausência de dolo, fixação da pena no mínimo(MP)valoração negativa culpabilidade, aplicação da pena pecuniária,valor mínimo legal, a alteração regime prisional apelação em liberdade	Parcial Provimento do recurso do MP para reduzir pena(exclusão 12,1) e do MP para condenação multa.	3a4m abertoreclusão, 16dias multas(1/30) subst	1.462.318,08	Restaurante	ICMS	AI/2011	janeiro de 2009 a dezembro de 2010	Oferecida em : 02/06/2016 Recebida em : 08/06/2016	04.09.2017
28	2007.01.1.093323-9 / APR2018 011 024444-4	1148288	31.01.2019	3	Cond	art. 1º, inciso I, II, da Lei nº 8.137/90 c/c artigo 71, do Código Penal	32	3a4m reclusão	aberto	s	-	n	A/MP	(A) negativa de autoria, falta de provas, diminuição aumento continuado(MP)valoração negativa culpabilidade, aplicação da pena pecuniária,valor mínimo	Provido Parcialmente o recurso do MP para incluir multa 16d(1/30sm)	3a4m aberto reclusão, 16dias multas(1/30)	175.888,13	Moinho Farinha de Trigo	ICMS	AI/03	janeiro/00 a agosto/02	Oferecida em : 13/09/2011 Recebida em : 20/09/2011	10.01.2018
29	2011.07.1.037645-9	1143238	06.12.2018	2	Cond	art. 1º, inciso II, da Lei n. 8.137/90 c/c o art. 71, do Código Penal	7	3a4m reclusão	aberto	s	16d(1/30)	n	MP	condenação por 10 crimes e não por 7, valoração negativa culpabilidade e as consequências do crime, execução provisória	Provido,aumentar pena pela valoração negativa das consequências(parâmetro LC Distrital 435/01)	3 (três) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, 20 dias multa(1/30) aberto	200.362,63	Comércio	ICMS	AI/2008/IP	janeiro de 2005 a fevereiro de 2006,	Oferecida em : 03/06/2013 Recebida em : 05/06/2013	18.01.16
30	2012.10.1.003947-6	1141452	22.11.2018	1	Cond	art. 1º, incisos I e II, c/c artigo 12, inciso I, ambos da Lei n. 8.137/90	43	4a5m10d reclusão	Semiaberto	n	240d(1sm)	s	A/MP	(A) nulidade paf do AI nº 5696/2011, insuficiência de provas, atipicidade -ausência dolo,afastamento do art. 12, inciso I, minoração multa/indenização;(MP)Valoração Negativa culpabilidade, concurso material entre os vários AI's, cumprimento provisório	parcial provimento ao recurso da Defesa, tão somente para excluir a condenação à pena de multa e à quantia definida a título de reparação de danos.	4a5m10d reclusão semiaberto	9.126.104,27	Supermercado	ICMS	AI/2010-2011/IP/PIC	novembro de 2007 a dezembro de 2010	Oferecida em : 11/09/2015 Recebida em : 13/10/2015	16.02.18
31	2017.11.1.000848-8	1140563	22.11.2018	2	Cond	art. 1º, II, da Lei n. 8.137/90 c/c art. 71, do Código Penal	12	3a4m reclusão	aberto	s	16d(1sm)	n	A/MP	(A) ilegalidade prova MP compartilhamento nulidade do processo: no mérito.absolvção art. 386, III do CPP; decote da continuidade delitiva.(MP) dosimetria valoração negativa culpabilidade e consequências	Provido recurso Defesa para declarar nulidade da prova e absolver o acusado. Prejudicado Recurso MP	-	460.825,53	Agropecuária	ICMS	AI/2012/ IP 2017	janeiro a dezembro de 2010	Oferecida em : 21/03/2017 Recebida em : 22/03/2017	10.08.17
32	2013.01.1.182156-4	1140562	22.11.2018	2	Cond	artigo 1º, inciso II, c/c artigo 11º, ambos da Lei n.º 8.137/1990	12	3a4m reclusão	aberto	s	16d(1/30)	n	A/MP	(A) absolver a ré nos termos do art. 386, VII (MP)valoração negativa culpabilidade. Cumprimento imediato pena	Provido recurso Defesa para declarar nulidade da prova e absolver o acusado. Prejudicado Recurso MP	-	171.674,62	Microempresa	ICMS	AI/2011/IP	janeiro a dezembro de 2010,	Oferecida em : 19/12/2014 Recebida em : 28/01/2015	31.03.2017
33	2011.03.1.001201-0	1136723	08.11.2018	2	Absol falta de provas(inciso I); Sursis Proc(Inciso II)	artigo 1º, inciso II da Lei 8.137/90, e artigo 2º, inciso II, todos c/c art. 12, inciso I ambos da Lei 8.137/90.	23(inciso I), 8(incisoII)	-	-	-	-	-	A/ MP	(A)Mudança fundamento absolvção(nulidade prova sigilo, cerceamento, parcelamento) (MP)condenação de 1 e 2 réus; valoração negativa culpabilidade ; artigo 12, inciso I.	Parcialmente Conhecido recurso MP e nesta parte improvido, Prejudicado Recurso Defesa	-	-	Madeira	ICMS	AI/2010 2012; PIC MP, IP	janeiro a dezembro de 2008 e entre janeiro a novembro de 2010(inciso I); abril a dezembro de 2014(inciso II)	Oferecida em : 21/10/2015 Recebida em : 24/11/2015	30.06.2017

34	2016.07.1.009500-9	1130997	11.10.18	1	Cond	rt. 1º, II, c/c art. 12, I, ambos da Lei 8.137/90	10	3a4m reclusão	aberto	s	16d(1/30)	n	A/MP	(A)absolvição falta de provas(MP) culpabilidade negativa vários crimes, art. 12,I, indenização mínima	Improvido ambos recursos	3a4m reclusão, aberto, 16 d	R\$ 590.609,24	Empresa Individual Bijouterias	ICMS	AI 2012/PJC	janeiro a outubro de 2010	Oferecida em : 28/11/2017 Recebida em : 30/11/2017	28.05.18
					Absol	idem	-	-	-	-	-	-	MP	Provas autoria, administração da sociedade.	Improvido	-	-	idem	idem	idem	idem	idem	
35	2016.15.1.002874-7	1130239	27.9.18	2	Cond	art. 1º, inciso II, c.c. art. 12, inciso I, ambos da Lei n. 8.137/1990, c.c. art. 71 do Código Penal	75	4a5m10d reclusão	Semiaberto	n	1125(1/30)	n	A/MP	(A) conduta é atípica. Não agiu com dolo, mantida a condenação, exclusão do art. 12, I, e multa.(MP) concurso material de crimes entre as séries de fatos ocorridos em cada estabelecimento comercial – Recanto das Emas e Sobradinho –, bem como reconhecida a continuidade delitiva “dentro de cada uma das séries de fatos”; valorada negativamente a culpabilidade longo período da sonegação e o grande número de crimes praticados, bem como seja aplicada causa de aumento do art. 12, I, L. 8.137/90 no máximo, indenização mínima.	Provido em parte os recursos(MP - aumento de pena prisão, A - Diminuição multa)	5 anos semiaberto, 25d(1/30)	R\$ 35.926.284,56	Supermercado	ICMS	AI 2012, 2013, 2014, IP	(AI nº41.014/2012) novembro e dezembro de 2008, janeiro, março, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2009, janeiro, fevereiro, abril, julho, agosto, outubro, novembro e dezembro de 2010, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho	Oferecida em : 30/11/2016 Recebida em : 16/12/2016	07.06.17
36	2009.01.1.042331-9	1129568	4.10.18	2	Cond	artigo 1º, inciso II, da Lei n. 8.137/1990, c/c o artigo 71 do Código Penal	40	03a4m reclusão	Aberto	s	16d(1/30)	n	A	suspensão imediata do feito; a inépcia da inicial; a insubsistência de provas; além da ausência de dolo específico.	Improvido	03a4m reclusão aberto 16d(1/30), substituição	R\$ 5.914.035,87	?	ICMS	AI/96	agosto/92 a abril/96,	Oferecida em : 07/12/2009 Recebida em : 14/12/2009	26.07.10
37	2013.01.1.176402-0	1125673	20.09.18	2	Cond	art. 1º, II, da Lei 8.137/90 c/c art. 71 do Código Pena	7	3a4m reclusão	Aberto	s	30d(1/30)	n	A	a nulidade do processo em razão da ausência de notificação da ré na esfera administrativa, bem como pelo afastamento do sigilo fiscal sem prévia autorização judicial. No mérito, requer a absolvição e, subsidiariamente, a redução da pena fixada na sentença	provenimento ao recurso da Defesa para declarar a ilicitude das provas oriundas da quebra de sigilo fiscal sem autorização judicial e anular o processo ab initio desde o recebimento da denúncia.	-	-	Atacadista Confecções	ICMS	AI/2011 IP	junho a dezembro de 2009,	Oferecida em : 22/01/2015 Recebida em : 26/01/2015	23.02.2017
38	2009.03.1.028426-9	112152	9.08.18	2	Cond	artigo1º, inciso II, combinado com o artigo 11, caput, e com o artigo 12, inciso I, todos da Lei nº 8.137/1990, na forma do artigo 71 do Código Penal,	28	6a8m reclusão	Semiaberto	n	1084(1/30)	n	A/MP	A única questão discutida foi o patamar pena de multa(Decisão STJ reformando acórdão anterior que excluía em 01.10.15)	Provido	06a3m reclusão, semiaberto e 30 dias multa(1/30)	12.643.893,70	Atacadista Alimentos	ICMS		julho, agosto e novembro de 2001(AI 10.637/2005, item I), meses de janeiro e setembro de 2001, março, setembro e outubro de 2002(item II do AI); meses de outubro, novembro e dezembro de 2002 e fevereiro, março,abril, julho e agosto de 2003(item III do AI); meses de janeiro a julho, agosto e novembro de 2001, meses de janeiro e setembro de 2001, março, setembro e outubro de 2002,meses de outubro, novembro e dezembro de 2002 e fevereiro, março, julho, agosto e novembro de 2001(AI 10.637/2005, item I), meses de janeiro e setembro de	Oferecida em : 20/06/2012 Recebida em : 03/07/2012	26.08.2014
					Cond	artigo1º, inciso II, combinado com o artigo 11, caput, e com o artigo 12, inciso I, todos da Lei nº 8.137/1990, na forma do artigo 71 do Código Penal,	61	6a03m16 d reclusão	Semiaberto	n	469(1/30)	n	A/MP	A única questão discutida foi o patamar pena de multa(Decisão STJ reformando acórdão anterior que excluía em 01.10.15)	Provido	05a,02m06d semiaberto e 18 dias multa(1/30)	932.991,57	Atacadista Alimentos	ICMS	AI/2005 2007, IP/2011	julho, agosto e novembro de 2001(AI 10.637/2005, item I), meses de janeiro e setembro de 2001, março, setembro e outubro de 2002,meses de outubro, novembro e dezembro de 2002 e fevereiro, março, julho, agosto e novembro de 2001(AI 10.637/2005, item I), meses de janeiro e setembro de	Oferecida em : 20/06/2012 Recebida em : 03/07/2012	26.08.2014
39	2015.01.1.040505-3	1120746	30.08.18	1	Cond	art. 1º, II, da Lei 8.137/90	2	2a4m reclusão	aberto	s	20(1/30)	n	A/MP	(A)nulidade do paf, ausência de lesividade , falta de elementos típicos do crime, falta de provas, desclassificação para artigo 2º, IV , prescrição (MP) artigo 12,I, fixação de valor mínimo.	Parcial Provenimento defesa afastamento multa(BTN) Parcial Provenimento MP aumento pena art 12, I(citação LC Distrital 904 e Port PGDF 39/11-Grandes Devedores)	3a1m10d reclusão aberto substituição	7.620.323, 59	Comércio E Serviço LTDA-ME	ICMS	AI/2013	junho e julho de 2008	Oferecida em : 04/12/2015 Recebida em : 14/01/2016	31.10.17

40	2014.01.1.061595-4	1117853	16.08.18	3	Cond	art. 1º, inciso II, c/c art. 71 do Código Penal, todos c/c art. 12, inciso I, da Lei 8.137/90 e art. 69 do Código Penal,	80	4a5m10d reclusão	Semiaberto	n	100(1/30)	n	A/MP	(A)prescrição, absolvição insuficiência provas, afastamento art. 12, inciso I, pena no mínimo legal(MP)valoração desfavorável culpabilidade, aumento do quantum do art. 12, inciso I,concurso material séries, indenização mínima	Improvisto	4a5m10d reclusão 100 dias multa(1/30) semiaberto	19.956.097,87	Box Feira Telefone Celular	ICMS	AI/2011, 2012, 2014, 2016/ IP	setembro a dezembro de 2010; janeiro de 2011 a dezembro de 2013; janeiro a dezembro de 2010; janeiro de 2011 a abril de 2013.	Oferecida em : 10/02/2017 Recebida em : 16/02/2017	14.12.17
41	2014.01.1.014269-7	1117829	16.08.18	3	Cond	art. 1º, II, da Lei 8.137/1990, na forma do art. 71 do Código Penal, todos c/c art. 12, I, da Lei 8.137/1990.	67	4a5m10d reclusão	Semiaberto	n	21d(5sm)	n	A	a declaração de nulidade do processo, por ausência de justa causa, haja vista que não obteve resposta do Fisco à sua impugnação administrativa, absolvição do réu, com a aplicação do princípio in dubio pro reo, exclusão aumento do art. 12,I, continuidade, diminuição multa	Parcial Provimento para PARCIAL PROVIMENTO para reduzir cada di multa para 1/30 (um trigésimo) do saláriominimo vigente à época dos fatos	4a5m10d reclusão 100 dias multa(1/30) semiaberto	R\$ 61.747.805,15	Revenda de Veículos	ICMS	AI/2011	(1s)setembro e novembro de 2008, janeiro, abril e junho de 2009 e de abril a outubro de 2010; (2s)fevereiro e março de 2006, junho, julho e agosto de 2006, outubro e novembro de 2006, fevereiro, junho, setembro, outubro e novembro de 2007, janeiro de 2008 a abril de 2009, junho de 2009 a maio de 2011 e julho e	Oferecida em : 06/02/2017 Recebida em : 08/02/2017	04.04.18
42	2012.09.1.004198-6	1111030	19.07.18	2	Cond	art. 1º, inc. V, c/c e art. 11, ambos da Lei nº 8.137/90, na forma do art. 71 do Código Penal	12	4a5m10d reclusão	Semiaberto	n	21d(1/30sm)	n	A/MP	(A) anulação processo acesso dados administradora cartão sem paf -LC 105/01, compartilhamento MP - insuficiência de provas quanto à autoria, atipicidade inexistência do elemento subjetivo do tipo; atenuante desconhecimento da lei (artigo 65, inciso II, do Código Penal)regime inicial aberto;substituição ; (MP)culpabilidade negativa que excedem a continuidade; aplicar 1/2 (metade) do artigo 12, I.	Provimento do Recurso defensivo para anular o processo por ilicitude da prova	-	-	Supermercado	ICMS	AI/2001/ IP 2012/PIC	janeiro a dezembro de 2009	Oferecida em : 24/09/2012 Recebida em : 15/10/2012	28.10.16
43	2013.01.1.083016-3	1111012	12.07.18	1	Cond	art. 1º, inciso I da Lei n. 8.137/90, c/c art. 71 do Código Penal,	19	3a4m reclusão	aberto	s	16d(1/5sm)	n	MP	Valoração negativa culpabilidade, incidência 12, I, indenização mínima	Improvisto	3a4m reclusão 16 dias(1/5)aberto, subst	430.870,77	Importadora de Bebidas	ICMS	AI/2011 - PIC MP	(1s)janeiro a junho, agosto, novembro e dezembro de 2009 ; (2s)nos meses de julho/2006 a fevereiro/2007, abril/07 e junho/07	Oferecida em : 11/01/2017 Recebida em : 25/01/2017	20.11.17
44	2013.09.1.000177-0	1110611	12.07.18	1	Cond	art. 1º, inc. II, da Lei nº 8.137/90, c/c art. 71 do Código Penal da Lei 8.137/90	5	2a8m reclusão	aberto	s	13(1/30dm)	n	A	a condenação não pode se basear apenas em provas administrativas, pedindo absolvição por insuficiência probatória quanto à autoria e às elementares do tipo, bem como por ausência de dolo, além de pleitear que não haja avaliação negativa da conduta, "conforme tese suscitada pelo Ministério Público".	Improvisto	2a8m reclusão aberto 13dias multas(1/30) subst.	237.893,29	Comércio Alimentos	ICMS	AI/2010, IP e PIC 2012	abril a agosto de 2009	Oferecida em : 13/11/2013 Recebida em : 13/11/2013	13.09.17
45	2013.03.1035863-6	1107942	05.07.18	2	Cond	artigo 1º, inciso II da Lei Federal 8.137/90 c/c art. 71 do Código Penal	11	3a11m15 d	Aberto	s	88(1/30)	n	A	redução da pena. bis in idem consideração do número de crimes como fundamento para negatiação da culpabilidade na primeira fase da dosimetria e como elemento para a seleção da fração máxima de aumento da pena em decorrência da continuidade delitiva, enfatizada, neste ponto, a carência de fundamentação. Requer o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea	declarada de ofício a nulidade do processo ab initio em razão da ilicitude das provas oriundas da quebra de sigilo fiscal da ré, sem autorização judicial.	-	-	?	?	?	?	?	?

46	2015.01.1.096169-5	1095706	03.05.18	3	Cond(1r)	artigo 1º, caput, inciso I, II e IV da Lei 8.137/1990 c/c art. 71, caput, do Código Penal	19	4a5m10d reclusão	Semiaberto	n	21dm(1/3sm)	n	A/MP	(MP)condenação do co-réu, tendo em vista que foi absolvido, pela prática dos crimes do art. artigo 1º, incisos I, II e IV, c/c art. 11, c/c art. 12, inciso I, todos da Lei 8.137/90, c/c art. 71 do Código Penal (por dezenove vezes), com a valoração negativa da culpabilidade; a incidência da causa de aumento de pena do art. 12, I, da Lei 8.137/90, na razão de ½ (metade); e a exasperação da pena em razão da continuidade delitiva. Em relação ao réu condenado, que os doze crimes contra a ordem tributária que sobejam os sete utilizados para fixar a exasperação da continuidade delitiva em 2/3 (dois terços) sejam valorados negativamente como circunstância judicial da culpabilidade do agente e, por decorência. seia a nena-base	(MP) parcialmente provido para a condenação do co-réu pelos crimes do art. 1º, incisos I, II e IV, c/c art. 11, c/c art. 12, inciso I, todos da Lei 8.137/90, c/c art. 71 do Código Penal (por dezenove vezes), fixando a pena privativa de liberdade de 4a5m10d, a ser cumprida em regime inicial semiaberto e 21 dias-multa, fixados em 1/3 do salário mínimo; (A) improvido -	Ambos réus: 4a5m10d, 21dm (1/3sm), semiaberto	R\$20.008.925,46	Comércio de Alimentos	ICMS	AI/2009, AI/2010	junho de 2008 a dezembro de 2009	Oferecida em: 20/01/2016 Recebida em: 25/01/2016	18.07.17
47	2013.07.1.015727-3	1095538	10.05.18	2	Cond(3r)	Art. 1º, inciso II, c/c o art. 11, ambos da Lei n. 8.137/90, c/c art. 71, do Código Penal	12	3a4m reclusão	Aberto	S(3r)	16(1/30 sm)	n	A	Postula-se a absolvição do réu na forma do art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal e, subsidiariamente, a redução da pena fixada na sentença.	Improvido	3a, 4m, 6dm (1/30sm), aberto, subst.	?	Empresa de Instrumentos Musicais	ICMS	AI/2010 IP	janeiro a dezembro de 2009	Oferecida em: 30/07/2014 Recebida em: 31/07/2014	25.05.16
48	2015.01.1.077215-3	1094058	19.04.18	1	Cond(1r)	Art. 1º, inciso II e art. 12, inciso I, ambos da Lei 8.137/90, c/c art. 71 do Código Penal	17	3a6m20d reclusão	Aberto	S	216(1/10 sm)	n	A	Preliminar de nulidade por cerceamento de defesa e, no mérito, alega-se ausência de dolo com consequente pedido de absolvição. Subsidiariamente, requer-se a redução da pena.	Parcialmente procedente para a exclusão da causa de aumento prevista no art. 12, inciso I, da Lei 8.137/90 e da pena multa em razão da extinção da unidade de valor BTN	3a, 4m, aberto, subst	1.854.732,24	Empresa de Serviços de Informática	ICMS	AI/2012	(AI 375/2012): janeiro e agosto de 2008; janeiro a março, maio a setembro de 2009, dezembro de 2009; janeiro e fevereiro e abril a junho de 2010; e março de 2011	Recebida em: 01/02/2016	14.09.17
49	2013.01.1.048378-2	1091525	19.04.18	1	Cond	Art.1º, inciso II, c/c art. 12, inciso I, ambos da Lei 8.137/90, c/c artigo 71, do Código Penal	16	4a5m10d reclusão	semiaberto	n	21dm(1/30sm)	n	A/MP	(MP) condenação do acusado nas penas do art. 304 do Código Penal sob argumento de que a materialidade e autoria restaram devidamente comprovadas e ainda que o crime tributário e o de uso de documento falso contemplam fatos distintos de modo que a potencialidade lesiva do de falso não se exaure no crime fiscal. Pede ainda a fixação de indenização no valor mínimo para a reparação de danos causados ao erário. (A) Pleiteia-se a absolvição do acusado em relação ao crime tributário em nome do princípio <i>in dubio pro reo</i> dada a fragilidade probatória e a contradição da prova testemunhal. Além, de forma subsidiária, a correção da dosimetria da pena.	Improvido ambos recursos	4a, 5m, 10d, 21dm (1/30 sm), semiaberto	26.082.283,86	Distribuidora Alimentos	ICMS	AI/2015, AI/2014	(AI 1944/2015): março, abril, outubro e dezembro de 2011; janeiro a novembro de 2012; maio e junho de 2013	Oferecida em: 05/10/2016 Recebida em: 25/10/2016	30.10.17
50	2015.09.1.007573-6	1090768	19.04.18	2	Absol	Art. 1º, inc. V, da Lei nº 8.137/90	-	-	-	-	-	-	MP	Insurge-se contra a aplicação do princípio da insignificância e da bagatela sob o argumento de que a LC Distrital n. 904, de 28.12.15, que estabelece o valor mínimo para o ajuizamento de execução fiscal no DF, não pode servir de parâmetro para a aplicação do princípio em comento. Requer a incidência da lei vigente à época dos fatos, LC Distrital n. 781, de 01.10.08, cujo ajuizamento da execução fiscal apenas estava dispensada para valores inferiores a mil reais.	Improvido	-	1.303,32	Segurança Eletrônica	ICMS	AI 2014, IP 2015	28/05/2013	Oferecida em: 24/08/2015 Recebida em: 26/08/2015	30.11.17
51	2013.13.1.007517-5	1089684	12.04.18	3	Cond(2r)	Artigo 1º, inciso II, c/c artigo 11, ambos da Lei 8.137/1990 c/c art. 71 do Código Penal	12	3a4m reclusão	Aberto	s(2r)	16dm(1/30)	N	A	Preliminar de nulidade da sentença por ausência de fundamentação, sem apreciação das teses arguidas pela defesa. No mérito, suscita insuficiência probatória, atipicidade da conduta, tendo em vista que os acusados não estavam na administração da empresa à época Dos fatos. Excesso de exação sob o argumento de que aliquota de 17% (dezesete por cento) não é a correta para microempresa optante pelo Simples Nacional e, dessa forma, o Poder Público inviabilizou o pagamento dos tributos. E a exclusão da continuidade delitiva.	Improvido	3a, 4m, aberto, 16 dm (1/30), subst	?	Comércio Roupas	ICMS	AI/2010	janeiro a dezembro de 2008	Oferecida em: 16/12/2014 Recebida em: 18/12/2014	15.12.16

52	2016.01.1.085864-7	1085904	08.03.18	1	Cond	Artigo 1º, inciso II, c/c com o artigo 12, caput, inciso I, da Lei nº 8.137/90, c/c o art. 71 do Código Penal	6	4a reclusão	Aberto	s	19dm(1/30)	n	A	Absolvição por ausência do elemento subjetivo dolo	Improvido	4a, aberto, 19dm (1/30), subst	7.686.990,69	Comério de Equipamentos de Emergência	ICMS	AI/2010	março, abril, junho, julho e agosto de 2009	Oferecida em: 03/05/2017 Recebida em: 05/05/2017	31.08.17
53	2014.03.1.034301-7	1081445	08.03.18	2	Cond	Art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/90 c/c art. 71 do Código Penal	13	3a4m reclusão	Aberto	s	16dm(1/30)	n	A/MP	(A) Absolvição por falta de provas em nome do <i>in dubio pro reo</i> ; (MP) insurge-se contra a dosimetria da pena: primeira fase, requer a valoração da culpabilidade e a fixação de valor mínimo de indenização	(A) - parcialmente provido para exclusão da pena pecuniária de 16 dias-multa, fixado à razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos, em razão da extinção da unidade de valor da multa cominada ao tipo penal (BTN). (MP) - improvido	3a, 4m, aberto, subst	540.707,54	Comércio e Distribuição Alimentos	ICMS	AI/2011	de janeiro a dezembro de 2008 e janeiro de 2009	Oferecida em: 14/11/2014 Recebida em: 18/12/2014	08.08.17
54	2013.01.1.096126-4	1075439	08.02.18	2	Cond	Artigo 1º, incisos II e V, da Lei n.º 8.137/1990 c/c artigo 71 do Código Penal	10	3a4m reclusão	aberto	s	-	n	A	Extinção da punibilidade em virtude do reconhecimento da prescrição. Caso negativo, absolvição por ausência de prova da materialidade e autoria	Improvido	3a, 4m, aberto, subst	15.152,78	Clínica Odontológica	ICMS	AI/2006	maio, junho e dezembro de 2003; janeiro a junho e setembro de 2004; fevereiro de 2005	Oferecida em : 09/04/2015 Recebida em : 10/04/2015	10.07.17
55	2013.01.1.072271-4	1068397	14.02.17	3	Cond	Artigo 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/90 c/c art. 71 do Código Penal	11	3a4m reclusão	aberto	s	16dm(1/30)	n	A/MP	(MP) requer a valoração negativa da culpabilidade em face do dolo intenso da ré no intento criminoso; (A) absolvição por insuficiência de provas ou afastamento da continuidade delitiva sob alegação de que se praticou crime único	Improvido ambos recursos	3a, 4m, aberto, 16dm (1/30), subst	114.225,55	Comércio de Confecções	ICMS	IP, AI/2010, AI/2012, PIC 2013	fevereiro a dezembro de 2009 e janeiro a novembro de 2010	Oferecida em : 29/04/2016 Recebida em : 02/05/2016	22.06.17
56	2014.01.1.061586-6	1061702	16.11.17	2	Cond	Artigo 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/90 c/c art. 71 do Código Penal	27	3a10m20 d reclusão	aberto	s	20dm(1/30)	n	A/MP	(MP) valoração da culpabilidade, em razão do grande número de crimes praticados, o reconhecimento da agravante do art. 12, I, da Lei 8.137/90 e a fixação de indenização mínima. (A) preliminar de nulidade das provas instrutórias, uma vez que protegidas pelo sigilo judicial imprescidiável de autorização judicial e preliminar de cerceamento de defesa em decorrência de documento produzido após a instrução que a defesa não teve a oportunidade de se manifestar. No mérito, requer-se absolvição por indução a erro e, de forma subsidiária, que seja a a pena-base fixada no mínimo legal e reconhecidas as atenuantes da confissão qualificada	(MP) recurso prejudicado em razão da absolvição conferida ao réu; (A) provido , sendo reconhecida a ilicitude da prova que lastreou a denúncia com a consequente absolvição do réu, com fundamento no art. 386, II do CPP	-	488.836,81	Comércio Alimentos	ICMS	AI/2012	janeiro de 2008 a abril de 2009 e de novembro de 2011 a setembro de 2012	Oferecida em : 05/05/2015 Recebida em : 25/05/2015	22.03.17
57	2007.01.1.093323-9	1055537	19.10.17	3	Absol	Artigo 1º, caput, incisos I e II, c/c artigo 11, caput, ambos da Lei 8.137/90	32	-	-	-	-	-	MP	Inexistência de prescrição, pois se deixou de considerar a valoração negativa das circunstâncias judiciais e a fração de aumento pelo crime continuado. Sustenta que deve haver a valoração negativa da culpabilidade em razão do elevado número de crimes.	Parcialmente procedente para afastar o reconhecimento da prescrição e da consequente extinção da punibilidade	3a4m, reclusão, aberto, subst	175.888,13	Supermercado	ICMS	AI/2003	janeiro de 2000 a agosto de 2002	Oferecida em : 13/09/2011 Recebida em : 20/09/2011	10.01.17
58	2013.07.1.022750-0	1055177	19.10.17	2	Cond	Art. 1º, inciso II, c/c o art. 11, ambos da Lei n. 8.137/90, c/c art. 71, do Código Penal	12	7a	semiaberto	n	40dm (1/30)	n	A	Nulidade de provas que embasaram a denúncia, eis que protegidas pelo segredo de justiça, apenas poderiam ser obtidas mediante autorização judicial. No mérito, absolvição em decorrência da ausência de dolo. E, de forma subsidiária, fixação da pena base em seu mínimo legal.	Procedência da apelação com reconhecimento da ilicitude das provas que lastream a denúncia e consequente absolvição do réu com fulcro no art. 386, II do Código de Processo Penal	-	?	Comércio de Alimentos	ICMS	AI/2010, IP	janeiro a dezembro de 2008	Oferecida em: 12/09/2014 Recebida em: 29/10/2014	09.06.17
	2013.07.1.037623-8	1055176	19.10.17	2	Cond	Art. 1º, inciso II, c/c o art. 11, ambos da Lei n. 8.137/90 c/c art 71 do Código Penal	11	7a	Semiaberto	n	40(1/30)	n	A	idem	idem		?	idem	idem	AI/2013, IP	janeiro a dezembro de 2010, salvo em abril	Oferecida em : 17/09/2014 Recebida em : 17/09/2014	idem

59	2015.01.1.040494-2	1049259	21.09.17	2	Cond	Artigo 1º, inciso II, c/c artigo 12, inciso I, ambos da Lei n.º 8.137/1990 c/c art. 71 do Código Penal	40	4a5m10d reclusão	semiaberto	n	360dm(1/30)	n	A/MP	(A) Declaração de nulidade da decisão que recebeu a denúncia por se reputar inepta, ante a não individualização das fraudes à fiscalização tributária, o que a torna genérica, inviabilizando o contraditório e a ampla defesa. No mérito, absolvição por insuficiência probatória e, subsidiariamente, afastamento da causa de aumento prevista no art. 12, I, da Lei 8.137/90 e da continuidade delitiva. (MP) - aumento da pena base com a valoração negativa da culpabilidade em virtude de sonegação costumaz, a fixação do valor mínimo para a reparação de danos e o início do cumprimento provisório da pena	(A) - Parcialmente procedente para afastar a causa de aumento do art. 12, I, da Lei 8.137/90, exclusão da pena de multa e diminuição da pena privativa de liberdade cominada (MP) - Improvido	3a, 4m, aberto, subst	602.218,57	Comércio Alimentos	ICMS	AI/2008	janeiro a dezembro de 2003, janeiro de 2004, abril a dezembro de 2004, janeiro a março de 2005, maio a junho de 2005, agosto a dezembro de 2006, janeiro a outubro de 2007 e dezembro de 2007	Oferecida em : 06/04/2016 Recebida em : 11/04/2016	31.01.17
60	2013.07.1.039586-4	1043432	31.08.17	3	Cond(1r)	art. 1º, inc. II, da Lei 8.137/90, c/c art. 71, do Código Penal	11	3a4m reclusão	aberto	s	30d(1/30)	n	A	Absolvição por ausência do elemento subjetivo dolo	Improvido	3a, 4m, aberto, 30d(1/30), subst	82.841,45	Comércio Alimentos	ICMS	AI/2011, IP	janeiro a novembro de 2009	Oferecida em : 04/12/2014 Recebida em : 05/12/2014	02.03.17
					Absol	8.137/90, c/c art. 71, do Código Penal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	idem	idem	idem	idem	idem	idem
61	2013.01.1.182192-5	1038794	10.08.17	2	Cond	Artigo 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/90, c/c artigo 71, caput, do Código Penal	12	3a4m reclusão	aberto	s	16dm(1/30)	n	A/ MP	(A) redução da pena, por meio da incidência da fração legal mínima aplicável em razão do reconhecimento da continuidade delitiva (1/6 – um sexto) ou, subsidiariamente, da fração de ½ (um meio), em substituição à fração máxima (2/3); (MP) - elevação da pena-base na primeira etapa da dosimetria, por meio da valoração negativa da culpabilidade do agente	Improvido ambos recursos	3a, 4m, aberto, 16dm (1/30), subst	54.359,86	Serviços Veterinários	ICMS, ISS	AI/2011	janeiro a dezembro de 2009	Oferecida em : 18/03/2016 Recebida em : 18/03/2016	14.11.16
62	2014.01.1.080187-7	1030580	06.07.17	1	Cond(2r)	Art. 1º, inc. II, c/c art. 12, inciso I, ambos da Lei nº 8.137/1990, c/c o art. 71 do CP	12	4a5m10d reclusão	semiaberto	n	21dm(1/30sm)	n	A	Requer o reconhecimento da preliminar de prescrição da pretensão punitiva estatal. No mérito, o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, bem como a exclusão da causa de aumento do art. 12, I, da Lei n. 8.137/90.	Parcialmente procedente para afastar a majorante do art. 12, inciso I, da Lei 8.137/90, reduzindo a pena de ambos réus para 3a4m, bem como exclusão da pena de multa, modificação para o regime aberto, tendo em vista a diminuição da pena para patamar inferior a quatro anos e deferimento da substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito	3a4m, reclusão, aberto, subst	2.349.730,00	Serviços Eletrônicos	ICMS	AI/2011	Janeiro a dezembro de 2009	Oferecida em : 03/02/2016 Recebida em : 15/02/2016	26.07.16
63	2013.06.1.005428-9	1028987	29.06.17	3	Cond	Art. 1º, II e V, da Lei 8.137/90, c/c art. 71 do CP	12	3a4m reclusão	aberto	s	16dm(1/30)	n	A	Requer a extinção da punibilidade do réu, em razão da prescrição retroativa, tendo em vista a data dos fatos e a do recebimento da denúncia. Subsidiariamente, pretende a exclusão da pena de multa, ao argumento de que o parâmetro legal para a aplicação da pena pecuniária, é o BTN o qual foi extinto.	Parcialmente procedente para declarar extinta a punibilidade em relação à conduta prevista no artigo 1º, inciso V, da Lei nº 8.137/90, em razão da ocorrência da prescrição, com base no art. 107, inciso IV, c/c art. 109, inciso V e no art. 110, §§ 1º e 2º, todos do CP. Sem alteração de pena.	3a, 4m, aberto, 16dm (1/30), subst	218.248,80	?	ICMS	AI/2011	Janeiro a dezembro de 2009	Oferecida em : 17/04/2015 Recebida em : 22/04/2015	15.09.16
64	2015.04.1.005854-9	1028715	29.06.17	3	Cond	Artigo 1º, incisos II e V, da Lei 8.137/90, c/c art. 71 do CP	12	3a4m reclusão	aberto	s		n	A	Requer a absolvição do acusado sob o argumento de insuficiência de provas para a condenação, de ausência de dolo específico e existência de excludente de culpabilidade. Pleiteia ainda a redução da fração relativa à continuidade delitiva.	Improvido	3a, 4m, aberto, subst	77.668,30	Comercial de Alimentos	ICMS	AI/2010, PAF	Janeiro a dezembro de 2009	Oferecida em : 25/05/2015 Recebida em : 02/06/2015	13.10.16

65	2012.11.1.001561-7	1028948	29.06.17	2	Cond(2r)	art. 1º, II, da Lei n. 8.137/90, c/c art. 71 do Código Penal	4	3a1m15d reclusão	aberto	s	15dm(1/30)	n	A/ MP	(MP) pleiteia a valoração negativa da culpabilidade em relação a um réu, em razão da prática de 22 crimes. (1r) - absolvição por insuficiência probatória ou ausência de dolo específico. Aduz a inexigibilidade de conduta diversa, como causa supralegal de exclusão de culpabilidade, e incidência do princípio da insignificância ao caso. Caso contrário, a redução da pena ao mínimo legal, excluindo-se a análise desfavorável das consequências do crime. (2r): absolvição por insuficiência probatória. Aplicação do princípio da insignificância. Subsidiariamente, o reconhecimento da excludente de culpabilidade fundada na inexigibilidade de conduta diversa e a fixação da pena em seu mínimo legal.	(MP) Improvido; (A) - ambos parcialmente procedentes com exclusão da pena de multa, em razão da extinção do BTN, redução da pena, alteração do regime de cumprimento e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito.	2a, 6m, aberto, subst	889.714,32	Comercial de Alimentos	ICMS	AI/2010	janeiro de 2008 e dezembro de 2009, excetuando-se os meses de agosto e outubro de 2009	Oferecida em : 02/10/2015 Recebida em : 09/10/2015	23.11.16
66	2012.07.1.038287-3	1019850	25.05.17	2	Cond(1r)	art. 1º, II, da Lei n. 8.137/90, c/c art. 71 do Código Penal art. 1º, inciso II, da Lei n. 8.137/90 c/c art. 71 do Código Penal	22	4a2m reclusão	semiaberto	n	20dm(1/30)	n	-	-	-	3a9m reclusão, aberto, subst	?	idem	idem	idem	janeiro de 2005 a dezembro de 2006	Oferecida em : 13/10/2014 Recebida em : 21/10/2014	10.08.15
67	2013.07.1.008380-3	1018790	18.05.17	2	Cond	art. 1º, incisos II e V, da Lei n. 8.137/90 c/c art. 71, do Código Penal.	6	3a3m reclusão	aberto	s	18dm(1/30)	n	A	Preliminar de nulidade em face da decisão que decretou a revelia. No mérito, absolvição pelo princípio da insignificância por ser o valor sonegado inferior a R\$ 10.000,00 ou por ausência de dolo. Na dosimetria, a exclusão da análise desfavorável da circunstância judicial das consequências do delito	Parcialmente procedente para alterar a dosimetria da pena mediante exclusão da marjorante pelas consequências do crime	2a, aberto, 10dm(1/30), subst	27.685,22	Sector Hoteleiro	ISS	IP, AI/2010, AI/2009, PIC	julho de 2009	Oferecida em : 05/07/2013 Recebida em : 08/07/2013	15.04.16
68	2013.08.1.002550-8	1014137	27.04.17	2	Cond(2r)	art. 1º, inciso II, e art. 11, todos da Lei 8.137/90 c/c art. 71 do CP	10	3a4m reclusão	aberto	s	100(1/30)	n	A	Requerem a declaração de extinção da punibilidade pelo pagamento integral do débito tributário em nome do que estatui a jurisprudência pátria	Procedente (declaração de extinção da punibilidade dos dois acusados pelo pagamento)	-	234.520,81	Comercial de Alimentos	ICMS	AI/2008	Março a dezembro de 2006	Oferecida em : 24/07/2014 Recebida em : 28/07/2014	03.06.15
69	2013.01.1.108715-9	1007231	23.03.17	2	Cond	art. 1º, inc. II, da Lei nº 8.137/1990, c/c art. 71 do Código Penal.	10	3a4m reclusão	aberto	s		n	A	Preliminar de nulidade da denúncia por não atender o princípio da indivisibilidade da ação penal e ausência de término do PAF e falta de lançamento definitivo do crédito tributário. No mérito, alegação de absolvição por ausência de dolo e falta de instrução judicial apta a ensejar condenação com pedido consequente de desclassificação para o crime do art. 2º, inciso II, da Lei 8.137/90 (único que poderia ser provado).	Parcialmente procedente para redução de pena a partir do afastamento da continuidade delitiva	2a, aberto, subst	180.676,89	Comércio Eletrônicos	ICMS	AI/2011	março a dezembro de 2009	Oferecida em : 14/04/2015 Recebida em : 20/04/2015	09.06.16
70	2013.01.1.155117-6	1005022	16.03.17	2	Cond	artigo 1º, incisos I e II e artigo 11, ambos da Lei nº. 8.137/90 c/c art. 71 do Código Penal	6	3a4m15d reclusão	aberto	s	13(1/30)	n	A	Preliminar de nulidade por quebra de sigilo bancário, declaração de nulidade do PAF por violação ao contraditório e a ampla defesa e do processo judicial por ausência de exame pericial que comprove a materialidade definitiva e ainda declaração de nulidade dos atos processuais por violarem o contraditório e ampla defesa. No mérito, absolvição por atipicidade da conduta, tendo em vista a ausência de dolo. Na dosimetria, redução da pena base, com o afastamento da valoração negativa das consequências do crime; afastamento da continuidade delitiva ou aplicação da fração mínima de 1/6 e/ou a exclusão/redução da pena de multa	Procedente (acolhimento de preliminar de ilicitude probatória para anular a sentença)	-	173.674,79	Comércio de Roupas	ICMS	AI/2010	março, julho, setembro a dezembro de 2008	Oferecida em : 15/10/2013 Recebida em : 18/10/2013	08.07.15

71	2013.01.1.096106-3	996629	16.02.17	2	Cond	Art. 1º, incisos I e II, c/c art. 11 e 12, inciso I, todos da Lei 8.137/90 c/c art 71 do CP	38	4a5m10d reclusão	aberto	s	21(1/5sm)	n	A/MP	(MP) requer a exasperação da pena base a partir da valoração negativa da culpabilidade com os 31 crimes que sobejam os sete necessários para que a continuidade delitiva incida em seu patamar máximo; (A) arguição de prescrição retroativa, suspensão do processo por existência de execução fiscal onde se discute o real valor do tributo, erro de tipo, ausência de comprovação da materialidade do delito (inexistência de perícia para provar o fato). E ainda insurge-se contra a aplicação cumulativa de duas penas restritivas de direito e pede que a substituição se reduza tão somente a prestação de cesta básica.	Improvido	4a5m10d, aberto, 21 (1/5) subst	7.878.799,81	Material de Construção	ICMS	AI/2007	maio de 2003 a junho de 2006	Oferecida em : 26/11/2014 Recebida em : 28/11/2014	30.06.16
72	2013.07.1.012925-0	994470	09.02.17	3	Cond	art. 1º, inc. II, da Lei nº 8.137/90 c/c art. 71 do CP	12	3a4m reclusão	aberto	s	-	n	A/ MP	(MP) o aumento da pena-base a título da culpabilidade em razão da quantidade de crimes praticados e ainda a valoração negativa das consequências do crime em virtude do valor total sonogado e a fixação da pena de multa; (A) absolvição por ausência de dolo e ausência de obtenção de vantagem financeira. Ainda absolvição por insuficiência probatória e aplicação do <i>in dubio pro reo</i> . Em termos de dosimetria da pena, requer o reconhecimento de crime único e a redução da pena em seu mínimo legal.	(MP) Recurso prejudicado em razão da absolvição conferida ao réu; (A) provido para absolver o réu dos 12 crimes descritos no art. 1º, inciso II, da Lei 8.137/90, com fulcro no art. 386, inciso VII do Código de Processo Penal.	-	104.766,63	Empresa de Jogos	ICMS	AI/2010	janeiro a dezembro de 2009	Oferecida em : 29/09/2014 Recebida em : 01/10/2014	10.05.16
73	2013.07.1.022353-0	991996	02.02.17	3	Cond	Art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/90 c/c artigo 71, do Código Penal	13	3a10m20 d reclusão	aberto	s	-	n	A/ MP	(MP) reforma da sentença para que o valor da sonegação fiscal seja considerado como causa de aumento de pena (art. 12, inciso I, da Lei 8.137/90) E ainda que as consequências do crime sejam consideradas desfavoráveis ao réu em razão do grande montante sonogado. (A) absolvição do acusado por falta de justa causa para a condenação e dolo	(MP) Parcialmente procedente para considerar desfavoráveis as consequências do crime, sem interferência na pena que permanece a mesma; (A) improvido	3a, 10m, aberto, subst	R\$197.860,23	Comercial de Alimentos	ICMS	AI/2011	janeiro a junho de 2009	Oferecida em : 02/07/2014 Recebida em : 20/08/2014	14.12.15
74	2011.07.1.012173-0	991995	02.02.17	3	Cond	idem	idem	idem	idem	s	-	n	idem	idem	idem	idem	614.855,48	idem	ICMS	AI/2010	Junho a dezembro de 2008	idem	idem
75	2013.03.1.000252-0	988435	15.12.16	3	Absol	Art. 1º, inciso I, c/c art. 12, inciso I, ambos da Lei nº 8.137/90, c/c art. 71, do Código Penal	17	-	-	-	-	-	MP	Pugna pela reforma da sentença para que o réu seja condenado, tendo em vista que, na condição de responsável pela gerência e administração da empresa, agiu com dolo genérico de se eximir do pagamento do tributo. Alega não ser necessário a demonstração de dolo específico	Improvido	-	?	Distribuidora Alimentos	ICMS	AI/2010, IP	setembro de 2005 e janeiro de 2007	Oferecida em : 07/11/2013 Recebida em : 13/11/2013	17.12.15
76	2010.07.1.014545-7	965426	08.09.16	2	Cond(1r)	Artigo 1º, inciso II, da Lei n. 8.137/90, combinado com o artigo 71 do Código Penal	15	4a5m10d reclusão	semiaberto	n	21dm(1/4)	n	A/ MP	(MP) elavação da pena base a partir da valoração negativa a culpabilidade, tendo em vista a quantidade de crimes praticados e cumprimento provisório das penas cominadas; (A) preliminar de inconstitucionalidade do tipo penal tributário por impossibilidade de prisão por dívida, denúncia inepta pela não individualização das condutas dos réus, extinção da punibilidade pela edição da Lei 4.732/2011 que remiu todos os débitos de empresas decorrentes do Convênio n/ 76/97. No mérito, aplicação do <i>in dubio pro reo</i> em nome da insuficiência probatória ou da ausência de dolo. Subsidiariamente, a desclassificação do crime para o do art. 1º da Lei n. 4.729/65; ou, ainda, a desclassificação para o art. 2º, inciso	Improvido ambos recursos	4a5m10d, semiaberto, 21 (1/4)	435.444,70	Comércio de Medicamentos	ICMS	AI/2007	agosto de 2003 a outubro de 2003	Oferecida em : 26/09/2012 Recebida em : 01/10/2012	11.03.16
76	2013.04.1.000784-2	961278	18.08.16	1	Cond(2r) Absol(2r)	idem	idem	4a5m10d reclusão	idem	n	21dm(1/3)	n	idem	idem	-	4a,5m,10d, aberto, 21 (1/3)	?	idem	idem	idem	idem	idem	idem
					Cond(1r)	Artigo 1º, inciso II, c/c o artigo 11, ambos da Lei nº 8.137/90, c/c o artigo 71, do Código Penal	24	3a4m reclusão	aberto	s	16dm(1/30)	n	A/ MP	(MP) requer a condenação dos dois outros réus por existência suficiente de materialidade e autoria. E em relação ao dosimetria da pena do réu condenado, a valoração negativa da culpabilidade para exasperação da pena base e o reconhecimento da causa de aumento prevista no art. 12, inciso I, da Lei 8.137/90; (A) preliminar de cerceamento do direito de defesa, nulidade absoluta do PAF, falta de justa causa para a propositura da ação penal e absolvição por ausência de dolo específico	(MP) Improvido; (A) parcialmente procedente para afastar a condenação de multa pecuniária	3a, 4m, aberto, subst	3.982.443,11	Distribuidora Alimentos	ICMS	PIC/MP, AI/2008	janeiro a dezembro de 2006 e de janeiro a dezembro de 2007	Oferecida em : 22/05/2014 Recebida em : 10/06/2014	20.10.15

77	2013.01.1.179624-7	960968	18.08.16	1	Cond	artigo 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/1990, c/c o artigo 71 do Código Penal	4	2a6m reclusão	aberto	s	-	n	A/ MP	(MP) aumento da pena-base com a análise negativa das consequências do crime, sob fundamento de expressivo valor do imposto sonegado, aplicação da multa na forma do art. 49 do Código Penal; (A) absolvição por ausência de dolo específico. De forma subsidiária, exclusão da causa de aumento pela continuidade delitiva	(MP) parcialmente provido para aumentar a pena do réu; (A) Improvido	2a,11m reclusão, aberto, subst	263.714,68	Comércio	ICMS	AI/2011, PIC/MP 2013, IP 2013	Fevereiro a maio de 2008	Oferecida em : 14/08/2014 Recebida em : 20/08/2014	12.06.15
78	2013.09.1.013657-8	956310	07.07.16	2	Cond	artigo do 1º, inciso III, artigo 11, caput, ambos da Lei nº 8.137/1990 c/c art 71 do CP	6	3a reclusão	aberto	s	15dm(1/30)	n	A	Erro de proibição evitável com consequente diminuição da pena	improvido	3a, aberto, 15(1/30), subst	30.157,34	Supermercado	ICMS	AI/2011, IP 2013	maio a outubro de 2009	Oferecida em : 28/07/2014 Recebida em : 29/07/2014	15.05.15
79	2013.01.1.115777-4	944547	23.05.16	1	Cond	artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90, c/c art. 71 do Código Penal	12	3a4m reclusão	aberto	s		n	A	Absolvição por atipicidade da conduta, sendo que caso haja ilícito tributário, este seria de responsabilidade exclusiva do contador da empresa	Improvido	3a,4m, aberto, subst	66.460,31	Comércio Alimentos	ICMS	AI/2010	janeiro a dezembro de 2008	Oferecida em : 10/02/2014 Recebida em : 12/02/2014	16.03.15
80	2013.01.1.185115-7	942576	19.05.16	3	Cond	artigo 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/90, c/c o artigo 71 do Código Penal	7	3a4m reclusão	aberto	s	16dm(1/30)	n	A	Absolvição por ausência de provas suficientes da autoria e ausência de dolo específico	Provido para absolvição	-	43.801,94	Restaurante	ICMS	IP, AI/2010	Janeiro a julho de 2008	Oferecida em : 27/05/2014 Recebida em : 10/06/2014	24.08.15
81	2013.01.1.113966-5	940789	05.05.16	1	Cond	artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90, c/c artigo 71 do Código Penal	5	2a8m reclusão	aberto	s	10dm(1/30)	n	A	requer a suspensão do processo pelo prazo de 50 (cinquenta) meses, em razão do parcelamento do débito. No mérito, busca a absolvição por ausência de dolo. Subsidiariamente, requer a redução da pena corporal.	Provido para suspender o processo durante a liquidação das parcelas relativas ao AI/2010	-	31.725,05	Restaurante	ICMS	AI/2010	agosto a dezembro de 2008	Oferecida em : 09/12/2013 Recebida em : 16/12/2013	09.10.15
82	2010.07.1.020495-6	940253	05.05.16	1	Cond(2r)	artigo 1º, incisos II e V, da Lei nº 8.137/90 c/c o artigo 71, do Código Penal	9	3a4m reclusão	aberto	s	-	n	A/ MP	(MP) requer a aplicação da causa de aumento do art. 12, I, da Lei 8.137/90 em razão do alto valor sonegado e a fixação de um valor mínimo para a reparação de danos; (1r) pedido de absolvição por ausência de dolo e atipicidade da conduta; (2r) sustenta a ilegitimidade passiva, pois já não era o responsável pela empresa, além da absolvição por insuficiência probatória	Improvido ambos recursos	3a4m, reclusão, aberto, subst	301.031,30	Empresa de Decorações	ICMS	AI/2010, IP/2012	janeiro de 2009 e setembro de 2009	Oferecida em : 25/04/2012 Recebida em : 21/05/2012	04.11.13
83	2013.01.1.062032-4	938979	05.05.16	1	Cond	artigos 1º, inciso II, c/c o 12, inciso I, ambos da Lei 8.137/90, c/c o artigo 71, caput, do Código Penal	16	4a5m10d reclusão	aberto	s	10dm(1/30)	n	A/ MP	(MP) requer a adoção da fração de ½ (metade) em relação à majorante elencada no artigo 12, inciso I, da Lei 8.137/90 e a valoração negativa da culpabilidade a partir dos 9 crimes que sobejam os 7 utilizados para fixar a continuidade delitiva; (A) reconhecimento da prescrição retroativa, cerceamento de defesa na instrução. Subsidiariamente, aplicação do princípio da consunção entre o delito ido artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90 e o crime do artigo 304, caput, do CP e a exclusão da causa de aumento disposta no artigo 12, inciso I, da Lei 8.137/90	Improvido ambos recursos	4a,5m,10d, reclusão, aberto, subst, 10(1/30)	8.843.573,23	Comércio Equipamentos de Emergência	ICMS	PIC/MP 2013, AI 2011	março, maio, junho, julho, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2008 e nos meses de março, abril, julho, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2009 e abril de 2010	Oferecida em : 30/05/2014 Recebida em : 04/06/2014	29.05.15
84	2013.07.1.022393-3	935192	07.04.16	1	Cond	artigo 1º, incisos II e V, da Lei nº 8.137/90, c/c artigo 71 do Código Penal	7	3a4m reclusão	aberto	s	105d(1/30)	n	A	Absolvição por insuficiência probatória e a fixação da pena-base no mínimo legal, além da redução da fração de aumento pela continuidade delitiva	Improvido	3a4m, aberto, subst, 105(1/30)	64.388,65	Comércio de Roupas	ICMS	AI/2010	Janeiro a julho de 2008	Oferecida em : 08/11/2013 Recebida em : 20/11/2013	03.09.15
85	2012.11.1.000990-8	934738	14.04.16	3	Cond	artigo 1º, inciso II, c/c o artigo 12, inciso I, ambos da Lei nº 8.137/90, c/c o artigo 71 do Código Penal	19	3a10m20 d reclusão	aberto	s		n	A/ MP	(MP) valoração negativa da culpabilidade a partir do excedente de crimes não utilizados para fins de estabelecer a continuidade delitiva e incidência da causa de aumento do art. 12, I da Lei 8.137/90; (A) Nulidade do processo em razão de ilicitude probatória e, no mérito, absolvição em virtude de lastro probatório latente que evidencia a emissão de notas fiscais de todas as mercadorias em controvérsia	(MP) prejudicado, (A) provido para acolher a preliminar de nulidade do processo prova compartilhada mp	-	182.004,87	Agropecuária	ICMS	IP, AI/2010	fevereiro de 2008 a dezembro de 2009	Oferecida em : 11/12/2013 Recebida em : 09/01/2014	29.05.15
86	2013.01.1.174820-7	934548	14.04.16	3	Cond(1r)	art. 1º, inc. II, da Lei 8.137/90, c/c art.71 do Código Penal	12	3a4m reclusão	aberto	s	-	n	A/ MP	(MP) requer que os crimes que sobejam os sete crimes utilizados para fixar a continuidade delitiva sejam valorados negativamente como circunstâncias judiciais da culpabilidade e que seja aplicada pena de multa; (A) inconstitucionalidade do art. .6º da LC n.º 105/2001, nulidade do processo por provas ilícitas, nulidade do AI/2011, absolvição por ausência de dolo específico ou absolvição pelo <i>in dubio pro reo</i>	(MP) parcialmente procedente para fixar a pena pecuniária em 16 dias-multa, tendo como base de cálculo 1/3 do sm; (A) improvido	3a,4m, aberto, subst, 16(1/3)	94.855,81	Comércio Joias	ICMS	AI/2011, IP/2013	janeiro e dezembro de 2009	Oferecida em : 07/04/2015 Recebida em : 09/04/2015	28.10.15

					Absol (não concorre u para a prática da infração penal)	rtigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90, c/c art. 71 do Código Penal	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
87	2013.03.1.001147-2	934473	14.04.16	3	Cond	artigo 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/90 c/c artigo 71 do CP	12	3a4m reclusão	aberto	s	16(1/30 sm)	n	A/ MP	(MP) majoração da pena-base, ponderando pela valoração negativa da culpabilidade, em razão do número de delitos cometidos e que os que sobejem os 7 utilizados para fixar a continuidade delitiva sirvam de base para isto. (A) absolvição por insuficiência probatória	Improvido ambos recursos	3a,4m, aberto, subst, 16(1/3)	260.766,10	Empresa	ICMS	AI/2011	janeiro de 2009 a dezembro de 2009	Oferecida em : 03/10/2014 Recebida em : 07/10/2014	19.06.15					
88	2013.01.1.071824-8	934047	07.04.16	1	Cond	art. 1º, II, da Lei nº 8.137/90 c/c artigo 71 do CP	12	3a reclusão	aberto	s	15(1/30)	n	A/ MP	(MP) requer a marjoração da pena em 2/3 em virtude da continuidade delitiva e que os cinco crimes que excedem os sete utilizados para fixar a continuidade delitiva sejam valorados negativamente como circunstâncias judiciais da culpabilidade; (A) nulidade por cerceamento do direito à ampla defesa, ao contraditório e ao devido processo legal, a exclusão do processo administrativo dos autos, por ser prova constituída de forma ilícita e absolvição por ausência de dolo.	(MP) Provido para reconhecimento da continuidade delitiva e aumento da pena; (A) provido para exclusão da pena de multa	3a, 4m, aberto, subst	?	Comércio Roupas	ICMS	AI/2011	iro a dezembro de :	Oferecida em : 16/05/2014 Recebida em : 21/05/2014	05.05.15					
89	2013.01.1.152432-5	933404	07.04.16	1	Cond	1º, incisos I, II e V, c/c art. 11, todos da Lei 8.137/90 c/c art. 71 do CP	4	2a6m reclusão	aberto	s	-	n	A/ MP	(MP) requer a fixação de pena de multa, pois a extinção do BTN não impede seu estabelecimento; (A) absolvição por ausência de dolo específico, inexigibilidade de conduta diversa como excludente de culpabilidade e, subsidiariamente, exclusão da causa de aumento em termos de dosimetria da pena.	Improvido ambos recursos	2a,6m, aberto, susbt	88.436,55	Comércio Alimentos	ICMS	AI/2011	abril a julho de 2009	Oferecida em : 04/11/2013 Recebida em : 05/11/2013	27.10.15					
90	2013.01.1.035915-3	920045	11.02.16	1	Cond	artigo 1º, inciso II da Lei 8.137/1990, c/c o artigo 71, caput, do Código Penal	7	3a4m reclusão	aberto	s	-	n	A	Absolvição por ausência do elemento subjeto dolo. Subsidiariamente, redução da pena base na segunda fase da dosimetria pela atenuante da confissão espontânea	Improvido	3a,4m, aberto, subst	82.872,69	Empresa de Som	ICMS	AI/2010, IP	janeiro a julho de 2008	Oferecida em : 07/05/2014 Recebida em : 13/05/2014	24.03.15					
91	2013.01.1.075112-8	919437	11.02.16	3	Absol	artigo 2º, inciso I, da Lei 8.137/90	-	-	-	-	-	-	MP	Condenação do réu	Improvido	-	?	Comércio Alimentos	ICMS	AI/2011	6 de junho de 2011	Oferecida em : 12/12/2013 Recebida em : 18/06/2014	03.07.15					
92	2011.07.1.020875-6	918772	04.02.16	2	Cond	artigo 1º, inciso II, da Lei n. 8.137/90 c/c art 71 do CP	57	3a10m20 d reclusão	aberto	s	-	n	A	Absolvição por atipicidade da conduta. Na dosimetria, redução da pena mínimo legal e a redução do aumento empregado pela configuração da continuidade delitiva	Provido (absolvição da acusada por insuficiência probatória)	-	1.054.341,05	Comércio Bebidas	ICMS	AI/2008	janeiro de 2003 e dezembro de 2007	Oferecida em : 01/06/2012 Recebida em : 13/06/2012	28.03.14					
93	2013.01.1.056622-4	899435	08.10.15	1	Cond(2r)	artigo 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/90, c/c o artigo 71, do Código Penal	17	3a4m reclusão	aberto	s	-	-	A/ MP	(MP) valoração negativa de culpabiidade a partir do excedente dos crimes utilizados para fixar a continuidade delitiva; (1r) - cerceamento de defesa, absolvição por insuficiência de provas, abusividade de cobrança de multa de 250% pela Administração Pública sobre o valor do débito tributário; (2r)- absolvição por insuficiência de provas	Improvido ambos recursos	3a,4m, aberto, subst	257.688,58	Empresa de Informática	ICMS	AI/2011, IP/2013	Janeiro e dezembro de 2008 e entre janeiro a maio de 2009	Oferecida em : 13/01/2015 Recebida em : 13/01/2015	28.05.15					
94	2013.01.1.096220-0	898919	08.10.15	3	Cond	art. 1º, incisos II e V, da Lei 8.137/90 c/c art 71 do CP	12	3a 4m reclusão	aberto	s	-	n	A	Nulidade do processo por inépcia da denúncia e cerceamento do direito de defesa e absolvição por insuficiência de provas ou atipicidade da conduta	Parcialmente procedente para reconhecer a prescrição da pretensão punitiva estatal e declarar extinta a punibilidade apenas quanto aos fatos relacionados ao artigo 1º, inciso V, da Lei 8.137/90, sem alterar a pena da sentença	3a,4m, aberto, subst	40.917,70	Salão de Beleza	ISS	AI/2010, IP/2013, PIC	janeiro a dezembro de 2009	Oferecida em : 28/05/2014 Recebida em : 30/05/2014	07.05.15					
95	2013.01.1.064456-2	890686	27.08.15	1	Cond	Absol Art 304 do CP art. 1º, incisos II e V, da Lei 8.137/90 c/c art. 71, caput, do Código Penal.	12	3a10m20 d reclusão	aberto	s	-	n	A	Preliminar de extinção da punibilidade por quitação do débito, absolvição por insuficiência probatória ou erro de tipo	Provido para declaração de extinção da punibilidade	-	12.465,01	Comércio Calçados	ISS	AI/2010, IP	janeiro e dezembro de 2008	Oferecida em : 14/08/2013 Recebida em : 19/08/2013	07.11.14					

96	2013.05.1.005332-3	887419	13.08.15	3	Cond	art. 1º, incisos II e IV, da Lei 8.137/90 em concurso material (art. 69, do Código Penal) com os crimes previstos no art. 1º, incisos II e IV, da Lei 8.137/90	12 (art 1º, II, Lei 8.137/90)) 9 (art 1º, II e IV da Lei 8.137/90)	4a	aberto	s	20(1/30)	n	A/ MP	(MP) pleiteia que as condutas não sejam consideradas como crime único, mas sim que seja reconhecida a continuidade delitiva em sua fração máxima (2/3) e que os delitos que sobejem os utilizados para fixar a continuidade delitiva sirvam para valorar negativamente a culpabilidade do agente; (A) ilicitude de provas, violação ao sigilo bancário, inexistência de responsabilidade penal e tributária, ausência de dolo específico e afastamento da pena de multa	(MP) recurso prejudicado; (A) Provido para absolvição do réu com fulcro no art.386, VII do Código de Processo Penal	-	?	Supermercado	ICMS	AI/2011, AI/2002	janeiro a dezembro de 2001, abril a dezembro de 2009	Oferecida em : ? Recebida em : 21/03/2014	04.02.15
97	2008.03.1.025714-7	881933	16.07.15	1	Cond	artigo 1º, incisos II e V, da Lei n.º 8.137/90, c/c artigo 71 do Código Penal	?	4a5m10d reclusão	semiaberto	n	-	S (199 ,795, 44)	A	preliminar de nulidade da sentença, alegando carência de fundamentação no cálculo da pena-base; absolvição por inexistência de dolo e inexigibilidade de conduta diversa	Parcialmente procedente para declarar extinta a punibilidade do crime previsto no artigo 1º inciso V, da Lei n.º 8.137/90, afastar a causa de aumento de pena do art. 12, I, da Lei 8.137/90 e diminuir a pena	3a10m20d reclusão, aberto, subst	199.795,44	Empresa	ICMS	AI/2005	jeiro a agosto de 2001	Oferecida em : 07/02/2012 Recebida em : 07/02/2012	06.03.14
98	2013.06.1.000432-3	877423	25.06.15	1	Cond	o artigo 1º, incisos II e V, da Lei 8.137/90 c/c art 71 do CP	12	3a4m reclusão	aberto	s	120d(1/30)	n	A/MP	(MP) impugna a pena estabelecida requerendo a valoração negativa da culpabilidade; (A) absolvição por insuficiência de provas ou atipicidade da conduta e ausência de dolo	(MP) Improvido; (A) Provido para extinguir a punibilidade	-	159.043,62	Supermercado	ICMS	AI/2007	janeiro a dezembro de 2001	Oferecida em : 18/03/2014 Recebida em : 19/03/2014	28.08.14
99	2013.01.1.072233-7	877296	25.06.15	2	Cond	artigo 1º, incisos I, II e V, da Lei 8.137/90 c/c art. 71 do Código Penal	12	3a4m reclusão	aberto	s	-	n	A/ MP	(MP) valoração negativa da culpabilidade e antecedentes criminais, reconhecimento da causa de aumento do art. 12, I, Lei 8.137/90; (A) absolvição por falta de provas em nome do <i>in dubio pro reo</i> , afastamento da continuidade delitiva ou, caso contrário, sua aplicação em fração mínima.	(MP) Parcialmente provido para aumentar a pena imposta (A) Improvido	3a9m reclusão, aberto, subst	208.848,50	Comércio Celular	ICMS	AI/2011	janeiro a dezembro de 2009	Oferecida em : 07/08/2013 Recebida em : 13/09/2013	07.10.14
100	2013.01.1.064739-4	876730	25.06.15	3	Cond	art. 1º, inc. II, da Lei n.º 8.137/90 c/c art. 71, caput, do Código Penal	10	3a4m reclusão	aberto	s	16(1/30 sm)	n	A/ MP	(MP) valoração negativa de culpabilidade para majorar a pena-base; (A) nulidade por ausência de contraditório no PAF, prescrição da pretensão punitiva em relação a certos crimes e absolvição por ausência de dolo específico e revisão da dosimetria da pena	Improvido ambos recursos	3a4m, aberto, subst, 16(1/30)	106.162,21	Restaurante	ICMS	AI/2011, IP/2011	janeiro, abril a dezembro de 2009	Oferecida em : 17/05/2013 Recebida em : 23/05/2013	28.08.14
101	2010.03.1.017509-0	874921	18.06.15	3	Absol	art. 1º, incisos I, II e V, c/c art. 11, caput, e art. 12, inciso I, todos da Lei n.º 8.137/1990	-	-	-	-	-	-	MP	Condenação do réu por existências de provas suficientes de autoria e materialidade	Improvido	-	779.239,86	Comércio Ferramentas	ICMS	AI/2007	impreciso, anterior a agosto de 2005	Oferecida em : 17/10/2013 Recebida em : 22/10/2013	18.03.15
102	2013.01.1.096154-5	870940	21.05.15	1	Cond	Art 1º, inciso II da Lei 8.137/90, c/c o artigo 71, caput, do Código Penal	11	3a10m20 d reclusão	aberto	s	-	n	A	Absolvição por ausência de provas suficientes da autoria e ausência de dolo específico	Parcialmente procedente para reduzir a pena	3a4m reclusão, aberto, subst	309.052,39	Comércio Aviamentos	ICMS	AI/2011	janeiro a novembro de 2009	Oferecida em : 24/04/2014 Recebida em : 28/04/2014	07.11.14
103	2013.01.1.096110-2	870639	28.05.15	3	Cond	art. 1º, incisos I e IV, da Lei n. 8.137/90 c/c o art. 71 do Código Penal	22	3a4m reclusão	aberto	s	32(1/3)	n	A/MP	(MP) valoração negativa da culpabilidade, tendo em vista o número elevado de delitos que indicam o maior grau de reprobabilidade da conduta; (A) reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, a diminuição do número de dias-multa e do seu valor unitário, requerendo que seja fixado no mínimo legal	Improvido ambos recursos	3a4m, aberto, subst, 32(1/3)	2.049.361,88	Empresa de Fotografia	ICMS	AI/2008	janeiro e fevereiro de 2005, maio a dezembro de 2005, janeiro a março de 2006 e de maio a dezembro de 2006	Oferecida em : 19/12/2013 Recebida em : 07/01/2014	17.12.14
104	2013.01.1.017755-3	868649	21.05.15	1	Absol (atipicidade da conduta)	art. 1º, I e II, e art. 11, todos da Lei n.º 8.137/1990, c/c art. 71 do Código Penal	10	-	-	-	-	-	MP	Condenação do réu por existências de provas suficientes de autoria e materialidade	Provido para condenação	3a,4m, reclusão, aberto, subst	28.978,87	Comércio Móveis	ICMS	IP, AI/2010	janeiro a dezembro de 2008, com exceção de abril e setembro	Oferecida em : 04/06/2013 Recebida em : 06/06/2013	26.09.14
105	2009.07.1.032434-0	865157	30.04.15	1	Cond	art. 1º, incisos II e V, da Lei 8.137/90	2	2a4m reclusão	aberto	s	30d(1/30)	n	A/ MP	(MP) valoração negativa da conduta social para elevar a pena-base; (A) absolvição por ausência de provas de autoria	Improvido ambos recursos	2a,4m, aberto, subst, 30(1/30)	10.298,83	Comércio	ICMS	AI/2006, IP	22/08/2005	Oferecida em : 27/01/2011 Recebida em : 01/02/2011	15.08.13
106	2013.03.1.015243-7	864823	30.04.15	2	Absol (dúvida sobre do el. subjetivo)	art. 1º, incisos II e V, da Lei 8.137/90 c/c art. 71 do CP	24	-	-	-	-	-	MP	Condenação do acusado. Em termos de dosimetria, valoração negativa da culpabilidade aumentada a pena na fração de 2/3 e o questionamento da matéria.	Improvido	-	200.197,65	Comércio	ICMS	AI/2010	janeiro de 2008 a dezembro de 2009	Oferecida em : 26/11/2013 Recebida em : 16/12/2013	16.10.14

107	2013.01.1.018783-5	857783	19.03.15	2	Cond	artigo1º, incisos I, II e V, e artigo 11, caput, ambos da Lei nº 8.137/1990, c/c artigo 71 do Código Penal	10	2a6m reclusão	aberto	s	12(1/30)	n	A/ MP	(MP) requer que o valor da sonegação seja considerado para a análise negativa das consequências do crime e o aumento da fração aplicada em razão da continuidade delitiva; (A) reconhecimento da prescrição retroativa e absolvição por ausência de responsabilidade na administração da empresa	(MP) Provido para para avaliar negativamente a circunstância judicial das consequências do crime e para aplicar a fração de 2/3 em decorrência da continuidade delitiva, aumentando a pena; (A) improvido	3a4m reclusão, aberto, subst, 16(1/30)	247.505,77	Comércio	ICMS	AI/2005	setembro de 2004 a junho de 2005	Oferecida em : 17/09/2013 Recebida em : 18/09/2013	27.08.14				
													Condenação do réu no artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90 c/c artigo 71 do Código Penal por 55 vezes; fixação da pena-base acima de seu patamar mínimo, em razão da valoração negativa da culpabilidade, aplicação do aumento de pena previsto no artigo 12, inciso I, da Lei 8.137/90 e a aplicação da fração de 2/3 em relação a continuidade delitiva	Parcialmente procedente para condenar o Réu pelo crime previsto no artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90, bem com impor a fração de 2/3 relativa ao crime continuando	3a4m reclusão, aberto, subst, 11(1/30)	215.947,85	Comércio	ICMS	AI/2005 2007, IP/2011	agosto, setembro e dezembro de 2002, maio de 2003 e novembro de 2004,	Oferecida em : 03/04/2013 Recebida em : 10/04/2013	11.06.2014					
108	2012.01.1.065232-6	847821	05.02.15	3	Cond	artigo 1º, inciso V, da Lei nº 8.213/90 c/c artigo 71 do Código Penal	5	2a4m reclusão	aberto	s	11(1/30)	n	MP	(MP) aplicação da causa de aumento de pena prevista no artigo 12, inciso I, da Lei nº 8.137/90; (1r) absolvição por insuficiência probatória e diminuição da pena, tendo em vista que todas as circunstâncias judiciais lhe foram favoráveis; e a exclusão da incidência do artigo 71 do Código Penal; (2r) absolvição, em razão da insuficiência probatória e cassação da sentença em razão da existência de ação de execução fiscal	(MP) improvido; (A) parcialmente procedente para excluir a valoração negativa da circunstância judicial das consequências do crime para ambos réus	3a reclusão, aberto, subst	98.099,62	Comércio	ICMS	AI/2010	janeiro de 2008 a setembro de 2008	Oferecida em : 07/10/2013 Recebida em : 08/10/2013	29.06.14				
	2013.01.1.105260-8	847812	05.02.15	3	Cond(2r)	Art. 1º, inciso II e V, da Lei 8.137/90, c/c artigo 71 do Código Penal	9	3a6m reclusão	aberto	s(2r)	-		A/ MP	(MP) aplicação da causa de aumento de pena prevista no artigo 12, inciso I, da Lei nº 8.137/90; (1r) absolvição por insuficiência probatória e diminuição da pena, tendo em vista que todas as circunstâncias judiciais lhe foram favoráveis; e a exclusão da incidência do artigo 71 do Código Penal; (2r) absolvição, em razão da insuficiência probatória e cassação da sentença em razão da existência de ação de execução fiscal	(MP) improvido; (A) parcialmente procedente para excluir a valoração negativa da circunstância judicial das consequências do crime para ambos réus	3a reclusão, aberto, subst	98.099,62	Comércio	ICMS	AI/2010	janeiro de 2008 a setembro de 2008	Oferecida em : 07/10/2013 Recebida em : 08/10/2013	29.06.14				
109							3	2a9m18d reclusão	aberto	s	-	n				2a4m reclusão, aberto, subst	idem	idem	idem	idem	idem	idem	idem				
	2013.01.1.108733-5	845009	29.01.15	3	Cond	Art 1º, incisos II e V, da Lei n.º 8.137/90 c/c art. 71 do Código Penal	12	3a10m20d reclusão	aberto	s	-	n	A	Absolvição por ausência do elemento subjetivo dolo e a fixação da pena no mínimo legal	Improvido	3a,10m,20d, aberto, subst	10.876,34	Empresa de Refrigeração	ICMS	AI/2010	janeiro e dezembro de 2008	Oferecida em : 27/01/2014 Recebida em : 28/01/2014	24.09.14				
110	2013.03.1.011413-3	842362	18.12.14	3	Absol	art. 1º, inciso II da Lei 8.137/90	-	-	-	-	-	-	MP	Condenação do réu, pois o tipo penal exige tão somente dolo genérico	Improvido	-	92.797,12	Restaurante	ICMS	AI/2010	janeiro a dezembro de 2009	Oferecida em : 04/09/2013 Recebida em : 04/09/2013	19.08.14				
111	2013.01.1.072295-6	828075	23.10.14	1	Cond	art. 1º, II e V da Lei n. 8.137/90, c/c art. 69 do Código Penal	12	6a8m reclusão	semiaberto	n	32(1/30)	n	MP/A	(MP) reconhecimento da causa de aumento de pena do art. 12, I, da Lei 8.137/90; (A) absolvição por ausência de provas da autoria e ausência de dolo específico, inexistência da conduta diversa, atipicidade da conduta em razão da princípio da insignificância. Subsidiariamente, redução da pena	(MP) Improvido; (A) Provido parcialmente para redução da pena	3a10m20d reclusão, aberto, subst, 22dm(1/30)	380.000,00	Hotel	ICMS, ISS	AI?	janeiro e dezembro de 2009	Oferecida em : 14/11/2013 Recebida em : 19/11/2013	15.04.14				
													(MP) condenação nos termos da denúncia, soma das penas, tendo em vista que os crimes foram cometidos em concurso material e a consequente fixação do regime mais gravoso; (A) nulidade dos atos processuais a partir da instrução por ausência de intimação de comparecimento, cerceamento do direito de defesa, absolvição por ausência de dolo específico e, em termos de dosimetria, a condenação por apenas um crime do tipo penal que lhe foi imputado	(MP) parcialmente provido para o somatório das penas, reconhecido o concurso material entre os crimes; (A) improvido	5a4m reclusão, semiaberto, 20dm(1/30)	4.682.361,18	Comércio Bebidas	ICMS	AI/2003	junho de 2000 e julho de 2002	Oferecida em : 01/10/2009 Recebida em : 05/10/2009	19.12.12					
112	2003.03.1.002864-8	827947	23.10.14	3	Cond	art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/1990 c/c art 71 do Código Penal	25	3a4m reclusão	aberto	s	10dm(1/30)	n	MP/A	(MP) condenação nos termos da denúncia, soma das penas, tendo em vista que os crimes foram cometidos em concurso material e a consequente fixação do regime mais gravoso; (A) nulidade dos atos processuais a partir da instrução por ausência de intimação de comparecimento, cerceamento do direito de defesa, absolvição por ausência de dolo específico e, em termos de dosimetria, a condenação por apenas um crime do tipo penal que lhe foi imputado	(MP) parcialmente provido para o somatório das penas, reconhecido o concurso material entre os crimes; (A) improvido	5a4m reclusão, semiaberto, 20dm(1/30)	4.682.361,18	Comércio Bebidas	ICMS	AI/2003	junho de 2000 e julho de 2002	Oferecida em : 01/10/2009 Recebida em : 05/10/2009	19.12.12				
							4	2a reclusão	aberto	s	10dm(1/30)	n						idem	idem	idem	idem	idem	idem				
113							25																				
	2005.03.1.014542-8	826021	02.10.14	1	Absol (2r insuficiência de provas)	art. 1º, inciso III, c/c art. 11, ambos da Lei 8.137/90							MP	Condenação dos acusados e reconhecimento da causa de aumento do art. 12, inciso I, da Lei 8.137/90	Provido	3a1m10d reclusão aberto	10.597.099,66	Comércio Alimentos	ICMS	AI/96	Até fevereiro de 1996	Oferecida em : 29/10/2008 Recebida em : 31/10/2008	21.10.13				
114																											

115	2013.05.1.000581-4	822832	25.09.15	2	Cond	artigo 1º, incisos II e V, da Lei nº 8.137/1990 c/c art 71 do CP	24	4a7m reclusão	aberto	n	245(1/5)	n	A	Declaração de extinção da punibilidade do réu em razão do pagamento integral do débito tributário, nulidade do PAF, absolvição, alteração da fração utilizada para a continuidade delitiva para 1/2 (metade), afastamento da regra do artigo 72 do Código Penal e a consequente redução da pena de multa.	Provido para declaração de extinção da punibilidade	-	14.747,34	Distribuidora Bebida	ICMS	AI/2008	anos de 2003 e 2004	Oferecida em : 09/07/2013 Recebida em : 11/07/2013	10.06.14
116	2013.01.1.067769-4	819616	11.09.14	1	Cond	art. 1º, incisos I e II, da Lei 8.137/90 c/c art. 71 do CP	12	3a4m reclusão	aberto	s	-	n	A/MP	(MP) valoração negativa da culpabilidade, com o consequente aumento da pena base e aplicação da majorante prevista no art. 12, I, da Lei 8.137/90; (A) preliminar de nulidade do processo judicial, ante a existência de ação de execução fiscal, absolvição por ausência de dolo específico.	Improvido ambos recursos	3a, 4m, aberto, subst	253.898,10	Papelaria	ICMS	AI/2011	janeiro a dezembro de 2009	Oferecida em : 22/05/2013 Recebida em : 23/05/2013	18.12.13
117	2013.03.1.015217-2	817885	04.09.14	1	Cond	artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90, combinado com 71 do Código Penal	24	3a4m reclusão	aberto	s	245(1/30)	n	A	absolvição por atipicidade da conduta por ausência de dolo específico	Parcialmente procedente para reduzir a pena pecuniária	3a,4m, reclusão, aberto, subst, 26dm(1/30)	43.539,26	Restaurante	ICMS	AI/2010	anos 2008 e 2009	Oferecida em : 03/06/2013 Recebida em : 07/06/2013	06.03.14
118	2011.04.1.004082-2	808804	02.06.14	1	Cond	art. 1º, inciso V, c/c o art. 11, ambos da Lei 8.137/90, c/c art. 71, do Código Penal	11	3a4m reclusão	aberto	s	16(1/30)	n	A/ MP	(MP) Fixação da pena-base acima do mínimo legal, mediante valoração negativa das consequências do crime; (A) inépcia da denunciapor ausência de descrição dos delitos, absolvição por insuficiência probatória	(MP) Provido para majoração da pena; (A) Parcialmente provido para exclusão da pena de multa	3a, 10m, reclusão, aberto, subst	107.587,82	Comércio	ICMS	AI/2010, IP	janeiro de 2008 a novembro de 2008	Oferecida em : 09/01/2013 Recebida em : 14/01/2013	28.08.13
119	2011.01.1.074662-6	806998	24.07.14	2	Absol (não concorre u para a prática da infração penal)	artigo 1º, inciso V, da Lei nº 8.137/90, c/c artigo 71, do Código Penal	-	-	-	-	-	-	MP	Condenação do réu com o reconhecimento da causa de aumento prevista no art. 12, inciso I, da Lei 8.137/90	Improvido	-	376.021,53	Indústria	ICMS	AI/2009, IP	aneiro a abril, e de julho a outubro de 2007	Oferecida em : 30/03/2012 Recebida em : 19/04/2012	28.10.13
120	2013.06.1.001361-9	802976	10.07.14	2	Cond(2r)	artigo 1º, inciso II e V, da Lei nº 8.137/1990, c/c artigo 71, "caput", do Código Penal	5	2a8m reclusão	aberto	s	50(1/30)	n	A	Preliminar de nulidade da sentença em razão da inépcia da denúncia, PAF irregular por ausência de notificação dos acusados para a lavratura do auto de infração tributário, absolvição por inexistência de dolo específico, readequação da multa aplicada pelo FISCO, pois estabelecida em patamar confiscatório desproporcional e redução das penas para o mínimo legal	Parcialmente provido para excluir a pena pecuniária de ambos réus	2a,8m, reclusão, aberto, subst	212.798,38	Padaria	ICMS	AI/2006	02/04/2006 a 11/08/2006	Oferecida em : 23/11/2012 Recebida em : 25/02/2013	10.02.14
121	2013.04.1.004356-2	801128	03.07.14	1	Cond	art. 1º, incisos II e IV, da Lei 8.137/90 c/c art. 71 do CP,	12	3a reclusão	aberto	s	15(1/30)	n	A	preliminar de que seria inepta a denúncia, absolvição por estado de necessidade ou inexistência de conduta diversa	Improvido	3a, reclusão, aberto, subst, 15(1/30)	120.706,21	Empresa de Informática	ICMS	AI/2010, IP/2010	iro a dezembro de :	Oferecida em : 28/10/2013 Recebida em : 29/10/2013	07.04.14
122	2009.01.1.001817-5	796657	05.06.14	3	Cond(2r)	art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/1990, c/c o art. 71 do Código Penal	5	2a8m reclusão	aberto	s(2r)	-	n	A	absolvição por insuficiência probatória e declaração de extinção da punibilidade, pois o coréu tentou quitar a dívida tributária, tendo para tanto ajuizado ação de consignação em pagamento e pugna pela redução da pena	Provido para absolver ambos réus	-	37.920,26	Promotor de Evento	ISS	AI/2007, IP	Evento 1 (19.01.2007), Evento 2 (20.01.2007), Evento 3 (17.02.2007), Evento 4 (02.02.2007, 09.02.2007, 16.02.2007 e 23.02.2007), Evento 5 (10.02.2007)	Oferecida em : 29/08/2011 Recebida em : 02/09/2011	26.11.13
					idem	idem	2	2a4m reclusão	aberto	-	-	n	A	absolvição em face da atipicidade da conduta e a concessão do prazo de 6 meses, com a suspensão do julgamento do recurso, para que se processe o pagamento dos tributos discutidos nos autos do processo de execução fiscal	idem	-	idem	idem	idem	idem	idem	idem	idem
123	2013.04.1.004746-9	787968	08.05.14	2	Cond	art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/1990, c/c o art. 71 do Código Penal	11	3a10m20 d reclusão	aberto	s	-	n	A	absolvição por ausência do elemento subjetivo dolo	Parcialmente procedente para redução da pena e a consequente extinção da punibilidade em razão da redução da pena	-	212.892,82	Supermercado	ICMS	AI/2010, IP/2012, PIC/MPDFT	Janeiro a dezembro de 2008	Oferecida em : 14/12/2012 Recebida em : 18/12/2012	28.10.13
124	2013.01.1.035462-0	787297	08.05.14	3	Cond	art. 1º, inc. II e V, da Lei nº 8.137/90 c/c art. 71 do Código Penal	12	4a2m reclusão	aberto	n	64(1/30)	n	A	Absolvição por ausência do elemento subjetivo dolo e, subsidiariamente, fixação da pena-base em seu mínimo legal	Parcialmente procedente para redução da pena	3a,4m, reclusão, aberto, subst, 16dm(1/30)	76.752,01	Empresa de Cabos	ICMS	AI/2010	janeiro a dezembro de 2008	Oferecida em : 01/07/2013 Recebida em : 03/07/2013	16.10.13

125	2013.01.1.072279-6	779724	10.04.14	1	Cond	art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/90 c/c art. 71 do Código Penal	20	3a4m reclusão	aberto	s	-	n	A	Devolução da matéria de fato e de direito para o Tribunal	Improvido	3a 4m aberto reclusão, subst	7.414,00	Empresa de Cursos de Informática	ISS	AI/2010, IP	janeiro de 2009 a agosto de 2010	Oferecida em : 04/09/2013 Recebida em : 05/09/2013	22.11.13
126	2011.08.1.001196-7	778551	10.04.14	3	Cond	art. 1º, inciso V, da Lei n.º 8.137/90, c/c art. 71 do Código Penal	12	3a 4m reclusão	Aberto	s	16(1/30 sm)	S (104 .037, 11)	A	preliminares de inépcia da denúncia e de prescrição da pretensão punitiva. No mérito, absolvição por ausência de dolo específico e negativa de autoria	Parcialmente procedente para declaração de extinção da punibilidade em razão da quitação integral do débito tributário	-	104.037,11	Comercial de Alimentos	ICMS	AI/2010	janeiro de 2006 e dezembro de 2006	Oferecida em : 10/12/2012 Recebida em : 11/12/2012	25.04.13
127	2013.01.1.067763-7	775488	27.03.14	1	Cond	artigo 1º, incisos II e V, da Lei nº 8.137/1990, c/c artigo 71 do Código Penal	14	3a 4m reclusão	Aberto	S	-	n	MP	(MP) incidência da causa de aumento prevista no artigo 12, inciso I, da Lei nº 8.137/1990 ou, subsidiariamente, a utilização do valor sonogado como consequência desfavorável na fixação da pena-base;	Parcialmente procedente para aumentar a pena	3a,7m,10d reclusão, aberto, subst	259.837,68	Comércio	ICMS	AI/2010, IP/2013	Agosto de 2008, setembro de 2008, e janeiro de 2009 a dezembro de 2009	Oferecida em : 31/05/2013 Recebida em : 05/06/2013	19.09.13
128	2004.01.1.039478-9	768774	13.03.14	2	Cond(4r)	artigo 1º, incisos II, III c/c art. 11, da Lei 8.137/90, na forma do art. 71 do Código Penal, c/c artigo 299, caput, c/c art. 69 do Código Penal	80	6a4m15d reclusão	semiaberto	n	70(1/30)	n	A/ MP	(MP) condenação de todos os réus pelo art. 304 do CP, eis que não deve prevalecer o entendimento da consunção entre a falsidade ideológica e o crime de uso de documento falso e a condenação dos réus absolvidos, (A) a extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição retroativa; inépcia da denúncia; atipicidade da conduta dos apelantes, sob a alegação de descon sideração do dolo, ausência de potencial consciência da ilicitude e por erro de proibição; julgamento extra petita, com a inobservância do princípio da correlação entre a acusação e a prolação da sentença. No mérito, absolvição por insuficiência probatória, exclusão da causa de aumento da continuidade delitiva. aplicação do princípio da	(MP) parcialmente provido para redimensionar a pena dos condenados; (A) parcialmente provido para absolver os acusados do delito do art. 299 do CP a partir do acolhimento da preliminar de prescrição	4a,4m,15d, reclusão, semiaberto, 50dm(1/30)	7.022.728,96	Empresa de Materiais Elétricos e Empresa de Exportação e Importação	ICMS	AI/2001, AI/2004, IP/2001, IP/2004	(IP/2001): janeiro de 1999 a junho de 2001, outubro de 2000 a junho de 2001; (IP/2004): junho de 1997 a maio de 2001	Oferecida em : 15/01/2009 Recebida em : 20/01/2009	08.03.12
						artigo 1º, incisos II e III c/c art. 11, da Lei 8.137/90, na forma do art. 71 do Código Penal, c/c artigo 299, caput, na forma do art. 69 do Código Penal	38	4a7m10d reclusão	semiaberto	s	50(1/30)	n	idem	idem	idem	3a,7m,10d reclusão, aberto, subst, 40(1/30)	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
						artigo 299, caput, do Código Penal	1	1a	aberto	s	10(1/30)	n	idem	idem	Absolvido	-	idem		idem				
						artigo 299, caput, do Código Penal	1	1a	aberto	s	10(1/30)	n	idem	preliminar de prescrição da pretensão punitiva estatal para que seja extinta a punibilidade do crime descrito no artigo 299 do Código Penal e absolvição por falta de potencial consciência da ilicitude ou que o fato seja considerado como erro de proibição em razão da ausência de dolo	Absolvido	-	idem		idem				
					Absol(2r)	artigos 1º, incisos II, III e V c/c art. 11, da Lei 8.137/90; art. 299, caput e art. 304, caput (por 2 vezes)		-	-	-	-	-					idem		idem				
						artigo 299, caput, e art. 304, caput, do Código Penal											idem		idem				
129	2013.01.1.072288-4	758673	06.02.14	3	Cond	art. 1º, inciso V, da Lei 8.137/90, c/c art. 71, do Código Penal	12	3a 4m reclusão	aberto	s	-	n	A	Reconhecimento da prescrição e absolvição por ausência de dolo específico	Parcialmente provido para declarar extinta a punibilidade dos crimes praticados antes de 6 de junho de 2009 e para redução da pena	2a,8m, reclusão, aberto, subst	192.480,12	Empresa Individual	ICMS	AI/2010, IP	janeiro a dezembro de 2009	Oferecida em : 06/06/2013 Recebida em : 07/06/2013	17.10.13
	2011.01.1.071971-0	757653	06.02.14	3	Cond	art. 1º, inc. V, da Lei n.º 8.137/90 c/c art 71 do CP	12	3a 4m reclusão	Aberto	S	16(1/30 sm)	N	A/ MP	(MP) reconhecimento da causa de aumento de pena do art. 12, I, da Lei 8.137/90 e que o alto valor sonogado seja considerado como circunstância judicial desfavorável em razão das consequências do crime; (A) absolvição	Improvido ambos recursos	3a 4m aberto reclusão, subst, 16(1/30)	212.455,70	Comércio Alimentos	ICMS	AI/2010, IP	janeiro a dezembro de 2008	Oferecida em : 11/07/2012 Recebida em : 16/07/2012	16.05.13

131	2006.01.1.074159-2	756739	30.01.14	2	Cond(2r)	art. 1º, inciso V, da Lei n. 8.137/90, c/c art. 71 do Código Penal	2	2a4m reclusão	aberto	s(2r)	12(1/30)	n	A	inêpcia da denúncia, pela não individualização da sua conduta, absolvição por ausência de dolo e fixação da pena no mínimo legal com a a exclusão do aumento decorrente da continuidade delitiva	Improvido	2a,4m, aberto, subst, 12(1/30)	11.664,27	Comércio Roupas	ICMS	AI/2004, IP/2006	julho e agosto de 2003	Oferecida em : 23/09/2008 Recebida em : 06/11/2008	19.12.12
	2013.05.1.005865-9	751105	16.01.14	3	Cond	art. 1º, inciso V, da Lei nº 8.137/90 c/c artigo 71 do Código Penal	12	3a 4m reclusão	aberto	s	-	n	A	alega que o fato investigado constitui crime impossível, absolvição por ausência de dolo, desclassificação para o crime descrito no art. 2º, I, da Lei 8.137/90; e que houve excesso na fixação da pena dosada	Parcialmente procedente para redução de pena a partir do afastamento da continuidade delitiva	3a,4m, aberto, subst	35.073,92	Comércio	ICMS	IP/2013, AI/2011	janeiro a dezembro de 2009	Oferecida em : 27/05/2013 Recebida em : 28/05/2013	09.09.13
132	2012.05.1.002322-6	748485	19.12.13	2	Cond	artigo 1º, inciso V, da Lei nº 8.137/1990 c/c artigo 71 do Código Penal	12	3a4m reclusão	aberto	s	-	n	A	preliminar de nulidade do processo, por entender que deveria ter sido aplicada ao caso a Lei nº 9.099/1995, redução da pena aplicada e que a majorante referente a continuidade delitiva seja aplicada no mínimo de 1/6	Parcialmente procedente para o reconhecimento da prescrição retroativa dos crimes ocorridos até 30/11/2008, reduzindo-se a pena para o mínimo legal	2a, aberto, subst	100.712,59	Supermercado	ICMS	AI/2010, IP/2012	janeiro a dezembro de 2008	Oferecida em : 27/08/2012 Recebida em : 30/08/2012	04.09.13
	2011.09.1.022956-3	740107	28.11.13	3	Cond	artigo 2º, inciso I da Lei 8.137/1990	1	2a reclusão	aberto	s	10(1/30)	n	A	absolvição por insuficiência probatória	Improvido	2a, aberto, subst, 10(1/30)	?	Pessoa física	ICMS	AI/2010	dia 14 de setembro de 2010	Oferecida em : 27/02/2012 Recebida em : 18/04/2012	30.04.13
134	2009.07.1.019681-2	737673	14.11.13	1	Cond	artigo 1º, inciso I, da Lei 8.137/90		2a4m24d reclusão	aberto	s	12(1/30)	n	A/ MP	(MP) condenação do réu excluído por ilegitimidade passiva; (A) extinção da punibilidade em razão da quitação integral do imposto devido, absolvição mediante o reconhecimento da atipicidade de sua conduta e exclusão da causa de aumento de pena relativa ao reconhecimento da continuidade delitiva	(MP) prejudicado; (A) Provido para declarar extinta a punibilidade do crime de sonegação fiscal, em razão da quitação integral do tributo	-	3.742,20	Promotor de Evento	ISS	AI/2007	Dias 06, 07 e 08/06/2007	Oferecida em : 25/11/2010 Recebida em : 02/12/2010	18.06.12
	2004.01.1.002290-7	722501	10.10.13	3	Cond(2r)	artigos 1º, inciso II da Lei 8.137/90 c/c artigo 71 do Código Penal	?	3a9m reclusão	aberto	s	13(1/10)	n	A/ MP	(MP) a exasperação da pena em 2/3 em razão da continuidade delitiva e a valoração negativa da personalidade dos agentes pelos crimes não utilizados no cômputo para exasperação da continuidade delitiva; (1r) preliminar de nulidade de cerceamento de defesa, negativa de autoria e insuficiência probatória; (2r) preliminar de nulidade de cerceamento de defesa, absolvição por insuficiência de prova e redução da pena de multa	Improvido ambos recursos	3a,9m, aberto, subst, 13(1/10)	475.962,34	Distribuidora Petróleo	ICMS	AI/2003, AI/2000, AI/2004, IP/2003 E IP 2004	outubro de 1998 a abril de 2000, novembro de 1999 a fevereiro de 2001 e abril de 2000	Oferecida em : 13/04/2009 Recebida em : 28/04/2009	24.08.12
135	2010.01.1.136060-6	711879	12.09.13	3	Absol (dúvida sobre do el. subjetivo)	art. 1º, inciso I, da Lei 8.137/90	1	-	-	-	-	-	MP	Condenação do réu	Improvido	-	34.959,50	Associação Agropecuária	ISS	AI/2007, IP	13.04.2007 a 29.04.2007	Oferecida em : 01/03/2012 Recebida em : 05/03/2012	10.04.13
	2009.07.1.037231-6	695586	11.07.13	1	Cond	do art. 1º, II e V, da Lei 8.137/90, c/c art. 71, do Código Penal	12	3a4m reclusão	aberto	s	100(1/30)	s (4.3 25.0 62,8 9)	A/ MP	(MP) exclusão da confissão espontânea como atenuante do crime e, consequentemente, a exclusão da redução que ela corresponde; (A) Absolvição por insuficiência probatória em nome do <i>in dubio pro reo</i> e redução da pena	(MP) improvido; (A) parcialmente provido para excluir a pena de multa e a indenização civil fixada em favor da vítima	3a,4m, aberto, subst	986.457,37	Comercial de Alimentos	ICMS	AI/2006, IP	dezembro de 2004 a dezembro de 2005	Oferecida em : 19/08/2011 Recebida em : 31/08/2011	10.07.12
136	2010.01.1.191487-3	694992	18.07.13	2	Cond	Art. 1º, inc. V, da lei 8.137/90 c/c art. 71 do Código Penal	12	3a4m reclusão	aberto	s	-	n	A	Sustenta a inconstitucionalidade da Lei 8.137/90 em face do art. 5º, inciso XLVII, que proibe a prisão por dívida, bem como a necessidade do término do processo administrativo fiscal para a persecução penal, defende ser exorbitante o valor da multa aplicada pelo Fisco. No mérito, absolvição por ausência de dolo específico e redução do patamar da continuidade delitiva para 1/6	Improvido	3a,4m, aberto, subst	264.234,99	Empresa Celular	ICMS	AI/2010	janeiro a dezembro de 2008	Oferecida em : 20/10/2010 Recebida em : 05/11/2010	06.02.13
	2011.04.1.004080-6	691419	04.07.13	2	Cond	artigo 1º, inciso V, da Lei nº 8.137/1990 c/c o artigo 71 do Código Penal	12	2a4m reclusão	aberto	s	-	-	A	absolvição em face da atipicidade da conduta e ausência de dolo específico, falta de constituição definitiva do crédito tributário	Parcialmente provido para reconhecer a prescrição retroativa dos crimes ocorridos antes de 01/04/2008, sem alteração no quantum da pena da r. sentença	2a,4m, aberto, subst	225.144,96	Comércio de Alimentos	ICMS	AI/2010, IP/2011, PIC	janeiro de 2008 a dezembro de 2008	Oferecida em : 23/03/2012 Recebida em : 30/03/2012	22.01.13
137	2005.04.1.000861-0	680861	28.05.13	2	Cond(2r)	artigo 1º, inciso II, c/c o artigo 11, ambos da Lei 8.137/1990 c/c art 71 do CP	52	3a7m10d reclusão	aberto	s	20(1/30)	n	A/ MP	(MP) condenação dos demais réus absolvidos; (A) absolvição e extinção da punibilidade em razão do pagamento integral do débito	(MP) prejudicado; (A) provido para declarar extinta a punibilidade de todos os réus em relação ao crime de sonegação fiscal, em razão da quitação integral do tributo	-	418.501,45	Transporte Frigoríficos	ICMS	AI/1999, IP	Janeiro de 1994 a junho de 1999	Oferecida em : 15/01/2008 Recebida em : 16/01/2008	19.09.11

142

[illegible]

145	2010.09.1.023494-6	633245	08.11.12	1	Cond	artigo 1º, inciso V, da Lei nº 8.137/90, c/c artigo 71 do Código Penal	12	3a 4m reclusão	aberto	s	16(1/30 sm)	n	A	absolvição por insuficiência probatória e atipicidade da conduta	Improvido	3a4m reclusão, aberto, subst, 16(1/30)	?	?	?	AI/2010	?	Oferecida em : 20/10/2010 Recebida em : 30/11/2010	06.02.12
146	2010.01.1.191485-7	627216	11.10.12	1	Cond	artigo 1º, inciso V, da Lei 8.137/90 c/c art 71 do CP	12	3a	aberto	s	10(1/30)	N	A	falta de condição de procedibilidade, pela necessidade do término do procedimento administrativo fiscal e inexistibilidade de conduta diversa	Parcialmente provido para excluir a pena de multa	3a, aberto, subst	363.867,99	Comércio Calçados	ICMS	AI/2010	Janeiro a dezembro de 2008	Oferecida em : 20/10/2010 Recebida em : 30/11/2010	31.01.12
147	2010.06.1.012344-8	617773	30.08.12	3	Cond	art. 1º, inciso V, da Lei nº 8.137/90 c/c artigo 71 do Código Penal	10	2a6m reclusão	aberto	s	12(1/30)	n	A	Ilicitude probatória, ausência de tipicidade penal, não esgotamento da esfera administrativa, ilegitimidade passiva ad causam, absolvição por ausência de dolo, suspensão da ação penal até que haja a constituição definitiva do crédito tributário	Improvido	2a,6m, aberto, susbt, 12(1/30)	?	Supermercado	ICMS	AI/2010	março de 2008 a dezembro de 2008	Oferecida em : 21/10/2010 Recebida em : 26/10/2010	07.03.12
148	2009.03.1.012625-3	617379	06.09.12	3	Absol	art.1º, inciso II, da Lei n.º 8.137/90, c/c art.71 do Código Penal	11	-	-	-	-	-	MP	Condenação do acusado, pois o tipo penal admite tão somente o dolo genérico	Improvido	-	8.516,19	Comércio Tintas	ICMS	AI/2004	Agosto, outubro, novembro e dezembro de 2002, e abril, maio, julho, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2003	Oferecida em : 02/03/2011 Recebida em : 10/03/2011	05.03.12
149	2005.07.1.000245-7	612660	16.08.12	1	Cond	artigo 1º, incisos II (doze vezes), IV (oito vezes) e V da Lei 8.137/90, combinados com 69 e 71 do Código Penal	12 8	7a8m reclusão	semiaberto	n	200(1/10)	n	MP/A	(MP) majoração da pena imposta; (A) desentranhamento das alegações finais da acusação por intempestividade	(MP) Parcialmente provido para aplicar a fração máxima da continuidade delitiva e alterar o regime para o inicial fechado; (A) parcialmente provido para excluir a pena de multa	8a,8m, reclusão, fechado	Aproximadamente 740.000,00	Distribuidora Alimentos	ICMS	AI/2005, AI/ 2009, AI/2001, AI/2004	outubro de 2003 a janeiro de 2004; outubro de 2003 a maio de 2004	Oferecida em : 10/06/2009 Recebida em : 14/10/2009	14.06.11
150	2009.04.1.000769-0	600056	28.06.12	2	Absol (2r insuficiê ncia de provas)	artigo 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/90, c/c artigo 71, do Código Penal e artigo 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/90	30	-	-	-	-	-	MP	Condenação	improvido	-	283.308,97	Comércio Enxoval e Cortina	ICMS	AI/2002	novembro de 1998 a julho de 2000 e de fevereiro a março de 2002	Oferecida em : 12/08/2010 Recebida em : 25/08/2010	30.08.11
151	2006.08.1.002639-8	591789	31.05.12	1	Cond	artigo 1º, incisos I e II, da Lei 8.137/90 c/c artigo 71 do Código Penal	?	2a4m reclusão	aberto	s	10(1/30)	s (3.1 69.3 05,0 2)	MP/A	(MP) descon sideração da confissão e a aferição negativa dos vetores dos antecedentes, personalidade e conduta social; (A) preliminar de nulidade do ato de cassação do regime especial e do auto de infração. No mérito, requer absolvição e a exclusão da condenação em danos.	(MP) Improvido; (A) Parcialmente provido para excluir a indenização por danos materiais	2a,4m, aberto, subst, 10(1/30)	3.169.305,02	Empresa de Abatedouro de Gado	ICMS	AI?	Abril de 2001 a dezembro de 2002, outubro a dezembro de 1999, abril, maio e novembro 2001, janeiro e outubro 2002	Oferecida em : 09/03/2010 Recebida em : 15/03/2010	01.09.11
152	2010.01.1.191486-5	588853	13.04.12	1	Cond	art. 1º, inc. V, da Lei 8.137/90, c/c art. 71 do CP	12	2a4m reclusão	aberto	s	10(1/2)	n	A	nulidade absoluta, por cerceamento de defesa e absolvição por negativa de autoria	improvido	2a,4m,aberto, subst, 10(1/2)	309.569,03	Comércio Bebidas	ICMS	AI/2010, PIC MP	janeiro de 2008 a dezembro de 2008	Oferecida em : 20/10/2010 Recebida em : 26/10/2010	26.09.11
153	2005.10.1.003407-5	569216	16.02.12	1	Cond(2r)	art. 1º, inciso II, c/c art. 11, ambos da Lei nº 8.137/1990, na forma do art. 71 do Código Penal (vinte e três vezes), e no art. 1º, inciso II, c/c art. 11, da Lei nº 8.137/1990, na forma do art. 71 do Código Penal (doze vezes)	23 12	5a reclusão	semiaberto	n	166(1/30)	n	A/ MP	(MP) reconhecimento do concurso material entre as condutas praticadas em filiais distintas; (A) absolvição por ausência de dolo específico e a minoração da pena, neutralização da culpabilidade e exclusão da pena de multa	(MP) Improvido; (A) provido para exclusão da pena de multa	5a, semiaberto	24.418.951,59	Distribuidora Alimentos	ICMS	AI/2003, AI/2004	outubro de 2000 a setembro de 2002, outubro de 2002 e março, abril, maio, julho, setembro e novembro de 2003	Oferecida em : 25/08/2009 Recebida em : 25/08/2009	16.06.11
154	2003.05.1.009680-4	567937	23.02.12	1	Absol	art. 1º, incisos I e II, da Lei 8.137/90, c/c o art. 71 do Código Penal	99	-	-	-	-	-	MP	Condenação do acusado	Provido para condenação	4a2m reclusão, semiaberto	1.407.212,90	Fazenda	ICMS	AI/2000	abril de 1997 e fevereiro de 2000	Oferecida em : 10/06/2009 Recebida em : 19/06/2009	19.09.11
155	2001.09.1.002960-8	567098	16.02.12	2	Absol	artigo 1º, inciso V, da Lei nº 8.137/90 c/c artigo 71, do Código Penal	10	-	-	-	-	-	MP	Condenação por existência suficiente de provas	Provido para condenação e reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição retroativa	-	-	Distribuidora Alimentos e Bebidas	ICMS	IP, AI?	janeiro de 1998 a agosto de 1998	Oferecida em : 09/07/2002 Recebida em : 29/07/2002	17.12.10
156	2006.01.1.001212-3	558459	17.11.11	2	Absol	artigo 1º, inciso V, da Lei n.º8.137/1990	1	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Improvido	-	12.968,45	Empresa Automóveis	ICMS	AI/2005, IP/2005	Janeiro de 2005	Oferecida em : ? Recebida em : 16/12/2008	17.01.11

157	2007.01.1.121510-9	547844	10.11.11	2	Cond	artigo 1º, inciso I, da Lei n.º 8.137/1990, c/c artigo 71, do Código Penal	5	2a4m reclusão	aberto	s	11(1/30)	n	A	Falta de direito líquido e certo da Fazenda Pública de exigir o crédito tributário, absolvição por ausência de elemento subjetivo dolo	Parcialmente procedente para afastar a pena de multa	2a4m reclusão, aberto, subst	39.660,04	Pessoa física	ISS	IP/2008, AI/2005	novembro de 2004, março, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2005	Oferecida em : 21/11/2008 Recebida em : 26/11/2008	17.01.11
158	2006.07.1.002052-3	544085	20.10.11	1	Cond(3r)	artigo 1º, incisos I e II, da Lei nº 8.137/90, c/c artigo 71 ambos do Código Penal	27	3a9m reclusão	aberto	s(3r)	500(1/2)	n	A	absolvição e diminuição da pena	Parcialmente provido para redução da pena de multa	3a,9m, aberto, subst, 20(1/30)	673.629,39	Comércio	ICMS	AI/2006	anos de 2001 e 2005	Oferecida em : 14/10/2009 Recebida em : 28/10/2009	15.04.11
						idem	idem	3a4m reclusão	aberto	s	270(1/30)	n	idem	redução da pena	Parcialmente provido para redução da pena	3a,4m, aberto, subst, 16(1/30)	idem	idem	idem	idem	idem		
						idem	idem	3a 4m reclusão	aberto	s	270(1/30)	n	Idem	redução da pena	Parcialmente provido para redução da pena	3a,4m, aberto, subst, 16(1/30)	idem	idem	idem	idem	idem		
159	2007.06.1.008935-7	532347	25.08.11	2	Cond	art. 1º, incisos II e IV da Lei nº 8.137/90 c/c art 71 do CP	140	3a reclusão	aberto	s	15(1/30)	n	A	nulidade processual pelo indeferimento de pericia, por cerceamento de defesa, existência de vícios no conjunto probatório da denúncia que buscou amparo em provas advindas de processo administrativo restaurado; absolvição por insuficiência probatória, ausência de dolo e que haja responsabilização apenas na modalidade culposa	Improvisto	3a, reclusão, aberto, subst, 15(1/30)	6.674.315,31	Comércio Peças Automotivas	ICMS	AI/1999	setembro de 1988 a novembro de 1998	Oferecida em : 28/07/2009 Recebida em : 31/07/2009	14.03.11
160	2008.01.1.101286-5	532343	25.08.11	2	Cond	art. 1º, inc. II da Lei nº 8.137/90, c/c art. 71 do CP	63	3a4m reclusão	aberto	s	360dm(1/30)	n	A	extinção da punibilidade pela prescrição, absolvição por insuficiência de provas da autoria e da materialidade e, subsidiariamente, diminuição da pena	Parcialmente procedente para redimensionar a pena pecuniária imposta	3a 4m aberto reclusão, subst, 16(1/30)	75.721,67	Supermercado	ICMS	PIC MP, AI/2003	agosto de 1999 a abril de 2002	Oferecida em : 01/08/2008 Recebida em : 04/09/2008	16.11.10
161	2004.07.1.020867-4	524942	28.07.11	2	Cond	artigo 1º, incisos II e IV, da Lei nº 8.137/90 c/c art. 71 do Código Penal	21	3a6m reclusão	aberto	s	500(1/2)	n	A	absolvição ante a ausência de comprovação de participação na ação delitosa	Parcialmente procedente para afastar a pena de multa	3a,6m, aberto, subst	?	Atacadista Alimentos	ICMS	AI/1999	março de 1997 a abril de 1999	Oferecida em : 12/05/2009 Recebida em : 15/05/2009	24.09.10
162	2005.01.1.002475-9	520938	14.07.11	1	Absol (atipicidade da conduta)	art. 1º, inciso V, da Lei nº 8.137/1990, na forma do art. 71 do Código Penal	6	-	-	-	-	-	MP	Condenação do acusado por existência de provas suficientes de que o réu era o autor do crime	Provido para condenação	5a,3m, reclusão, semiaberto, 25dm(1/30)	501.211,73	Empresa Medicamentos	ICMS	AI/1999, IP	Abril a setembro de 1998	Oferecida em : ? Recebida em : 02/06/2008	30.11.10
163	2006.01.1.001191-6	520690	29.06.11	1	Cond	artigo 3º, inciso II da Lei 8.137/90		5a8m reclusão	semiaberto	n	150(1/2)	n	A/ MP	(MP) condenação da absolvida nos termos da inicial, além de pleitear alteração do critério da fixação da pena pecuniária do corréu; (A) nulidade dos atos processuais por ausência de intimação, nulidade da sentença por irregularidade nas interceptações telefônicas e por não ter sido apreciada a tese de inépcia da inicial, absolvição por atipicidade da conduta por ausência de dolo, estrito cumprimento de dever legal, obediência hierárquica, redução da pena, substituição por restritivas de direito e anulação da pena de multa ou sua redução	(MP) Improvido; (A) Parcialmente provido para reduzir a pena	3a,3m, reclusão, aberto, subst	111.014,38	Distribuidora Alimentos	ICMS	AI/2004	agosto de 2004	Oferecida em : 16/12/2008 Recebida em : 27/02/2009	13.05.10
164	2010.12.1.000882-2	520127	11.07.11	1	Absol	art. 1º, inciso V, da Lei 8.137/1990	-	-	-	-	-	-	MP	Condenação do acusado, pois existem provas suficientes para condenação	(MP) prejudicado, ante a decretação de cassação da sentença por não haver provas de que o PAF foi concluído	-	RS960,00	Comércio Automóveis	ICMS	AI?	08/11/2006	Oferecida em : 10/08/2010 Recebida em : 12/08/2010	27.09.10
165	2005.01.1.064173-9	511314	05.05.11	2	Cond(2r)	Art. 3º, inciso I, da Lei n.º 8.137/1990 c/c art 69 do CP		4a reclusão	aberto	n	40(1/30)	n	MP/A	(MP) Condenação dos réus por outro crime contido na denúncia e a fixação de valor mínimo para a reparação do dano, decretação da perda do cargo público e manutenção do regime semiaberto; (AI/2r) ofensa ao princípio da identidade física do juiz, ilicitude probatória, nulidade da prova de interceptação telefônica, bis in idem de condenação, cerceamento de defesa;	(MP) Parcialmente procedente para decretar a perda do cargo público e reestabelecer o regime semiaberto; (A) Parcialmente procedente para afastar a pena de multa	4a, reclusão, semiaberto	?	Comércio	?	AI, IP	novembro de 2004 até abril de 2005	Oferecida em : 22/05/2006 Recebida em : 24/05/2006	12.05.09
166	2006.07.1.009942-5	498635	08.04.11	1	Cond	artigos 3º, inciso I, c/c 11, ambos da Lei n.º 8.137/1990 c/c art 69 do CP		idem	aberto	n	idem	n		(A3r) ausência de provas que ocorreu infração penal, cerceamento de defesa e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos	Parcialmente procedente para afastar a pena de multa	4a, reclusão, semiaberto	idem	idem	?	-	-	-	-
	2006.07.1.009942-5	498635	08.04.11	1	Cond	no art. 1º, inc. II, da Lei 8.137/90, na forma do art. 71 do Código Penal	19	3a1m reclusão	aberto	s	200(1/2)	n	A	anulação do processo em virtude de ilicitude probatória, absolvição por insuficiência probatória e que o aumento relativo à continuidade delitiva seja feito no grau mínimo de 1/6 (um sexto), além da diminuição da pena pecuniária	Parcialmente procedente para reduzir o valor unitário da pena de multa para 1/4 do salário mínimo	3a,1m, aberto, subst, 200(1/4)	?	Empresa de Contabilidade	ISS	AI/2003	janeiro a abril de 2002 e de junho de 2002 a agosto de 2003	Oferecida em : 12/06/2009 Recebida em : 26/06/2009	27.08.10

267	2007.01.1.002359-2	498152	14.04.11	2	Cond	artigo 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/90, c/c artigo 71, do Código Penal	8	3a4m reclusão	aberto	s	80(1/30)	n	A	extinção da punibilidade pela prescrição, a absolvição por atipicidade da conduta por ausência de dolo; subsidiariamente, a desclassificação para o crime previsto no artigo 2º, inciso II, da Lei nº 8.137/90, redução da pena com afastamento da continuidade delitiva	Improvido	3a,4m, aberto, subst, 80(1/30)	237.358,74	Comércio Veículos	ICMS	AI/2004, IP	março, maio e dezembro de 2001, outubro de 2002, janeiro, agosto e dezembro de 2003 e janeiro de 2004	Oferecida em : 27/08/2009 Recebida em : 25/09/2009	13.10.10
268	2008.07.1.034908-6	496075	07.04.11	1	Cond	o artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90 c/c art. 71, do Código Penal	2	2a8m20d reclusão	aberto	s	100(1/2)	n	A	extinção da punibilidade pela prescrição retroativa; absolvição por insuficiência probatória ou pelo pagamento do débito antes do recebimento da sentença; desclassificação da conduta; ou redimensionamento da dosimetria	Provido para cassação da sentença e suspensão do processo e do prazo prescricional até o parecer administrativo sobre a certeza e liquidez do precatório apresentado para compensação	-	49.522,79	Empresa de Confecções	ICMS	AI/1997	novembro e dezembro de 1995	Oferecida em : 17/11/2009 Recebida em : 30/11/2009	23.09.10
269	2005.06.1.008079-5	490842	17.03.11	2	Cond(1r)	artigo 1º, inciso V, da Lei n. 8.137/90, c/c o artigo 71 do Código Penal	?	2a4m reclusão	aberto	s	35(1/30)	n	A	aplicação do princípio da insignificância, reconhecimento da circunstância atenuante do desconhecimento da lei, minoração da reprimenda em face de circunstância relevante de desemprego	Improvido	2a,4m,aberto, subst, 35(1/30)	3.594,19	Material de Construção	ICMS	AI/2005	julho de 2004 a abril de 2005	Oferecida em : 17/07/2008 Recebida em : 22/07/2008	02.02.09
270	2005.04.1.000858-9	489766	10.03.11	1	Cond	artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90 c/c art. 71 do CP	7	3a7m10d reclusão	aberto	s	33(1/30)	n	A	absolvição por insuficiência probatória ou a redução da pena ao mínimo legal	Improvido	3a,7m,10d reclusão, aberto, subst, 33(1/30)	3.329.482,40	Comércio Alimentos	ICMS	AI/2003	março a setembro de 2001	Oferecida em : 08/11/2007 Recebida em : 12/11/2007	27.07.09
271	2008.01.1.116941-2	487046	03.03.11	2	Absol	art. 1º, incisos II e V da Lei 8.137/90 c/c art. 71 do Código Penal	25	-	-	-	-	-	MP	Condenação por existência suficiente de provas da materialidade, do dolo específico	Improvido	-	669.893,16	Pessoa física	ICMS	AI/2002	março a agosto de 2000 e novembro de 2000 a maio de 2002	Oferecida em : 22/04/2009 Recebida em : 29/04/2009	31.08.10
272	2006.01.1.013593-6	481356	10.02.11	2	Cond	artigo 1º, II e V, da Lei nº 8.137/90 c/c art. 71 do CP	?	3a11m15 d reclusão	aberto	s	87(1/30)	n	A	Absolvição e diminuição da pena com afastamento da circunstância dos maus antecedentes	Parcialmente procedente para diminuir a pena e excluir a pena de multa	3a,4m, aberto, subst	1.750.478,48	Comércio	ICMS	AI/2003, IP/2005, PIC MPDFT	janeiro de 1998 a dezembro de 2002	Oferecida em : 14/02/2007 Recebida em : 15/02/2007	09.07.10
273	2005.01.1.001008-9	475390	20.01.11	2	Cond(2r)	art. 1º, inciso II, e art. 11, da Lei 8.137/90 c/c art. 71, do Código Penal	?	3a4m reclusão	aberto	n(2r)	80(1/10)	n	A	(A1r) a aplicação da pena-base no mínimo legal, aplicação da atenuante da confissão espontânea e exclusão do aumento de pena pela continuidade delitiva;	Parcialmente procedente para reduzir a pena	3a,1m,10d, aberto, 65(1/30)	284.664,08	Comércio	ICMS	AI/2001	janeiro de 1996 a junho de 2001	Oferecida em : 03/07/2007 Recebida em : 09/07/2007	28.05.10
						idem	?	idem	idem		idem	n	idem	(A2r) fixação da pena-base no mínimo legal, reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, exclusão do aumento de pena pela continuidade delitiva, a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos e a redução do dias-multa para 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo.	Parcialmente procedente para reduzir a pena	3a,4m, aberto, 80(1/10)	idem	idem	idem	idem	idem	idem	idem
274	2006.01.1.001175-6	465480	18.11.10	2	Cond	artigo 1º, II e V, da Lei nº 8.137/90 c/c art. 71, do Código Penal	213	4a3m20d reclusão	semiaberto	n	161(1/5)	n	A/ MP	(MP) fixação para valor mínimo para reparação dos prejuízos sofridos; (A) cerceamento de defesa, ausência de justa causa, bis in idem de ações penais, absolvição por prova ilícita, redução da pena	Improvido ambos recursos	4a3m20d, semiaberto, 161(1/5)	1.697.870,54	Comércio de Alimentos	ICMS	AI/2003, IP/2005	anos de 1999 e 2002	Oferecida em : 18/09/2007 Recebida em : 03/10/2006, 27/02/2007, 14/06/2007, 28/10/2008	09.07.10
	2005.01.1.110238-7	465478	18.11.10	2	idem	idem	idem	idem	idem	idem	idem	idem	idem	idem	idem	idem	idem	idem	idem	idem	idem	idem	idem
275	2008.01.1.074965-8	457238	21.10.10	1	Cond	artigo 3º, inciso III, da Lei nº 8.137/1990	?	1a6m reclusão	aberto	s	24(1/30)	n	A/ MP	(MP) perda do cargo público e a revisão do valor fixado a título de multa; (A) nulidade por cerceamento de defesa, ausência de conversão em diligência, ofensa ao contraditório e a ampla defesa, ilicitude probatória; bis in idem de ações penais, absolvição por atipicidade da conduta	(MP) parcialmente provido para decretar a perda da função pública; (A) Parcialmente provido para reduzir a pena e excluir a de multa	1a, reclusão, aberto, subst	?	Comércio Alimentos	ICMS	AI/2005	?	Oferecida em : 06/04/2006 Recebida em : 18/06/2008	09.11.09
276	1999.01.1.057052-3	454498	27.09.10	1	Cond(2r)	artigo 1º, inciso II, combinado com artigo 11, da Lei n. 8.137/90 e art. 171 do CP	14	1a reclusão	aberto	s	10(1/30)	n	A/ MP	(MP) aplicação da pena de multa prevista no artigo 1º, da Lei 8.137/90; (A) absolvição por insuficiência de provas	(MP) improvido; (A) extinta a punibilidade pela prescrição retroativa da pretensão punitiva estatal	-	23.968,51	Empresa Individual	ICMS	AI/1999, IP/1999	janeiro, março, abril, maio, julho, agosto, novembro e dezembro de 1997, e de fevereiro, março, abril, junho, julho e setembro de 1998	Oferecida em : ? Recebida em : 04/06/2007	04.05.09
277	2008.04.1.009712-0	451696	13.09.10	1	Cond	art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/90 c/c art. 71 do Código Penal	8	3a3m reclusão	aberto	s	18(1/30)	n	A	litispêndência, incompetência do juízo sentenciante, nulidade da audiência, ante a falta de intimação e de interrogatório do réu, cerceamento do direito de defesa, nulidade do processo pelo indeferimento de pericia contábil e grafotécnica, absolvição por ausência de dolo e redução da pena-base	Parcialmente provido para diminuir a pena	3a, aberto, 15(1/30), subst	?	Comercial de Alimentos	ICMS	AI/2002, IP	agosto de 2001 a março de 2002	Oferecida em : 07/01/2010 Recebida em : 08/01/2010	15.04.10

	2002.05.1.006498-4	448125	13.09.10	1	Cond	artigo 1º, inciso I c/c artigo 11, ambos da Lei nº 8.137/90 c/c art 71 do CP	127	3a reclusão	Aberto	s	45d(1/30)	n	A	absolvição do réu por ausência de dolo ou a desclassificação para o artigo 2º, inciso II, c/c artigo 11, ambos da Lei nº 8.137/90	Provido para reconhecimento da prescrição retroativa de ofício e declaração da extinção da punibilidade	-	90.406,74	Comercial de Alimentos	ICMS	AI/1999, IP 03/1988 a 31/08/1º	Oferecida em : 03/07/2003 Recebida em : 08/08/2003	27.05.09		
178	2005.01.1.011081-8	436616	22.07.10	1	Absol	art. 1º, II e III c/c o art. 11, ambos da Lei n. 8.137/90	12	-	-	-	-	-	MP	condenação do acusado nos termos da denúncia, tendo em vista que o conjunto probatório demonstra a materialidade e a autoria	Provido para condenação	3a,9m, aberto, subst, 30(1/30)	206.426,28	Distribuidora Alimentos e Bebidas	ICMS	AI/2001, IP/2004	dezembro de 1999 e fevereiro a dezembro de 2000	Oferecida em : ? Recebida em : 14/11/2008	28.10.09	
179	2008.07.1.009673-5	434938	15.07.10	1	Cond	artigo 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/1990, na forma do artigo 71 do Código Penal	15	4a6m reclusão	fechado	n	300(1/20)	n	A	absolvição por insuficiência probatória, revisão da dosimetria da pena, substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito, redução da pena de multa	Provido parcialmente para reduzir a pena de multa	4a,6m, fechado, 50(1/20)	734.544,65	Comércio de Informática	ICMS	AI/2007, IP	fevereiro de 2005 e abril de 2006	Oferecida em : 12/03/2009 Recebida em : 30/03/2009	07.10.09	
180	2003.07.1.014549-6	432863	05.07.10	1	Cond	art. 1º, inciso V da Lei nº 8.137/1990 c/c art. 71 do Código Penal	48	4a6m reclusão	semia aberto	n	59(1/30)	n	A	Absolvição por ausência do elemento subjetivo dolo e insuficiência probatória, diminuição da pena-base fixada e alteração para o regime aberto	Parcialmente provido para reduzir a pena	3a,9m, semia aberto, 30(1/30)	8.037.584, 18	Material de Construção	ICMS	AI/2000	maio, julho e novembro de 1995; anos de 1996, 1997, 1998; janeiro, abril, maio e julho de 1999	Oferecida em : 03/11/2004 Recebida em : 08/11/2004	09.12.09	
181	2008.06.1.004157-0	428777	27.05.10	2	Cond	art. 1º, I e II, da Lei nº 8.137/90	?	2a reclusão	aberto	s	-	n	A/ MP	(MP) reconhecimento da continuidade delitiva (A) ausência de justa causa para a ação penal e consequente arquivamento; absolvição por atipicidade da conduta; consideração apenas da conduta descrita no art. 1º, I, da Lei nº 8.137/90, com a exclusão do inciso II, do mesmo artigo	(MP) provido; (A) improvido	2a,4m,24d reclusão, aberto, subst, 12(1/30)	9.697,61	Comércio	ISS	AI?	abril de 2005 a março de 2006, junho e julho de 2006	Oferecida em : 24/03/2009 Recebida em : 30/03/2009	09.10.09	
182	2005.07.1.009990-9	422409	06.05.10	2	Cond	artigos 1º, V, c/c 11, da Lei nº 8.137/90 c/c art. 71, do Código Penal	12	2a4m reclusão	aberto	s	30d(1/30)	n	A	inêpcia da denúncia, posto que não individualizou a conduta do agente, prescrição da pretensão punitiva do Estado, absolvição por ausência de prova e atipicidade da conduta	Improvido	2a,4m,aberto,subst, 30(1/30)	64.197,67	Comércio Peças Automotivas	ISS	AI/2001, IP/2006	setembro e dezembro de 1996	Oferecida em : 06/02/2007 Recebida em : 02/03/2007	13.10.08	
183	2004.01.1.070172-8	422395	06.05.10	2	Cond	artigo 1º, II, da Lei nº 8.137/90 c/c art. 71, do Código Penal	?	3a9m reclusão	semia aberto	n	117(1/5)	n	A	absolvição em face da ausência de prova, absolvição por inexistência de prova do dolo específico e a extinção da punibilidade do crime de uso de documento falso	Provido para declarar extinta a punibilidade em relação ao crime de falso e redimensionar a pena e declarar, por consequencia, extinta a punibilidade	-	74.246,69	Comércio Roupas	ICMS	AI/2003, IP/2004	?	Oferecida em : 13/04/2009 Recebida em : 30/04/2009	27.11.09	
184						art. 304, do Código Penal	?	1a4m reclusão	idem	idem	idem	idem												
	2005.01.1.058344-3	420588	08.04.10	2	Cond(2r)	art. 3º, inciso III, da Lei nº 8.137/90	?	1a reclusão	aberto	s	10(1/30)	n	A/ MP	(MP) aumento da pena-base, em face da existência de circunstâncias judiciais negativas, decretação de perda do cargo público e correção do valor do dia-multa; (A) inêpcia da denúncia, ilicitude probatória, dupla incriminação, ante a existência de outra ação penal em curso pelos mesmos fatos, absolvição por inexistência de provas e atipicidade da conduta	(MP) parcialmente provido para aumentar a pena e decretar a perda do cargo público; (A) parcialmente provido para excluir a pena de multa	1a,3m, aberto, subst	?	Comércio Alimentos	ICMS	AI/2004	agosto de 2004	Oferecida em : 06/04/2006 Recebida em : 14/07/2006	03.09.07	
185						art. 3º, inciso III, c/c o art. 11 da Lei nº 8.137/90	?	1a reclusão	aberto	s	10(1/30)	n					1a, aberto, subst	?	-	-	-	idem	idem	idem
	2005.01.1.018135-3	413020	18.03.10	2	Absol	art. 1º, I e V, da Lei 8.137/1990	?	-	-	-	-	-	MP	Condenação do acusado, pois o crédito tributário foi devidamente constituído e não se aplica o princípio da insignificância	Provido para condenação	2a, reclusão, aberto, subst, 10(1/30)	10.496,03	Comércio	?	AI/2003	?	Oferecida em : 08/09/2006 Recebida em : 15/09/2006	01.04.09	
186	2005.07.1.026294-2	403719	21.01.10	2	Cond	1º, incisos I e V, da Lei N. 8.137/90	2	2a reclusão	aberto	s	10(1/30)	n	A	absolvição do réu por insuficiência probatória	Improvido	2a, aberto, subst, 10(1/30)	?	Comércio Móveis e Eletrodomésticos	ICMS	AI?	dias 17.10.2005 e 08.12.2005	Oferecida em : 20/02/2006 Recebida em : 02/03/2006	15.05.09	
187	2004.01.1.070170-3	396052	12.11.09	2	Cond	art. 1º, V da Lei 8.137/90	?	2a reclusão	aberto	s	10(1/30)	n	A	absolvição por ausência de dolo específico e diminuição da pena	Improvido	2a, aberto, subst, 10(1/30)	1.878,25	Comércio Vidros	ICMS	AI/2005	02 de abril de 2002	Oferecida em : 07/06/2006 Recebida em : 14/06/2006	30.06.08	
188	2004.01.1.101198-2	391301	12.11.09	2	Absol	Art 1º, inciso II e III, da Lei 8.137/90 c/c art.71, do CP	?	-	-	-	-	-	MP	Condenação por restar comprovado o dolo	Provido para condenação	3a,10m,20d, aberto, subst, 21(1/30)	1.431,710,51	Comércio Alimentos	ICMS	AI/2003	março de 1999 a abril de 2002	Oferecida em : 12/03/2007 Recebida em : 12/03/2007	31.07.08	
189	2004.01.1.039476-4	401171	03.12.09	1	Cond(2r)	8.137/90, combinado com artigo 71, caput, do Código Penal	?	3a reclusão	aberto	s(2r)	15(1/30)	n	A	reconhecimento da prescrição, absolvição com base na ausência de dolo, participação de menor importância e exclusão do aumento por continuidade delitiva	Parcialmente provido para redução da pena	2a, aberto, subst, 10(1/30)	238.566,12	Comercial de Alimentos	ICMS	AI/2000, IP	anos de 1997, 1998, 1999 e janeiro de 2000	Oferecida em : 12/07/2006 Recebida em : 19/07/2006	19.10.07	
190	2005.07.1.007960-0	399826	03.12.09	1	Cond	art. 1º, inciso II, da Lei 8.137/90	?	3a reclusão	aberto	s	10(1/30)	n	A	extinção da punibilidade em face da prescrição do crime ou em razão do pagamento dos débitos	Improvido	3a,aberto, subst, 10(1/30)	?	?	?	AI?, IP?	?	Oferecida em : 26/04/2007 Recebida em : 03/05/2007	15.10.08	
191																								

192	2005.01.1.064151-3	371873	16.07.09	1	Cond(2r)	art. 3º, inciso III, da Lei nº 8.137/90	?	1a reclusão	Aberto	s	10(1/30)	n	A/ MP	(MP) aumento de pena; (A) dupla incriminação, ilicitude probatória, absolvição e redução da pena	(MP) provido para aumentar a pena e decretar a perda da função pública; (A) parcialmente procedente para excluir a pena de multa	1a,3m, aberto, subst	?	Comércio Alimentos	?	AI/2005	22/10/2004 a 03/01/2005	Oferecida em : 06/04/2006 Recebida em : 14/07/2006	11.09.07
						art. 3º, inciso III, c/c art. 11 da Lei nº 8.137/90	?	1a reclusão	Aberto	s	10(1/30)	n				1a, aberto, subst	?	idem	?	idem	idem	idem	idem
193	1998.01.1.053175-9	338899	08.01.09	2	Cond	artigo 1º, II, da Lei 8.137/90	?	2a reclusão	aberto	s	20(1/30)	n	A	absolvição por atipicidade da conduta, aplicação do <i>in dubio pro reo</i> e princípio da intervenção mínima do Direito Penal Brasileiro	Provido para declaração de ofício da prescrição da pretensão punitiva, sendo declarada extinta a punibilidade	-	?	?	?	?	janeiro de 1995 a abril de 1996	?	10.10.00
	2005.01.1.002487-0	338880	08.01.09	2	Cond	artigo 1º, II, da Lei 8.137/90	?	2a reclusão	aberto	s	10(1/30)	n	A	inconstitucionalidade da lei 8.137/90 por criar tipo penal, sendo que segundo o CTN apenas lei complementar poderia fazer isto, crime impossível, renúncia do direito de punir Estatal ao inscrever a dívida na dívida ativa, extinção da punibilidade do agente; absolvição por ausência de dolo e atipicidade da conduta, não ocorreu infração penal, responsabilidade de terceiro	Improvido	2a, aberto, subst, 10(1/30)	19.416,99	Comércio Equipamentos Científicos	ICMS	AI/2001	abril a dezembro de 2000	Oferecida em : 15/12/2005 Recebida em : 16/12/2005	09.07.08
194	1999.07.1.008174-5	338897	08.01.09	2	Absol	artigo 2º, I, da Lei 8.137/90 e art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 9.609/1998	?	-	-	-	-	-	MP	Condenação por existência suficiente de provas	Parcialmente provido para excluir a pena pecuniária de ambos réus	1a, aberto, subst, 10d(1/30)	?	Comércio de CD's	ICMS	?	?	Oferecida em : 16/12/2002 Recebida em : 18/12/2002	25.06.04
	2005.01.1.057825-5	342733	06.11.08	1	Cond	o artigo 3º, inciso III da Lei 8.137/1990, combinado com o artigo 71 do Código Penal	?	1a2m reclusão	aberto	s	20(1/30)	n	A/ MP	(MP) elevar a pena-base e decretar a perda do cargo público; (A)dupla incriminação, por estar sendo processado pelos mesmos fatos em outra ação penal, ilicitude probatória, inépcia da denúncia, absolvição por ausência de provas e redução da pena	(MP) parcialmente provido para elevar a pena-base e decretar a perda do cargo público; (A) parcialmente procedente para excluir a condenação da pena pecuniária	1a,5m, 15d, aberto, subst	?	Comércio Roupas	ICMS	AI/2001, IP	ano de 2001 e início de 2005	Oferecida em : 01/06/2006 Recebida em : 25/08/2006	10.09.07
195	2005.04.1.006345-0	336821	27.11.08	1	Cond	art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/90 c/c art 71 do CP	?	3a4m reclusão	aberto	s	16(1/30)	n	A	absolvição por atipicidade da conduta e insuficiência de provas	Improvido	3a,4m,aberto, subst, 16(1/30)	105.626,78	Supermercado	ICMS	AI/2003	janeiro a dezembro de 2001	Oferecida em : 23/03/2007 Recebida em : 20/04/2007	12.11.07
	2002.03.1.008547-9	329177	10.12.04	2	Absol	artigo 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/90	-	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Improvido	-	17.113,44	Empresa Individual	ICMS	?	maio a dezembro de 1988, janeiro de 1989 a fevereiro de 1990, março de 1990 a julho de 1993, agosto de 1993 a junho de 1994 e julho a dezembro de 1994	?	18.03.13
196	2002.07.1.017734-4	326852	16.10.08	2	Cond	artigo 1º, incisos I e II, da Lei 8.137/90, c/c artigo 71, do Código Penal	5	3a4m15d reclusão	aberto	s	75(1/30)	n	A	inépcia da denúncia; extinção da punibilidade pelo pagamento do débito tributário e pela própria prescrição retroativa; insuficiência de provas; inexistência do ilícito penal; ausência de dolo e, subsidiariamente, aplicação da pena no mínimo legal	Parcialmente provido para reduzir a pena de multa	3a,4m,15d, aberto, subst, 22(1/30)	777.479,46	Empresa Individual	ICMS	AI/1997	12.12.1996 a 25.04.1997	Oferecida em : 28/08/2006 Recebida em : 13/09/2006	01.07.08
	2004.01.1.122680-9	325481	09.10.08	1	Absol	artigo 1º, inciso I da Lei 8.137/90	13	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Improvido	-	9.568,60	Comércio Objetos Decoração	ICMS	IP/2004, AI/1999	janeiro de 1998 e fevereiro de 1999	Oferecida em : ? Recebida em : 07/12/05	10.12.07
197	2005.07.1.013297-3	323972	11.09.08	1	Cond(2r)	artigo 1º, incisos II e V da Lei 8.137/90 c/c art 71 do CP	?	3a2m12d reclusão	aberto	s	190(1/30)	n	A	Preliminar de nulidade por não exaurimento da esfera administrativa e absolvição por atipicidade da conduta	Provido para julgar extinta a punibilidade de ambos réus	-	10.336,00	Empresa de Contabilidade	ISS	AT?, PIC?, IP?	agosto de 1999 a julho de 2000 e agosto de 2001 a julho de 2002	Oferecida em : 30/03/2006 Recebida em : 07/04/2006	30.10.07
	2004.01.1.026831-4	311230	12.06.08	1	Absol	artigo 1º, inciso II da Lei 8.137/90 c/c artigo 70 do Código Penal	-	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Provido para condenar o réu e, consequentemente, declarar extinta a punibilidade	-	21.399,24	Empresa de Engenharia	ISS	AI/2001, IP	julho a dezembro de 1999 e janeiro, fevereiro, abril e maio do ano 2000	Oferecida em : 21/10/2004 Recebida em : 22/10/2004	31.07.06
198	2003.06.1.008237-8	296601	23.08.07	2	Cond	artigo 1º, incisos II e V, da Lei n. 8.137/90 c/c artigo 71 do Código Penal	?	2a11m reclusão	aberto	s	90(1/30)	n	A/ MP	(MP) condenação nos termos da denúncia; (A) absolvição por ausência de provas suficientes e declaração de inconst. da Lei 8.137/90	(MP) prejudicado; (A) Provido para anular o processo desde o recebimento da denúncia	-	7.979.360.000,00 e 949.608.123,05 cruzeiros Cr\$	Comércio Automóveis	ICMS	?	junho, julho de 1993 a agosto de 1994	?	?
	2002.01.1.070725-8	277382	12.07.07	2	Absol	art. 2º, inciso I, e art. 1º, incisos I e IV, ambos da Lei nº 8.137/90, c/c o art. 71 do Código Penal	2	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Improvido	-	-	Comércio Informática	ICMS	?	?	Oferecida em : 28/11/2002 Recebida em : 28/11/2002	14.06.05

	1998.01.1.031804-8	267219	23.11.06	2	Absol	art. 1º, I, II e IV, da Lei 8.137/90 c/c art 71 do CP	6	-	-	-	-	-	MP	Condenação	improvido	-	-	Comércio Motos	ICMS	?	julho a dezembro de 1991	Oferecida em : 08/06/1998 Recebida em : 16/06/1998	22.11.99
205	2002.01.1.104517-0	259425	14.09.06	2	Cond	art. 1º, I, da Lei 8.137/90 c/c art 71 do CP	?	2a6m reclusão	semiaberto	s	10(1/3)	n	A	a extinção da punibilidade do agente, em virtude da prescrição, pela pena in concreto, absolvição, pois o réu não praticou a infração penal e que a pena seja reduzida	Parcialmente procedente para declarar extinta a punibilidade em relação à conduta prevista no artigo 1º, inciso V, da Lei nº 8.137/90, em razão da ocorrência da prescrição, com base no art. 107, inciso IV, c/c art. 109, inciso V e no art. 110, §§ 1º e 2º.	2a, aberto, subst	34.946,40	Concessionária de Crédito	ISS	AI?	?	Oferecida em : ? Recebida em : 03/12/2003	19.04.05
206	1998.01.1.072066-7	255346	06.07.06	1	Cond	arts. 1º, II e V c/c artigos 11 da Lei 8.137/90 e art. 69 e 71 do CP	4	3a4m reclusão	aberto	s	140(1/30)	n	A	consideração da confissão espontânea na fixação da pena e a redução da pena de multa	Parcialmente procedente para declarar extinta a punibilidade em relação aos delitos tipificados no art. 2º da Lei nº 8.137/90, sendo mantida a condenação quanto aos outros delitos	3a,4m, aberto, subst, 50(1/30)	?	Comércio Piscinas	ICMS	IP?	?	Oferecida em : 29/01/1999 Recebida em : 22/05/2000	14.05.03
207						Art. 2º, II c/c artigos 11 da Lei 8.137/90 e art. 69 e 71 do CP	15																
208	1999.01.1.009080-9	253223	30.03.06	2	Cond	art. 2º, inciso II, c/c art. 11 da Lei 8.137/90 artigo 1º, incisos II, V da Lei nº 8.137/90, c/c o artigo 11 do mesmo diploma legal e art. 71 do CP	48	7m detenção	aberto	s	11(1/30)	n	A	Absolvição	Improvido	7m, detenção, aberto, subst, 11(1/30)	28.835,52	Comércio Pinturas e Reformas	ISS	AI/1997	janeiro de 1992 a junho de 1997	Oferecida em : 29/01/1999 Recebida em : 26/02/1999	26.10.04
209	1998.01.1.050295-5	244246	09.02.06	2		art. 2º, inciso II, c/c art. 11 da Lei nº 8.137/90, c/c o artigo 11 do mesmo diploma legal e art. 71 do CP	?	2a8m reclusão	aberto	s	60(1/30)	n	A	Absolvição por ausência do elemento subjetivo dolo, inexistência de conduta diversa e, subsidiariamente, redução da pena e sua aplicação em seu mínimo legal	Provido para declarar extinta a punibilidade	-	?	Comércio Alimentos	ICMS	?	outubro, novembro e dezembro de 1995 e de fevereiro, março e abril de 1996	Oferecida em : 22/01/2001 Recebida em : 02/02/2001	25.04.03
210	2000.01.1.065250-0	240218	26.01.06	2	Absol	arts. 1º, inciso V c/c o 11º, ambos da Lei nº 8.137/90, e 71 do Código Penal	69	-	-	-	-	-	MP	Condenação nos termos da denúncia	Improvido	-	1.055.194,13	Comércio Materiais de Construção	ICMS	AI/2003, AI/2000, AI/2004, IP/2003 E IP 2004	abril de 1997 a dezembro de 2002	Oferecida em : 05/09/2003 Recebida em : 05/09/2003	?
211	2001.01.1.026705-2	228844	30.06.05	1	Absol	art. 1º, I e IV, da Lei 8.137/90	-	-	-	-	-	-	MP	Condenação nos termos da denúncia	Improvido	-	?	Farmácia	ICMS	AI?	?	Oferecida em : 11/03/2003 Recebida em : 21/03/2003	12.08.03
212	1998.01.1.038395-9	227937	29.09.05	1	Cond	art. 1º da Lei nº 8.137/90	?	2a reclusão	aberto	s	10(1/2)	n	A	nulidade absoluta do processo, ante a ausência de intimação para a audiência de instrução e julgamento; afronta ao princípio constitucional do contraditório e ampla defesa e absolvição	Provido para declarar a prescrição da pretensão punitiva	-	?	Comércio de Calçados	?	?	?	Oferecida em : ? Recebida em : 02.03.99	17.12.03
213	1999.01.1.009499-8	225046	01.09.05	1	Absol(3r)	artigo 2º, inciso II, c/c artigo 11, da Lei n.º 8.137/90	30	-	-	-	-	-	MP	Condenação por existência de dolo suficiente para ensejar a condenação	Provido para condenar um réu e declarar extinta a sua punibilidade	-	ISS (12.242,81) e ICMS (182.733,39)	Comércio	ICMS, ISS	AI/1996	abril de 1993 a outubro de 1995, novembro de 1995 a dezembro de 1997	Oferecida em : 28/01/1999 Recebida em : 05/08/1999	06.09.01
214	1999.01.1.050332-5	205493	02.12.04	2	Absol	artigo 1º, inciso II, c/c artigo 11, da Lei 8.137/90, c/c artigo 71 do CP	4	-	-	-	-	-	MP	Condenação do réu	Provido	2a8m, aberto, subst, 10(1/30)	4.564,43	?	ISS	AI/1996	março de 1995 a fevereiro de 1996	Oferecida em : 08/08/2000 Recebida em : 09/08/2000	24.09.01
215	2002.01.1.008411-8	203226	23.09.04	1	Absol	art. 1º, incisos II e V, da Lei 8.137/90	?	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Improvido	-	6.991,53	Serviço de Impermeabilização	ISS	AI/1997	setembro, novembro e dezembro de 1995 e janeiro, fevereiro, abril e maio de 1996	?	?
216	1998.01.1.045439-6	199745	12.08.04	1	Cond(2r)	Artigo 1º, da Lei nº 8.137/90	?	2a reclusão	aberto	s	10(1/2)	n	A	extinção da punibilidade em razão do pagamento do imposto devido, absolvição por ausência de dolo	Improvido	2a, aberto, subst, 10(1/2)	?	Comércio Calçados	ICMS	AI/1997	?	Oferecida em : 04/09/1998 Recebida em : 10/09/1998	30.03.01
						artigo 1º, Inciso I, c/c o artigo 11, caput, ambos da Lei nº 8.137/90	?	2a reclusão	aberto	s	10(1/30)	n	idem	idem	idem	2a, aberto, subst, 10(1/30)	?	idem	idem	idem	idem	idem	idem
	1998.01.1.038873-8	196866	17.06.04	1	Cond	artigo 2º, inciso II, c/c o art. 11, da Lei nº 8.137/90	19	6m detenção	aberto	s	10(1/30)	n	A	Prescrição da pretensão punitiva e absolvição por ausência de dolo específico	Parcialmente provido para reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva retroativa	-	11.243,54	Comércio Filtros	ICMS	?	dezembro de 1993 a novembro de 1995	Oferecida em : 29/10/1998 Recebida em : 05/11/1998	09.04.01

218	2000.01.5.005234-9	196920	19.05.04	1	Cond	art. 1º, inciso II, da Lei 8.137/90, c/c art. 71, do Código Penal	?	2a4m reclusão	aberto	s	20(1/30)	n	A/ MP	(MP) condenação nos exatos termos da denúncia; (A) absolvição, pois não ocorreu infração penal e por conta do parcelamento do débito	Improvido ambos recursos	2a,4m, aberto, subst, 20(1/30)	?	Restaurante	ICMS	AI?	?	?	?
					Absol	artigo 2º, inciso II, da Lei 8.137/90	-	-	-	-	-	-	-										
219	1998.01.1.035623-0	195222	03.06.04	1	Absol	artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90 c/c art. 71 do CP	64	-	-	-	-	-	MP	Condenação do réu por existências de provas suficientes de autoria e materialidade	Improvido	-	8.627,22	Comércio Alimentos(Bar)	ICMS	AI/1991	maio de 1993 a julho de 1995	Oferecida em : 31/08/1998 Recebida em : 14/09/1998	27.03.03
220	2001.01.1.091071-3	189203	27.11.03	1	Absol	art. 1º, inciso V c/o art. 11, da L. 8.137/90	5	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Provido para condenação	2a, reclusão, aberto, subst, 10(1/30)	16.698,36	Comércio Peças Automotivas	ICMS	?	fevereiro a junho de 1998	Oferecida em : 26/06/2002 Recebida em : 26/06/2002	17.02.03
221	2000.03.1.005090-7	184710	28.08.03	2	Absol(1r)	artigos 299 e 299 c/c o artigo 29 do Código Penal; artigo 1º, inciso II, c/c o artigo 6º da Lei n. 4.729/65 e artigo 1º, inciso II, e artigo 2º, inciso V, c/c o artigo 11, da Lei n. 8.137/90	?	-	-	-	-	-	MP	Condenação dos acusados com reconhecimento da continuidade delitiva	Parcialmente provido para condenar e reconhecimento da prescrição em relação ao crime do art. 2º, V, da LEI 8.137/90 e 299 do CP	-	Cr\$ 4.329.522.854,37 cruzeiro	Comercial de Alimentos	ICMS	AI?	dezembro de 1989 a dezembro de 1991, janeiro a maio de 1992, julho a dezembro de 1992	Oferecida em : ? Recebida em : 03.02.1994	09.06.00
					Absol(2r)	artigos 299 do CP c/c artigos 1º, inciso II, c/c o artigo 6º, da Lei n. 4.729/65 e artigo 1º, inciso II, c/c o artigo 11, da Lei n. 8.137/90	?	-	-	-	-	-											
					Absol(1r)	do artigo 299 c/c o artigo 29, ambos do Código Penal; artigo 1º, inciso II, c/c o artigo 6º, da Lei n. 4.729/65; artigo 1º, inciso II e artigo 2º, inciso V, c/c o artigo 11, da Lei n. 8.137/90	?	-	-	-	-	-											
222	16.003/95	186532	06.11.03	2	Absol	artigo 1, inciso II, da Lei 8.137 c/c 71, do Código Penal	89	-	-	-	-	-	MP	Condenação do acusado nos termos da denúncia em razão da existência do dolo e da potencial consciência da ilicitude do fato	Improvido	-	?	Comércio Alimentos	ICMS	AI/1994	junho de 1991 a abril de 1994	Oferecida em : ? Recebida em : 30/08/1994	?
223	1999.01.1.008038-4	182278	18.06.03	2	Absol	art. 2º, inciso II, c/c art. 11, da Lei 8.137/90	17	-	-	-	-	-	MP	Condenação do acusado nos termos da denúncia em razão da existência do dolo	Provido para condenar os réus	7a, detenção, subst, aberto, 10(1/30)	34.374,54	Comércio	ICMS	AI/1997	setembro a dezembro de 1995; janeiro e fevereiro de 1996 e abril a novembro de 1996	Oferecida em : 11/02/1999 Recebida em : 24/02/1999	15.04.02
224	1999.01.1.022128-3	179849	24.04.03	2	Absol (2r insuficiê ncia de provas)	artigo 1º, inciso I, c/c o artigo 11, ambos da Lei n. 8.137/90	549	-	-	-	-	-	MP	Condenação de apenas um réu	Improvido	-	5.361.126,67	Comércio	ICMS	AI/1998	agosto de 1994 a dezembro de 1996	Oferecida em : 25/11/1998 Recebida em : 20/04/1999	05.06.02
225	1999.07.1.003204-2	171719	20.02.03	2	Cond	art. 2º, inc. II c/c art 11, da Lei nº 8.137, c/c art. 71 do CP	26	1a detenção	aberto	s	100(1/30)	n	A	Absolvição por ausência do elemento subjetivo dolo	Provido para declarar extinta a punibilidade	-	37.147,54	Comércio	ICMS	?	abril a novembro de 1992, de fevereiro, julho e agosto de 1993, março, maio e agosto de 1994, abril e de junho a dezembro de 1995, abril a julho de 1996	Oferecida em : 29/03/1999 Recebida em : 12/05/1999	07.01.01
226	1998.01.1.052055-6	170646	05.12.02	1	atipificada de da	art. 1º, I, c/c o art. 11, da Lei 8.137/90	85	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Improvido	-	775.622,10	Distribuidora Bebidas	ICMS	?	novembro 1993 a dezembro de 1997	Oferecida em : 04/09/1998 Recebida em : 11/09/1998	06.09.01

	1999.01.1.042192-9	164769	22.08.02	1	Extinta a punibilidade	art. 2º, inciso II c/c o art. 11 da Lei 8.137/90	13	-	-	-	-	-	MP	Aplicação da Lei de Execuções Penais	Improvido	-	?	Empresa Individual	ISS	?	?	?	10.03.00
227													(MP) aumento da pena-base, a partir da valoração negativa das circunstâncias judiciais e a fixação de regime semiaberto; (A) ausência de intimação do acusado para comparecer à Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, imprescindibilidade de perícia técnica na escrituração contábil, cerceamento de defesa, ausência de justa causa para propositura da ação penal, absolvição por ausência de dolo e, de forma subsidiária, minoração da pena aplicada	Improvido ambos recursos, com declaração da extinção da punibilidade pela prescrição retroativa	-	?	?	ICMS	AI/1997	agosto de 1992 a dezembro de 1994 e janeiro de 1995 a dezembro de 1996	Oferecida em : ? Recebida em : 02/05/1997	?	
	0019550-49.1999.807.000	163289	01.10.02	Conselho Especial	Cond	?	?	1ª detenção	aberto	?	-	A/ MP				-	?		ICMS	AI/1997			
228																			ICMS	AI?	janeiro de 1991 a abril de 1996	Oferecida em : 26/02/1999 Recebida em : 14/05/1999	06.09.01
229																			ICMS	AI?	janeiro de 1991 a abril de 1996	Oferecida em : 26/02/1999 Recebida em : 14/05/1999	06.09.01
230																			ICMS	AI?	janeiro de 1991 a dezembro de 1994	Oferecida em : 10/09/1998 Recebida em : 18/09/1998	07.06.01
231																			ICMS	AI?	janeiro de 1996	Oferecida em : 19/05/1999 Recebida em : 24/05/1999	04.09.00
232																			ICMS	?	janeiro e dezembro de 1995	Oferecida em : 04/06/1999 Recebida em : 25/08/1999	11.05.01
233																			ISS	AI/1997	novembro de 1994 a dezembro de 1996	Oferecida em : 08/03/1999 Recebida em : 24/03/1999	01.12.00
234																			?	?	a novembro de 199	Oferecida em : ? Recebida em : 20/08/1998	07.03.01
235																			ICMS	AI/1995, AI/1997	agosto de 1992 a dezembro de 1994	Oferecida em : 29/04/1997 Recebida em : ?	27.08.01
236																			ICMS e ISS	?	15/03/1993, 01/11/1990 a 15/03/1993	?	?
237																			ISS	AI/1998	setembro de 1997 a janeiro de 1998	Oferecida em : 05/03/1999 Recebida em : 11/03/1999	29.03.00
238																			ISS	?	dezembro de 1996 a agosto de 1997	Oferecida em : 28/01/1999 Recebida em : 03/02/1999	13.11.00
239																			ICMS	AI?	janeiro, fevereiro, agosto a dezembro de 1995; janeiro a setembro e novembro de 1996; janeiro a junho e dezembro de 1993; janeiro, fevereiro e abril de 1994; junho e agosto de 1995, outubro de 1996, março e setembro de 1997	Oferecida em : 04/03/1999 Recebida em : 16/03/1999	14.08.00

					Absol(1r)	artigos 1º e 2º, da Lei n. 8.137/90 e artigo 11, c/c o artigo 69, do Código Penal	17	-	-	-	-	-	-			idem	idem	idem	idem	idem	idem	idem	
	1998.01.1.050329-5	143869	20.06.01	1	Absol(2r)	art. 2º, inc. II da Lei nº 8137/90	10	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Improvido, reconhecida a prescrição da pretensão punitiva	-	3.320,27	Comércio	ISS	?	janeiro, agosto, outubro a dezembro de 1993; abril e maio de 1994 e junho, julho e dezembro de 1994	Oferecida em : 06/10/1998 Recebida em :08/10/1998	29.10.99
240																							
	1998.07.1.002192-8	142823	23.08.01	1	Cond	art. 2º, inc. II, da Lei n.º 8137/90 c/c art. 71, caput, do CP	5	10m20d detenção	aberto	s	?	n	MP	aumento da pena-base e majoração da proporção aplicada sobre a continuidade delitiva correspondente a 2/3	Parcialmente provido para aumentar a pena-base	12m detenção, aberto, subst	?	?	?	?	?	?	16.11.00
241																							
	1999.01.1.031635-3	142295	07.03.01	2	Absol(2r)	art. 2º, inciso II, c/c art. 11, da Lei 8.137/90, c/c art. 71 do Código Penal	20	-	-	-	-	-	MP	aumento da pena-base e majoração da proporção aplicada sobre a continuidade delitiva correspondente a 2/3	Improvido	-	5.725,04	Comércio Decorações	ICMS	?	janeiro a março de 1992; novembro e dezembro de 1995; janeiro a dezembro de 1996 e janeiro a março de 1997	?	29.02.00
242																							
	1998.01.1.041454-3	141920	02.08.01	2	Cond	artigo 2º, inciso II, c/c artigo 11, da Lei nº 8.137/90	4	9m detenção	?	?	30(5/30)	n	A	nulidade do processo, por falta de intimação da defesa da expedição de carta precatória e absolvição por não constituir o fato infração penal	Não conhecido, extinção punibilidade prescrição.	-	74.592,93	Comércio Roupas	ICMS	?	fevereiro a maio de 1996	Oferecida em : 11/11/1998 Recebida em : 14/09/1999	05.06.00
243																							
	0017574-75.1997.807.0000	140786	31.05.01	1	Absol	art. 1º, inciso II, da Lei 8137/90	-	-	-	-	-	-	MP	não se reconhecer o parcelamento do débito, após a denúncia, como causa extintiva da punibilidade	Improvido	-	?	Comércio Roupas	ICMS	?	julho e agosto de 1991	Oferecida em : ? Recebida em : 08/11/1994	?
244																							
	1999.01.1.016757-3	140119	18.04.01	2	Absol(2r)	artigo 2º, inciso II, c/c artigo 11, da Lei nº 8.137/90, c/c art. 71 do Código Penal	18	-	-	-	-	-	MP	Afastamento da causa de extinção da punibilidade pelo parcelamento do débito tributário, haja vista que os acusados não cumpriram com o acordado	Improvido	-	2.669,11	Supermercado	ICMS	AI/1996	março a maio, julho, agosto e dezembro de 1992; maio e setembro de 1993; abril e maio de 1994; junho, e agosto de 1995 e janeiro, março e junho de 1996	Oferecida em : 19/03/1999 Recebida em : 18/06/1999	01.06.00
245																							
	2000.06.1.004257-2	138314	26.04.01	2	Absol(2r)	art. 1º, inciso II, c/c art. 11, da Lei 8.137/90, c/c art. 71, caput, do CP	13	-	-	-	-	-	MP	Condenação nos exatos termos da denúncia, por existências de provas suficientes do dolo dos agentes	Improvido	-	?	Comercial de Produtos	ICMS	AI?	Junho de 1991 a Julho de 1992	?	16.10.00
246																							
	1998.01.1.061766-8	138084	22.03.01	2	Absol (atipicidade da conduta)	artigo 1º, inciso II, c/c artigo 11, da Lei n. 8.137/90	10	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Improvido	-	24.477,73	Comércio Produtos Hospitalares	ICMS	?	agosto, setembro e outubro de 1995 e fevereiro e março de 1996	Oferecida em : 13/12/1999 Recebida em : 10/02/2000	29.09.00
247																							
	1999.04.1.01888-0	138646	19.04.01	1	Absol	art. 2º, II, da Lei nº 8.137/90	16	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Provido para condenação e reconhecimento da extinção da punibilidade	-	?	?	ICMS	AI/1998	junho a setembro e dezembro de 1995; janeiro e março a dezembro de 1996	Oferecida em : 27/04/1999 Recebida em : 03/05/1999	31.08.00
248																							
	1998.01.1.037753-5	138641	22.03.01	1	Absol(2r)	artigo 2º, inciso II, da Lei 8.137/90	2	-	-	-	-	-	MP	Condenação, pois a decisão negou vigência ao art. 2º, inciso II, da Lei 8.137/90, e art. 18 do CPP, e, ainda, violou os dispositivos do art. 5º, inciso XXXV e 129, incisos I, II, VI e VIII, todos da Constituição Federal	Provido para condenação e reconhecimento da extinção da punibilidade	-	?	?	ISS	AI/1995	Junho e Julho de 1995	Oferecida em : 03/02/1999 Recebida em : 10/02/1999	17.08.00
249																							
	1999.01.1.036982-2	136831	29.03.01	1	Absol	art. 2º, II, da Lei nº 8.137/90	26	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Provido para condenação e reconhecimento da extinção da punibilidade	-	?	?	ICMS	AI/1996	janeiro de 1992 a março de 1996	Oferecida em : 09/06/1999 Recebida em : 15/06/1999	13.11.00
250																							
	1998.01.1.036935-4	135727	16.11.00	2	Absol(2r)	art. 2o., inciso II, c/c art. 11 da Lei 8.137/90	-	-	-	-	-	-	MP	Condenação por restar comprovado o dolo	Improvido	-	89.608,99	Comércio	ICMS	AI/1998	janeiro de 1993 a dezembro de 1997	Oferecida em : 30/10/1998 Recebida em : 03/11/1998	29.11.99
251																							
	2000.02.1.003045-4	134319	14.12.00	2	atipicidade da conduta	artigo 1º, inciso I, da Lei n. 8.137/90	3	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Improvido	-	7.651,05	Comércio Tapetes	ICMS	?	agosto, setembro e outubro de 1992	?	23.05.01
252																							
	1999.01.1.018297-0	134276	07.12.00	1	Absol(2r)	artigo 2º, inciso II da Lei n.8.137/90, c/c art 71 do CP	5	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Improvido	-	28.880,40	Comércio Celular e Informática	ICMS	?	abril e maio, julho, novembro e dezembro de 1996	Oferecida em : 29/03/1999 Recebida em : 06/04/1999	04.05.00
253																							

254	1999.01.1.004689-0	134275	07.12.00	1	Absol	art. 2º, inc. II, c/c art. 11, da Lei n.º 8.137/90	28	-	-	-	-	-	MP	Condenação sob pena de negar vigência ao art. 2º, inc. II, e art. 11, ambos da Lei n.º 8.137/90, arts. 44 e 155, § 2º, inc. I, da Constituição Federal, e, art. 14, inc. I, do Código Penal. Existência de provas suficientes, confissão do acusado	Improvido	-	5.905,54	Comércio	ICMS	?	agosto de 1995 e dezembro de 1997	Oferecida em : 26/01/1999 Recebida em : 01/02/1999	03.11.99
255	1999.07.1.003200-0	133549	07.12.00	2	Cond	artigo 2º, inciso II, c/c o artigo 11, ambos da Lei n. 8.137/90 c/c art 71 do CP	7	9m detenção	semiaberto	n	15(1/30)	n	A	Absolvição, ou a concessão dos benefícios da substituição e suspensão da pena	Conhecido; declaração da extinção da punibilidade pelo advento do prazo prescricional	-	50.669,61	Comércio Móveis	ICMS	?	agosto de 1995 a fevereiro de 1996	Oferecida em : 29/03/1999 Recebida em : 07/04/1999	18.08.00
256	1998.01.1.031805-6	133313	16.11.00	1	Absol	artigo 2º, inciso II da Lei 8.137/90	12	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Improvido	-	10.586,42	Restaurante	ICMS	?	outubro de 1994 a setembro de 1995	Oferecida em : 08/06/1998 Recebida em : 15/06/1998	31.05.00
257	1999.01.1.052315-4	132829	21.09.00	1	Absol	art. 2º, inciso II, c/c art. 11, ambos da Lei 8.137/90	16	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Provido para condenação e reconhecimento da extinção da punibilidade	-	15.902,54	Comércio	ICMS	AI?	junho de 1994 a novembro de 1995	Oferecida em : 17/08/1999 Recebida em : 20/08/1999	16.05.00
258	1999.01.1.009083-3	132821	18.10.00	1	Absol(2r)	art. 2º, inc. II, c/c art. 11, da Lei 8.137/90	9	-	-	-	-	-	MP	condenação de um dos acusados e a alteração do fundamento legal do decreto absolutório do outro	Improvido	-	?	?	ICMS	?	setembro de 1995 a julho de 1996	Oferecida em : 29/01/1999 Recebida em : 02/03/1999	30.05.00
259	1998.01.1.041748-4	132444	09.11.00	1	Absol	art. 2º, II, da Lei nº 8.137/90 c/c art 71 do CP	4	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Provido para condenação e reconhecimento da extinção da punibilidade	-	?	Comércio	ICMS	AI?	agosto a dezembro de 1995	Oferecida em : 04/11/1998 Recebida em : 12/11/1998	23.05.00
260	1999.01.1.042202-5	131878	05.10.00	2	Absol(2r atipicida de da conduta)	artigo 2º, inciso II, c/c o artigo 11, da Lei n. 8.137/90 c/c art 71 do CP	30	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Provido para condenação e reconhecimento da extinção da punibilidade	-	378,61	Comércio e Serviços	ISS	AI?	janeiro de 1995 a abril de 1996	Oferecida em : 01/07/1999 Recebida em : 08/07/1999	09.05.00
261	1998.01.1.039764-8	130476	29.06.00	1	Absol	art. 1º, inciso V c/c o art. 11 da Lei nº 8.137/90	?	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Parcialmente provido para cassar a decisão de 1º grau e suspender o curso da ação penal até que haja o adimplemento total do débito tributário	-	?	Comércio	ICMS	AI/1997	anos de 1994 a 1996	?	22.10.99
262	0019127-26.1998.807.0000	130043	17.08.00	2	Absol(2r)	artigo 2º, inciso II Lei n. 8.137/90	?	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Improvido	-	ICMS (4.555,29) e ISS (951,74)	Comércio e Serviço de Eletrodomésticos	ICMS, ISS	AI/1996	ICMS (outubro e novembro de 1991, janeiro, março, maio a agosto, outubro e novembro de 1992, janeiro e abril de 1993), ISS (julho, novembro e dezembro de 1991, janeiro a março, maio a dezembro de 1992, janeiro, fevereiro e abril de 1993)	?	?
263	1998.01.1.039513-6	128438	29.06.00	1	Absol	artigo 1º, incisos II, IV e V e artigo 2º, inciso II da Lei n. 8.137/90	?	-	-	-	-	-	MP	Condenação do acusado, pois existem provas suficientes para condenação	Improvido	-	6.002,00	Comércio	ICMS	?	janeiro de 1991, junho de 1993, setembro de 1993, janeiro de 1994 e fevereiro a dezembro de 1995.	Oferecida em : 19/08/1998 Recebida em : 24/08/1998	15.02.00
264	2000.01.5.002013-4	128912	17.08.00	1	Absol	art. 1º, I, II e IV, da Lei nº 8.137/90	?	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Improvido, com alteração apenas do fundamento da absolvição do acusado	-	?	?	ICMS	?	?	?	?
265	0019544-42.1999.8.07.0000	127794	15.06.00	2	Absol	artigo 1º, incisos I, II e IV da Lei nº 8.137/90 c/c o artigo 71 do Código Penal	?	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Improvido	-	CR\$ 1.335.850.985,81 cruzeiros	Comércio Materiais de Construção	ICMS	AI/1992	março de 1990 a maio de 1991 e de agosto de 1991 a outubro de 1992	?	?
266	2000.01.5.000924-9	126670	18.05.00	1	Absol	art. 1º, I, II e IV, da Lei nº 8.137/90	?	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Improvido	-	?	?	ICMS	?	?	?	?
267	1998.01.1.070689-8	126643	11.05.00	2	Absol(2r)	artigo 2º, inciso II, c/c art. 11, da Lei nº 8.137/90	?	-	-	-	-	-	MP	Condenação do réu por existências de provas suficientes de autoria e materialidade	Improvido	-	17.039,23	Galeria de Arte	ICMS	AI?	outubro de 1994 a abril de 1995	Oferecida em : 18/11/1998 Recebida em : 23/11/1998	22.09.99

268	0019896-97.1999.8.07.0000	124728	17.02.00	1	Absol	art. 1º, incisos I e V da Lei 8137/90	?	-	-	-	-	-	MP	Condenação do acusado nos termos da denúncia	Improvido	-	56.468,56	Comércio Alimentos	ICMS	AI?	02/01/96 e 06/02/96	?	?			
269	0019730-65.1999.8.07.0000	124420	03.02.00	1	Absol	art. 1º, III, da Lei 8.137/90	?	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Improvido	-	217,6	Pessoa física	ICMS	?	08/03/1995	?	?			
270	1999.01.1.016789-8	123756	16.12.99	1	Absol	art. 1º, I, da Lei 8.137/90	?	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Provido para condenação	2a,6m reclusão, semiaberto	1.732,88	Comércio Roupas	ISS	?	agosto a novembro de 1995	?	13.08.99			
271	0019708-07.1999.8.07.0000	122168	09.12.99	1	Absol	art. 1º, incisos I, II e IV da Lei 8.137/90	?	-	-	-	-	-	MP	Condenação, pois existem provas suficientes aptas a ensejar a condenação	Improvido	-	Cr\$ 82.322.275,37 cruzeiros	Comércio Materiais de Construção	ICMS	AI/1991	janeiro a março de 1991 e novembro de 1991 a janeiro de 1992	?	?			
272		122167	02.12.99	1	Absol	art. 1º, inciso I da Lei 8.137/90	?	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Improvido	-	503,71	Comércio e Serviços	ISS	?	agosto, setembro e outubro de 1994	?	?			
273	0019685-61.1999.8.07.0000	121081	18.11.99	1	Absol	art. 1º, I, II e IV, da Lei nº 8.137/90	?	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Improvido	-	?	Comércio	ICMS	?	?	?	?			
274	0019592-98.1999.8.07.0000	118317	19.08.99	1	Absol	art. 1º, I, da Lei 8.137/90	?	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Improvido	-	4.873,23	Imobiliária	ICMS	?	julho de 1993	Oferecida em : ? Recebida em : 13/06/1997	?			
275	0019213-94.1998.8.07.0000	116045	13.05.99	2	Absol(2r)	art. 1º, parágrafo único, da Lei 8.137/90	?	-	-	-	-	-	MP	Condenação nos termos da denúncia	Não conhecido	-	?	?	?	?	30/08/95, 06/09/95 e 12/09/95	?	29.06.98			
276	0019311-79.1998.8.07.0000	115581	27.05.99	2	Absol(1r)	art. 1º, incisos I e II, c/c o art. 11, todos da Lei 8.137/90, c/c o art. 62, incisos I, II e III, do Código Penal	?	-	-	-	-	-	MP	Condenação nos termos da denúncia	Improvido	-	CR\$ 484.160,00 cruzeiros	Comércio	ICMS	AI/1992	17 de novembro de 1991	?	?			
					Absol(1r)	art. 1º, incisos I e II, c/c o art. 11, da Lei 8.137/90	idem	-	-	-	-	-				-										
277	0019441-35.1999.8.07.0000	115792	02.06.99	1	Cond	art. 2º, II, da Lei 8.137/90 c/c art. 71 do CP	7	1a	1m	d	detenção	aberto	?	16(1/30)	n	MP	elevação da pena-base, agravamento do regime prisional	Improvido	1a,1m,1d, aberto, 16(1/30)	Cr\$ 24.612.648,02 cruzeiros	Comércio Alimentos	ICMS	?	?	?	?
278	0019347-24.1998.8.07.000	113757	08.04.99	2	Absol(2r)	artigo 1º, inciso II, c/c o artigo 11, todos da Lei n. 8.137/90, c/c artigo 71, do Código Penal	3	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Improvido	-	Cr\$. 37.805.005,00 cruzeiros	Distribuidora Alimentos	ICMS	AI/1991	junho a agosto de 1991	?	?			
279	0018371-51.1997.8.07.0000	106140	28.05.98	2	Absol(2r)	artigo 1º, inciso II, c/c artigo 11, da Lei nº 8.137/90	5	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Improvido	-	?	Comércio Confecções	ICMS	AI?	setembro de 1991 e janeiro de 1992	?	?			
280		103237	10.12.97	2	Absol e declaração de extinção da punibilidade	artigo 1º, inciso II, c/c o artigo 11 (por 3 vezes) e artigo 1º, inciso V, c/c o artigo 11 (por 6 vezes), todos da Lei n. 8.137/90 c/c artigo 71, do Código Penal	3 6	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Improvido	-	?	Comércio	ICMS	AI?	outubro, novembro e dezembro de 1989, e maio, junho e julho de 1991	?	?			
281	0017574-75.1997.8.07.0000	103850	12.03.98	1	Absol	art. 1º, inciso II, da Lei 8137/90	?	-	-	-	-	-	MP	Condenação	Improvido	-	?	Comércio Roupas	ICMS	AI?	julho e agosto de 1991	Oferecida em : ? Recebida em : 08/11/1994	?			
282	0018042-39.1997.8.07.0000	101244	29.10.97	2	Absol(2r)	art. 1º, incisos I e IV, da Lei nº 8.137/90 c/c art. 71 e 72 do Código Penal	5	-	-	-	-	-	MP	Condenação sob pena de negar vigência ao art. 1o, I, da Lei nº 8.137/90	Improvido	-	25.516,62	Restaurante	ICMS	?	abril a agosto de 1995	?	?			

Absol: Absolvção
Cond: Condenação
MP: Ministério Público
A: Acusado
1r-1o. Réu, 2r - 2o.Réu, etc.,
AI - Auto de Infração
IP - Inquérito Policial

Query

Resultado da Consulta

Termos Pesquisados:

Pesquisa Livre [Espelho]: (crime adj1 ordem adj2 tributária)**Período:** entre 01/01/1991 e 29/12/2019**Bases de Consulta:** Acórdãos - Turmas Recursais, Acórdãos - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), Jurisprudência em Temas, Acórdãos, Informativos de Jurisprudência

Ir para a página:

1

Total de páginas: 16. Total de Documentos Encontrados: 319. [Link](#)[para resultado da consulta.](#)

Filtrar Acórdãos em Segredo de Justiça.















Filtrar Acórdãos






Públicos.









[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)[Nova Consulta](#)

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
1	1222459		APR Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 20130110677573APR PENAL. CRIME TRIBUTÁRIO - ARTIGO 1º, INCISO II, DA LEI 8.137/90. CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO. DOSIMETRIA. PENA-BASE. CULPABILIDADE. CAUSA DE AUMENTO DO ART. 12, I, DA LEI 8.137/90. PENA DE MULTA. EXCLUSÃO. Conjunto probatório que demonstra a materialidade e autoria do crime do artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90 (vinte e duas vezes). Praticados mais de sete crimes em continuidade delitiva, incide o aumento máximo de 2/3 (dois terços) previsto no art. 71 do Código Penal. Inviável, por ausência de respaldo legal, o uso dos crimes excedentes de sete para agravar a circunstância judicial da culpa...	21/11/2019	18/12/2019	1ª TURMA CRIMINAL
2	1216181		APR Relator(a): ROBERVAL CASEMIRO BELINATI Processo: 20140111885868APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SENTENÇA CONDENATÓRIA. QUESTÃO DE ORDEM. PEDIDO DE SUSPENSÃO DO CURSO DO PROCESSO. TEMA 990 DA REPERCUSSÃO GERAL. HIPÓTESE NÃO ELENCADE NOS AUTOS. EXCEÇÃO LEGAL. DADOS CONTÁBEIS CONSTANTES EM PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. PROVA COMPARTILHADA. INDEFERIMENTO DA QUESTÃO DE ORDEM. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CONDENÇÃO DOS SÓCIOS PELOS DELITOS CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. AUSÊNCIA DE PROVAS. ABSOLVIÇÃO MANTIDA. PLEITO CONDENATÓRIO PELO DELITO DE LAVAGEM DE DINHEIRO. IMPOSSIBILIDADE. PRI...	14/11/2019	21/11/2019	2ª TURMA CRIMINAL
3	1209793		APR Relator(a): CRUZ MACEDO Processo: 20121210066884APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SONEGAÇÃO FISCAL. ICMS. ARTIGO 1º, INCISO II, DA LEI 8137/90. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. ABSOLVIÇÃO IMPOSSIBILIDADE. CAUSA DE AUMENTO DA PENA. DANO GRAVE. INCIDÊNCIA. DOSIMETRIA. CONTINUIDADE DELITIVA. FRAÇÃO. ADEQUAÇÃO. 1. Incabível a absolvição do administrador da empresa devedora de créditos tributários de ICMS sonegados em razão de omissão de registro de vendas de mercadorias por meio de cartão de crédito/débito, quando demonstradas, por provas documentais e testemunhais, a materialidade do ...	17/10/2019	25/10/2019	1ª TURMA CRIMINAL

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
4	1205882		APR Relator(a): JESUINO RISSATO Processo: 20130710017422APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SONEGAÇÃO DE ICMS. PENA DE MULTA. EXTINÇÃO DO BTN. APLICAÇÃO DO ARTIGO 49, DO CP. POSSIBILIDADE. FIXAÇÃO DE VALOR MÍNIMO A TÍTULO DE REPARAÇÃO DE DANOS. DESNECESSIDADE. PROVIMENTO PARCIAL. 1. Diante da extinção do BTN, índice indicado no art. 8º, da Lei nº 8.137/90, para o estabelecimento da pena pecuniária relativa aos crimes tributários, mostra-se cabível a aplicação da regra geral contida no artigo 49, do Código Penal, que prevê o salário mínimo vigente à época dos fatos como parâmetro para fixação da multa... ?	03/10/2019	10/10/2019	3ª TURMA CRIMINAL
5	1204472		APR / Embargos de Declaração Criminal no(a) Apelação Criminal Relator(a): J.J. COSTA CARVALHO Processo: 20140110871328APR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO RETROATIVA. IMPOSSIBILIDADE. CRIME MATERIAL CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SÚMULA VINCULANTE Nº 24 DO STF. LANÇAMENTO DEFINITIVO. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. INÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A alteração promovida pela Lei nº 12.234/2010, que alterou o termo inicial da prescrição retroativa, deve levar em consideração, em casos de crimes materiais contra a ordem tributária, a data da constituíçã... ?	19/09/2019	04/10/2019	1ª TURMA CRIMINAL
6	1202672		APR Relator(a): GEORGE LOPES Processo: 20160110733222APR PENAL E PROCESSUAL. APELAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA DEFESA. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA E LAVAGEM DE DINHEIRO. PRELIMINARES DE NULIDADE PROCESSUAL E OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E CORRELAÇÃO REJEITADAS. PROVAS INSUFICIENTES PARA A CONDENAÇÃO. AUSÊNCIA DE DOLO EM RELAÇÃO À APROPRIAÇÃO INDÉBITA TRIBUTÁRIA. ATIPICIDADE DA CONDUTA IMPUTADA COMO LAVAGEM DE DINHEIRO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1 Réu condenado por infringir sessenta vezes o artigo 2º, inciso II, combinado com 12, inciso I, ambos da Lei 8.137/1990, na forma do 71 do Código ... ?	12/09/2019	30/09/2019	1ª TURMA CRIMINAL
7	1199171		APR Relator(a): J.J. COSTA CARVALHO Processo: 20180110267010APR APELAÇÃO CRIMINAL - CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - COMETIMENTO POR AGENTES PÚBLICOS E PARTICULARES - AUDITORES FISCAIS QUE SE VALERAM DO CARGO - BENEFÍCIO A EMPRESA - INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA - ARGUIÇÃO DE NULIDADES PROCESSUAIS - MAUS ANTECEDENTES - CRIME CONTINUADO. 1) Não há necessidade de degravação integral das interceptações telefônicas, quando grande parte delas não for útil ao processo. Se os diálogos que embasam a denúncia foram transcritos integralmente e se foi disponibilizado às partes o restante do material, não há que se falar em ofensa à ampla de... ?	08/08/2019	11/09/2019	1ª TURMA CRIMINAL

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
8	1197439		APR Relator(a): CRUZ MACEDO Processo: 20150110348339APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÕES. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SONEGAÇÃO FISCAL. ICMS. ARTIGO 1º, INCISO II, DA LEI 8137/90. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. ABSOLVIÇÃO IMPOSSIBILIDADE. DOSIMETRIA. CONTINUIDADE DELITIVA NÃO PODE VALORAR CULPABILIDADE. PENA DE MULTA. APLICAÇÃO DO CÓDIGO PENAL. PRECEDENTES. REPARAÇÃO DE DANO. VALORES INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA. 1. Incabível a absolvição do administrador da empresa devedora de créditos tributários de ICMS sonegados em razão de omissão de registro de vendas de mercadorias por meio de cartão de crédito/débito, quando ... 	15/08/2019	03/09/2019	1ª TURMA CRIMINAL
9	1194622		APR Relator(a): SILVANO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20170110187016APR PENAL. PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. RECURSOS DOS RÉUS. PRELIMINARES. BIS IN IDEM. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO. REJEITADAS. MÉRITO. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIAS COMPROVADAS. DOSIMETRIA. REINCIDÊNCIAS NÃO VERIFICADAS. DECOTES. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. MAIOR RECRUDESCIMENTO PELO MONTANTE DO PREJUÍZO. INVIABILIDADE. VALOR COMPATÍVEL COM O AUMENTO DE UM TERÇO. FIXAÇÃO DE REPARAÇÃO MATERIAL MÍNIMA. INVIABILIDADE. DÍVIDA INSCRIÇÃO. COBRANÇA EM AÇÃO EXECUTIVA FISCAL PRÓPRIA. 1. Não ... 	15/08/2019	22/08/2019	2ª TURMA CRIMINAL
10	1193187		APR Relator(a): SILVANO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20151010089137APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, INCISO II, DA LEI 8.137/90. MÉRITO. ABSOLVIÇÃO. INVIÁVEL. PROVAS DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA. DOLO. DOSIMETRIA. GRAVE DANO À COLETIVIDADE. VALOR SUPRIMIDO EXCESSIVO. QUANTIDADE DE CRIMES. CONTINUIDADE DELITIVA. RECURSO DESPROVIDO. 1. Inviável a pretensão absolutória, pois devidamente comprovado nos autos que o réu, responsável pela administração da sociedade empresária, suprimiu o ICMS devido aos cofres do Distrito Federal, fraudando a fiscalização ao omitir operações tributárias em livr... 	08/08/2019	16/08/2019	2ª TURMA CRIMINAL
11	1190845		APR Relator(a): SILVANO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20130510056653APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, II E IV, DA LEI 8.137/90. AFASTAMENTO DO SEGREDO DE JUSTIÇA. MÉRITO. ABSOLVIÇÃO. INVIÁVEL. PROVAS DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA. DOLO. DOSIMETRIA. CULPABILIDADE. QUANTIDADE DE CRIMES. CAUSA DE AUMENTO. GRAVE DANO À COLETIVIDADE. BASE DE CÁLCULO DO VALOR DA PENA DE MULTA. REPARAÇÃO DOS DANOS. RECURSOS DOS RÉUS DESPROVIDOS. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. O trâmite processual em segredo de justiça deve ser afastado quando não constatado que o caso se subsume às hipóteses... 	01/08/2019	12/08/2019	2ª TURMA CRIMINAL

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
12	1190682		APR / Embargos de Declaração no(a) Apelação Relator(a): SILVANO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20160110630207APR PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL. EFEITOS INFRINGENTES. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. CONCLUSÃO ALCANÇADA PELO JUÍZO CÍVEL AFETOU DIRETAMENTE O LANÇAMENTO DO TRIBUTO. CRIME MATERIAL. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. EMBARGOS PROVIDOS. 1. Aresolução do mérito da ação anulatória na esfera cível, com trânsito em julgado, a favor do embargante para declarar a nulidade da intimação realizada por edital no referido processo administrativo tributário, afetou diretamente o lançamento do tributo, macul... ?	01/08/2019	07/08/2019	2ª TURMA CRIMINAL
13	1186975		APR Relator(a): WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR Processo: 20100610043643APR DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (TRÊS VEZES). ART. 1º, INCISOS I E IV, DA LEI 8.137/90. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE CORRELAÇÃO COM A DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. SUPRESSÃO DE ICMS. SONEGAÇÃO FISCAL INCONTROVERSA. APROVEITAMENTO INDEVIDO DE CRÉDITO FISCAL FICTÍCIO. DOSIMETRIA DA PENA. CONTINUIDADE DELITIVA. REDUÇÃO DA FRAÇÃO. TRÊS CRIMES. EXASPERAÇÃO EM 1/5. PENA DE MULTA. MANUTENÇÃO DO VALOR DO DIA-MULTA. ADEQUAÇÃO À SITUAÇÃO ECONÔMICA DO RÉU.... ?	11/07/2019	22/07/2019	3ª TURMA CRIMINAL
14	1185374		APR Relator(a): J.J. COSTA CARVALHO Processo: 20140110871328APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO. DOLO GENÉRICO. SUFICIÊNCIA. PRELIMINARES QUE SE CONFUNDEM COM O MÉRITO. MAJORANTE DO ART. 12, INCISO I, DA LEI 8.137/90. GRAVE DANO À COLETIVIDADE INEXISTENTE. PRECEDENTES. CONTINUIDADE DELITIVA. MULTA. EXCLUSÃO. BTN. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO POR OUTRO ÍNDICE. DOSIMETRIA. CULPABILIDADE. QUANTIDADE DE DELITOS. VALORAÇÃO NEGATIVA. IMPOSSIBILIDADE. CONDENAÇÃO À INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA. BIS IN IDEM. 1. Devidamente afirmadas a autoria e a materialidade delitiva, c... ?	04/07/2019	15/07/2019	1ª TURMA CRIMINAL
15	1182821		APR Relator(a): DEMETRIUS GOMES CAVALCANTI Processo: 20160110734588APR PENAL E PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DA DEFESA REJEITADA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DOSIMETRIA. PENA DE MULTA. INAPLICÁVEL AO CRIME. FIXAÇÃO DO VALOR PARA REPARAÇÃO DO DANO. INCABÍVEL. RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS. 1. Incabível o pedido de absolvição quando o conjunto probatório produzido nos autos demonstra a prática de crime contra a ordem tributária (artigo 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/1990). 2. Resta comprovada a autoria delitiva do c... ?	27/06/2019	15/07/2019	3ª TURMA CRIMINAL
16	1182634		APR Relator(a): WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR Processo: 20130110597470APR DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÕES CRIMINAIS MINISTERIAL E DEFENSIVA. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (DOZE VEZES). LEI 8.137/90. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO ACOLHIMENTO. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA. NÃO ACOLHIMENTO. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. SUPRESSÃO DE ICMS. SONEGAÇÃO FISCAL CONTROVERSA QUANTO A TODO O PERÍODO. PRETENSÃO DEFENSIVA PARCIALMENTE ACOLHIDA. DOSIMETRIA DA PENA. PRETENSÃO MINISTERIAL DE VALORAÇÃO DO VETOR CULPABILIDADE REJEITADA. GRAVE DANO À COLETIVIDADE (ART. 12, I, DA LEI 8.137/90). CONTINUIDADE DELITIV... ?	27/06/2019	03/07/2019	3ª TURMA CRIMINAL

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
17	1179369		APR Relator(a): JESUINO RISSATO Processo: 20100112109472APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, INCISO II, DA LEI Nº 8.137/90. CONTINUIDADE DELITIVA. PRESCRIÇÃO RETROATIVA PELA PENA EM CONCRETO. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. 1. A extinção da punibilidade pelo alcance da prescrição deve ser declarada de ofício em qualquer fase do processo, nos termos do artigo 61, do CPP, por se tratar de matéria de ordem pública. 2. Se o recurso da acusação não pretende exasperar o quantum da pena, a prescrição da pretensão punitiva estatal regula-se pela pena concretizada na sentença, ... 	13/06/2019	21/06/2019	3ª TURMA CRIMINAL
18	1177130		APR Relator(a): JESUINO RISSATO Processo: 20080110308198APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, INCISO II, DA LEI Nº 8.137/90. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO COM PRECATÓRIOS. NÃO ACOLHIMENTO. SUSPENSÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. POSSIBILIDADE. PRELIMINAR ACOLHIDA. 1. O § 2º do art. 9º da Lei 10.684/2003 reza que a extinção da punibilidade somente ocorrerá após o pagamento integral dos débitos. O mero pedido de compensação de crédito tributário não é meio hábil para extinguir a punibilidade do agente. 2. Suspende-se o curso da ação penal que apura cr... 	06/06/2019	12/06/2019	3ª TURMA CRIMINAL
19	1172144		APR Relator(a): GEORGE LOPES Processo: 20050110494608APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. RÉU ABSOLVIDO DA IMPUTAÇÃO DE SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS (ICMS). IRRESIGNAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. IMPROCEDÊNCIA. PROVA INSUFICIENTE DE AUTORIA. SENTENÇA CONFIRMADA. 1 Réu absolvido da imputação de infringir doze vezes o artigo 1º, incisos II e III, combinado com artigo 11, da Lei 8.137/1990, ensejando irresignação ao Ministério Público, que insiste por condenação nos termos da denúncia, alegando que há prova segura da supressão do imposto sobre circulação de mercadorias mediante alteração dos assentamentos fiscais no intuito de fraude... 	16/05/2019	23/05/2019	1ª TURMA CRIMINAL
20	1172052		APR Relator(a): CARLOS PIRES SOARES NETO Processo: 20130610141592APR PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. SUPRESSÃO DE ISS. DOLO ESPECÍFICO. DESNECESSÁRIO. DOSIMETRIA. CULPABILIDADE. CRIMES EXCEDENTES. CONTINUIDADE DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1.O tipo penal previsto no art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/90 (supressão de tributo) não exige para a sua configuração o dolo específico, aperfeiçoando-se com o dolo genérico. 2. É dever do microempresário recolher os impostos e manter a ... 	09/05/2019	22/05/2019	1ª TURMA CRIMINAL

[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)
[Nova Consulta](#)


Query

Resultado da Consulta

Termos Pesquisados:

Pesquisa Livre [Espelho]: (crime adj1 ordem adj2 tributária)**Período:** entre 01/01/1991 e 29/12/2019**Bases de Consulta:** Acórdãos - Turmas Recursais, Acórdãos - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), Jurisprudência em Temas, Acórdãos, Informativos de Jurisprudência

Ir para a página:

2

Total de páginas: 16. Total de Documentos Encontrados: 319. [Link](#)[para resultado da consulta.](#)

Filtrar Acórdãos em Segredo de Justiça.













Filtrar Acórdãos









Públicos.






[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)[Nova Consulta](#)

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
21	1171583		APR Relator(a): JAIR SOARES Processo: 20130310050070APR Crime contra a ordem tributária. Causa de aumento do art. 12, I, da L. 8.137. Parâmetro. Multa. 1 - O expressivo valor do tributo sonegado - que foi descrito na denúncia e provado nos autos - é fundamento idôneo para se reconhecer a causa de aumento do art. 12, I, da L. 8.137/90. 2 - O e. STJ tem utilizado o parâmetro de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para o reconhecimento da causa de aumento do art. 12, I, da L. 8.137/90, considerado o valor sonegado, sem os acréscimos legais. 3 - Conquanto extinto o índice BTN - unidade de valor utilizada pela lei para a fixaç...	16/05/2019	20/05/2019	2ª TURMA CRIMINAL
22	1167199		APR Relator(a): J.J. COSTA CARVALHO Processo: 20140110812077APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO. DOLO GENÉRICO. PRECEDENTES DO C. STJ E DO C. TJDFT. DOSIMETRIA. CULPABILIDADE E CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. IMPROCEDÊNCIA. MAJORANTE DO ART. 12, INCISO I, DA LEI 8.137/90. VALOR CONSIDERADO BAIXO. AUSÊNCIA DE GRAVE DANO À COLETIVIDADE. CONTINUIDADE DELITIVA. MULTA. IMPOSSIBILIDADE. EXTINÇÃO DO BTN. PRINCÍPIO DA TAXATIVIDADE. CONDENAÇÃO À INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PLEITO EXPRESSO NA DENÚNCIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Havendo prova...	11/04/2019	03/05/2019	1ª TURMA CRIMINAL
23	1167228		APR Relator(a): SILVANO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20140110871377APR APELAÇÕES CRIMINAIS. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, INCISO II, DA LEI N.º 8.137/1990. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. PROPRIETÁRIO ADMINISTRADOR. RESPONSAVEL PELAS INFORMAÇÕES FISCAIS. ART. 135 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E ART. 11 DA LEI N.º 8.137/90. CULPABILIDADE. CONTUMÁCIA NA PRÁTICA DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. CAUSA DE AUMENTO DE PENA DO ARTIGO 12, INCISO I, DA LEI Nº 8.137/1990. CONTINUIDADE DELITIVA. MULTA. EXTINÇÃO DO INDEXADOR (BTN). REPARAÇÃO DE DANOS.RECURSOS DA DEFESA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO D...	25/04/2019	02/05/2019	2ª TURMA CRIMINAL
24	1165636		APR / Embargos de Declaração no(a) Apelação Relator(a): SILVANO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20160110630207APR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL. ILICITUDE DAS PROVAS. OMISSÃO NÃO EVIDENCIADA. INOVAÇÃO RECURSAL. PEDIDO DE SOBRESTAMENTO DO FEITO. SENTENÇA CÍVEL DE SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. EMBARGOS PARCIALMENTE PROVIDOS. 1. Os embargos de declaração não se prestam à revisão do julgado, mas tão somente ao esclarecimento de eventual dúvida, omissão, contradição ou ambiguidade, nos exatos moldes do artigo 619 do Código de Processo Penal. 2. É inadmissível na via estreita dos embargos de declaração a apreciação de teses que representem i...	11/04/2019	22/04/2019	2ª TURMA CRIMINAL

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
25	1160350		APR Relator Designado(a): JAIR SOARES Processo: 20130110177834APR Crime contra a ordem tributária. Sonegação fiscal. ISS. Imunidade tributária. Serviços não imunes. Procedimento fiscal. Nulidade. Inexistência. Provas. Sócio-administrador. Responsabilidade penal. Causa de aumento. Não incidência. Antecedentes. 1 - O procedimento administrativo fiscal goza da presunção de legalidade e veracidade, que só pode ser ilidida por prova inequívoca. 2 - Oportunizado aos réus exercer o contraditório e a ampla defesa, não é nulo o procedimento. Eventuais vícios devem ser arguidos na via própria para desconstituí-lo, não na ação penal. ... 	21/03/2019	27/03/2019	2ª TURMA CRIMINAL
26	1154552		APR Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 20140310111654APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PRELIMINARES DE INÉPCIA DA DENÚNCIA, FALTA DE JUSTA CAUSA, CERCEAMENTO DE DEFESA. ATIPICIDADE. INSIGNIFICÂNCIA. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO. DOLO GENÉRICO. SUFICIÊNCIA. DOSIMETRIA. CULPABILIDADE. EXCLUSÃO. MAJORANTE DO ART. 12, INCISO I, DA LEI 8.137/90. NÃO INCIDÊNCIA. CONDENAÇÃO À INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA. BIS IN IDEM. PENA DE MULTA. BTN. EXCLUSÃO. Condenado o réu por fato descrito na denúncia, onde perfeitamente identificados os requisitos dispostos no art. 41 do Código... 	21/02/2019	01/03/2019	1ª TURMA CRIMINAL
27	1154464		APR Relator(a): SILVANO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20160110630207APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, inciso II, DA LEI 8.137/90. PRELIMINAR. NULIDADE DOS AUTOS DE INFRAÇÃO. REJEITADA. MÉRITO. ABSOLVIÇÃO. INVIÁVEL. PROVAS DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA. DOLO. SÓCIO-ADMINISTRADOR. DOSIMETRIA. CULPABILIDADE. QUANTIDADE DE CRIMES. CONTINUIDADE DELITIVA. "BIS IN IDEM". CONSEQUÊNCIAS. GRAVE DANO À COLETIVIDADE. DANO MATERIAL. CONTRADITÓRIO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. O processo criminal não é a via adequada para o exame de eventual desobediência ao devido processo legal ocorrida no procedimento ... 	21/02/2019	28/02/2019	2ª TURMA CRIMINAL
28	1154522		APR Relator(a): JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA Processo: 20170310074116APR PENAL. ARTIGO 1º, INCISO II, DA LEI Nº 8.137/90. SONEGAÇÃO DE ICMS DEVIDO AO FISCO DO DISTRITO FEDERAL. PLEITO ABSOLUTÓRIO. INVIABILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA DEMONSTRADAS. INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. DOSIMETRIA. CONTINUIDADE DELITIVA. UTILIZAÇÃO DE DIVERSAS CONDUTAS NA PRIMEIRA E TERCEIRA FASES. IMPOSSIBILIDADE. CAUSA DE AUMENTO PREVISTO NO ARTIGO 12, INCISO I, DA LEI Nº 8.137/90. GRAVE DANO AO ERÁRIO PÚBLICO. CONSIDERAÇÃO. PATAMAR DE AUMENTO ADEQUADO. MULTA PECUNIÁRIA. POSSIBILIDADE. VALOR MÍNIMO PARA OS DANOS CAUSADOS PELA INFRAÇÃO PENAL. AÇÃO FISCAL EM... 	21/02/2019	27/02/2019	2ª TURMA CRIMINAL

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
29	1152381		APR Relator(a): GEORGE LOPES Processo: 20130110284498APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SONEGAÇÃO DE ICMS. PROVA SATISFATÓRIA DA MATERIALIDADE E AUTORIA. CRÍTICA À DOSIMETRIA. PEDIDO ACUSATÓRIO DE CONDENAÇÃO À INDENIZAÇÃO MÍNIMA. IMPROCEDÊNCIA. AUSÊNCIA DE PEDIDO NA DENÚNCIA. SENTENÇA MANTIDA. 1 Réu condenado por infringir nove vezes o artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90, depois de suprimir imposto sobre circulação de mercadorias, omitindo operações de venda de mercadoria em documentos e livros fiscais. Administrando uma empresa do ramo de alimentos, sonegou tributos que atingiram o montante de duzentos e noventa e s... 	07/02/2019	21/02/2019	1ª TURMA CRIMINAL
30	1148289		APR Relator(a): JESUINO RISSATO Processo: 20160110583028APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, INCISO II, DA LEI Nº 8.137/90. CONTINUIDADE DELITIVA. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. DOLO CONFIGURADO. CAUSA DE AUMENTO DO ART. 12, DA LEI Nº 8.137/90. AFASTAMENTO. PENA DE MULTA. EXTINÇÃO DO BTN. APLICAÇÃO DO ARTIGO 49, DO CP. POSSIBILIDADE. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1. Mantém-se a condenação por crime contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, II, da Lei 8.137/90, quando comprovada a conduta deliberada de fraudar a fiscalização tributária omitindo operaç... 	31/01/2019	07/02/2019	3ª TURMA CRIMINAL
31	1148288		APR Relator(a): JESUINO RISSATO Processo: 20180110244444APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, INCISO II, DA LEI Nº 8.137/90. CONTINUIDADE DELITIVA. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. DOLO CONFIGURADO. PENA DE MULTA. EXTINÇÃO DO BTN. APLICAÇÃO DO ARTIGO 49, DO CP. POSSIBILIDADE. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1. Mantém-se a condenação por crime contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, II, da Lei 8.137/90, quando comprovada a conduta deliberada de fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em ... 	31/01/2019	07/02/2019	3ª TURMA CRIMINAL
32	1143238		APR Relator(a): MARIA IVATÔNIA Processo: 20110710376459APR DIREITO PENAL. PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME TRIBUTÁRIO. SONEGAÇÃO FISCAL. LEI 8.137, ART. 1º, INCISO II. PRELIMINAR. INTEMPESTIVIDADE. RAZÕES APRESENTADAS FORA DO PRAZO LEGAL. MERA IRREGULARIDADE. MÉRITO. PROVA QUE DEMONSTRA A CONTINUIDADE DELITIVA ENTRE DEZ CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PENA-BASE. CULPABILIDADE. CRIMES EXCEDENTES. CONTINUIDADE DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE. CONSEQUÊNCIAS. MONTANTE TREZE VEZES SUPERIOR AO VALOR PREVISTO NO ART. 1º, INCISO I DA LC DISTRITAL Nº 904/2015. PENA REDIMENSIONADA. PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. EXECUÇÃO PRO... 	06/12/2018	18/12/2018	2ª TURMA CRIMINAL
33	1141452		APR Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 20121010039476APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO. DOLO GENÉRICO. SUFICIÊNCIA. DOSIMETRIA. CULPABILIDADE. MAJORANTE DO ART. 12, INCISO I, DA LEI 8.137/90. GRAVE DANO À COLETIVIDADE. VALOR VULTOSO. CONTINUIDADE DELITIVA. MULTA. EXCLUSÃO. BTN. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO POR OUTRO ÍNDICE. CONDENAÇÃO À INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA. BIS IN IDEM. Fartamente comprovadas a materialidade, a autoria e a dinâmica delitiva, em conformidade com a prova documental e com os testemunhos colhidos na fase de in... 	22/11/2018	14/12/2018	1ª TURMA CRIMINAL

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
34	1140563		APR Relator(a): MARIA IVATÔNIA Processo: 20171110008488APR APELAÇÃO CRIMINAL. DEFESA E MINISTÉRIO PÚBLICO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, II DA LEI 8.137/90. PRELIMINAR. PROVA ILÍCITA. SIGILOS BANCÁRIO E FISCAL. INFORMAÇÕES BANCÁRIAS REQUISITADAS PELA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DISTRITAL. COMPARTILHAMENTO DIRETO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA RESERVA DE JURISDIÇÃO. PRELIMINAR DE NULIDADE ACOLHIDA. RECURSO DA DEFESA PROVIDO. PREJUDICADO O RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. 1. Nos termos da jurisprudência do STF, a transferência de informações acobertadas pelo sigilo bancário por institui... 	22/11/2018	30/11/2018	2ª TURMA CRIMINAL
35	1140562		APR Relator(a): MARIA IVATÔNIA Processo: 20130111821564APR APELAÇÃO CRIMINAL. DEFESA E MINISTÉRIO PÚBLICO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, II DA LEI 8.137/90. EFEITO DEVOLUTIVO DA APELAÇÃO DA DEFESA. PROVA ILÍCITA. SIGILOS BANCÁRIO E FISCAL. INFORMAÇÕES BANCÁRIAS REQUISITADAS PELA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DISTRITAL. COMPARTILHAMENTO DIRETO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA RESERVA DE JURISDIÇÃO. NULIDADE ABSOLUTA. RECURSO DA DEFESA PROVIDO. PREJUDICADO O RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. 1. Nos termos da jurisprudência do STF, a transferência de informações acobertadas pelo sigilo bancár... 	22/11/2018	30/11/2018	2ª TURMA CRIMINAL
36	1136723		APR Relator(a): SILVANO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20110310012010APR APELAÇÃO CRIMINAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA DEFESA. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. OMISSÃO DE RECEITA TRIBUTÁVEL. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA POR INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. TRIBUTOS DECLARADOS E NÃO RECOLHIDOS. DETERMINAÇÃO DE REMESSA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA PROPOSTA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARCIALMENTE CONHECIDO E NESSA PARTE DESPROVIDO. RECURSO DA DEFESA NÃO CONHECIDO EM PARTE E PREJUDICADO QUANTO AOS DEMAIS TEMAS. 1. O Magistrado sentenciante não se manifestou sobre a imputação relativ... 	08/11/2018	16/11/2018	2ª TURMA CRIMINAL
37	1130997		APR Relator(a): CARLOS PIRES SOARES NETO Processo: 20160710095009APR PENAL E PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DOSIMETRIA. APLICAÇÃO DO ART. 12, I, DA LEI N. 8137/90. AUSÊNCIA DE DANO GRAVE À COLETIVIDADE. FIXAÇÃO DE VALOR PARA REPARAÇÃO DO DANO. INCABÍVEL. RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS. 1. Incabível o pedido de absolvição quando o conjunto probatório produzido nos autos demonstra a prática de crime contra a ordem tributária. 1.1. De outro lado, também incabível a condenação daquele contra o qual não rest... 	11/10/2018	24/10/2018	1ª TURMA CRIMINAL

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
38	1130239		APR Relator Designado(a): ROBERVAL CASEMIRO BELINATI Processo: 20161510028747APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. APLICAÇÃO DA REGRA DO CONCURSO MATERIAL E CONTINUIDADE DELITIVA. DUAS SÉRIES DE DELITOS. NÃO ACOLHIMENTO. RECONHECIMENTO DO CRIME CONTINUADO. AUMENTO DA PENA-BASE PELA AVALIAÇÃO DESFAVORÁVEL DA CULPABILIDADE. INVIABILIDADE. RECRUDESCIMENTO DA FRAÇÃO PELA CAUSA DE AUMENTO AO PATAMAR MÁXIMO. DEFERIMENTO. CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL CONTIDO NA SENTENÇA. PEDIDO DE FIXAÇÃO DE VALOR MÍNIMO A TÍTULO DE REPARAÇÃO DE DANOS. INDEFERIMENTO. AUSÊNCIA DE PEDIDO... 	27/09/2018	16/10/2018	2ª TURMA CRIMINAL
39	1125673		APR Relator(a): MARIA IVATÔNIA Processo: 20130111764020APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 1º, INCISO II DA LEI FEDERAL 8.137/1990). PRELIMINAR. NULIDADE EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE LANÇAMENTO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. JURISDIÇÃO CRIMINAL. VIA INADEQUADA PARA IMPUGNAÇÃO. NULIDADE EM RAZÃO DE QUEBRA DE SIGILO FISCAL. RECEITA FEDERAL. PRÉVIA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. NECESSIDADE. RECURSO PROVIDO. Eventuais vícios no procedimento administrativo fiscal não interferem no âmbito do processo penal, via inadequada para impugnações dessa ordem. Impossibilidade de repasse ao Ministério Público, para fim de persecução penal,... 	20/09/2018	25/09/2018	2ª TURMA CRIMINAL
40	1120746		APR Relator(a): ANA MARIA AMARANTE Processo: 20150110405053APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA ORDEM TRIBUTÁRIA. SONEGAÇÃO FISCAL DE ICMS. ARTIGO 1º, INCISO II, LEI Nº 8.137/90. PRELIMINAR NULIDADE. REJEITADA. MATERIALIDADE E AUTORIA DEMONSTRADOS. ABSOLVIÇÃO. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. INCABÍVEL. DOLO ESPECÍFICO. DOLO GENÉRICO SUFICIENTE. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INCABÍVEL. CAUSA DE AUMENTO. ARTIGO 12, INCISO II, LEI 8.137/90. GRAVE DANO À COLETIVIDADE. CONFIGURADO. PENA DE MULTA. AFASTAMENTO. 1) Eventuais vícios no procedimento administrativo são irrelevantes para o processo penal em que se apura crime contra a ordem	30/08/2018	04/09/2018	1ª TURMA CRIMINAL

[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)
[Nova Consulta](#)


Query

Resultado da Consulta

Termos Pesquisados:

Pesquisa Livre [Espelho]: (crime adj1 ordem adj2 tributária)**Período:** entre 01/01/1991 e 29/12/2019**Bases de Consulta:** Acórdãos - Turmas Recursais, Acórdãos - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), Jurisprudência em Temas, Acórdãos, Informativos de Jurisprudência

Ir para a página:







3






Total de páginas: 16. Total de Documentos Encontrados: 319. [Link](#)[para resultado da consulta.](#)☐ Filtrar Acórdãos em Segredo de Justiça. ☒ Filtrar Acórdãos




Públicos.


[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)[Nova Consulta](#)

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
41	1117853		APR Relator(a): JOÃO BATISTA TEIXEIRA Processo: 20140110615954APR PENAL E PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SONEGAÇÃO FISCAL. ICMS. RECURSOS DA DEFESA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL PELA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. INOCORRÊNCIA. ABSOLVIÇÃO. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. CONDENAÇÃO MANTIDA. AFASTAMENTO DA MAJORANTE DO ART. 12, INCISO I, DA LEI Nº 8.137/1990. GRAVE DANO À SOCIEDADE CONFIGURADO. IMPOSSIBILIDADE. PENA NO MÍNIMO LEGAL. INVIABILIDADE. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. VALORAÇÃO FAVORÁVEL DA CULPABILIDADE MANTIDA. FRAÇÃO DA CAUSA DE AUMENTO ADEQUADA. CONCURSO MATERIAL NÃO C...	16/08/2018	21/08/2018	3ª TURMA CRIMINAL
42	1117829		APR Relator(a): WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR Processo: 20140110142697APR PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, II, DA LEI N. 8.137/90 (POR 67 VEZES). FRAUDE À FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA. OMISSÃO DE OPERAÇÃO EM LIVRO MERCANTIL EXIGIDO PELA LEI FISCAL. PRELIMINAR. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PARA CIÊNCIA DA DECISÃO NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO FISCAL. INOCORRÊNCIA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. SUPRESSÃO DE ICMS. SONEGAÇÃO FISCAL INCONTROVERSA. AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO. NÃO OBRIGATORIEDADE. DOSIMETRIA DA PENA. GRAVE DANO À COLETIVIDADE (ART. 12, I, DA LEI 8.137/90). SO...	16/08/2018	21/08/2018	3ª TURMA CRIMINAL
43	1111030		APR Relator(a): SILVANO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20120910041986APR PENAL. PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SIGILO FISCAL. REMESSA DE DADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. NULIDADE INSANÁVEL. 1. É vedado o repasse de informações sigilosas obtidas pelos órgãos de fiscalização tributária diretamente ao Ministério Público ou à autoridade policial, sem a devida autorização judicial. 2. Preliminar acolhida. Prejudicado o recurso do Ministério Público.	19/07/2018	30/07/2018	2ª TURMA CRIMINAL
44	1111012		APR Relator(a): CARLOS PIRES SOARES NETO Processo: 20130110830163APR PENAL E PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. DOSIMETRIA. PENA-BASE. CULPABILIDADE. TERCEIRA ETAPA. CAUSA DE AUMENTO DANO À COLETIVIDADE. FIXAÇÃO VALOR PARA REPARAÇÃO DO DANO. INCABÍVEL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. No há uma limitação máxima de crimes para configurar a continuidade, de sorte a permitir a valoração do excedente em outra fase da dosimetria. Consoante entende a jurisprudência pátria, a medida não só violaria o princípio da individualização da pena, como importaria em verdadeiro bis in idem. Precedentes. 2. É importante ressal...	12/07/2018	26/07/2018	1ª TURMA CRIMINAL

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
45	1110611		APR Relator(a): GEORGE LOPES Processo: 20130910001770APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SONEGAÇÃO DE ICMS. PRELIMINAR SUSCITADA DE OFÍCIO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR EM RELAÇÃO A UMA PARTE DA INSURGÊNCIA. PROVA SATISFATÓRIA DA MATERIALIDADE E AUTORIA QUANTO AOS DEMAIS ASPECTOS DO CRIME. SENTENÇA MANTIDA. 1 Réu condenado por infringir cinco vezes o artigo 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/1990, porque, sendo sócio-administrador de empresa, escriturou notas fiscais ilícitas para subtrair o recolhimento devido do ICMS durante cinco meses, simulando transações com empresas fantasmas. 2 Não se conhece da parte da apelação qu... 	12/07/2018	24/07/2018	1ª TURMA CRIMINAL
46	1110397		APR / Embargos de Declaração no(a) Apelação Relator(a): WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR Processo: 20150110961695APR DIREITO PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS DESPROVIDOS. 1. Se o acórdão impugnado é expresso no sentido de demonstrar a materialidade e a autoria do crime, subsidiada por elementos de prova suficientes que apontam o envolvimento do embargante na prática delitiva, não há falar em omissão no acórdão que refutou a tese defensiva. 2. Não havendo omissão, contradição, obscuridade ou erro material no... 	12/07/2018	23/07/2018	3ª TURMA CRIMINAL
47	1107942		APR Relator(a): MARIA IVATÔNIA Processo: 20130310358636APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 1º, INCISO II DA LEI 8.137/1990). NULIDADE DO PROCESSO AB INITIO EM RAZÃO DE QUEBRA DE SIGILO FISCAL DA RÉ SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. Impossibilidade de repasse ao Ministério Público, para fim de persecução penal, de informações e documentos destinados ao Fisco, sem autorização judicial sob pena de configuração de prova ilícita. Apelação provida para declarar de ofício a nulidade do processo ab initio.	05/07/2018	11/07/2018	2ª TURMA CRIMINAL
48	1095706		APR Relator(a): WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR Processo: 20150110961695APR DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÕES CRIMINAIS MINISTERIAL E DEFENSIVA. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (DEZENOVE VEZES). LEI 8.137/90. PRELIMINAR DE NULIDADE DA DENÚNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO FISCAL. INOCORRÊNCIA. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. SUPRESSÃO DE ICMS. SONEGAÇÃO FISCAL INCONTROVERSA. PARTICIPAÇÃO DO CONTADOR DEMONSTRADA. PRETENSÃO MINISTERIAL DE CONDENAÇÃO ACOLHIDA. DOSIMETRIA DA PENA. PRETENSÃO MINISTERIAL DE VALORAÇÃO DO VETOR CULPABILIDADE REJEITADA. GRAVE DANO À COLETIVIDADE (ART. 12, I, DA LEI 8.137/90).... 	03/05/2018	15/05/2018	3ª TURMA CRIMINAL
49	1095538		APR Relator(a): MARIA IVATÔNIA Processo: 20130710157273APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO. DOSIMETRIA. CONTINUIDADE DELITIVA. Fartamente comprovadas a materialidade, a autoria e a dinâmica delitiva, em conformidade com a prova documental e com os testemunhos colhidos na fase de inquérito e em juízo, condenação que deve ser mantida. Cuidando-se de continuidade delitiva, praticados o total de 12 (doze) delitos de idêntica natureza pelo apelante, correta a fração de aumento selecionada - 2/3 (dois terços), nos moldes do entendimento firmado por este Tribunal. Ap... 	10/05/2018	14/05/2018	2ª TURMA CRIMINAL

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
50	1094058		APR Relator(a): GEORGE LOPES Processo: 20150110772153APR PENAL E PROCESSUAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO PROCESSO POR CERCEAMENTO DE DEFESA. IMPROCEDÊNCIA. EFEITOS DA REVELIA. PROVAS SUFICIENTES PARA CONDENAÇÃO. EXASPERAÇÃO PELAS CONSEQUÊNCIAS DO DELITO. PREJUÍZO INERENTE AO TIPO. DECOTE DA PENA. CARACTERIZAÇÃO DA CONTINUIDADE DELITIVA. EXCLUSÃO DA PENA DE MULTA POR EXTINÇÃO DO INDEXADOR BTN. SENTENÇA REFORMADA EM PARE. 1 Réu condenado por infringir dezessete vezes o artigo 1º, inciso II, da Lei 8.127/1990, combinado com o artigo 71, do Código Penal, depois de haver suprimido entre 2008 e 2011 ICMS... ?	19/04/2018	11/05/2018	1ª TURMA CRIMINAL
51	1091525		APR Relator(a): CARLOS PIRES SOARES NETO Processo: 20130110483782APR PENAL E PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DOLO ESPECÍFICO. DESNECESSÁRIO. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DOSIMETRIA. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. CRIME DE USO DE DOCUMENTO FALSO. CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. FIXAÇÃO DO VALOR PARA REPARAÇÃO DO DANO. INCABÍVEL. RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS. 1.O tipo penal previsto no art. 1º, inciso II, da Lei n. 8.137/90 (supressão de tributo), não exige para a sua configuração o dolo específico, aperfeiçoando-se com o dolo genérico. 2. Incabível o pe... ?	19/04/2018	25/04/2018	1ª TURMA CRIMINAL
52	1090768		APR Relator(a): JAIR SOARES Processo: 20150910075736APR Crime contra a ordem tributária. Valor do crédito. Princípio da insignificância. Se o valor do crédito tributário que teria sido sonegado é inferior ao previsto na LC 904/15 para se ajuizar execução fiscal, o contribuinte não mais está sujeito a ser compelido judicialmente a pagá-lo. Segue que não poderá ser condenado criminalmente por deixar de pagá-lo, em homenagem ao princípio da insignificância. Apelação não provida.	19/04/2018	24/04/2018	2ª TURMA CRIMINAL
53	1089684		APR Relator(a): NILSONI DE FREITAS CUSTODIO Processo: 20131310075175APR CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. ART. 93, IX, CF. REJEIÇÃO. MATERIALIDADE E AUTORIA. COMPROVAÇÃO. CONDENAÇÃO. EXCESSO DE EXAÇÃO. INOCORRÊNCIA. MICROEMPRESA EXCLUÍDA DO SIMPLES NACIONAL. DOSIMETRIA. CONTINUIDADE DELITIVA. NÚMERO DE CRIMES. I - Nos termos do art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, todas as decisões do Poder Judiciário devem ser fundamentadas, sob pena de nulidade. Se a sentença proferida foi clara e devidamente motivada, deve ser rejeitada a preliminar de nulidade da sentença por carênci... ?	12/04/2018	20/04/2018	3ª TURMA CRIMINAL
54	1085904		APR Relator(a): CARLOS PIRES SOARES NETO Processo: 20160110858647APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. DOLO ESPECÍFICO. DESNECESSÁRIO. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Autoria e materialidade comprovadas pelo conjunto probatório. 2. O tipo penal previsto no art. 1º, II, da Lei n. 8.137/90 (supressão de tributo), não exige para a sua configuração o dolo específico, aperfeiçoando-se com o dolo genérico. 3. Incabível, pois, o pedido de absolvição fundamentado na inexistência de prova de ter o réu concorrido para infração penal. ... ?	08/03/2018	04/04/2018	1ª TURMA CRIMINAL

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
55	1081445		APR Relator(a): JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA Processo: 20140310343017APR PENAL E PROCESSO PENAL. CRIME TRIBUTÁRIO. SONEGAÇÃO FISCAL. ICMS. CONDENAÇÃO. RECURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DO RÉU. PRELIMINAR DE NULIDADE. CARÊNCIA DE DEFESA TÉCNICA. DEFESA ATUANTE. ABSOLVIÇÃO. DOSIMETRIA. VERBA INDENIZATÓRIA. AFASTAMENTO DA PENA DE MULTA. PRELIMINAR REJEITADA. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DADO PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DO RÉU. 1. Não há que se falar em deficiência de defesa se o advogado constituído pelo réu produziu as peças processuais obrigatórias, arrolou testemunhas, juntou documentos, assistiu o réu em todas as audiências e compa... ?	08/03/2018	14/03/2018	2ª TURMA CRIMINAL
56	1075439		APR Relator(a): SILVANO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20130110961264APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, INCISOS II E V, DA LEI N.º 8.137/1990. PRELIMINAR. PRESCRIÇÃO. SÚMULA VINCULANTE Nº 24. PREJUDICIAL DE. MÉRITO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. INVIÁVEL. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. PROPRIETÁRIA ADMINISTRADORA. RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES FISCAIS. ART. 135 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E ART. 11 DA LEI N.º 8.137/90. RECURSO DESPROVIDO. 1. Embora a Súmula Vinculante nº 24 tenha sido editada somente no ano de 2009, não há falar em violação ao princípio da irretroatividade penal, uma vez que não po... ?	08/02/2018	20/02/2018	2ª TURMA CRIMINAL
57	1068397		APR Relator(a): WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR Processo: 20130110722714APR Direito Penal e Processual Penal. Apelações Criminais. Crimes contra a Ordem Tributária. Lei n. 8.137/90, art. 1º, inciso II (onze vezes). Autoria e materialidade comprovadas. Omissão de ICMS em vendas realizadas com cartões de crédito e débito. Exclusão do cadastro do SIMPLES anterior à fiscalização tributária. Não escrituração em livro fiscal eletrônico, ausência de emissão de notas fiscais e não recolhimento das exações. Sonegação fiscal incontroversa. Desnecessidade de comprovação de dolo específico. Precedentes. Inaplicabilidade do princípi... ?	14/12/2017	19/12/2017	3ª TURMA CRIMINAL
58	1061702		APR Relator(a): JAIR SOARES Processo: 20140110615866APR Crime contra a ordem tributária. Sigilo fiscal. Remessa de dados ao Ministério público. Falta de autorização judicial. Nulidade. 1 - Pode a autoridade tributária obter, diretamente das instituições financeiras, informações bancárias dos contribuintes, para fins de constituição de crédito tributário. 2 - Referidas informações não podem ser repassadas ao Ministério Público ou à autoridade policial para uso em ação penal, sem que precedida de autorização judicial. 3 - Apelação do réu provida. Prejudicada a do MP.	16/11/2017	28/11/2017	2ª TURMA CRIMINAL
59	1055537		APR Relator(a): WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR Processo: 20070110933239APR DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 1º, INCISOS I E II, C/C ART. 11, AMBOS DA LEI 8.137/90, POR 32 (TRINTA E DUAS VEZES). CONDUTAS DELITIVAS PRATICADAS, EM TESE, NO PERÍODO DE 2000 A 2002. CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. ÚLTIMA DECISÃO ADMINISTRATIVA IRRECORRÍVEL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. PENA VIRTUAL OU EM PERSPECTIVA. IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. AUSÊNCIA DE LASTRO LEGAL. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 438 DO STJ. SENTENÇA CASSADA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIV... ?	19/10/2017	25/10/2017	3ª TURMA CRIMINAL

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
60	1055177		APR Relator(a): JAIR SOARES Processo: 20130710227500APR Crime contra a ordem tributária. Sigilo fiscal. Remessa de dados ao Ministério público. Falta de autorização judicial. Nulidade. 1 -- Pode a autoridade tributária obter, diretamente das instituições financeiras, informações bancárias dos contribuintes, para fins de constituição de crédito tributário. 2 -- Referidas informações não podem ser repassadas ao Ministério Público ou à autoridade policial, para uso em ação penal, sem que precedida de autorização judicial. 3 -- Apelações providas.	19/10/2017	23/10/2017	2ª TURMA CRIMINAL

[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)[Nova Consulta](#)

Query

Resultado da Consulta

Termos Pesquisados:

Pesquisa Livre [Espelho]: (crime adj1 ordem adj2 tributária)**Período:** entre 01/01/1991 e 29/12/2019**Bases de Consulta:** Acórdãos - Turmas Recursais, Acórdãos - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), Jurisprudência em Temas, Acórdãos, Informativos de Jurisprudência

Ir para a página:

4

Total de páginas: 16. Total de Documentos Encontrados: 319. [Link](#)[para resultado da consulta.](#)

Filtrar Acórdãos em Segredo de Justiça.













Filtrar Acórdãos

Públicos.

[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)[Nova Consulta](#)

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
61	1055176		APR Relator(a): JAIR SOARES Processo: 20130710376238APR Crime contra a ordem tributária. Sigilo fiscal. Remessa de dados ao Ministério público. Falta de autorização judicial. Nulidade. 1 -- Pode a autoridade tributária obter, diretamente das instituições financeiras, informações bancárias dos contribuintes, para fins de constituição de crédito tributário. 2 -- Referidas informações não podem ser repassadas ao Ministério Público ou à autoridade policial, para uso em ação penal, sem que precedida de autorização judicial. 3 -- Apelações providas.	19/10/2017	23/10/2017	2ª TURMA CRIMINAL
62	1049259		APR Relator(a): SILVANO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20150110404942APR APELAÇÕES CRIMINAIS. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, INCISO II, DA LEI N.º 8.137/1990. PRELIMINAR. INÉPCIA DA DENÚNCIA. REJEITADA. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. PROPRIETÁRIO ADMINISTRADOR. RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES FISCAIS. ART. 135 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E ART. 11 DA LEI N.º 8.137/90. CULPABILIDADE. CONTUMÁCIA NA PRÁTICA DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. CAUSA DE AUMENTO DE PENA DO ARTIGO 12, INCISO I, DA LEI Nº 8.137/1990. CONTINUIDADE DELITIVA. MULTA. EXTINÇÃO DO INDEXADOR (BTN). EXCLUSÃO. REPARAÇÃO...	21/09/2017	29/09/2017	2ª TURMA CRIMINAL
63	1043432		APR Relator(a): WALDIR LEÔNIO LOPES JÚNIOR Processo: 20130710395864APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. LEI N. 8.137/1990. CONTINUIDADE DELITIVA. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO POR AUSÊNCIA DE CRIME OU INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA. 1. Havendo prova suficiente da materialidade e da autoria delitivas, não há falar em absolvição por ausência de crime, tampouco por insuficiência de provas. 2. Compete à defesa fazer prova de suas alegações, para demonstrar que o réu não agiu dolosamente ao omitir operações tributáveis em livros fiscais da sociedade empresária da qual era ...	31/08/2017	04/09/2017	3ª TURMA CRIMINAL
64	1038794		APR Relator(a): SILVANO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20130111821925APR APELAÇÃO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, I, DA LEI 8.137/90. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA DEFESA. DOSIMETRIA. CULPABILIDADE. QUANTIDADE DE CRIMES. CONTINUIDADE DELITIVA. "BIS IN IDEM". DOZE DELITOS. FRAÇÃO MÁXIMA. RECURSOS DESPROVIDOS. 1. A contumácia na prática de crimes contra a ordem tributária não deve implicar em aumento da pena-base mediante a valoração negativa da culpabilidade. 2. O artigo 71 do Código Penal determina que, em se tratando de crime continuado, "aplica-se-lhe a pena de um só dos crim...	10/08/2017	18/08/2017	2ª TURMA CRIMINAL

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
65	1030580		APR Relator(a): ANA MARIA AMARANTE Processo: 20140110801877APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, INC. II, LEI Nº 8.137/90. PRELIMINAR. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. INOCORRÊNCIA. DOSIMETRIA. ATENUANTE. CONFISSÃO. INOCORRÊNCIA. CAUSA DE AUMENTO. ART. 12, I, DA LEI Nº 8.137/90. VALOR VULTOSO. AFASTAMENTO. PENA DE MULTA. EXCLUSÃO. 1. Não prospera a tese defensiva de ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal, pois entre a data da constituição do crédito tributário e a data do recebimento da denúncia não transcorreu prazo superior a 12 anos, nos termos do art. 109, inciso III, do CP. Prelimi... ?	06/07/2017	17/07/2017	1ª TURMA CRIMINAL
66	1028987		APR Relator(a): JESUINO RISSATO Processo: 20130610054289APR PENAL. PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, INCISOS II E V, DA LEI Nº 8.137/90. PRESCRIÇÃO RETROATIVA. DATA DO FATO E RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. FATO ANTERIOR À LEI 12.234/2010. PENA DE MULTA. EXTINÇÃO DO BTN. APLICAÇÃO DO ARTIGO 49, DO CÓDIGO PENAL. POSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. O crime previsto no inciso V do artigo 1º da Lei 8.137/90 tem natureza formal, não havendo necessidade da constituição definitiva do crédito tributário para sua consumação. 2. Impõe-se o reconhecimento da prescrição retroativa, se a pena aplicada é su... ?	29/06/2017	10/07/2017	3ª TURMA CRIMINAL
67	1028715		APR Relator(a): WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR Processo: 20150410058549APR PENAL. PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, II E V, DA LEI N. 8.137/90. FRAUDE À FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA. OMISSÃO DE OPERAÇÃO EM LIVRO FISCAL. DEIXAR DE FORNECER NOTA FISCAL OU DOCUMENTO EQUIVALENTE. AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO. NÃO OBRIGATORIEDADE. EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE. INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA. NÃO CONFIGURAÇÃO. CONTINUIDADE DELITIVA. PERCENTUAL DE AUMENTO. PROPORCIONAL. PENA PECUNIÁRIA. RECURSO EXCLUSIVO DA DEFESA. NÃO FIXAÇÃO. 1. Segundo disciplina o art. 1º, inciso II, da Lei n... ?	29/06/2017	07/07/2017	3ª TURMA CRIMINAL
68	1028948		APR Relator(a): ANA MARIA AMARANTE Processo: 20121110015617APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA ORDEM TRIBUTÁRIA. SONEGAÇÃO FISCAL DE ICMS. ART. 1º, INC. II, LEI Nº 8.137/90. MATERIALIDADE E AUTORIA DEMONSTRADOS. ABSOLVIÇÃO. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. INCABÍVEL. DOLO ESPECÍFICO. DOLO GENÉRICO SUFICIENTE. INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INCABÍVEL. ERRO DE TIPO. INAPLICÁVEL. DOSIMETRIA. PENA-BASE. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. VALOR SONEGADO ELEVADO. CONTINUIDADE DELITIVA. MAJORAÇÃO DA PENA-BASE. IMPOSSIBILIDADE. PENA DE MULTA. AFASTAMENTO. 1. Prática o crime previsto no art. 1º, inc. II, da Lei nº 8.137/... ?	29/06/2017	06/07/2017	1ª TURMA CRIMINAL
69	1019850		APR Relator(a): MARIA IVATÔNIA Processo: 20120710382873APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. (ART. 1º, II DA LEI Nº 8.137/1990). PENA-BASE. CULPABILIDADE. ANÁLISE NEGATIVA. QUANTIDADE DE CRIMES. CONTINUIDADE. BIS IN IDEM. CAUSA DE AUMENTO. GRAVE DANO À COLETIVIDADE. CONFIGURAÇÃO. PENA MAJORADA. 1. Configura bis in idem a avaliação negativa da culpabilidade com fundamento na quantidade de condutas praticadas em longo período de tempo, quando tal fato será levado em conta para unificação da pena pela continuidade na fração máxima cominada (2/3). 2. Para que seja reconhecida a causa de aumento prevista no art. ... ?	25/05/2017	29/05/2017	2ª TURMA CRIMINAL

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
70	1018790		APR Relator(a): SILVANO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20130710083803APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SONEGAÇÃO FISCAL. ISS. PRELIMINAR. NULIDADE. DECRETAÇÃO REVELIA. REJEITADA. MÉRITO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICÁVEL. CRÉDITO SUPERIOR R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS). ABSOLVIÇÃO. AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO. DESNECESSIDADE. DOLO GENÉRICO. DOSIMETRIA. VALORAÇÃO NEGATIVA DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME AFASTADA. VALOR NÃO SIGNIFICATIVO. CONTINUIDADE DELITIVA. AFASTADA. TRIBUTO DE APURAÇÃO MENSAL. PRELIMINAR REJEITADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Não há nulidade na decisão que decretou a revelia do ré... ?	18/05/2017	26/05/2017	2ª TURMA CRIMINAL
71	1014137		APR Relator(a): JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA Processo: 20130810025508APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SUPRESSÃO DE ICMS. VIGÊNCIA DA LEI 10.684/2003. PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE POSSIBILIDADE. 1. Com o pagamento integral do débito tributário, in casu, deve ser aplicado o teor do §2º do art. 9º da Lei n. 10.684/2003, eis que vigente à época dos fatos e do lançamento definitivo do tributo, devendo ser ressaltado que os termos da Lei n. 12.382/2011 não poderá retroagir, uma vez que lei penal posterior mais gravosa. 2. Dar provimento para declarar extinta a punibilidade dos ... ?	27/04/2017	09/05/2017	2ª TURMA CRIMINAL
72	1006333		APR Relator Designado(a): JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA Processo: 20150111075108APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA E LAVAGEM DE DINHEIRO. MEDIDA CAUTELAR DE ARRESTO. DECRETO-LEI Nº 3.240/1941. DECISÃO DENEGATÓRIA DA MEDIDA. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PEDIDO DE REFORMA DA SENTENÇA. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR O DANO CAUSADO PELO CRIME. PERICULUM IN MORA. INDICAÇÃO OBRIGATÓRIA DOS BENS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Para o deferimento das medidas cautelares previstas no Decreto-Lei nº 3.240/1941, que visam garantir a indenização do dano causado pelo crime, é necessária a presença do fumus boni iuris... ?	16/03/2017	09/05/2017	2ª TURMA CRIMINAL
73	1007231		APR Relator(a): ROBERVAL CASEMIRO BELINATI Processo: 20130111087159APR RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, INCISO II, DA LEI N.º 8.137/1990. FRAUDE À FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA MEDIANTE OMISSÃO DE OPERAÇÃO EM LIVRO EXIGIDO PELA LEI FISCAL. SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DA DEFESA. NULIDADE DA DENÚNCIA. INDIVISIBILIDADE DA AÇÃO PENAL. INAPLICABILIDADE. AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA. POSSIBILIDADE DE ADITAMENTO OU DE OFERECIMENTO DE NOVA DENÚNCIA. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. INOCORRÊNCIA. CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO COMPROVADA NOS AUTOS. MÉRITO. COMPROVAÇÃO ... ?	23/03/2017	03/04/2017	2ª TURMA CRIMINAL
74	1005022		APR Relator(a): JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA Processo: 20130111551176APR PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. (ART. 1º, I e II, e ART. 11, AMBOS DA LEI Nº 8.137/1990). PRELIMINAR. PROVA ILÍCITA. SIGILO BANCÁRIO. FISCAL. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DISTRITAL. INFORMAÇÕES. REMESSA. MINISTÉRIO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. NULIDADE. RECURSO PROVIDO. 1. A Lei Complementar n.º 105/2001 protege o sigilo bancário, mas estabelece que as instituições financeiras têm o dever de informar ao Fisco as operações financeiras realizadas por seus clientes. 2. O STF reconheceu a constitucionalidade ... ?	16/03/2017	24/03/2017	2ª TURMA CRIMINAL

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
75	996629		APR Relator(a): MARIA IVATÔNIA Processo: 20130110961063APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. (ART. 1º, I e II e ART. 11, AMBOS DA LEI 8.137/1990). SUSPENSÃO DO PROCESSO. PRESCRIÇÃO RETROATIVA. REJEITADAS. AUTORIA E MATERIALIDADE. COMPROVAÇÃO. DOLO GENÉRICO. ERRO DE TIPO. INEXISTÊNCIA. DOSIMETRIA DA PENA. PENA-BASE. CULPABILIDADE. CRIMES EXCEDENTES. CONTINUIDADE DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE. COMUNICAÇÃO TRE E INI. CONSEQUÊNCIA DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. A suspensão do processo, nos termos do artigo 93 do CPP, constitui faculdade do Juiz, e exige, como pressuposto, que a existência da infração penal dependa de decis... ?	16/02/2017	22/02/2017	2ª TURMA CRIMINAL
76	994470		APR Relator(a): NILSONI DE FREITAS CUSTODIO Processo: 20130710129250APR CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SONEGAÇÃO FISCAL. DOLO. NÃO DEMONSTRADO. ABSOLVIÇÃO. I - Não havendo prova inequívoca do dolo do agente para a prática dos crimes descritos no art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/90, a absolvição é medida de rigor. II - Recurso da Defesa provido. Recurso do Ministério Público prejudicado.	09/02/2017	20/02/2017	3ª TURMA CRIMINAL
77	992133		APR Relator(a): WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR Processo: 20160310043810APR Direito Penal e Processual Penal. Apelação Criminal. Crimes contra a ordem tributária. Prejuízo ao erário. Medida cautelar. Sequestro. Decreto-lei 3.240/1941. Documentos essenciais. Comprovação de indícios de responsabilidade. Ausência. Pedido julgado improcedente. Sentença mantida. Recurso conhecido e desprovido.	02/02/2017	10/02/2017	3ª TURMA CRIMINAL
78	991996		APR Relator(a): JESUINO RISSATO Processo: 20130710223530APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, INCISO II, DA LEI Nº 8.137/90. CONTINUIDADE DELITIVA. DOLO CONFIGURADO. CAUSA DE AUMENTO NÃO RECONHECIDA. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME DESFAVORÁVEIS. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1. Mantém-se a condenação por crime contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, II, da Lei 8.137/90, quando comprovada a conduta deliberada de fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.... ?	02/02/2017	09/02/2017	3ª TURMA CRIMINAL
79	991995		APR Relator(a): JESUINO RISSATO Processo: 20110710121730APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, INCISO II, DA LEI Nº 8.137/90. CONTINUIDADE DELITIVA. DOLO CONFIGURADO. CAUSA DE AUMENTO NÃO RECONHECIDA. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME DESFAVORÁVEIS. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1. Mantém-se a condenação por crime contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, II, da Lei 8.137/90, quando comprovada a conduta deliberada de fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.... ?	02/02/2017	09/02/2017	3ª TURMA CRIMINAL
80	988435		APR Relator(a): JESUINO RISSATO Processo: 20130310002520APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, INCISO I, DA LEI Nº 8.137/90. ATIPICIDADE DA CONDUTA. ELEMENTO SUBJETIVO NÃO DEMONSTRADO. ABSOLVIÇÃO MANTIDA. 1. Ausentes, nos autos, provas suficientes de que o acusado agiu com o dolo de fraudar a fiscalização tributária, visando à supressão de tributo devido, a absolvição é medida que se impõe. 2. Recurso conhecido e desprovido.	15/12/2016	23/01/2017	3ª TURMA CRIMINAL

[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)
[Nova Consulta](#)


Query

Resultado da Consulta

Termos Pesquisados:

Pesquisa Livre [Espelho]: (crime adj1 ordem adj2 tributária)**Período:** entre 01/01/1991 e 29/12/2019**Bases de Consulta:** Acórdãos - Turmas Recursais, Acórdãos - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), Jurisprudência em Temas, Acórdãos, Informativos de Jurisprudência

Ir para a página:

5

**Total de páginas: 16. Total de Documentos Encontrados: 319.** [Link](#)[para resultado da consulta.](#)

Filtrar Acórdãos em Segredo de Justiça.


















Filtrar Acórdãos


Públicos.




[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)[Nova Consulta](#)

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
81	977965		APR Relator(a): SILVANO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20130710429659APR APELAÇÃO CRIMINAL. FALSIFICAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS. ARTIGO 272, § 1º, DO CÓDIGO PENAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE NOCIVIDADE À SAÚDE. DESCLASSIFICAÇÃO. ARTIGO 7º, INCISO VII, DA LEI Nº 8.137/1990. RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS. 1. O crime previsto no artigo 272, § 1º, do Código Penal demanda, para a sua caracterização, de prova da nocividade à saúde humana da bebida corrompida, adulterada, falsificada ou alterada. A ausência da referida prova, no entanto, possibilita a desclassificação do delito para aquele previsto no artigo 7º, inciso VII, da Lei nº 8.137/1990. 2. A demonst...	27/10/2016	07/11/2016	2ª TURMA CRIMINAL
82	965426		APR Relator(a): SILVANO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20100710145457APR APELAÇÃO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, I, DA LEI 8.137/90. PRELIMINARES. INCONSTITUCIONALIDADE DO TIPO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA REMISSÃO. MÉRITO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DOLO. SÓCIOS-GERENTES. DOSIMETRIA. CULPABILIDADE. QUANTIDADE DE CRIMES. CAUSA DE AUMENTO DO ARTIGO 12, I, DA LEI 8.137/90. GRAVE DANO À COLETIVIDADE. CONTINUIDADE DELITIVA. "BIS IN IDEM". PRELIMINARES REJEITADAS. RECURSOS DESPROVIDOS. 1. Em se tratando da supressão ou redução de tributos pela prática de quaisquer das conduta...	08/09/2016	14/09/2016	2ª TURMA CRIMINAL
83	961278		APR Relator(a): ESDRAS NEVES Processo: 20130410007842APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. NULIDADE. PROCESSO ADMINISTRATIVO. INOCORRÊNCIA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. ADMINISTRADOR DA EMPRESA. DOLO ESPECÍFICO. DESNECESSIDADE. NÃO DEMONSTRADA A AUTORIA DO CONTADOR. DOSIMETRIA DA PENA. NÚMERO DE INFRAÇÕES. CULPABILIDADE. IMPOSSIBILIDADE. GRAVE DANO À COLETIVIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO. PENA DE MULTA. EXTINÇÃO DO BTN. APLICAÇÃO DO ARTIGO 49, DO CÓDIGO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. ANALOGIA IN MALAM PARTEM Não comprovada a desconstituição do crédito tributário na seara administrativa não há que falar em ausência de justa causa...	18/08/2016	25/08/2016	1ª TURMA CRIMINAL

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
84	960968		APR Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 20130111796247APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 1º, II, DA LEI N. 8.137/90). PROVAS. DOLO. PENA-BASE. CONSEQUÊNCIAS. VALOR SONEGADO. MULTA. O conjunto probatório alicerça a condenação. Os delitos do art. 1º da Lei nº 8.137/90 são materiais, não necessitando de dolo específico, bastando o genérico. Aumento da pena-base fundamentado na análise negativa das consequências do crime, diante do valor considerável da sonegação fiscal. Os delitos contra a ordem tributária ocorreram após a vigência da Lei nº 8.177/91, que extinguiu o BTN com... 	18/08/2016	24/08/2016	1ª TURMA CRIMINAL
85	956310		APR Relator(a): ROBERVAL CASEMIRO BELINATI Processo: 20130910136578APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, INCISO III, DA LEI N. 8.137/90. CONTINUIDADE DELITIVA. RECURSO DA DEFESA. ERRO DE PROIBIÇÃO NÃO VERIFICADO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Para a configuração do crime de sonegação fiscal, a jurisprudência dispensa a comprovação do dolo específico, contentando-se com o dolo genérico. Dessa forma, basta que o agente omita operações ou insira elementos inexatos em livros exigidos pela lei fiscal com a finalidade de suprimir ou reduzir tributo, não sendo necessário demonstrar... 	07/07/2016	29/07/2016	2ª TURMA CRIMINAL
86	948199		APR Relator(a): HUMBERTO ULHÔA Processo: 20160110097910APR PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA DENEGADA. INQUÉRITO POLICIAL EM ANDAMENTO. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 118 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. SENTENÇA MANTIDA. 1. Não há como acolher o pedido de restituição diante dos indícios de que o veículo apreendido é objeto de crime e interessa às investigações referentes à Inquérito Policial da CORF - Coordenação de Repressão aos Crimes contra o Consumidor, a Ordem Tributária e a Fraudes, nos termos do artigo 118 do Código de Processo Penal. 2. A existência de dúvidas sobre a propriedade do bem reclamado ... 	16/06/2016	21/06/2016	3ª TURMA CRIMINAL
87	948198		APR Relator(a): HUMBERTO ULHÔA Processo: 20160110116179APR PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA DENEGADA. INQUÉRITO POLICIAL EM ANDAMENTO. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 118 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. SENTENÇA MANTIDA. 1. Não há como acolher o pedido de restituição diante dos indícios de que o veículo apreendido é objeto de crime e interessa às investigações referentes à Inquérito Policial da CORF - Coordenação de Repressão aos Crimes contra o Consumidor, a Ordem Tributária e a Fraudes, nos termos do artigo 118 do Código de Processo Penal. 2. A existência de dúvidas sobre a propriedade do bem reclamado ... 	16/06/2016	21/06/2016	3ª TURMA CRIMINAL
88	944547		APR Relator(a): GEORGE LOPES Processo: 20130111157774APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SONEGAÇÃO DE IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS - ICMS. NEGATIVA DE AUTORIA. RÉU SÓCIO-GERENTE DA EMPRESA. DOLO GENÉRICO NA OMISSÃO VOLUNTÁRIA. PROVA SATISFATÓRIA DA MATERIALIDADE E AUTORIA. QUESTIONAMENTO MINISTERIAL SOBRE A DOSIMETRIA DA PENA. AVALIAÇÃO NEGATIVA DA CULPABILIDADE. IMPROCEDÊNCIA. SENTENÇA CONFIRMADA. 1 Réu condenado por infringir doze vezes o artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/1990, combinado com 71 do Código Penal, porque entre janeiro e dezembro de 2008, atuando como administrador e gerente de empr... 	23/05/2016	02/06/2016	1ª TURMA CRIMINAL

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
89	942576		APR Relator(a): JESUINO RISSATO Processo: 20130111851157APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, INCISO II, DA LEI Nº 8.137/90. ATIPICIDADE DA CONDUTA. ESPECIAL FIM DE AGIR. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. SENTENÇA REFORMADA. 1. O crime de sonegação fiscal descrito no artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90, exige a demonstração do especial fim de agir do agente, no sentido de fraudar o fisco. 2. Ausentes, nos autos, provas suficientes de que a acusada agiu com o dolo de fraudar a fiscalização tributária, visando à supressão de tributo devido, a absolvição é medida que se impõe. 3. Recurso conhecid... ?	19/05/2016	23/05/2016	3ª TURMA CRIMINAL
90	940789		APR Relator(a): SANDRA DE SANTIS Processo: 20130111139665APR PENAL - CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - VIGÊNCIA DA LEI 10.684/2003 - PARCELAMENTO DO DÉBITO - SUSPENSÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. I. A Lei 10.684/2003, vigente quando lavrado o auto de infração e constituído definitivamente o crédito, permita a suspensão da pretensão punitiva estatal se o débito tributário fosse parcelado em data posterior ao recebimento da denúncia. Em crimes contra a ordem tributária deve ser observada a legislação da época dos fatos. II. A Lei 12.382/2011, que limitou as hipóteses de suspensão da pretensão punit... ?	05/05/2016	16/05/2016	1ª TURMA CRIMINAL
91	940253		APR Relator(a): ESDRAS NEVES Processo: 20100710204956APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SONEGAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS - ICMS. ILEGITIMIDADE DO RÉU. INOCORRÊNCIA. ADMINISTRADOR DE FATO. MATERIALIDADE E AUTORIA DEVIDAMENTE COMPROVADAS. DOLO GENÉRICO. APLICAÇÃO DA CAUSA DE AUMENTO PREVISTA NO ARTIGO 12, I, DA LEI Nº 8137/90. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE DANO VULTOSO. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE VALOR MÍNIMO PARA REPARAÇÃO DOS DANOS. NECESSIDADE DE PEDIDO. RESPEITO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. Inviável o reconhecimento da ilegitimidade do réu se res... ?	05/05/2016	13/05/2016	1ª TURMA CRIMINAL
92	938979		APR Relator(a): ROMÃO C. OLIVEIRA Processo: 20130110620324APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELOS MINISTERIAL E DEFENSIVO. ARTIGOS 1º, II, E 12, I, DA LEI 8.137/90, C/C 71 DO CÓDIGO PENAL (POR DEZESSEIS VEZES) E 304, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. RECURSO DA DEFESA - ARTIGO 304, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL - PRESCRIÇÃO RETROATIVA - INOCORRÊNCIA. PRELIMINAR DE NULIDADE - CERCEAMENTO DE DEFESA - AFASTAMENTO. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO - INAPLICABILIDADE. CONTINUIDADE DELITIVA - UTILIZAÇÃO DOS CRIMES QUE SOBEJAM A EXASPERAÇÃO, COM BASE NA FRAÇÃO MÁXIMA, PARA A VALORAÇÃO NEGATIVA DA CULPABILIDADE - INVIABILIDADE. RECURSOS NÃO PROVIDOS. Se o conjunto probatório demonstra que o... ?	05/05/2016	10/05/2016	1ª TURMA CRIMINAL
93	935192		APR Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 20130710223933APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. AUTORIA, MATERIALIDADE E DOLO COMPROVADOS. PENA-BASE MÍNIMA. CONTINUIDADE DELITIVA. FRAÇÃO DE AUMENTO. NÃO PROVIMENTO. Conjunto probatório que, na espécie, revela a prática de sonegação fiscal e obsta a absolvição. Correto o aumento da pena em 2/3 (dois terços) diante do cometimento de 7 (sete) crimes. Negou-se provimento ao apelo.	07/04/2016	26/04/2016	1ª TURMA CRIMINAL

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
94	934738		APR Relator(a): JOÃO BATISTA TEIXEIRA Processo: 20121110009908APR PENAL E PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SONEGAÇÃO FISCAL. ICMS. RECURSOS DA ACUSAÇÃO E DA DEFESA. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL DA CONTAGEM DO PRAZO. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. INOCORRÊNCIA.PRELIMINAR DE NULIDADE. QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. PROVA ILÍCITA. NULIDADE DECLARADA. 1. Tratando-se de crime contra a ordem tributária, o curso do prazo prescricional somente se inicia após a constituição do crédito tributário, razão pela qual é incabível o pedido de extinção da p... ?	14/04/2016	20/04/2016	3ª TURMA CRIMINAL
95	934548		APR Relator(a): HUMBERTO ULHÔA Processo: 20130111748207APR PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART.1º, II, DA LEI N.8.137/90. FRAUDE À FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA. RECURSO DA DEFESA. PRELIMINARES. NULIDADE DA PROVA. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. INAPLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA. REJEIÇÃO. MÉRITO. PROVA FORNECIDA PELAS ADMINISTRADORAS DE CARTÃO DE CRÉDITO. SIGILO. AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO. NÃO OBRIGATORIEDADE. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. VALORAÇÃO DESFAVORÁVEL DA CULPABILIDADE. IMPOSSIBILIDADE. PE... ?	14/04/2016	19/04/2016	3ª TURMA CRIMINAL
96	934473		APR Relator(a): SANDOVAL OLIVEIRA Processo: 20130310011472APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SONEGAÇÃO DE ICMS. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PROVA SATISFATÓRIA DA MATERIALIDADE E AUTORIA. DOLO GENÉRICO. SUFICIENTE. DOSIMETRIA. CULPABILIDADE. ANÁLISE NEGATIVA FACE AO NÚMERO DE INFRAÇÕES. IMPOSSIBILIDADE. CONTINUIDADE DELITIVA. BIS IN IDEM AFASTADO. 1. Havendo prova inequívoca da materialidade e autoria do crime, e não havendo qualquer excludente de ilicitude, a condenação é medida que se impõe. 2. Nos termos no artigo 156 do Código de Processo Penal, é dever da Defesa fazer prova de suas alegações quando a versão apr... ?	14/04/2016	19/04/2016	3ª TURMA CRIMINAL
97	934047		APR Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 20130110718248APR PENAL. CRIME TRIBUTÁRIO - ARTIGO 1º, INCISO II, DA LEI 8.137/90. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURADO. ALEGAÇÃO DE PROVA ILÍCITA. AFASTADA. PROVA. DOSIMETRIA. PENA-BASE. CONTINUIDADE DELITIVA. PENA DE MULTA. Não há falar em nulidade por cerceamento do direito à ampla defesa, ao contraditório e ao devido processo legal, quando, ao contrário do que alega a defesa, foram esgotadas todas as tentativas de intimação pessoal, na esfera administrativa, da ré que, na qualidade de contribuinte, não manteve seu endereço atualizado, obrigação que lhe competia, sendo, então, regularmente convocada por edit... ?	07/04/2016	15/04/2016	1ª TURMA CRIMINAL
98	933404		APR Relator Designado(a): SANDRA DE SANTIS Processo: 20130111524325APR APELAÇÃO CRIMINAL - SONEGAÇÃO FISCAL - ABSOLVIÇÃO - MULTA. I. O tipo do art. 1º da Lei 8.137/90 exige apenas o dolo genérico. Incabível a absolvição quando o réu admite ter deixado de recolher os impostos devidos para quitar outros débitos. II. A multa não pode ser aplicada porque incabível a substituição do parâmetro do BTN pelo salário mínimo, vedada a analogia in malam partem. III.Recursos desprovidos.	07/04/2016	13/04/2016	1ª TURMA CRIMINAL

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
99	920045		APR Relator(a): ROMÃO C. OLIVEIRA Processo: 20130110359153APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. ARTIGO 1º, II, DA LEI 8.137/1990 EM CONTINUIDADE DELITIVA. ABSOLVIÇÃO - AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO - IMPOSSIBILIDADE. DOSIMETRIA - CONFISSÃO ESPONTÂNEA - REDUÇÃO AQUEM DO MÍNIMO LEGAL - INVIABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. O tipo penal previsto no artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/1990 não exige, por parte do agente, qualquer dolo específico, sendo suficiente para a sua configuração a vontade do acusado em suprimir ou reduzir tributos. Inviável, nos termos do enunciado 231 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, a diminuição da reprimenda a quem do pata... 	11/02/2016	19/02/2016	1ª TURMA CRIMINAL
100	919437		APR Relator(a): HUMBERTO ULHÔA Processo: 20130110751128APR DIREITO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 2º, I, DA LEI Nº 8.137/90, AUSÊNCIA DE DOLO. ABSOLVIÇÃO MANTIDA. Se os elementos de prova constantes nos autos não são capazes de formar convicção segura do descumprimento voluntário das normas tributárias (dolo genérico do tipo penal previsto no artigo 1º, incisos I e II, da Lei 8.137/1990), impõe-se confirmar a sentença absolutória (artigo 386, III, do Código de Processo Penal). Recurso conhecido e não provido.	11/02/2016	16/02/2016	3ª TURMA CRIMINAL

[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)
[Nova Consulta](#)


Query

Resultado da Consulta

Termos Pesquisados:

Pesquisa Livre [Espelho]: (crime adj1 ordem adj2 tributária)**Período:** entre 01/01/1991 e 29/12/2019**Bases de Consulta:** Acórdãos - Turmas Recursais, Acórdãos - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), Jurisprudência em Temas, Acórdãos, Informativos de Jurisprudência

Ir para a página:









6





Total de páginas: 16. Total de Documentos Encontrados: 319. [Link](#)[para resultado da consulta.](#)☐ Filtrar Acórdãos em Segredo de Justiça. ☒ Filtrar Acórdãos





Públicos.




[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)[Nova Consulta](#)

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
101	918772		APR Relator(a): SILVANO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20110710208756APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, INCISO II, DA LEI N. 8.137/90. ABSOLVIÇÃO. MERCADORIA ÁGUA. REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA PARA FRENTE. RÉ SUBSTITUÍDA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NÃO RECOLHIMENTO DO TRIBUTO PELO SUBSTITUTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. INVIABILIDADE DE PRESUNÇÕES. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. RECURSO PROVIDO. 1. O recolhimento tributário referente mercadoria revendida pela pessoa jurídica administrada pela acusada (água) opera-se o regime de substituição tributária para frente, conforme previsto na Le...	04/02/2016	15/02/2016	2ª TURMA CRIMINAL
102	910574		APR / Embargos de Declaração no(a) Apelação Relator(a): JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA Processo: 20130110961560APR PROCESSO PENAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PRESCRIÇÃO NÃO VERIFICADA. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E NÃO DA DATA DOS FATOS. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. EMBARGOS DESPROVIDOS. 1. Em crimes contra a ordem tributária, o lapso prescricional só tem início quando do surgimento da ação exercitável; no caso, a partir da constituição definitiva do crédito tributário. Sob esta interpretação, não se verificou o decurso ...	03/12/2015	11/12/2015	2ª TURMA CRIMINAL
103	899435		APR -Apelação Criminal Relator(a): ESDRAS NEVES Processo: 20130110566224APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DOLO ESPECÍFICO. DESNECESSIDADE. DOSIMETRIA DA PENA. NÚMERO DE INFRAÇÕES. CULPABILIDADE. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. Não configura cerceamento de defesa o indeferimento motivado de produção de provas, quando o acervo probatório dos autos mostra-se suficiente para o convencimento do julgador, a quem cabe, como destinatário das provas, aferir acerca da necessidade de sua produção. Não há falar em absolvição por insuficiência probatória, qua...	08/10/2015	19/10/2015	1ª Turma Criminal
104	898919		APR Relator(a): HUMBERTO ULHÔA Processo: 20130110962200APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, INCISOS II e V, DA LEI N.º 8.137/90. SONEGAÇÃO FISCAL. PRELIMINARES DE INÉPCIA DA INICIAL E CERCEAMENTO DE DEFESA REJEITADAS. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. ATIPICIDADE DA CONDUTA INEXISTENTE. DOLO GENÉRICO. DOSIMETRIA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA EM RELAÇÃO AO INCISO V. RECONHECIMENTO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. 1. Não merece acolhida a preliminar de inépcia quando a inicial acusatória atende todos os requisitos exigidos no art. 41 do Código de Processo Penal, expondo de forma objetiva os fatos impu...	08/10/2015	13/10/2015	3ª TURMA CRIMINAL

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
105	890686		APR Relator(a): SANDRA DE SANTIS Processo: 20130110644562APR PENAL - CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - SUPRESSÃO DE ISS - VIGÊNCIA DA LEI 10.684/2003 - QUITAÇÃO INTEGRAL DO DÉBITO - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. I. A Lei 10.684/2003, vigente quando lavrado o auto de infração e constituído definitivamente o crédito, permitia a extinção da punibilidade se o débito tributário fosse quitado em data posterior ao recebimento da denúncia. Em crimes contra a ordem tributária deve ser observada a legislação da época dos fatos. II. A Lei 12.382/2011, que limitou a hipótese de extinção da punibilidade aos casos de ... 	27/08/2015	04/09/2015	1ª TURMA CRIMINAL
106	887419		APR Relator(a): JESUINO RISSATO Processo: 20130510053323APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, INCISOS II E IV, DA LEI Nº 8.137/90. ATIPICIDADE DA CONDUTA. ESPECIAL FIM DE AGIR. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. SENTENÇA REFORMADA. 1. Os crimes de sonegação fiscal descritos no artigo 1º, incisos II e IV, da Lei 8.137/90, exigem a demonstração do especial fim de agir do agente, no sentido de fraudar o fisco. 2. Ausentes, nos autos, provas suficientes de que o acusado agiu com o dolo de fraudar a fiscalização tributária, visando à supressão de tributo devido, a absolvição é medida que se impõe. 3. ... 	13/08/2015	17/08/2015	3ª TURMA CRIMINAL
107	881933		APR Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 20080310257147APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA. DECISÃO FUNDAMENTADA. REJEIÇÃO. PRESCRIÇÃO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.. AUTORIA, MATERIALIDADE E DOLO COMPROVADOS. PENA-BASE MÍNIMA. VALOR SONEGADO. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. PROVIMENTO PARCIAL. 1- Não há falar em nulidade da sentença por carência de motivação no cálculo da pena-base se consideradas favoráveis todas as circunstâncias judiciais, fixando-o no patamar mínimo previstos pela norma. 2- Transcorrido lapso temporal suficiente para o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, decl... 	16/07/2015	27/07/2015	1ª TURMA CRIMINAL
108	877423		APR Relator(a): GEORGE LOPES Processo: 20130610004323APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PROVA SAATISFATÓRIA DA MATERIALIDADE E AUTORIA. PRESCRIÇÃO RETROATIVA. PUNIBILIDADE EXTINTA. 1 Réu condenado por infringir doze vezes o artigo 1º, incisos II e V, da Lei 8.137/90, ao suprimir o pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS - devido ao Distrito Federal, deixando de emitir notas fiscais. 2 A materialidade e a autoria da sonegação fiscal se reputam provadas quando o auto de infração vem corroborado pela prova oral e documentos, afastando a alegação de ausência de dolo, por ser do conhecimento geral a ... 	25/06/2015	03/07/2015	1ª TURMA CRIMINAL
109	877296		APR Relator(a): JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA Processo: 20130110722337APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. VALORAÇÃO NEGATIVA DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DA CULPABILIDADE, ANTECEDENTES CRIMINAIS E CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. NÃO INCIDÊNCIA DO AUMENTO DA PENA PREVISTO NO ARTIGO 12, INCISO I DA LEI 8.137/90. CONTINUIDADE DELITIVA. DESPROPORCIONALIDADE. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARCIALMENTE PROVIDO E RECURSO DA DEFESA NÃO PROVIDO. 1. Demonstrando as provas dos autos que, no período de janeiro a dezembro de 2009, deixou o acusado de recolher o ICMS, c... 	25/06/2015	02/07/2015	2ª TURMA CRIMINAL

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
110	876730		APR Relator(a): HUMBERTO ULHÔA Processo: 20130110647394APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, INC. II, DA LEI N.º 8.137/90. SONEGAÇÃO FISCAL. ICMS. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA DEFESA. PRELIMINAR. NULIDADE ABSOLUTA. PROCESSAMENTO IRREGULAR DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. REJEIÇÃO. PRESCRIÇÃO. PREJUDICIAL DE MÉRITO. NÃO OCORRÊNCIA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DOSIMETRIA. CULPABILIDADE. ANÁLISE NEGATIVA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL QUANTO AO PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Os atos administrativos gozam de... ?	25/06/2015	30/06/2015	3ª TURMA CRIMINAL
111	874921		APR Relator(a): JOÃO BATISTA TEIXEIRA Processo: 20100310175090APR PENAL E PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SONEGAÇÃO FISCAL. ICMS. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PLEITO CONDENATÓRIO. INVIABILIDADE. ALTERAÇÃO CONTRATUAL. NA DATA DA AUDITORIA O RÉU NÃO ERA MAIS O RESPONSÁVEL PELA EMPRESA. IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÇÃO MANTIDA. 1. Mantém-se a absolvição quando comprovado nos autos que, na data dos fatos, o réu não era mais responsável pela empresa, bem como pelo recolhimento dos tributos suprimidos, conforme consta dos documentos juntados, corroborados pelos depoimentos das testemunhas em juízo. 2. Recurso conhec... ?	18/06/2015	23/06/2015	3ª TURMA CRIMINAL
112	870940		APR Relator(a): ROMÃO C. OLIVEIRA Processo: 20130110961545APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. ARTIGO 1º, II, DA LEI 8.137/90 EM CONTINUIDADE DELITIVA. ABSOLVIÇÃO - INSUFICIÊNCIA DE PROVAS - AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO - IMPOSSIBILIDADE. DOSIMETRIA - REVISÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Demonstrado, por meio do conjunto fático-probatório, que a ré/apelante incorreu na prática do crime previsto no artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90, impossível a sua absolvição por insuficiência de provas. O tipo penal previsto no artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90 não exige, por parte do agente, qualquer dolo específico, sendo suficiente para a sua configuraç... ?	21/05/2015	03/06/2015	1ª TURMA CRIMINAL
113	870639		APR Relator(a): NILSONI DE FREITAS CUSTODIO Processo: 20130110961102APR CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SONEGAÇÃO FISCAL. ICMS. CONDENAÇÃO. CULPABILIDADE. VALORAÇÃO FAVORÁVEL MANTIDA. FIXAÇÃO DA PENA ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. PENA PECUNIÁRIA. MANUTENÇÃO. I - A jurisprudência deste Tribunal firmou entendimento no sentido de que a prática de sete ou mais condutas de sonegação fiscal enseja o aumento da pena em face da continuidade delitiva, na fração máxima de 2/3 (dois terços). Assim sendo, a circunstância de o réu praticar mais de sete condutas, como no caso concreto em que foram vinte duas as sonegações, não po... ?	28/05/2015	03/06/2015	3ª TURMA CRIMINAL

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
114	868649		APR Relator(a): DIVA LUCY DE FARIA PEREIRA Processo: 20130110177553APR APELAÇÃO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, I E II, DA LEI 8.173/1990. SUPRESSÃO DE TRIBUTO. ICMS. OMISSÃO DE INFORMAÇÕES À AUTORIDADE FAZENDÁRIA. FRAUDE À FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA PELA FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIA EM LIVRO FISCAL ELETRÔNICO E PELA FALTA DE REGISTRO EM GUIAS DE INFORMAÇÃO MENSAL - GIM. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DOLO EVIDENCIADO DO ADMINISTRADOR DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL AUTUADO PELA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA. GESTOR. AUSÊNCIA DE CUIDADO EXIGÍVEL. PROCEDER VICIADO. DESLEIXO INJUSTIFICADO NO C... 	21/05/2015	26/05/2015	1ª TURMA CRIMINAL
115	865157		APR Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 20090710324340APR PENAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA EM CONTINUIDADE DELITIVA (ART. 1º, INCISOS II E IV, DA LEI 8.137/90, C/C ART. 71 DP CP). MATERIALIDADE E AUTORIA EVIDENCIADAS. DOSIMETRIA CORRETA. NÃO PROVIMENTO. Conjunto probatório que, na espécie, alicerça a condenação. As condições de tempo, lugar e modo de execução dos crimes, aliado ao liame de continuidade delitiva existente entre o primeiro e o segundo delito, são suficientes para fazer incidir a regra do art. 71 do Código Penal. Adequada a pena aplicada, pois as circunstâncias judiciais foram devidame... 	30/04/2015	07/05/2015	1ª TURMA CRIMINAL
116	864823		APR Relator(a): JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA Processo: 20130310152437APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DOLO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE PROVAS JUDICIALIZADAS. ABSOLVIÇÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. 1. Os crimes contra a ordem tributária somente se consumam na modalidade dolosa. Não havendo prova de que o réu, na condição de administrador e gerente se portou com esta finalidade, deve ser mantida a sua absolvição por falta de prova sobre o elemento subjetivo do delito. 2. Recurso do Ministério Público desprovido.	30/04/2015	06/05/2015	2ª TURMA CRIMINAL
117	857783		APR Relator(a): ROBERVAL CASEMIRO BELINATI Processo: 20130110187835APR RECURSOS DE APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, INCISOS I, II E V, DA LEI N.º 8.137/1990. SUPRESSÃO DE ICMS DOS COFRES PÚBLICOS. SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DA DEFESA. PREJUDICIAL DE MÉRITO PELA PRESCRIÇÃO DE TODOS OS CRIMES. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. NÃO ACOLHIMENTO. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS. RECURSO MINISTERIAL. ANÁLISE NEGATIVA DA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. MAJORAÇÃO DA FRAÇÃO DE AUMENTO PELA CONTINUIDADE DELITIVA. CABIMENTO. RECURSOS CONHECIDOS. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PROVIDO E RECURSO... 	19/03/2015	31/03/2015	2ª TURMA CRIMINAL
118	847821		APR Relator(a): JOSÉ GUILHERME Processo: 20120110652326APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SUPRESSÃO DE TRIBUTO DEVIDO. ARTIGO 1º, INCISO II e I V, DA LEI 8.137/90. NECESSIDADE DE CONDENÇÃO ANTE A EXISTÊNCIA DE PROVAS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE. DOSIMETRIA DA PENA. NÃO-CABIMENTO DA VALORAÇÃO NEGATIVA DA CULPABILIDADE EM RAZÃO DA INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. NÃO INCIDÊNCIA DO AUMENTO DA PENA PREVISTO NO ARTIGO 12, INCISO I DA LEI 8.137/90. APLICABILIDADE DA FRAÇÃO DE 2/3 RELATIVA À CONTINUIDADE DELITIVA ANTE A QUANTIDADE DE DELITOS PRATICADOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. ... 	05/02/2015	11/02/2015	3ª TURMA CRIMINAL

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
119	847812		APR Relator(a): JOSÉ GUILHERME Processo: 20130111052608APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA PREVISTO NO ARTIGO 1º, INCISOS II E V, DA LEI 8.137/90. IMPOSSIBILIDADE DE ABSOLVIÇÃO. PROVAS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE. TIPICIDADE DA CONDUTA. APLICAÇÃO DA TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO. CONFIGURADO O DOLO DE SUPRESSÃO DE TRIBUTO DEVIDO COM O FIM DE FRAUDAR A FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA. INVIABILIDADE DA SUSPENSÃO DO PROCESSO PENAL, EM RAZÃO DE DEMANDA CÍVEL EM CURSO. NECESSIDADE DE DECOTE DA VALORAÇÃO NEGATIVA DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA.MANUTENÇÃO DA APLICAÇÃO RELATIVA À FICÇÃO ... 	05/02/2015	11/02/2015	3ª TURMA CRIMINAL
120	845009		APR Relator(a): HUMBERTO ULHÔA Processo: 20130111087335APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, INCISOS II e V, DA LEI N.º 8.137/90. SONEGAÇÃO FISCAL. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DOSIMETRIA. SENTENÇA MANTIDA. 1. Na hipótese, o contribuinte responsável pelo recolhimento do tributo devido ao fisco, durante o período descrito na denúncia, omitiu operações sujeitas ao recolhimento do ISS nos documentos e livros fiscais, realizando vendas sem a emissão das notas correspondentes às operações mercantis. 2. O tipo penal descrito no art. 1º, incisos II e V, da Lei n. 8.137/90, prescinde de... 	29/01/2015	03/02/2015	3ª TURMA CRIMINAL

[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)
[Nova Consulta](#)


Query

Resultado da Consulta

Termos Pesquisados:

Pesquisa Livre [Espelho]: (crime adj1 ordem adj2 tributária)**Período:** entre 01/01/1991 e 29/12/2019**Bases de Consulta:** Acórdãos - Turmas Recursais, Acórdãos - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), Jurisprudência em Temas, Acórdãos, Informativos de Jurisprudência

Ir para a página:

7

Total de páginas: 16. Total de Documentos Encontrados: 319. [Link](#)[para resultado da consulta.](#)

Filtrar Acórdãos em Segredo de Justiça.
















Filtrar Acórdãos

Públicos.


[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)[Nova Consulta](#)

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
121	842362		APR Relator(a): JESUINO RISSATO Processo: 20130310114133APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, INCISO II, DA LEI Nº 8.137/90. ATIPICIDADE DA CONDUTA. ESPECIAL FIM DE AGIR. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. ABSOLVIÇÃO MANTIDA. 1. O crime de sonegação fiscal descrito no artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90, exige a demonstração do especial fim de agir do agente, no sentido de fraudar o fisco. 3. Ausentes, nos autos, provas suficientes de que o acusado agiu com o dolo de fraudar a fiscalização tributária, visando à supressão de tributo devido, a manutenção da sentença absolutória é medida que se impõe. ...	18/12/2014	20/01/2015	3ª TURMA CRIMINAL
122	828075		APR Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 20130110722956APR PENAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, II e V, DA LEI 8.137/90. MATERIALIDADE E AUTORIA. EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA. TIPICIDADE. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. SONEGAÇÃO DE DOIS TRIBUTOS. CRIME ÚNICO. DOSIMETRIA DA PENA. Conjunto probatório que confirma a materialidade e a autoria dos fatos imputados ao acusado. O acusado, na condição de gerente da pessoa jurídica, podia e devia ter recolhido os tributos devidos ao Distrito Federal. Não comprovada a alegada hipótese de inexigibilidade de conduta diversa. Não há falar em princípio da insignificância, s...	23/10/2014	30/10/2014	1ª TURMA CRIMINAL
123	827947		APR Relator(a): JOÃO BATISTA TEIXEIRA Processo: 20030310028648APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. RECURSO DO RÉU. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO RÉU. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. ATRASO PARA A AUDIÊNCIA. NOMEAÇÃO DE DEFENSOR AD HOC. RESPOSTA À ACUSAÇÃO. VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE PREJUIZO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PRELIMINAR DE NULIDADE REJEITADA. SONEGAÇÃO DE ICMS. EXISTÊNCIA DE DOLO GENÉRICO. FATO TÍPICO. FRAUDE À FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA. NEGATIVA EM FORNECER DOCUMENTOS EXIGIDOS PELO FISCO. DELITOS AUTÔNOMOS. DOLO ESPECÍFICO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CONDENAÇÃO DE COA...	23/10/2014	30/10/2014	3ª TURMA CRIMINAL

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
124	826021		APR Relator Designado(a): ROMÃO C. OLIVEIRA Processo: 20050310145428APR PENAL. ART. 1º, INCISO I, C/C O ART. 12, AMBOS DA LEI 8.137/90. CONDENAÇÃO DE ADMINISTRADOR DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA - PROVAS SUFICIENTES PARA EMBASAR O DECRETO CONDENATÓRIO - RECURSO PROVIDO. Se a conduta imputada à ré veio descrita na denúncia de maneira que, a partir da peça inicial, é possível extrair tipificação diversa daquela apontada pelo órgão acusador, deve o Tribunal proceder à adequação da definição jurídica - emendatio libelli -, nos termos do art. 383 do Código de Processo Penal. Se o conjunto probatório é robusto e suficiente para demonstrar que a ré, na condição de ... 	02/10/2014	20/10/2014	1ª TURMA CRIMINAL
125	822832		APR Relator(a): ROBERVAL CASEMIRO BELINATI Processo: 20130510005814APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SONEGAÇÃO FISCAL. SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DA DEFESA. PRELIMINAR DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. QUITAÇÃO DO DÉBITO TRIBUTÁRIO APÓS O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. FATOS PRATICADOS SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 10.684/2003. ADVENTO DA LEI Nº 12.382/2011. IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL MAIS GRAVOSA. ACOLHIMENTO DA PRELIMINAR. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Extingue-se a punibilidade do réu em relação ao crime de sonegação fiscal quando comprovado o pagamento integral do débito tributário, ainda que posteriormente ao r... 	25/09/2014	01/10/2014	2ª TURMA CRIMINAL
126	819616		APR Relator(a): GILBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA Processo: 20130110677694APR PENAL. PROCESSUAL PENAL. APELAÇÕES CRIMINAIS. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. RECURSO DA DEFESA. ABSOLVIÇÃO. ALEGAÇÃO DE FALTA DE DOLO. VALOR DA MULTA APLICADA PELO FISCO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. VALORAÇÃO NEGATIVA DA CULPABILIDADE. INCIDÊNCIA DA MAJORANTE DE PENA PREVISTA NO ART. 12, I, DA LEI 8.137/90. INVIABILIDADE. 1. O processo administrativo fiscal foi devidamente concluído, tendo ocorrido o lançamento definitivo, bem como inscrição em dívida ativa, não havendo, portanto, qualquer infringência à Súmula Vinculante nº 24 do STF. 2. Esta... 	11/09/2014	18/09/2014	1ª TURMA CRIMINAL
127	817885		APR Relator(a): GEORGE LOPES Processo: 20130310152172APR PENAL E PROCESSUAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SONEGAÇÃO DE IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS - ICMS. ALEGAÇÃO DE ATIPICIDADE POR AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO. IMPROCEDÊNCIA. OMISSÃO VOLUNTÁRIA DO RECOLHIMENTO TRIBUTÁRIO. PROVA SATISFATÓRIA DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. 1 Ré condenada por infringir vinte e quatro vezes o artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/1990, combinado com 71 do Código Penal, porque entre 2008 e 2009, como responsável pela administração e gerência de firma individual, suprimiu o pagamento do Impost... 	04/09/2014	11/09/2014	1ª TURMA CRIMINAL
128	808804		APR -Apelação Criminal Relator Designado(a): MARIO MACHADO Processo: 20110410040822APR PENAL. PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PRELIMINAR REJEITADA. PROVAS. CONDENAÇÃO. PENA-BASE. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. PENA DE MULTA. EXCLUSÃO. Não é inepta nem genérica a denúncia que atende aos requisitos dos artigos 41 e 43 do Código de Processo Penal, de forma a permitir o exercício da ampla defesa. Conjunto probatório que, na espécie, é firme em demonstrar tanto a autoria quanto a materialidade do crime, bem como o dolo de sonegar. Merece acolhimento o pedido ministerial de aumento da pena-base pela circ... 	02/06/2014	08/08/2014	1ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
129	806998		APR Relator(a): JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA Processo: 20110110746626APR APELAÇÃO. PROCESSO PENAL. LEI Nº 8.137/90. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, INCISO V, DA LEI Nº 8.137/90. NÃO EMITIR NOTA FISCAL OU EMITIR O DOCUMENTO EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. ABSOLVIÇÃO. MANUTENÇÃO. EMPRESÁRIO INDIVIDUAL. RESPONSABILIDADE PENAL SUBJETIVA. RECURSO DESPROVIDO. 1. A responsabilidade criminal do empresário individual deverá ser apurada levando-se em consideração a efetiva participação pessoal na prática do fato criminoso, eis que o nosso ordenamento jurídico não contempla a responsabilidade penal objetiva. 2. Negado p... 	24/07/2014	29/07/2014	2ª TURMA CRIMINAL
130	802976		APR -Apelação Criminal Relator(a): SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20130610013619APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, INCISOS II E V, DA LEI N.º 8.137/1990. ICMS. PRELIMINARES. PRIMEIRA: INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO DESCRIÇÃO INDIVIDUALIZADA DAS CONDUTAS. NÃO VERIFICAÇÃO. SEGUNDA: VÍCIOS NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FISCAL. APRECIÇÃO INVIÁVEL EM SEDE CRIMINAL. MÉRITO. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. CONFISSÃO JUDICIAL. ELEMENTO SUBJETIVO. DOLO ESPECÍFICO. IRRELEVÂNCIA. DOLO GENÉRICO APTO A CARACTERIZAR A INFRAÇÃO PENAL. MULTA FISCAL: EXAME INVIÁVEL. DOSIMETRIA. CONTINUIDADE DELITIVA. PRÁTICA... 	10/07/2014	16/07/2014	2ª Turma Criminal
131	801128		APR Relator(a): GILBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA Processo: 20130410043562APR PENAL. PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA DENÚNCIA. ANÁLISE DO ART. 41 DO CPP. REJEITADA. COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE NECESSIDADE E DA INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA. ÔNUS CONFORME O ART. 156 DO CPP. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Impõe-se a rejeição da preliminar de inépcia da denúncia, se tal peça está em conformidade com os ditames do art. 41 do CPP, tendo descrito, de maneira irretocável, com base nos elementos coletados no auto de infração exarado pela Secretaria de Estado de Fazend... 	03/07/2014	09/07/2014	1ª TURMA CRIMINAL
132	796657		APR -Apelação Criminal Relator(a): JOÃO BATISTA TEIXEIRA Processo: 20090110018175APR PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÕES CRIMINAIS. CRIMES TRIBUTÁRIOS. ART. 1º, INCISO I, DA LEI Nº 8.137/1990, C/C O ART. 71 DO CÓDIGO PENAL. AUSÊNCIA DE PROVAS DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA. CRÉDITO TRIBUTÁRIO DEFINITIVAMENTE CONSTITUÍDO EM DESFAVOR DE PESSOA DIVERSA DOS APELANTES. ATIPICIDADE DA CONDUTA. CRIME TRIBUTÁRIO NÃO CARACTERIZADO. SÚMULA VINCULANTE Nº 24 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SENTENÇA REFORMADA. 1. Nos termos da Súmula Vinculante nº 24, do Supremo Tribunal Federal, "Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no ... 	05/06/2014	24/06/2014	3ª Turma Criminal
133	787968		APR -Apelação Criminal Relator(a): ROBERVAL CASEMIRO BELINATI Processo: 20130410047469APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. NÃO EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS. RECURSO DEFENSIVO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. NÃO ACOLHIMENTO. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS. DOLO ESPECÍFICO DE OBTENÇÃO DE VANTAGEM INDEVIDA. IRRELEVÂNCIA. APLICAÇÃO DA PENA. AFASTAMENTO DA VALORAÇÃO NEGATIVA DA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. A materialidade e a autoria do crime de sonegação de tributos do artigo 1º, inciso V, da Lei n.º 8.137/1990 restaram comprovadas, pois, de acordo com o Auto de ... 	08/05/2014	14/05/2014	2ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
134	787297		APR -Apelação Criminal Relator(a): HUMBERTO ADJUTO ULHÔA Processo: 20130110354620APR APELAÇÃO CRIMINAL - CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - ART. 1º, INCISOS II e V, DA LEI N.º 8.137/90 - NÃO ESCRITURAÇÃO DAS OPERAÇÕES SUJEITAS AO ICMS E NÃO EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS EM VENDAS REALIZADAS POR MEIO DE CARTÃO DE CRÉDITO - SONEGAÇÃO FISCAL - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS - DOSIMETRIA - REDIMENSIONAMENTO - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1. Na hipótese, o contribuinte responsável pelo recolhimento dos tributos devidos ao fisco em relação à pessoa jurídica notificada na peça acusatória, no período compreendido entre janeiro a dezembr...	08/05/2014	13/05/2014	3ª Turma Criminal
135	779724		APR -Apelação Criminal Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 20130110722796APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. AUTORIA E MATERIALIDADE. DOSIMETRIA DA PENA. Comprovadas nos autos autoria e materialidade do crime previsto no art. 1º, inciso I, da Lei 8.137/90. Pena bem dosada, em conformidade com os arts. 59 e 68 do CP. Apelo desprovido.	10/04/2014	23/04/2014	1ª Turma Criminal
136	778551		APR -Apelação Criminal Relator(a): HUMBERTO ADJUTO ULHÔA Processo: 20110810011967APR PENAL - PROCESSO PENAL - CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - SENTENÇA CONDENATÓRIA - ADESÃO A PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (RECUPERA/DF) - POSTERIOR PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO - ARTIGO 9º, § 2º, DA LEI N. 10.684/2003 - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. 1. O art. 9º, § 2º, da Lei n. 10.684/2003 estabelece expressamente que da quitação integral do débito tributário pela pessoa jurídica, decorre a extinção da punibilidade. 2. É entendimento jurisprudencial no sentido de que, com o advento da Lei n. 10....	10/04/2014	15/04/2014	3ª Turma Criminal
137	775488		APR -Apelação Criminal Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 20130110677637APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 1º, II e V, DA LEI N. 8.137/90). AGRAVANTE (ART. 12, ii, DA LEI N. 8.137/90). EXPRESSIVO VALOR SONEGADO. CONSEQUÊNCIA DO CRIME. DESFAVORÁVEL. É inerente aos crimes de sonegação fiscal o dano à coletividade. Entretanto, quando a quantia é vultosa, considerando apenas o valor originalmente sonegado, sem os acréscimos legais, é fator a ser ponderado na fixação da pena-base, como consequência desfavorável do crime. Se, ainda mais, o valor sonegado for exorbitante, gerando grave e intenso da...	27/03/2014	07/04/2014	1ª Turma Criminal
138	768774		APR -Apelação Criminal Relator(a): JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA Processo: 20040110394789APR PENAL E PROCESSO PENAL. CRIME TRIBUTÁRIO. SONEGAÇÃO FISCAL. FALSIDADE IDEOLÓGICA. CONDENAÇÃO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DOS RÉUS. PRELIMINARES. PRESCRIÇÃO. INÉPCIA. CORRELAÇÃO. ABSOLVIÇÃO. ATIPICIDADE. ERRO DE PROIBIÇÃO. EXCLUSÃO DA CONTINUIDADE DELITIVA. DOSIMETRIA. DADO PARCIAL PROVIMENTO AOS RECURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DOS RÉUS. 1. O conjunto probatório exclui as alegações de falta de dolo por atipicidade, potencial consciência da ilicitude ou por erro de proibição. Inviável a absolvição. 2. Conforme jurisprudência dos Tribunais Superiores, no cálculo da ...	13/03/2014	18/03/2014	2ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
139	768773		APR -Apelação Criminal Relator(a): JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA Processo: 20040110850296APR PENAL E PROCESSO PENAL. CRIME TRIBUTÁRIO. SONEGAÇÃO FISCAL. FALSIDADE IDEOLÓGICA. CONDENAÇÃO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DOS RÉUS. PRELIMINARES. PRESCRIÇÃO. INÉPCIA. CORRELAÇÃO. ABSOLVIÇÃO. ATIPICIDADE. ERRO DE PROIBIÇÃO. EXCLUSÃO DA CONTINUIDADE DELITIVA. DOSIMETRIA. DADO PARCIAL PROVIMENTO AOS RECURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DOS RÉUS. 1. O conjunto probatório exclui as alegações de falta de dolo por atipicidade, potencial consciência da ilicitude ou por erro de proibição. Inviável a absolvição. 2. Conforme jurisprudência dos Tribunais Superiores, no cálculo da p... 	13/03/2014	18/03/2014	2ª Turma Criminal
140	758673		APR -Apelação Criminal Relator(a): JESUINO RISSATO Processo: 20130110722884APR PENAL E PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, V, DA LEI Nº 8.137/90. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. PRESCRIÇÃO RETROATIVA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO RETROATIVA DOS CRIMES CONSUMADOS ANTES DE 07/06/2009. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. O crime previsto no inciso V do artigo 1º da Lei 8.137/90 tem natureza formal, não havendo necessidade da constituição definitiva do crédito tributário para sua consumação. 2. A inexistência de recursos financeiros não é óbice à observância das obrigações tributárias, cuja inobse... 	06/02/2014	12/02/2014	3ª Turma Criminal

[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)
[Nova Consulta](#)


Query

Resultado da Consulta

Termos Pesquisados:

Pesquisa Livre [Espelho]: (crime adj1 ordem adj2 tributária)**Período:** entre 01/01/1991 e 29/12/2019**Bases de Consulta:** Acórdãos - Turmas Recursais, Acórdãos - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), Jurisprudência em Temas, Acórdãos, Informativos de Jurisprudência

Ir para a página:






8



Total de páginas: 16. Total de Documentos Encontrados: 319. [Link](#)[para resultado da consulta.](#)☐ Filtrar Acórdãos em Segredo de Justiça. ☒ Filtrar Acórdãos






Públicos.



[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)[Nova Consulta](#)

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
141	757653		APR -Apelação Criminal Relator(a): HUMBERTO ADJUTO ULHÔA Processo: 20110110719710APR APELAÇÃO CRIMINAL - CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - ART. 1º, INC. V, DA LEI N.º 8.137/90- NÃO RECOLHIMENTO DE ICMS - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS - APLICAÇÃO DA CAUSA DE AUMENTO DO ART. 12 DA LEI EM REFERÊNCIA - GRAVE LESÃO NÃO CONFIGURADA - SENTENÇA MANTIDA. 1. Na hipótese, restou comprovado que a pessoa jurídica noticiada nos autos, no período de janeiro a dezembro de 2008, omitiu parte da receita obtida e paga com cartão bandeira VISA, relativa a operações realizadas com mercadorias. Assim, sem mácula a condenação do réu nas penas prev...	06/02/2014	11/02/2014	3ª Turma Criminal
142	756739		APR -Apelação Criminal Relator(a): SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20060110741592APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ICMS. VENDA DE ALIMENTOS E BEBIDAS EM RESTAURANTE. PRELIMINAR. INÉPCIA DA DENÚNCIA. MÉRITO. AUSÊNCIA DE PROVAS. RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS. PRELIMINAR REJEITADA. RECURSO DESPROVIDO. 1. Não há que falar em inépcia da denúncia, pois formulada em obediência ao disposto no artigo 41 do Código de Processo Penal, descrevendo perfeitamente o fato típico praticado, com todas as suas circunstâncias, com base nos elementos coletados na fase informativa. A narrativa clara e congruente do fato permiti...	30/01/2014	05/02/2014	2ª Turma Criminal
143	751105		APR -Apelação Criminal Relator(a): JESUINO RISSATO Processo: 20130510058659APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, INCISO V, DA LEI Nº 8.137/90. FALTA DE EMISSÃO DE NOTA FISCAL. ALEGAÇÃO DE CRIME IMPOSSÍVEL. DESCABIMENTO. DOLO CONFIGURADO. 1. O fato de o fisco dispor de meios para demonstrar a omissão do responsável tributário em emitir notas fiscais não torna o crime impossível, especialmente quando há efetiva consumação do delito. 2. Para a caracterização do delito contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, V, da Lei 8.137/90, mostra-se suficiente o dol...	16/01/2014	22/01/2014	3ª Turma Criminal
144	748485		APR -Apelação Criminal Relator(a): ROBERVAL CASEMIRO BELINATI Processo: 20120510023226APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. NÃO EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS. RECURSO DEFENSIVO. PARCIAL CONHECIMENTO. PEDIDOS DE RECONHECIMENTO DA PRIMARIEDADE E DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA JÁ ATENDIDOS PELO JUÍZO A QUO. AUSÊNCIA DE INTERESSE. PRELIMINAR DE NULIDADE. APLICAÇÃO DA LEI Nº 9.099/1995. REJEIÇÃO. PREJUDICIAL. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA EM RELAÇÃO AOS CRIMES COMETIDOS ATÉ 30/11/2008. SUBSISTÊNCIA DE UM ÚNICO CRIME. AFASTAMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA. REDUÇÃO DA PENA PARA O MÍNIMO LEGAL DE 02 (DOIS) ANOS D...	19/12/2013	13/01/2014	2ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
145	740107		APR -Apelação Criminal Relator(a): HUMBERTO ADJUTO ULHÔA Processo: 20110910229563APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 2º, I, DA LEI 8.137/90. OMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE BENS PARA EXIMIR-SE DE PAGAMENTO DE TRIBUTOS. DOLO ESPECÍFICO DEMONSTRADO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Inviável o pleito de absolvição por ausência de comprovação do dolo específico para a configuração do tipo, se as provas atestam que o acusado adquiriu mercadorias para comercializá-las, sem antes proceder à obrigatória e prévia inscrição no cadastro fiscal, sem a qual, não há como o Fisco identificar as operações comerciais realizadas e, tão pouco, c... ?	28/11/2013	02/12/2013	3ª Turma Criminal
146	737673		APR -Apelação Criminal Relator(a): GEORGE LOPES LEITE Processo: 20090710196812APR PENAL E PROCESSUAL. CRIME TRIBUTÁRIO. QUITAÇÃO INTEGRAL DA DÍVIDA DEPOIS DE RECEBIDA A DENÚNCIA. INCIDÊNCIA DA LEI 10.684/2003. IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL MAIS GRAVOSA. PUNIBILIDADE EXTINTA. 1 Réu condenado por infringir o artigo 1º, inciso I, da Lei 8.137/90, por supressão de pagamento do Imposto Sobre Serviços - ISS devido pela venda de ingressos da 32ª FACITA de Taguatinga. 2 Pago integralmente o débito tributário, mesmo depois de recebida a denúncia, extingue-se a punibilidade do crime tipificado no artigo 1º da Lei 8.137/1990, com aplicação da Lei 10.684/2003. A Lei 1... ?	14/11/2013	27/11/2013	1ª Turma Criminal
147	722501		APR -Apelação Criminal Relator(a): JOSÉ GUILHERME Processo: 20040110022907APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA PREVISTO NO ARTIGO 1º, INCISO II, DA LEI 8.137/90. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA POR FALTA DE INTIMAÇÃO REJEITADA. ATO DE NOTIFICAÇÃO REALIZADO EM NOME DO PATRONO REGULARMENTE CONSTITUÍDO. PRELIMINAR DE NULIDADE POR AUSÊNCIA DE DEFESA TÉCNICA REJEITADA. AUSÊNCIA DE DEFENSOR CONSTITUÍDO, REGULARMENTE INTIMADO PARA AUDIÊNCIA, É DEVIDAMENTE SUPRIDA COM NOMEAÇÃO DE ADVOGADO AD HOC, ACRESCIDA DE INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA DE IMPEDIMENTO DE OITIVA DE TEST... ?	10/10/2013	16/10/2013	3ª Turma Criminal
148	711879		APR -Apelação Criminal Relator(a): JESUINO RISSATO Processo: 20100111360606APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO APELO REJEITADA. ART. 1º, INCISO II, DA LEI Nº 8.137/90. ATIPICIDADE DA CONDUTA. ESPECIAL FIM DE AGIR. 'DOLO ESPECÍFICO'. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. ABSOLVIÇÃO MANTIDA. 1. Se as razões recursais discutem a argumentação da sentença tanto quanto ao dolo do acusado como à materialidade delitiva, não há como acolher a preliminar de não conhecimento do apelo por ausência de impugnação dos fundamentos da sentença. 2. O crime de sonegação, descrito no artigo 1º, inciso... ?	12/09/2013	18/09/2013	3ª Turma Criminal
149	695586		APR -Apelação Criminal Relator(a): ROMÃO C. OLIVEIRA Processo: 20090710372316APR PENAL. ART. 1º, II E V, DA LEI 8.137/90 EM CONTINUIDADE DELITIVA. ABSOLVIÇÃO. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA. CONFISSÃO PARCIAL. CONSIDERAÇÃO EM FAVOR DO RÉU. REPRIMENDA ADEQUADA. EXCLUSÃO DA PENA DE MULTA. RECURSO PROVIDO EM PARTE. Restando comprovado nos autos que o acusado suprimiu tributos, na condição de sócio gerente e contador da pessoa jurídica, afasta-se a alegação de ausência de provas a configurarem o ilícito. A confissão, ainda que parcial, se usada como fundamento para a condenação deve ser aplicada em favor do réu. Fixada a pena corporal em patamar adequad... ?	11/07/2013	25/07/2013	1ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
150	694992		APR -Apelação Criminal Relator(a): CESAR LABOISSIERE LOYOLA Processo: 20100111914873APR PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI N. 8.137/90. NÃO RECONHECIMENTO. DESNECESSÁRIO O ENCERRAMENTO DO PAD PARA A PERSECUÇÃO PENAL NOS CRIMES DESCRITOS NO INCISO V DO ART. 1º DA LEI 8.137/90. COMPROVADA AUTORIA E MATERIALIDADE. DOLO ESPECÍFICO. DESNECESSÁRIO. DOSIMETRIA PENA. CONTINUIDADE DELITIVA. CRITÉRIO DE NÚMEROS DE CRIMES COMETIDOS. 1. As condutas descritas na Lei n. 8.137/90, crime contra a ordem tributária, pressupõem, além do i... 	18/07/2013	24/07/2013	2ª Turma Criminal
151	691419		APR -Apelação Criminal Relator(a): ROBERVAL CASEMIRO BELINATI Processo: 20110410040806APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, INCISO V, DA LEI N.º 8.137/1990. NÃO EMISSÃO DE NOTA FISCAL RELATIVA À VENDA DE MERCADORIA OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. PREJUDICIAL. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA EM RELAÇÃO AOS CRIMES OCORRIDOS ANTES DE 01/04/2008. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. NÃO ACOLHIMENTO. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS. DOLO ESPECÍFICO DE OBTENÇÃO DE VANTAGEM INDEVIDA. IRRELEVÂNCIA. ALEGAÇÃO DE FALTA DE JUSTA CAUSA. AUSÊNCIA DE ENCERRAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. PRESCIND... 	04/07/2013	16/07/2013	2ª Turma Criminal
152	680861		APR -Apelação Criminal Relator(a): SOUZA E AVILA Processo: 20050410008610APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA ORDEM TRIBUTÁRIA. QUITAÇÃO INTEGRAL DA DÍVIDA APÓS O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. EVOLUÇÃO LEGISLATIVA. LEI Nº 12.382/2011. APLICAÇÃO DA LEI ANTERIOR Nº 10.684/2003. IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL MAIS GRAVOSA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. Realizado o pagamento integral do débito tributário, ainda que após o recebimento da denúncia, opera-se a extinção da punibilidade, porquanto se aplica a Lei nº 10.684/2003, mais benéfica, considerando que a Lei nº 12.382/2011, mais gravosa para o agente, não pode retroagir. Apelações conhecidas... 	28/05/2013	04/06/2013	2ª Turma Criminal
153	655082		APR -Apelação Criminal Relator(a): SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20050110006297APR CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. FORMAÇÃO DE QUADRILHA. PRELIMINARES. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL. LUGAR DA INFRAÇÃO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INCISOS II E III DO ART. 3º DA LEI N. 8.137/90. CRIMES FORMAIS. NULIDADE DA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E TELEMÁTICA. CERCEAMENTO DE DEFESA. PRORROGAÇÃO. INUTILIZAÇÃO. PROCEDIMENTO SIGILOSO. JUNTADA DE PROVA EM FASE DE ALEGAÇÕES FINAIS. PRAZO PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS. EQUÍVOCOS NA DOSIMETRIA DA PENA. PROVAS PRODUZIDAS UNILATERALMENTE PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. MÉRITO. ... 	07/02/2013	28/02/2013	2ª Turma Criminal
154	654128		APR -Apelação Criminal Relator(a): ROBERVAL CASEMIRO BELINATI Processo: 20110110517716APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, INCISO V, DA LEI N.º 8.137/1990. VENDA DE MERCADORIAS. AUSÊNCIA DE EMISSÃO DE NOTA FISCAL E DE RECOLHIMENTO DE ICMS. SENTENÇA CONDENATÓRIA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. NÃO ACOLHIMENTO. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS. DOLO ESPECÍFICO DE OBTENÇÃO DE VANTAGEM INDEVIDA. IRRELEVÂNCIA. PENA. PEDIDO DE REDUÇÃO. INVIABILIDADE. ACRÉSCIMO MÁXIMO PELA CONTINUIDADE DELITIVA. QUANTIDADE DE CRIMES. SUBSTITUIÇÃO DA PENA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE POR DOAÇÃO DE CESTAS BÁSICAS. IMPOSSIBILIDADE... 	14/02/2013	19/02/2013	2ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
155	653846		APR -Apelação Criminal Relator(a): NILSONI DE FREITAS Processo: 20100110034780APR DIREITO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. APROPRIAÇÃO INDÉBITA QUALIFICADA. PROVAS INSUFICIENTES. INDÍCIOS E CONJECTURAS. INSUFICIENTES PARA AMPARAR ÉDITO CONDENATÓRIO. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO. RECURSO PROVIDO. I - As provas no processo penal desempenham função muito bem definida, porque são destinadas a reconstruir a realidade histórica, isto é, a dinâmica delitiva ocorrida naquele momento e, por isso, é a partir dessa reconstrução que se deve chegar o mais próximo possível da realidade material dos fatos, podendo o juiz optar pela versã... ?	07/02/2013	18/02/2013	3ª Turma Criminal
156	653113		APR -Apelação Criminal Relator(a): JOÃO BATISTA TEIXEIRA Processo: 20120110294669APR APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. ARTIGO 33, CAPUT, DA LEI 11.343/2006. DESCLASSIFICAÇÃO NA SENTENÇA PARA O CRIME DE PORTE DE DROGAS PARA USO PRÓPRIO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PEDIDO DE CONDENACÃO PELO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. INVIABILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE NÃO COMPROVADAS. 1. Mantém-se a desclassificação do art. 33 para a conduta prevista no art. 28, ambos da Lei nº 11.343/2006, quando as provas dos autos, atendendo à natureza, à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, bem co... ?	07/02/2013	15/02/2013	3ª Turma Criminal
157	638521		APR -Apelação Criminal Relator(a): SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20070710105493APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, INCISOS I, II E IV, DA LEI Nº 8.137/90. 1ª APELAÇÃO. PRELIMINAR. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA PELA PENA EM CONCRETO. TERMO INICIAL. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. CONCURSO DE CRIMES. CONTAGEM ISOLADA. ART. 119 DO CP. SÚMULA 497 DO STF. 2ª APELAÇÃO. PRELIMINAR. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA PELA PENA EM CONCRETO. AFASTADA. MÉRITO. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO E CONTADOR. ART. 135 DO CTN E ART. 11 DA LEI Nº 8.137/90. MULTA. EXTINÇÃO DO INDEXADOR (BTN). EXCLUSÃO. INDENIZAÇÃO PELOS PREJU... ?	22/11/2012	03/12/2012	2ª Turma Criminal
158	633245		APR -Apelação Criminal Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 20100910234946APR PENAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA EM CONTINUIDADE DELITIVA (ART. 1º, V, DA LEI N. 8.137/90, C/C ART. 71 DP CP). MATERIALIDADE E AUTORIA EVIDENCIADAS. DOLO ESPECÍFICO. DESNECESSÁRIO. DOSIMETRIA CORRETA. NÃO PROVIMENTO. Conjunto probatório que, na espécie, alicerça a condenação. Desnecessário o dolo específico de obter benefício indevido para a configuração de crime contra a ordem tributária. Pena-base fixada no mínimo, sem alterações na segunda fase, aumento em 2/3 (dois terços) pela prática de 12 (doze) crimes e... ?	08/11/2012	20/11/2012	1ª Turma Criminal
159	627216		APR -Apelação Criminal Relator(a): SANDRA DE SANTIS Processo: 20100111914857APR APELAÇÃO CRIMINAL - TRIBUTÁRIO - ARTIGO 1º, INCISO V, DA LEI 8.137/90 - CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE - DOLO - INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA - PENA DE MULTA DA LEI 8.137/1990 - INAPLICABILIDADE - FIXAÇÃO EM PARÂMETRO LEGAL REVOGADO - IMPOSSIBILIDADE DE ANALOGIA CONTRA O RÉU. I. A Súmula Vinculante 24/2009 excluiu o inciso V do art. 1º da Lei 8.139/90 dos crimes tributários que exigem o encerramento do processo administrativo para a tipicidade. A conduta é não emissão de nota fiscal, nos casos em que obrigatória. Não se analisa o resultado material, mas o descumprimento da obr... ?	11/10/2012	19/10/2012	1ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
160	617773		APR -Apelação Criminal Relator(a): NILSONI DE FREITAS CUSTÓDIO Processo: 20100610123448APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, INCISO V, DA LEI Nº 8.137/90. FALTA DE EMISSÃO DE NOTA FISCAL. NULIDADE DA PROVA. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. INEXISTÊNCIA. PRELIMINAR. REJEIÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. ENCERRAMENTO. PRESCINDIBILIDADE. DOLO GENÉRICO. SUFICIÊNCIA. I - Uma vez apurado que o Fisco obteve, de forma lícita, os dados que embasaram a autuação fiscal, diante da previsão legal para que as administradoras forneçam mensalmente ao órgão fazendário as informações pertinentes às operaç... 	30/08/2012	14/09/2012	3ª Turma Criminal

[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)[Nova Consulta](#)

Query

Resultado da Consulta

Termos Pesquisados:

Pesquisa Livre [Espelho]: (crime adj1 ordem adj2 tributária)**Período:** entre 01/01/1991 e 29/12/2019**Bases de Consulta:** Acórdãos - Turmas Recursais, Acórdãos - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), Jurisprudência em Temas, Acórdãos, Informativos de Jurisprudência

Ir para a página:



9

Total de páginas: 16. Total de Documentos Encontrados: 319. [Link](#)[para resultado da consulta.](#)☐ Filtrar Acórdãos em Segredo de Justiça. ☒ Filtrar Acórdãos

Públicos.



[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)[Nova Consulta](#)

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
161	617379		APR -Apelação Criminal Relator(a): HUMBERTO ADJUTO ULHÔA Processo: 20090310126253APR DIREITO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. TIPO PENAL PREVISTO NO 1º, INCISO II, DA LEI Nº 8.137/90. CONTINUIDADE DELITIVA. ESPECIAL FIM DE AGIR. DOLO ESPECÍFICO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Para a configuração do tipo penal previsto no artigo 1º, inciso II da Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que prevê os crimes contra a ordem tributária, imprescindível a comprovação do dolo específico, ou seja, que o agente tenha tido a real intenção de reduzir ou suprimir...	06/09/2012	12/09/2012	3ª Turma Criminal
162	612660		APR -Apelação Criminal Relator(a): GEORGE LOPES LEITE Processo: 20050710002457APR PENAL E PROCESSUAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. RECURSOS DA DEFESA E DA ACUSAÇÃO. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. JUNTADA DAS ALEGAÇÕES FINAIS ACUSATÓRIAS FORA DO PRAZO LEGAL. MERA IRREGULARIDADE. PROVA SATISFATÓRIA DA MATERIALIDADE E AUTORIA. CRÍTICA DA DOSIMETRIA DA PENA. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. 1 Ré condenada por infringir doze vezes o artigo 1º, inciso II e oito vezes o mesmo dispositivo combinado com incisos IV e V da Lei 8.137/90, em concurso material e também em continuidade delitiva (artigos 69 e 71 do Código Penal), po...	16/08/2012	31/08/2012	1ª Turma Criminal
163	600056		APR -Apelação Criminal Relator(a): ROBERVAL CASEMIRO BELINATI Processo: 20090410007690APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. FRAUDE À FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA ATRAVÉS DE OMISSÃO DE OPERAÇÃO DE QUALQUER NATUREZA, EM DOCUMENTO OU LIVRO EXIGIDO PELA LEI FISCAL. ABSOLVIÇÃO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PLEITO CONDENATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PROVA SUFICIENTE ACERCA DA MATERIALIDADE DO CRIME. IN DUBIO PRO REO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A condenação penal deve ser embasada em provas seguras da materialidade e da autoria do crime, não bastando, para tanto, meros indícios ou conjecturas. 2. Inexis...	28/06/2012	04/07/2012	2ª Turma Criminal
164	591789		APR -Apelação Criminal Relator(a): SANDRA DE SANTIS Processo: 20060810026398APR APELAÇÃO CRIMINAL - CRIME CONTRA ORDEM TRIBUTÁRIA - ABSOLVIÇÃO - PENA - INDENIZAÇÃO. I. A condenação decorre do conjunto probatório, confissão do réu, depoimentos testemunhais e provas documentais. II. Ações penais em curso não servem para macular antecedentes, personalidade ou conduta social. III. A confissão, ainda que genérica, quando contribui para a formação de culpa, deve ser reconhecida na dosimetria. IV. O arbitramento de indenização exige que o crime seja posterior à vigência da lei, por tratar-se de norma heterotópica. V. Negado provimento ao...	31/05/2012	06/06/2012	1ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
165	588853		APR -Apelação Criminal Relator(a): SANDOVAL OLIVEIRA Processo: 20100111914865APR APELAÇÃO CRIMINAL - CRIME TRIBUTÁRIO - SUPRESSÃO DE ICMS - OMISSÃO DE NOTAS FISCAIS - CERCEAMENTO DE DEFESA - NULIDADE DA SENTENÇA - TESTEMUNHA DO JUÍZO - PRELIMINARES REJEITADAS - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE. I. Não há cerceamento de defesa quando o Núcleo de Práticas Jurídicas do Uniceub desempenhou de forma regular e coerente todos os atos processuais. II. O juiz é livre para fundamentar seu convencimento com as provas que entender pertinentes. Não é obrigado a ouvir a destempo pessoa que a defesa considera imprescindível. III. Impossível a absolvição quando a supressão de... ?	13/04/2012	30/05/2012	1ª Turma Criminal
166	582375		APR -Apelação Criminal Relator(a): SANDRA DE SANTIS Processo: 20110110259898APR APELAÇÃO CRIMINAL - CRIME FALIMENTAR - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS À SÓCIA-ADMINISTRADORA - FRAUDE CONTRA CREDORES - PRELIMINAR - AUSÊNCIA DE PERÍCIA CONTÁBIL - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - DOSIMETRIA. I. A aplicação dos arts. 158 e 159 do CPP é imprescindível quando o fato a ser objeto de prova não puder ser demonstrado por outros meios. Não é a hipótese. A ausência de perícia contábil não enseja a nulidade suscitada pela defesa, já que inútil para a elucidação dos fatos, uma vez que o documento entregue pela ré comprova a conduta ilícita. Preliminar rejeitada. II. Comete fraud... ?	26/04/2012	04/05/2012	1ª Turma Criminal
167	569216		APR -Apelação Criminal Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 20051010034075APR PENAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 1º, II, DA LEI N. 8.137/90). DOLO ESPECÍFICO. DESNECESSÁRIO. CONTINUIDADE DELITIVA (ART. 71 DO CÓDIGO PENAL). FILIAIS DIFERENTES. PENA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. PENA DE MULTA. EXCLUSÃO. O conjunto probatório alicerça a condenação. Desnecessário o dolo específico de obter benefício indevido para a configuração de crime contra a ordem tributária. Indiferente para a configuração do crime tributário continuado que as condutas sejam executadas numa mesma filial... ?	16/02/2012	19/03/2012	1ª Turma Criminal
168	567937		APR -Apelação Criminal Relator Designado(a): MARIO MACHADO Processo: 20030510096804APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 1º, I E II, DA LEI N. 8.137/90). PROVAS. CONDENAÇÃO. Comprovado que o réu era o legítimo proprietário da fazenda, imóvel privado, na modalidade produtor rural, a qual desenvolvia atividades agrícolas tributáveis. Portanto, o réu era responsável por todas as operações realizadas no local, e nessa qualidade cometeu os crimes de sonegação fiscal. O exercício de mandato eletivo não impõe o afastamento da administração de propriedades particulares. Apelação provida.	23/02/2012	05/03/2012	1ª Turma Criminal
169	567098		APR -Apelação Criminal Relator(a): ROBERVAL CASEMIRO BELINATI Processo: 20010910029608APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, INCISO V, DA LEI 8.137/90. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. RECURSO DO MP. SUFICIÊNCIA DE PROVAS. PROVIMENTO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. PRESCRIÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARA CONDENAR O RÉU, DECLARANDO-SE A EXTINÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA PELA PRESCRIÇÃO. 1. Considerando que o "manifesto de carga" não é documento tributário oficial, nem substitui a nota fiscal, e que era obrigação do réu emitir as notas fiscais junto com os caminhões que saíam para as ruas, nos termos do Decreto 18955/97... ?	16/02/2012	28/02/2012	2ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
170	558459		APR -Apelação Criminal Relator Designado(a): SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20060110012123APR APELAÇÃO CRIMINAL. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. AUSÊNCIA DE EMISSÃO DE NOTA FISCAL E DE RECOLHIMENTO DE ICMS. MERA INTERMEDIÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. 1. Embora esteja caracterizada a conduta do inciso I do art. 1º da Lei 8.137/90, não há elemento do tipo "suprimir ou reduzir tributo", é possível que tenha ocorrido sonegação de ISS, todavia, não houve investigação a respeito. 2. Recurso desprovido.	17/11/2011	16/01/2012	2ª Turma Criminal
171	547844		APR -Apelação Criminal Relator(a): ROBERVAL CASEMIRO BELINATI Processo: 20070111215109APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, INCISO I, DA LEI N.º 8.137/1990. REALIZAÇÃO DE SHOWS. OMISSÃO DE INFORMAÇÃO DAS ATIVIDADES ÀS AUTORIDADES FISCAIS. SUPRESSÃO DE ISS. SENTENÇA CONDENATÓRIA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. NÃO ACOLHIMENTO. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS. PENA DE MULTA. EXTINÇÃO DO BTN. AFASTAMENTO DA PENA PECUNIÁRIA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. A materialidade e a autoria do crime de sonegação de tributos do artigo 1º, inciso I, da Lei n.º 8.137/1990, uma vez que o procedimento administ... ?	10/11/2011	18/11/2011	2ª Turma Criminal
172	544085		APR -Apelação Criminal Relator(a): SANDRA DE SANTIS Processo: 20060710020523APR APELAÇÃO CRIMINAL - CRIME CONTRA ORDEM TRIBUTÁRIA - ABSOLVIÇÃO - PENAS. I. A condenação decorre do conjunto probatório, confissão judicial do corréu, depoimentos testemunhais e prova documental. II. A pena pecuniária deve guardar proporcionalidade com a corporal. III. O artigo 72 do código penal é inaplicável ao crime continuado. Na hipótese há, por ficção jurídica, crime único. IV. Recursos parcialmente providos.	20/10/2011	26/10/2011	1ª Turma Criminal
173	542303		APR -Apelação Criminal Relator(a): SOUZA E AVILA Processo: 20030110344503APR APELAÇÃO CRIMINAL. ESTELIONATO. PRELIMINAR. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. PENA IN CONCRETO. PRAZO PRESCRICIONAL DE QUATRO ANOS. DECORRIDOS MAIS DE CINCO ANOS ENTRE A DATA DO FATO E A DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. ARTIGO 110, § 1º, DO CÓDIGO PENAL, COM A REDAÇÃO ANTERIOR À DA REFORMA PROMOVIDA PELA LEI Nº 12.234/2010. Aplicada pena cujo prazo prescricional é de quatro anos e transcorridos mais cinco anos entre data do fato o recebimento da denúncia, resulta prescrita a pretensão executória estatal, nos termos do artigo 109, inciso V, c/c o artigo 110,... ?	13/10/2011	19/10/2011	2ª Turma Criminal
174	532347		APR -Apelação Criminal Relator(a): JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA Processo: 20070610089357APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SONEGAÇÃO DE ICMS DEVIDO AOS COFRES DO DISTRITO FEDERAL. PRELIMINARES. INDEFERIMENTO DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEITADAS. AUTORIA E MATERIALIDADE. DOLO GENÉRICO. RECURSO DESPROVIDO. 1 - O deferimento de diligências é ato que se inclui na esfera de discricionariedade regrada do Magistrado processante que poderá indeferi-las, de forma fundamentada, quando as julgar protelatórias ou desnecessárias e sem pertinência com a instrução do processo, não caracterizando tal ato cerceamento de ... ?	25/08/2011	05/09/2011	2ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
175	532343		APR -Apelação Criminal Relator(a): JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA Processo: 20080111012865APR PENAL. PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, INCISO II, DA LEI N. 8.137/90. OMISSÃO DE OPERAÇÃO RELATIVA AO ICMS. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. TERMO A QUO. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DO SUBSTITUÍDO. NOTAS FISCAIS DE ENTRADA DA MERCADORIA NÃO ESCRITURADAS. CONTINUIDADE DELITIVA E PENA PECUNIÁRIA. RECURSO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO PARA REDUZIR A MULTA. 1. Nos crimes tributários, a contagem do prazo prescricional não se inicia enquanto perdurar o processo administrativo tributário, começa... ?	25/08/2011	05/09/2011	2ª Turma Criminal
176	524942		APR -Apelação Criminal Relator(a): SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20040710208674APR PENAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. AUTORIA. PROVAS SATISFATÓRIAS. DOLO ESPECÍFICO. CONDENAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL. CULPABILIDADE. DECISÃO FUNDAMENTADA. PENA DE MULTA. EXTINÇÃO DO BTN - BÔNUS DO TESOURO NACIONAL. EXCLUSÃO. PROVIMENTO PARCIAL. 1. Nos crimes contra a ordem tributária havendo provas satisfatórias da autoria criminosa a condenação é medida que se impõem. 2. Apesar de a jurisprudência exigir o dolo específico em crimes contra a ordem tributária, os tribunais pátrios tem ... ?	28/07/2011	09/08/2011	2ª Turma Criminal
177	520938		APR -Apelação Criminal Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 20050110024759APR PENAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 1º, V, DA LEI N. 8.137/90). CONTINUIDADE DELITIVA (ART. 71 DO CÓDIGO PENAL). MATERIALIDADE E AUTORIA EVIDENCIADAS. PROPRIEDADE DA EMPRESA. CONTRATO SOCIAL. RÉU RESPONSÁVEL DE FATO PELA EMPRESA. Materialidade dos crimes demonstrada pela constituição dos créditos tributários constantes do auto de infração, pelo lançamento determinado por órgão fiscal competente e posterior inscrição na dívida ativa. Conjunto probatório que demonstra, suficientemente, que o réu era o proprietário e gerente, de fato, ... ?	14/07/2011	26/07/2011	1ª Turma Criminal
178	520690		APR -Apelação Criminal Relator(a): GEORGE LOPES LEITE Processo: 20060110011916APR PENAL E PROCESSUAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. AUDITORES TRIBUTÁRIOS ACUSADOS DE LEVANTAREM DÍVIDA FISCAL E DEPOIS PROMETER AO CONTRIBUINTE "DAR UM JEITINHO" PARA ELIDIR O PAGAMENTO DO TRIBUTOS. CONDENAÇÃO DE UM E ABSOLUÇÃO DA CORRÉ. RECURSOS DA DEFESA E DA ACUSAÇÃO. ALEGAÇÕES DE NULIDADE DO PROCESSO E DE RAQUITISMO DA PROVA. IMPROCEDÊNCIA. CRÍTICA DA DOSIMETRIA. REVISÃO PARCIAL DA SENTENÇA. 1 Réus acusados de infringirem o artigo 3º, inciso II da Lei 8.137/90, eis que autuaram determinada empresa para depois solicitar do sócio gerente vantagem ... ?	29/06/2011	21/07/2011	1ª Turma Criminal
179	520127		APR -Apelação Criminal Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 20101210008822APR PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FISCAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL. A ausência da decisão do procedimento administrativo fiscal, que confirme o lançamento do tributo, e a consequente ausência de condição objetiva de punibilidade acarretam a nulidade do processo desde a denúncia (art. 395, III, do CPP). Processo declarado nulo desde a denúncia.	11/07/2011	19/07/2011	1ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
180	511314		APR -Apelação Criminal Relator(a): ROBERVAL CASEMIRO BELINATI Processo: 20050110641739APR RECURSOS DE APELAÇÃO CRIMINAL INTERPOSTOS PELA DEFESA DOS TRÊS RÉUS E PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 3º, INCISO II, DA LEI N.º 8.137/1990. ALEGAÇÃO DE INOBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ. IRRETROATIVIDADE DA LEI N.º 11.719/2008. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA E DE ILEGALIDADE DAS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS. INOCORRÊNCIA DE NULIDADE. MÉRITO. AUTORIA E MATERIALIDADE DOS CRIMES DEMONSTRADAS. PROVA DOCUMENTAL E TESTEMUNHAL. MANUTENÇÃO DA CONDENACÃO. PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA A CONDE... 	05/05/2011	17/06/2011	2ª Turma Criminal

[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)[Nova Consulta](#)

Query

Resultado da Consulta

Termos Pesquisados:

Pesquisa Livre [Espelho]: (crime adj1 ordem adj2 tributária)**Período:** entre 01/01/1991 e 29/12/2019**Bases de Consulta:** Acórdãos - Turmas Recursais, Acórdãos - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), Jurisprudência em Temas, Acórdãos, Informativos de Jurisprudência

Ir para a página:

10

**Total de páginas: 16. Total de Documentos Encontrados: 319.** [Link](#)[para resultado da consulta.](#)

Filtrar Acórdãos em Segredo de Justiça.























Filtrar Acórdãos



Públicos.

[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)[Nova Consulta](#)

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
181	498635		APR -Apelação Criminal Relator(a): ROMÃO C. OLIVEIRA Processo: 20060710099425APR PENAL. ART. 1º, INC. II, DA LEI 8.137/90. PRELIMINAR DE NULIDADE - PROVA ILÍCITA - INOCORRÊNCIA. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS - INVIABILIDADE. REDUÇÃO DA PENA-BASE - FRAÇÃO DE AUMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA NO MÍNIMO LEGAL DE 1/6 - IMPOSSIBILIDADE. PENA PECUNIÁRIA EXACERBADA - ADEQUAÇÃO. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. Não há qualquer ilegalidade na apreensão dos documentos e livros realizados pelo Fisco na empresa do réu quando estes não estão acobertados por sigilo, ainda mais quando se tratarem da contabilidade, que são de apresentação obrigatória pelo contribuinte....	08/04/2011	03/05/2011	1ª Turma Criminal
182	498152		APR -Apelação Criminal Relator(a): JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA Processo: 20070110023592APR APELAÇÃO. PROCESSO PENAL. LEI Nº 8.137/90. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, INCISO II. OMISSÃO DE OPERAÇÃO RELATIVA À VENDA DE MERCADORIAS EM LIVRO EXIGIDO POR LEI FISCAL. PRELIMINAR. PRESCRIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PROVADAS MATERIALIDADE E AUTORIA. DESCLASSIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. 1. Nos crimes tributários, a contagem do prazo prescricional se inicia com a constituição definitiva do crédito em favor da Fazenda Pública. O curso da prescrição permanece suspenso, enquanto obstada a propositura da ação penal pela ausência...	14/04/2011	25/04/2011	2ª Turma Criminal
183	496075		APR -Apelação Criminal Relator(a): GEORGE LOPES LEITE Processo: 20080710349086APR TRIBUTÁRIA. SUPRESSÃO DO PAGAMENTO DE IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS. INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. ALEGAÇÃO DE PAGAMENTO POR MEIO DE PRECATÓRIO. SUSPENSÃO DO PROCESSO E DO PRAZO PRESCRICIONAL. SENTENÇA CASSADA. 1 Réu condenado por infringir duas vezes em continuidade delitiva o artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90, eis que gerenciava empresa e suprimiu o pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços durante dois meses. 2 O crime contra a ordem tributária só se consuma com a constituição do crédito tributário, quando inicia a...	07/04/2011	14/04/2011	1ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
184	495584		APR -Apelação Criminal Relator(a): ALFEU MACHADO Processo: 20070110206894APR PENAL. PROCESSO PENAL. FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO PENAL). RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. ABSOLVIÇÃO. CONDENAÇÃO ANTERIOR POR CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 3º, INCISO III, DA LEI Nº. 8.137/90. VIABILIDADE. ALEGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONSUMAÇÃO DO CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA COM A SIMPLES OMISSÃO OU INSERÇÃO, EM DOCUMENTO PÚBLICO OU PARTICULAR, DE DECLARAÇÃO FALSA OU DIVERSA DA QUE DEVERIA SER ESCRITA, COM O FIM DE PREJUDICAR DIREITO, CRIAR OBRIGAÇÃO OU ALTERAR A VERDADE SOBRE... 	07/04/2011	13/04/2011	2ª Turma Criminal
185	490842		APR -Apelação Criminal Relator(a): ROBERVAL CASEMIRO BELINATI Processo: 20050610080795APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO 1º, INCISO V, DA LEI N. 8.137/90. CONTINUIDADE DELITIVA. RECURSO DA DEFESA. AUSÊNCIA DE TIPICIDADE MATERIAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DOS VETORES CARACTERIZADORES. CONFIGURAÇÃO DA LESÃO JURÍDICA EFETIVA E DA OFENSIVIDADE, PERICULOSIDADE E REPROVABILIDADE DA CONDUTA. NÃO RECOLHIMENTO DE ICMS. CRÉDITO TRIBUTÁRIO ACIMA DO VALOR CONSIDERADO COMO ÍNFIMO PELA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA DO DISTRITO FEDERAL. REDUÇÃO DA PENA. CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES. A... 	17/03/2011	30/03/2011	2ª Turma Criminal
186	489766		APR -Apelação Criminal Relator(a): GEORGE LOPES LEITE Processo: 20050410008589APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SONEGAÇÃO DE IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIA. PROVA SATISFATÓRIA DA MATERIALIDADE E AUTORIA. CRÍTICA INFUNDADA DA DOSIMETRIA. SENTENÇA CONFIRMADA. 1 Réu condenado por infringir sete vezes o artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90, eis que administrativa firma e nesta condição suprimiu o pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços durante sete meses, deixando de lançar nos livros fiscais operações de venda de mercadorias. A Prova oral é contundente quanto ao exercício d... 	10/03/2011	23/03/2011	1ª Turma Criminal
187	487046		APR -Apelação Criminal Relator(a): ALFEU MACHADO Processo: 20080111169412APR PENAL - PROCESSO PENAL - APELAÇÃO CRIMINAL - CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - ICMS - SUPRESSÃO - FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA - FRAUDE - AUSÊNCIA DE DOLO - ABSOLVIÇÃO. 1. Os crimes contra a ordem tributária, previstos no art. 1º da Lei n. 8.137/90 somente se consumam na modalidade dolosa. 2. O crime previsto no art. 1º, II da Lei n. 8.137/90 (suprimir tributo devido, fraudando a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela... 	03/03/2011	16/03/2011	2ª Turma Criminal
188	481356		APR -Apelação Criminal Relator(a): SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20060110135936APR PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PROVA ROBUSTA. DOLO ESPECÍFICO DE REDUZIR OU SUPRIMIR TRIBUTOS. ART. 1º, II E V, LEI 8.137/90. INTERPRETAÇÃO LITERAL. SUFICIÊNCIA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAS FAVORÁVEIS. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. REDUÇÃO. MULTA. EXTINÇÃO DO INDEXADOR (BTN). EXCLUSÃO. PROVIMENTO PARCIAL. 1. Há dolo específico de fraudar o fisco, quando patente o recolhimento de ICMS a menor, sendo irrelevante a tese de suposição de enquadramento no Simples Candango, sem que houvesse qualquer requerimento ao Fisc... 	10/02/2011	21/02/2011	2ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
189	475390		APR -Apelação Criminal Relator(a): JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA Processo: 20050110010089APR PENAL E PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. DOSIMETRIA. PENA-BASE. MÍNIMO LEGAL. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. CONTINUIDADE DELITIVA. CRIME ÚNICO. PATAMAR DE AUMENTO DE PENA EM RAZÃO DA CONTINUIDADE DELITIVA. PENA DE MULTA. PATAMAR. CAPACIDADE FINANCEIRA ECONÔMICA. 1. As circunstâncias judiciais não se mostram todas favoráveis ao réu, devendo a pena-base ficar acima do mínimo legal. 2. Se o acusado confessou a prática do crime, a circunstância atenuante da confissão espontânea, prevista no art. 65, inciso III, alínea "d", do C... 	20/01/2011	31/01/2011	2ª Turma Criminal
190	465480		APR -Apelação Criminal Relator(a): SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20060110011756APR PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PRELIMINAR. NULIDADE DA SENTENÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEIÇÃO. MÉRITO. PROVA ROBUSTA. DOLO ESPECÍFICO DE REDUZIR OU SUPRIMIR TRIBUTOS. ART. 1º, II E V, LEI 8.137/90. AUTO DE INFRAÇÃO. MATERIALIZAÇÃO DA APURAÇÃO FEITA PELO FISCO. INTERPRETAÇÃO LITERAL. SUFICIÊNCIA. DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA SUFRAGADO PELAS DEMAIS PROVAS PRODUZIDAS NOS AUTOS. ICMS. CONTROLE PARALELO DE VENDAS. ESCRITA FISCAL. COTEJO. DIFERENÇA APURADA. TRIBUTAÇÃO. SONEGAÇÃO. CONDENAÇÃO. REGULARIDADE. DANOS MAT... 	18/11/2010	26/11/2010	2ª Turma Criminal
191	465478		APR -Apelação Criminal Relator(a): SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20050111102387APR PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PRELIMINAR. NULIDADE DA SENTENÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEIÇÃO. MÉRITO. PROVA ROBUSTA. DOLO ESPECÍFICO DE REDUZIR OU SUPRIMIR TRIBUTOS. ART. 1º, II E V, LEI 8.137/90. AUTO DE INFRAÇÃO. MATERIALIZAÇÃO DA APURAÇÃO FEITA PELO FISCO. INTERPRETAÇÃO LITERAL. SUFICIÊNCIA. DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA SUFRAGADO PELAS DEMAIS PROVAS PRODUZIDAS NOS AUTOS. ICMS. CONTROLE PARALELO DE VENDAS. ESCRITA FISCAL. COTEJO. DIFERENÇA APURADA. TRIBUTAÇÃO. SONEGAÇÃO. CONDENAÇÃO. REGULARIDADE. DANOS MAT... 	18/11/2010	26/11/2010	2ª Turma Criminal
192	457238		APR -Apelação Criminal Relator(a): LUCIANO MOREIRA VASCONCELLOS Processo: 20080110749658APR INSTRUÇÃO CRIMINAL - CERCEAMENTO DE DEFESA - NULIDADES - INEXISTÊNCIAS - CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - ADVOCACIA ADMINISTRATIVA - CORRETA CONDENAÇÃO - DOSIMETRIA DA PENA - VALORAÇÃO NEGATIVA DA PERSONALIDADE - IMPOSSIBILIDADE - EFEITO DA CONDENAÇÃO - PERDA DO CARGO PÚBLICO - POSSIBILIDADE - PENA DE MULTA - INAPLICABILIDADE - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1)- Inexiste cerceamento de defesa quando os autos de procedimento de escuta telefônica ficaram à disposição na Secretaria do Juízo para conhecimento do Ministério Público e da defes... 	21/10/2010	27/10/2010	1ª Turma Criminal
193	454498		APR -Apelação Criminal Relator(a): GEORGE LOPES LEITE Processo: 19990110570523APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA E ESTELIONATO. PROVA SATISFATÓRIA DA MATERIALIDADE E AUTORIA. PRESCRIÇÃO RETROATIVA DECLARADA. SENTENÇA REFORMADA. 1 Rés condenadas em três anos de reclusão por infringirem o artigo 1º, inciso II, combinado com artigo 11, da Lei n. 8.137/90 (quatorze vezes) e a um ano de reclusão, por infringirem o artigo 171, caput, do Código Penal, eis que, agindo como administradora e como procuradora de firma individual, suprimiram Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviç... 	27/09/2010	27/10/2010	1ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
194	451696		APR -Apelação Criminal Relator(a): ROMÃO C. OLIVEIRA Processo: 20080410097120APR PENAL. ARTIGO 1º, INCISO II, DA LEI Nº 8.137/90, EM CONTINUIDADE DELITIVA. PRELIMINAR DE LITISPENDÊNCIA E INCOMPETÊNCIA - AFASTAMENTO. PRELIMINAR DE NULIDADE DA AUDIÊNCIA ANTE A FALTA DE INTIMAÇÃO - REJEIÇÃO. DOLO DE SUPRESSÃO OU REDUÇÃO DE TRIBUTOS - COMPROVAÇÃO. PENA-BASE ELEVADA - REDIMENSIONAMENTO. PROVIMENTO PARCIAL. Se a ação penal indicada como paradigma tem por base causa de pedir diversa, não prosperam as preliminares de litispendência e incompetência. Não há que se falar em cerceamento de defesa pela falta de intimação pessoal para a audiência, se o acusado tinha conh... ?	13/09/2010	27/10/2010	1ª Turma Criminal
195	448125		APR -Apelação Criminal Relator(a): JESUINO RISSATO Processo: 20020510064984APR PENAL. PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. CONTINUIDADE DELITIVA. SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DA DEFESA. PRESCRIÇÃO RETROATIVA. TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. PRAZO PRESCRICIONAL REGULADO PELA PENA APLICADA DE CADA UM DOS DELITOS, ISOLADAMENTE. DECOTE DO ACRÉSCIMO DE FRAÇÃO PELA CONTINUIDADE DELITIVA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO RETROATIVA. 1. Para efeito de aferição do prazo prescricional, o acréscimo da fração somada à pena pela continuidade delitiva deve ser decotado em razão do que orienta o enunciado... ?	13/09/2010	28/09/2010	1ª Turma Criminal
196	444552		APR -Apelação Criminal Relator(a): ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS Processo: 20040710217865APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. 1. Se entre a data da publicação da sentença e a data do julgamento da apelação transcorreram-se mais de dois anos, extingue-se a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva do réu, menor de vinte e um anos, condenado, com trânsito em julgado para a acusação, à pena de dois anos de reclusão. 2. Punibilidade extinta.	26/08/2010	08/09/2010	2ª Turma Criminal
197	436616		APR -Apelação Criminal Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 20050110110818APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, I E II, C/C ART. 11, AMBOS DA LEI N. 8.137/90. AUTORIA. PROVA. Conjunto probatório que demonstra, suficientemente, que o acusado, inclusive por meio de administração de sociedade comercial, suprimiu tributo devido ao Distrito Federal, fraudou a fiscalização tributária e alterou nota fiscal relativa a vendas de mercadorias realizadas, restando configurado o crime do art. 1º, I e II, c/c o art. 11, ambos da Lei n. 8.137/90. Apelo provido para condenar.	22/07/2010	16/08/2010	1ª Turma Criminal
198	434938		APR -Apelação Criminal Relator(a): SOUZA E AVILA Processo: 20080710096735APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. CRÉDITO TRIBUTÁRIO DEFINITIVAMENTE CONSTITUÍDO. PRESCINDIBILIDADE DE LAUDO PERICIAL. DOLO DE SUPRIMIR OU REDUZIR TRIBUTOS CONFIGURADO. DOSIMETRIA DA PENA CORPORAL CORRETA. PENA PECUNIÁRIA. REDUÇÃO Comprovada a materialidade e a autoria do delito por meio de auto de infração, procedimento administrativo fiscal, termo de correção do auto de infração, demonstrativo de omissão de vendas assinado pelo réu e inquérito policial da Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária, não há se... ?	15/07/2010	16/08/2010	1ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
199	432863		APR -Apelação Criminal Relator(a): LEILA ARLANCH Processo: 20030710145496APR PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ABSOLVIÇÃO POR NEGATIVA DE AUTORIA. PROVA DOCUMENTAL E TESTEMUNHAL CORROBORAM NO SENTIDO DA AUTORIA DELITIVA. DIMINUIÇÃO DA PENA-BASE. CABIMENTO. REGIME INICIAL ABERTO. DESCABIMENTO. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. 1. A autoria delitiva é evidenciada a partir da prova documental em cotejo com a prova oral produzida em juízo, porquanto as declarações prestadas pelo contador da empresa evidenciam que o proprietário estava presente diariamente na loja, sendo também responsável pela falta de ... 	05/07/2010	14/07/2010	1ª Turma Criminal
200	428777		APR -Apelação Criminal Relator(a): ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS Processo: 20080610041570APR PENAL. PROCESSUAL PENAL. SUPRESSÃO DE ISS E OMISSÃO DE INFORMAÇÕES AO FISCO. CONDUTA TÍPICA, LEI Nº 8.137/90. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. INOCORRÊNCIA. CONTINUIDADE DELITIVA CONFIGURADA. 1. O não recolhimento da ISS devido por catorze meses e a omissão de informações ao fisco pelo mesmo tempo configura crime contra a ordem tributária, conforme art. 1º, da Lei nº 8.137/90. 2. Não há que se falar em ausência de justa causa se a constituição do crédito tributário foi realizada indene de vícios e o lançamento foi devida e definitivamente praticado.... 	27/05/2010	23/06/2010	2ª Turma Criminal

[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)
[Nova Consulta](#)


Query

Resultado da Consulta

Termos Pesquisados:

Pesquisa Livre [Espelho]: (crime adj1 ordem adj2 tributária)**Período:** entre 01/01/1991 e 29/12/2019**Bases de Consulta:** Acórdãos - Turmas Recursais, Acórdãos - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), Jurisprudência em Temas, Acórdãos, Informativos de Jurisprudência

Ir para a página:

11

**Total de páginas: 16. Total de Documentos Encontrados: 319.** [Link](#)[para resultado da consulta.](#)

Filtrar Acórdãos em Segredo de Justiça.



Filtrar Acórdãos

Públicos.



[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)[Nova Consulta](#)

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
201	422409		APR -Apelação Criminal Relator(a): SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20050710099909APR PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PRELIMINARES. INÉPCIA DA DENÚNCIA E PRESCRIÇÃO. REJEIÇÃO. MÉRITO. PROVA ROBUSTA. DOLO ESPECÍFICO DE REDUZIR OU SUPRIMIR TRIBUTO. ART. 1º, V, LEI 8.137/90. DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA SUFRAGADO PELAS DEMAIS PROVAS PRODUZIDAS NOS AUTOS. ANOTAÇÕES DE VENDAS EM AGENDA PARTICULAR. CONDENAÇÃO. REGULARIDADE. DESPROVIMENTO. 1. Inviável tese de inépcia da denúncia, se a peça inaugural obedeceu ao disposto no art. 41, do Código de Processo Penal, contendo a exposição do fato criminoso, com...	06/05/2010	19/05/2010	2ª Turma Criminal
202	422395		APR -Apelação Criminal Relator(a): SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20040110701728APR PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA E USO DE DOCUMENTO FALSO. AUTO DE INFRAÇÃO. MATERIALIZAÇÃO DA APURAÇÃO FEITA PELO FISCO. PROVA ROBUSTA. DOLO ESPECÍFICO DE REDUZIR OU SUPRIMIR TRIBUTO. ART. 1º, II, LEI 8.137/90. DEPOIMENTOS DE TESTEMUNHAS SUFRAGADOS PELAS DEMAIS PROVAS PRODUZIDAS NOS AUTOS. CONDENAÇÃO. REGULARIDADE. PENA. REDIMENSIONAMENTO. REDUÇÃO. PRESCRIÇÃO. PENA EM CONCRETO. RECONHECIMENTO. DESPROVIMENTO. 1. Nos delitos tributários, sobressaindo o dolo de suprimir ou reduzir o valor do tributo, a condenação...	06/05/2010	19/05/2010	2ª Turma Criminal
203	420588		APR -Apelação Criminal Relator(a): GETULIO PINHEIRO Processo: 20050110583443APR Crime contra a ordem tributária. Lei 8.137/90. Ausência de dupla incriminação. Laudo de escuta telefônica. Prova lícita. Segredo de justiça. Inépcia da denúncia. Rejeição. Mérito. Prova. Condenação mantida. Circunstâncias judiciais. Maior reprovabilidade da conduta. Pena pecuniária. Exclusão. Perda do cargo. 1. Improcedente a alegação de dupla incriminação quando as condutas são diversas, com autos de infração em desfavor de entidades comerciais diferentes. 2. É lícito o Laudo de Escuta Telefônica, cuja interceptação foi autorizada judicialmente em outr...	08/04/2010	18/05/2010	2ª Turma Criminal
204	413020		APR -Apelação Criminal Relator(a): SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20050110181353APR PENAL E PROCESSO PENAL. CRIME TRIBUTÁRIO. SONEGAÇÃO FISCAL. ART. 1º, I E V, LEI 8.137/1990. CDA (CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA). CRÉDITO DEFINITIVAMENTE CONSTITUÍDO. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA O AJUIZAMENTO DA AÇÃO PENAL. CONFISSÃO SOMADA AOS DEPOIMENTOS TESTEMUNHAIS. CONDENAÇÃO DE RIGOR. CIRCUNSTÂNCIAS FAVORÁVEIS. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. PROVIMENTO DO RECURSO. 1. A apuração dos crimes tributários tipificados no art. 1º, e incisos, da Lei N. 8.137/1990, exigiram da jurisprudência maior atenção, e, finalmente, as Cortes Superior...	18/03/2010	28/04/2010	2ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
205	403719		APR -Apelação Criminal Relator(a): SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20050710262942APR PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ABSOLVIÇÃO. INSUFICIÊNCIA DO CONJUNTO PROBATÓRIO. CONDIÇÃO DE PROPRIETÁRIO DA LOJA. COMPROVAÇÃO. PROVA ORAL. 1. Não merece prosperar a pretensão absolutória quando o conjunto probatório é harmônico e coeso, com elementos hábeis a demonstrar a prática da conduta delitiva pelos infratores, o que deflui das provas técnica e testemunhal produzidas. 2. A prova oral coligida aos autos se mostra suficientemente hábil a comprovar a condição do apelante de proprietário do estabelecimento comercial aut... 	21/01/2010	24/02/2010	2ª Turma Criminal
206	396052		APR -Apelação Criminal Relator(a): SÉRGIO ROCHA Processo: 20040110701703APR APELAÇÃO CRIMINAL - CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - ART. 1º, V DA LEI 8.137/90 - AUTORIA COMPROVADA - MANUTENÇÃO DA PENA. 1. O empresário individual comete o delito de sonegação fiscal previsto no art. 1º, V da Lei 8.137/90 ao deixar de recolher aos cofres públicos ICMS que integrou o preço de mercadoria vendida. 2. O réu, na condição de empresário individual, assume a obrigação de fiscalizar a administração da empresa e zelar por sua regularidade fiscal, sob o risco de responder por eventuais atos ilícitos, sobretudo quando há o aproveitamento indevido d... 	12/11/2009	24/02/2010	2ª Turma Criminal
207	391301		APR -Apelação Criminal Relator(a): NILSONI DE FREITAS Processo: 20040111011982APR DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ABSOLVIÇÃO. RECURSO MINISTERIAL. PRELIMINAR ALEGADA EM CONTRA-RAZÕES. LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. CONDIÇÃO OBJETIVA DE PUNIBILIDADE DA AÇÃO PENAL. INOCORRÊNCIA. RÉU SÓCIO-GERENTE DA EMPRESA. APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS DE ICMS MEDIANTE NOTAS FISCAIS ESCRITURADAS EM VALORES INFERIORES. DECLARAÇÃO DO RÉU QUE EVIDENCIA O DOLO. CONDUTAS QUE SÊ AMOLDAM AOS TIPOS ELENCADOS. CONDENAÇÃO. DOSIMETRIA DA PENA. CRIME CONTINUADO. SUBSTITUIÇÃO. POSSIBILIDADE. 1. Comprovada a ... 	12/11/2009	24/02/2010	2ª Turma Criminal
208	401171		APR -Apelação Criminal Relator Designado(a): SANDRA DE SANTIS Processo: 20040110394764APR APELAÇÃO - CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - PRELIMINAR - PRESCRIÇÃO - INEXISTÊNCIA - MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS - DOLO - PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA - CONTINUIDADE DELITIVA - EXCLUSÃO. I. Nos crimes tributários, a contagem do prazo prescricional se inicia com a constituição definitiva do crédito em favor da Fazenda Pública. O curso da prescrição permanece suspenso, enquanto obstada a propositura da ação penal pela ausência do lançamento definitivo. II. O dolo restou evidenciado pela consciência do agente de que a operação rea... 	03/12/2009	09/02/2010	1ª Turma Criminal
209	399826		APR -Apelação Criminal Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 20050710079600APR PENAL. ARTIGO 1º, II, DA LEI 8.137/90. PRESCRIÇÃO. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. INOCORRÊNCIA DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. Os crimes do artigo 1º da Lei 8.137/90 consumam-se com a constituição em definitivo do crédito tributário (Precedente do STJ). In casu, os fatos praticados não foram alcançados pela prescrição, uma vez que entre a data da consumação do crime (11/12/2003) e a do recebimento da denúncia (3/5/2007) transcorreu lapso temporal inferior ao necessário para tal. O § 2º do art. 9º da Lei 10.684/2003 reza que a extinção da punibilidade somente ocorrerá após... 	03/12/2009	21/01/2010	1ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
210	394573		APR -Apelação Criminal Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 20070111336282APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE DESBLOQUEIO DE BENS. DECRETO Nº 3.240/41. É cabível o recurso de apelação contra decisão que indefere pedido de desbloqueio de conta corrente em processo criminal. Desacolhe-se preliminar de nulidade da decisão fundada em alegada ausência de fundamentação, se esta, embora sucinta, está presente. Documentos produzidos em juízo trazem veementes elementos indiciários da existência de crimes de que participara a apelante, com prejuízo para a Fazenda Pública do Distrito Federal. Com isso, pre... ?	05/11/2009	21/01/2010	1ª Turma Criminal
211	371873		APR -Apelação Criminal Relator(a): EDSON ALFREDO SMANIOTTO Processo: 20050110641513APR PENAL. ART. 3º, I DA LEI 8.137/90. AUTORIA E MATERIALIDADE. DOSIMETRIA DA PENA. EFEITO DA CONDENAÇÃO. PERDA DO CARGO PÚBLICO. APLICAÇÃO NÃO AUTOMÁTICA. CONDENAÇÃO. 1 - Restando devidamente comprovada a autoria e materialidade do crime funcional contra a ordem tributária - patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público, a condenação se impõe. 2 - A perda do cargo é efeito da condenação e a sua aplicação não é automática, mas ocorre em casos em que o crime é ... ?	16/07/2009	30/09/2009	1ª Turma Criminal
212	338899		APR -Apelação Criminal Relator(a): SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 19980110531759APR PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SENTENÇA. CONDENAÇÃO. TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. TRANSCURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DO RÉU. 1. Proferida a sentença em que restou condenado o réu a pena privativa de liberdade não superior a 02 (dois) anos de reclusão, e verificando-se o trânsito em julgado para a acusação, a contagem do prazo prescricional regula-se pela pena in concreto (art. 110, § 1º, Código Penal), obedecidos os intervalos previstos no art. 109, do... ?	08/01/2009	18/03/2009	2ª Turma Criminal
213	338880		APR -Apelação Criminal Relator(a): SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20050110024870APR PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE DA LEI N. 8.137/90. NÃO RECONHECIMENTO. PARCELAMENTO DO DÉBITO. INADIMPLEMENTO. PERSECUÇÃO PENAL. REGULARIDADE. REDUÇÃO DE TRIBUTO. DOLO DIRETO. CONDENAÇÃO DE RIGOR. 1. Registra-se a circunstância de que o tema 'aplicação da Lei N. 8.137/90' já foi submetido, em inúmeras oportunidades, ao Excelso SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, e sua constitucionalidade nunca foi objeto de discussão naquela Corte, observa-se, à exaustão,... ?	08/01/2009	18/03/2009	2ª Turma Criminal
214	338897		APR -Apelação Criminal Relator(a): SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 19990710081745APR PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS. SENTENÇA. ABSOLVIÇÃO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PROVIMENTO PARCIAL. CONDENAÇÃO. PENA MÍNIMA. TRANSCURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DO RÉU. 1. Comprovado nos autos que a retratação do réu, em juízo, não teve o condão de desmerecer aquelas provas produzidas na fase inquisitorial, no tocante ao crime de violação de direitos autorais (programa de computador), ante prisão em flagrante e confissão, cons... ?	08/01/2009	11/03/2009	2ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
215	342733		APR -Apelação Criminal Relator(a): GEORGE LOPES LEITE Processo: 20050110578255APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ADVOCACIA ADMINISTRATIVA PERANTE A ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA. CRIME FORMAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO PRINCÍPIO DO PROMOTOR NATURAL. REDISTRIBUIÇÃO DE AUTOS ENTRE PROMOTORIAS ESPECIALIZADAS. ANÁLISE DA DOSIMETRIA. AÇÕES E INQUÉRITOS PENAIIS EM ANDAMENTO PODEM EVIDENCIAR PERSONALIDADE TENDENTE À CRIMINALIDADE. PERDA DO CARGO PÚBLICO. EFEITO NÃO AUTOMÁTICO DA CONDENAÇÃO. IMPOSIÇÃO QUANDO PRESENTES OS REQUISITOS DO ARTIGO 92, I 'A' DO CÓDIGO PENAL. PENA DE MULTA DA LEI 8.137/1990. INAPLICABILIDADE. FIX... ?	06/11/2008	03/03/2009	1ª Turma Criminal
216	336821		APR -Apelação Criminal Relator(a): EDSON ALFREDO SMANIOTTO Processo: 20050410063450APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. A supressão ou o não recolhimento do tributo caracteriza o animus de infringência à legislação tributária.	27/11/2008	03/02/2009	1ª Turma Criminal
217	329177		APR -Apelação Criminal Relator(a): MARIA APARECIDA FERNANDES Processo: 20020150085479APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PARCELAMENTO DO DÉBITO FISCAL ANTERIOR AO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. PAGAMENTO INTEGRAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. ABSOLVIÇÃO. POSSIBILIDADE. - Se houve o pagamento integral da dívida com a Fazenda opera-se a extinção da punibilidade do agente, mostrando-se de somenos importância que tenha ou não se operado o recebimento da denúncia. - Negado provimento ao recurso. Decisão unânime.	10/12/2004	26/11/2008	2ª Turma Criminal
218	326852		APR -Apelação Criminal Relator(a): SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20020710177344APR PENAL. PROCESSO PENAL. SONEGAÇÃO FISCAL. ARTIGO 1º, INCISOS I E II, DA LEI N. 8.137/90. INÉPCIA DA DENÚNCIA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELO PAGAMENTO DO TRIBUTO. PRESCRIÇÃO. NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS. ABSOLVIÇÃO POR FALTA DE PROVAS. DOSIMETRIA DA PENA. REDUÇÃO DA PENA DE MULTA. NÃO APLICAÇÃO DO ARTIGO 72, DO CÓDIGO PENAL, EM CASO DE CRIME CONTINUADO. RECURSO PARCIALMANTE PROVIDO. 1. Não há que se falar em denúncia inepta, visto que a peça inaugural obedece ao contido no artigo 41 do Código de Processo Penal, contendo a exposição do fato criminoso com todas a... ?	16/10/2008	12/11/2008	2ª Turma Criminal
219	325481		APR -Apelação Criminal Relator(a): JOÃO EGMONT Processo: 20040111226809APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL. SUPRESSÃO DE RECOLHIMENTO DE IMPOSTO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS). FATO INCONTROVERSO. ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO. NÃO COMPROVAÇÃO. ABSOLVIÇÃO. PRECEDENTE. 1. Duvidosa a presença do elemento subjetivo, imprescindível à configuração de crime contra a ordem tributária, consistente em suprimir ou reduzir tributo, tipificado no art. 1º da Lei 8.137/90, correta a sentença absolutória. 1.1 As atitudes no sentido ... ?	09/10/2008	05/11/2008	1ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
220	323972		APR -Apelação Criminal Relator(a): DELEANE CAMARGO Processo: 20050710132973APR CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. AUSÊNCIA DE REGISTROS E RECOLHIMENTO DO ISS. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. PRESCRIÇÃO RETROATIVA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. 1. Configurada a autoria e a materialidade do fato, impõe-se reconhecer a procedência da pretensão punitiva do Estado, tendo em vista que o crime tipificado no art. 1º, inciso II da Lei 8.137/90 é de mera conduta, razão pela qual para incorrer no tipo penal basta que o agente preste o serviço e omita o registro no livro obrigatório, a fim de se eximir da obrigação de recolher o imposto. 2. A... 	11/09/2008	16/10/2008	1ª Turma Criminal

[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)[Nova Consulta](#)

Query

Resultado da Consulta

Termos Pesquisados:

Pesquisa Livre [Espelho]: (crime adj1 ordem adj2 tributária)**Período:** entre 01/01/1991 e 29/12/2019**Bases de Consulta:** Acórdãos - Turmas Recursais, Acórdãos - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), Jurisprudência em Temas, Acórdãos, Informativos de Jurisprudência

Ir para a página:

12

**Total de páginas: 16. Total de Documentos Encontrados: 319.** [Link](#)[para resultado da consulta.](#)☐ Filtrar Acórdãos em Segredo de Justiça. ☒ Filtrar Acórdãos

Públicos.


[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)[Nova Consulta](#)

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
221	313933		APR -Apelação Criminal Relator(a): MARIA IVATÔNIA Processo: 20060111306714APR EMENTA APELAÇÃO CRIMINAL. SEQUESTRO DE BENS. DECRETO-LEI 3.240/41. DISCUSSÃO ACERCA DA ORIGEM DOS BENS. IRRELEVÂNCIA. 1. Nos termos do art. 1º do Decreto-Lei 3.240/41, "Ficam sujeitos a seqüestro os bens de pessoa indiciada por crime de que resulta prejuízo para a Fazenda Pública". 2. Se decretada a medida cautelar sob tal fundamento, irrelevante discussão acerca de origem lícita do bem, pois que o que se visa é a garantia do ressarcimento à Fazenda Pública mediante o seqüestro de bens o quanto bastem para a satisfação do débito. Precedentes. 3. Recurso conhecido e improvido.	05/06/2008	30/07/2008	2ª Turma Criminal
222	311230		APR -Apelação Criminal Relator(a): JOÃO EGMONT Processo: 20040110268314APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DE ISS. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. DOLO ESPECÍFICO. PRESENÇA. PRESCRIÇÃO RETROATIVA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. 1. Configurada a autoria e a materialidade do fato, impõe-se reconhecer a procedência da pretensão punitiva do Estado, tendo em vista que o crime tipificado no artigo 1º, inciso II da Lei 8.137/90 é de mera conduta, não se exigindo, portanto, resultado naturalístico, razão pela qual para incorrer no tipo penal basta que o agente preste o serviço e omita o registro no livro o...	12/06/2008	09/07/2008	1ª Turma Criminal
223	296601		APR -Apelação Criminal Relator(a): VAZ DE MELLO Processo: 20030750082378APR CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ARTIGO 1º, INCISOS II E V, DA LEI N. 8.137/90). CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE. DECISÃO DEFINITIVA NA ESFERA ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA. É condição de procedibilidade para a instauração de ação penal a existência concreta do débito fiscal, consubstanciado no trânsito em julgado da decisão administrativa, conforme dispõe o artigo 83 da Lei n. 9.430/96. Nesse sentido: STF - HC89983/PR - DJU de 30-3-2007; STF - HC81611/DF - DJU de 13-5-2005. ANULOU-SE O PROCESSO AB INITIO. UNÂNIME.	23/08/2007	18/03/2008	2ª Turma Criminal
224	279608		APR -Apelação Criminal Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 20060111237632APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SEQUESTRO DE BENS. DECRETO Nº 3.240/41. Desacolhe-se preliminar de nulidade da decisão fundada em alegada ausência de fundamentação, se esta, embora sucinta, está presente. O art. 1º do Decreto-Lei nº 3.240/41 é norma especial, que prevalece sobre o art. 125 do CPP e não foi por este revogado. O seqüestro de bens fundado no referido decreto tem por escopo tornar certa a obrigação dos acusados de indenizar o dano causado pelo crime, como regra de eficácia de eventual condenação. Apelação desprovida.	16/08/2007	19/09/2007	1ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
225	279607		APR -Apelação Criminal Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 20060111237616APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SEQÜESTRO DE BENS. DECRETO Nº 3.240/41. Desacolhe-se preliminar de nulidade da decisão fundada em alegada ausência de fundamentação, se esta, embora sucinta, está presente. O art. 1º do Decreto-Lei nº 3.240/41 é norma especial, que prevalece sobre o art. 125 do CPP e não foi por este revogado. O seqüestro de bens fundado no referido decreto tem por escopo tornar certa a obrigação dos acusados de indenizar o dano causado pelo crime, como regra de eficácia de eventual condenação. Apelação desprovida.	16/08/2007	19/09/2007	1ª Turma Criminal
226	279606		APR -Apelação Criminal Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 20060111237577APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SEQÜESTRO DE BENS. DECRETO Nº 3.240/41. Desacolhe-se preliminar de nulidade da decisão fundada em alegada ausência de fundamentação, se esta, embora sucinta, está presente. O art. 1º do Decreto-Lei nº 3.240/41 é norma especial, que prevalece sobre o art. 125 do CPP e não foi por este revogado. O seqüestro de bens fundado no referido decreto tem por escopo tornar certa a obrigação dos acusados de indenizar o dano causado pelo crime, como regra de eficácia de eventual condenação. Apelação desprovida.	16/08/2007	19/09/2007	1ª Turma Criminal
227	279605		APR -Apelação Criminal Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 20060111237544APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SEQÜESTRO DE BENS. DECRETO Nº 3.240/41. Desacolhe-se preliminar de nulidade da decisão fundada em alegada ausência de fundamentação, se esta, embora sucinta, está presente. O art. 1º do Decreto-Lei nº 3.240/41 é norma especial, que prevalece sobre o art. 125 do CPP e não foi por este revogado. O seqüestro de bens fundado no referido decreto tem por escopo tornar certa a obrigação dos acusados de indenizar o dano causado pelo crime, como regra de eficácia de eventual condenação. Apelação desprovida.	16/08/2007	19/09/2007	1ª Turma Criminal
228	279604		APR -Apelação Criminal Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 20060111237536APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SEQÜESTRO DE BENS. DECRETO Nº 3.240/41. Desacolhe-se preliminar de nulidade da decisão fundada em alegada ausência de fundamentação, se esta, embora sucinta, está presente. O art. 1º do Decreto-Lei nº 3.240/41 é norma especial, que prevalece sobre o art. 125 do CPP e não foi por este revogado. O seqüestro de bens fundado no referido decreto tem por escopo tornar certa a obrigação dos acusados de indenizar o dano causado pelo crime, como regra de eficácia de eventual condenação. Apelação desprovida.	16/08/2007	19/09/2007	1ª Turma Criminal
229	279603		APR -Apelação Criminal Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 20060111237503APR EMENTA: PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SEQÜESTRO DE BENS. DECRETO Nº 3.240/41. Desacolhe-se preliminar de nulidade da decisão fundada em alegada ausência de fundamentação, se esta, embora sucinta, está presente. O art. 1º do Decreto-Lei nº 3.240/41 é norma especial, que prevalece sobre o art. 125 do CPP e não foi por este revogado. O seqüestro de bens fundado no referido decreto tem por escopo tornar certa a obrigação dos acusados de indenizar o dano causado pelo crime, como regra de eficácia de eventual condenação. Apelação desprovida.	16/08/2007	19/09/2007	1ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
230	277382		APR -Apelação Criminal Relator(a): GETULIO PINHEIRO Processo: 20020110707258APR Apelação criminal. Crimes contra a ordem tributária. Responsabilidade pessoal do agente. Inexistência de provas. 1. Nos delitos contra a ordem tributária, é necessária a apuração efetiva da responsabilidade do agente. Insuficiente o fato de figurar como sócio da pessoa jurídica envolvida na sonegação fiscal. 2. Na ausência de provas concretas de que o réu, no exercício da administração ou gerência de sociedade empresária, praticou os delitos previstos no art. 1º, incisos I e IV, e art. 2º, inciso I, ambos da Lei n.º 8.137/90, ... 	12/07/2007	08/08/2007	2ª Turma Criminal
231	267219		APR Relator(a): JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA Processo: 19980110318048APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. (ART. 1º, I, II E IV DA LEI 8.137/90). SUPRESSÃO DE ICMS. ALÍQUOTAS DIFERENCIADAS ENTRE AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO. AUSÊNCIA DE DOLO. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. CONFIRMAÇÃO. I - Não tendo o apelado agido com dolo, a manutenção da sentença absolutória é medida que se impõe. II - Negou-se provimento ao recurso. Unânime.	23/11/2006	18/04/2007	2ª Turma Criminal
232	259425		APR Relator(a): SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 20020111045170APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PRELIMINAR. PRESCRIÇÃO. NÃO-OCORRÊNCIA. MÉRITO. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SUPRESSÃO DE TRIBUTOS. CONDUTA TÍPICA. CONDENAÇÃO DE RIGOR. REINCIDÊNCIA. INEXISTÊNCIA. DECOTE, COMO TAMBÉM DA PENA DE MULTA. REGIME ABERTO. PROVIMENTO PARCIAL. 1. Conforme entendimento sedimentado no cerne do Colendo STJ, o delito tributário somente resta caracterizado após a constituição definitiva do crédito em favor da Fazenda Pública, sendo íçado à condição de punibilidade, sem a qual não pode o Ministério Público sequer aj... 	14/09/2006	17/01/2007	2ª Turma Criminal
233	255346		APR Relator(a): JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA Processo: 19980110720667APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ARTS. 1º, I e II, E 2º DA LEI 8.137/90). PRESCRIÇÃO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE QUANTO AO DELITO DO ART. 2º. REDUÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE E PECUNIÁRIA EM RELAÇÃO AO CRIME DO ART. 1º. IMPOSSIBILIDADE. I - Transcorridos mais de 02 (dois) anos entre a publicação da sentença que condenou o apelante a 10 (dez) meses de detenção pelo delito capitulado no art. 2º da Lei 8.137/90 e o julgamento em segunda instância, declara-se a prescrição da pretensão punitiva estatal em relação àquele delito. Mantida a condenação... 	06/07/2006	11/10/2006	1ª Turma Criminal
234	253223		APR Relator(a): MARIA APARECIDA FERNANDES Processo: 19990110090809APR PENAL. PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. NÃO PAGAMENTO DE ISS AOS COFRES PÚBLICOS. DOLO. COMPROVAÇÃO. -A escrituração dos débitos relativos ao ISS, por si só, não é suficiente para se aferir sobre a ausência da intenção do agente em lesar o fisco. Tampouco, as dificuldades financeiras são escusas hábeis a isentar o devedor tributário do adimplemento de suas obrigações junto ao fisco, sob pena de malferir o princípio da igualdade tributária, hodiernamente apregoado. -Improvido o recurso. Unânime.	30/03/2006	04/10/2006	2ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
235	250472		APR Relator(a): GETULIO PINHEIRO Processo: 20050110726549APR Seqüestro de bem móvel. Decreto-Lei nº 3.240/41. Pedido de restituição indeferido. Apelação. Preliminar de não-conhecimento rejeitada. Locação de veículo com opção de compra. Inexistência de simulação. 1. Como a decisão que indefere pedido de restituição de coisa apreendida é recorrível (art. 593, II, CPP), incabível mandado de segurança para sua reforma (Lei nº 1.533/51, art. 5º, II). 2 De conformidade com o art. 1º do Decreto-Lei nº 3.240/41, "Ficam sujeitos a seqüestro os bens de pessoa indiciada por crime de que resulta prejuízo para a Fazenda Pública". Incabível a decretação dessa medida, con... ?	09/06/2006	16/08/2006	2ª Turma Criminal
236	244246		APR Relator(a): MARIA APARECIDA FERNANDES Processo: 19980110502955APR PENAL. PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, INCISOS II E V, DA LEI N. 8.137/90, C/C O ARTIGO 11 DA MESMA LEI E ART. 71 DO CÓDIGO PENAL. PRESCRIÇÃO RETROATIVA. INCIDÊNCIA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. ART. 107, IV, C/C OS ARTIGOS 109, V E 110, § 1º, TODOS DO CP. -Levando-se em conta que a pena imposta à acusada restou fixada no patamar de 02 anos, em momento anterior à aplicação da continuidade delitiva, e que, na espécie, a teor do art. 109, inciso V, do CP, devidamente conjugado com o art. § 1º, do art. 110, do CP, o jus puniendi... ?	09/02/2006	13/07/2006	2ª Turma Criminal
237	240218		APR Relator(a): GETULIO PINHEIRO Processo: 20000110652500APR Crime contra a ordem tributária. Venda de mercadorias. Notas fiscais não-emitidas. Sonegação de ICMS. Insuficiência de provas. Absolvção mantida. - Diante da inexistência de prova da venda de mercadorias sem a emissão das respectivas notas fiscais, de conformidade com auto de infração lavrado com base apenas em presunções, incensurável a decisão que julga improcedente a ação penal instaurada com fulcro no art. 1º, inciso V, da Lei nº 8.137/90.	26/01/2006	13/07/2006	2ª Turma Criminal
238	228844		APR Relator(a): JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA Processo: 20010110267052APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 1º, I, DA LEI Nº 8.137/90). ABSOLVIÇÃO. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. ICMS. RETENÇÃO ANTECIPADA NÃO DESTACADA. AUSÊNCIA DE DOLO. INADIMPLEMENTO DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. INFRAÇÃO DE NATUREZA EXTRAPENAL. I - A conduta do apelado não encontra ressonância no modelo incriminador declinado na denúncia, não havendo que se falar em supressão de tributo. Aliás, o acusado demonstrou a nítida intenção de recolher o imposto devido, só não o fazendo por absoluta intransigência do servidor público, que incontinenti, lavrou o re... ?	30/06/2005	17/11/2005	1ª Turma Criminal
239	227937		APR Relator(a): MARIO MACHADO Processo: 19980110383959APR : PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. LEI Nº 8.137/90. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (ARTIGO 110, § 10, C/C O ARTIGO 109, V, AMBOS DO CÓDIGO PENAL). EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE (ART. 107, IV, DO CÓDIGO PENAL). Sendo o lapso prescricional de 4 anos, em razão do quantum da pena aplicada e ocorrendo transcurso de tempo superior a esse prazo, o reconhecimento da prescrição é medida que se impõe, conforme preceitua o artigo 110, § 1o, c/c o artigo 109, V, ambos do Código Penal. Julgada extinta a pretensão punitiva estatal pela prescrição intercorrente.	29/09/2005	26/10/2005	1ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
240	225046		APR Relator(a): EDSON ALFREDO SMANIOTTO Processo: 19990110094998APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. NÃO RECOLHIMENTO DE ISS E ICMS. RESPONSABILIDADE PENAL. 1 - No crime descrito no artigo 2º, inciso II da lei 8.137/90, o dolo consiste na omissão da prática de uma conduta a que por lei o contribuinte estava obrigado. 2 - O não recolhimento do tributo, caracteriza o animus de infringência à legislação tributária. 3 - Julga-se extinta a punibilidade pela ocorrência da prescrição in concreto da pena imposta, se decorrido lapso temporal superior a quatro anos entre a data do último crime e o recebimento da denúncia.	01/09/2005	14/10/2005	1ª Turma Criminal

[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)[Nova Consulta](#)

Query

Resultado da Consulta

Termos Pesquisados:

Pesquisa Livre [Espelho]: (crime adj1 ordem adj2 tributária)**Período:** entre 01/01/1991 e 29/12/2019**Bases de Consulta:** Acórdãos - Turmas Recursais, Acórdãos - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), Jurisprudência em Temas, Acórdãos, Informativos de Jurisprudência

Ir para a página:

13



**Total de páginas: 16. Total de Documentos Encontrados: 319.** [Link](#)[para resultado da consulta.](#)☐ Filtrar Acórdãos em Segredo de Justiça. ☒ Filtrar Acórdãos






Públicos.



[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)[Nova Consulta](#)

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
241	205493		APR Relator(a): GETULIO PINHEIRO Processo: 19990110503325APR Crime contra a ordem tributária. Fraude à fiscalização. Dificuldades financeiras. Absolvção. Crime omissivo puro. Sentença reformada. 1. A omissão do contribuinte em escriturar no livro próprio notas fiscais referentes à prestação de serviços caracteriza fraude à fiscalização tributária. Por se tratar de crime omissivo puro, o não-fazer traduz quebra de dever constitucionalmente imposto a toda a sociedade. 2. Dificuldades financeiras da empresa não excluem a tipicidade dessa conduta.	02/12/2004	16/02/2005	2ª Turma Criminal
242	203226		APR Relator(a): LECIR MANOEL DA LUZ Processo: 20020150084118APR CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - PRELIMINARES DE CERCEAMENTO DE DEFESA E DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE EM RAZÃO DA PRECLUSÃO AFASTADAS - AUSÊNCIA DE DOLO - ABSOLVIÇÃO MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO - UNÂNIME. Improcede a preliminar de cerceamento de defesa, em razão da ausência do advogado do apelado na oitiva de testemunha que foi expressamente dispensada pelo mesmo. Insustentável preliminar de extinção da punibilidade em razão da preclusão, tendo em vista que a pena máxima arbitrada para cada delito imputado ao recorrido (art. 1º, incisos II e V da Lei 8.137/90) é de 5 a...	23/09/2004	02/02/2005	1ª Turma Criminal
243	199745		APR Relator(a): LECIR MANOEL DA LUZ Processo: 19980110454396APR PENAL - CRIME CONTRA ORDEM TRIBUTÁRIA - SONEGAÇÃO FISCAL - INOCORRÊNCIA DE NOVAÇÃO - RECURSOS IMPROVIDOS - UNÂNIME. O simples alongamento do prazo para pagamento do débito não constitui novação, mormente em se considerando que o inadimplemento, de qualquer parcela, acarreta o vencimento antecipado de toda a dívida, não havendo que se falar em extinção da punibilidade, que só ocorre com a quitação da dívida, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia, conforme dispõe o art. 34, da Lei n.º 9.249/95.	12/08/2004	07/10/2004	1ª Turma Criminal
244	196866		APR Relator(a): ANGELO CANDUCCI PASSARELI Processo: 19980110388738APR DIREITO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 2º, INC. II, DA LEI Nº 8137/1990. CONCURSO DE CRIMES. COMPETÊNCIA DA TURMA CRIMINAL. PRESCRIÇÃO RETROATIVA. PUNIBILIDADE EXTINTA. 1 - Havendo a Denúncia imputado ao Apelante a prática reiterada do delito previsto no artigo 2º, inciso II, da Lei nº 8137/1990, a causa especial de aumento da pena exclui a competência introduzida no ordenamento jurídico pela Lei nº 10.259/2001. 2 - Decorrido o lapso temporal previsto em lei para a prescrição da pena concretizada na sentença com trânsito em julgado para a acusaç...	17/06/2004	01/09/2004	1ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
245	196920		APR Relator(a): LECIR MANOEL DA LUZ Processo: 20000150052349APR PENAL - CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - APROVEITAMENTO INDEVIDO DE CRÉDITO DE ICMS RECOLHIDO PELA EMPRESA - RESPONSABILIDADE DO SÓCIO-GERENTE - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS - DOLO - AUSÊNCIA - LANÇAMENTO DO TRIBUTO NO LIVRO CONTÁBIL - DIFICULDADES FINANCEIRAS - RECEBIMENTO DO DÉBITO MEDIANTE AJUIZAMENTO DE AÇÃO NA ESFERA CÍVEL - DESNECESSIDADE DA MEDIDA DE EXCEÇÃO - RECURSOS IMPROVIDOS - UNÂNIME. O ICMS é tributo não cumulativo, incidente sobre toda operação de compra e venda mercantil e recolhido quando da aquisição de mercadorias por parte do consumidor fina... 	19/05/2004	25/08/2004	1ª Turma Criminal
246	195222		APR Relator(a): LECIR MANOEL DA LUZ Processo: 19980110356230APR CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - ERRO DE INTERPRETAÇÃO DA LEI - AUSÊNCIA DE DOLO - ABSOLVIÇÃO MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO - UNÂNIME. Para configuração do delito tipificado no art. 1º, incisos I e II, da Lei nº 8.137/90, não basta provar apenas a infração da norma tributária, sendo necessária a presença do elemento do tipo, ou seja, o dolo de burlar o fisco. Diante disso, impõe-se a absolvição, em caso de erro de interpretação quanto ao cálculo correto do ICMS no lançamento do crédito.	03/06/2004	04/08/2004	1ª Turma Criminal
247	189203		APR Relator(a): JAIR SOARES Processo: 20010110910713APR CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. NÃO EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE VENDA DE MERCADORIA. CARACTERIZAÇÃO. Sendo o crime do art. 1º, V, c/c o art. 11, da L. 8.137/90, de conduta omissiva, consistindo o dolo na vontade livre e consciente de omitir-se na prática de conduta que estava obrigado o comerciante, caracteriza-se como a não emissão da nota fiscal de venda de mercadoria e a conseqüente falta de recolhimento do ICMS devido. Apelação provida parcialmente.	27/11/2003	22/04/2004	1ª Turma Criminal
248	184710		APR Relator(a): VAZ DE MELLO Processo: 20000750050907APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PRELIMINARES. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. TEMPESTIVIDADE. RAZÕES. APRESENTAÇÃO EXTEMPORÂNEA. MERA IRREGULARIDADE PROCESSUAL. REPRESENTAÇÃO FISCAL. CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE. AÇÃO PENAL TRIBUTÁRIA. INVIABILIDADE. DENÚNCIA. INÉPCIA. CRIMES SOCIETÁRIOS. NARRAÇÃO GENÉRICA. LEI N. 4.729/65 (SONEGAÇÃO FISCAL). DERROGAÇÃO. LEI N. 8.137/90 (CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA). CONTINUIDADE DELITIVA. LEI NOVA MAIS GRAVOSA. APLICABILIDADE. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. CRIME ... 	28/08/2003	14/04/2004	2ª Turma Criminal
249	186532		APR Relator(a): J.J. COSTA CARVALHO Processo: APR1600395 PENAL - PROCESSUAL PENAL - CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - APROVEITAMENTO DE CRÉDITO DE ICMS - CRÉDITO EXTEMPORÂNEO - DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. Não dissimulado o aproveitamento de crédito extemporâneo, encontrando-se escrituradas todas as notas fiscais nos livros da empresa, incluído o de apuração do ICMS, com lançamento nas Guias de Informação Mensal, não há que se falar em intenção dolosa de fraudar o fisco. A recalcitrância em recolher a diferença de tributo não tipifica o crime de sonegação fiscal, pois é direito do contribuinte pagar ao Estado somente o que é devido, v... 	06/11/2003	03/03/2004	2ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
250	182278		APR Relator(a): MARIA APARECIDA FERNANDES Processo: 19990110080384APR PENAL. PROCESSUAL PENAL. LEI 8.137/90. RECOLHIMENTO DE ICMS. COMPROVAÇÃO DO DOLO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, PELA PENA CONCRETIZADA NO JULGADO. - Para caracterizar o crime contra a ordem tributária a conduta do agente deve ser exercida dolosamente com a finalidade de suprimir ou reduzir imposto. Nesse ponto, o simples registro do débito em livros próprios da empresa não é suficiente, por si só, para demonstrar que não havia a intenção de suprimir o pagamento do imposto. Assim, demonstrado o "animus rem sibi habendi" ou dolo específico em detrimento do fisco, a co... 	18/06/2003	03/12/2003	2ª Turma Criminal
251	179849		APR Relator(a): VAZ DE MELLO Processo: 19990110221283APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ARTIGO 1º, INCISO I, C/C O ARTIGO 11, AMBOS DA LEI N. 8.137/90). ABSOLVIÇÃO. PROVAS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. ELEMENTO SUBJETIVO. DOLO. DÚVIDAS. MANUTENÇÃO. IN DUBIO PRO REO. O conjunto probatório foi analisado criteriosamente pelo douto juízo a quo. Tratando-se de operação de compra e venda de bebidas, o recolhimento do tributo (ICMS) se faz pelo sistema de substituição tributária. Verifica-se nos autos não ter o apelado plena consciência da omissão da empresa vendedora quanto ao não recolhimento do imposto devido pela ven... 	24/04/2003	22/10/2003	2ª Turma Criminal
252	171719		APR Relator(a): MARIA APARECIDA FERNANDES Processo: 19990710032042APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 2º, INCISO II, C/C ART. 11, AMBOS DA LEI Nº 8.137/90. ICMS. RECOLHIMENTO. OMISSÃO. CONDENAÇÃO. PENA COMINADA. PRESCRIÇÃO RETROATIVA. I - Notificado o contribuinte a recolher aos cofres públicos o crédito tributário do ICMS por ele recebido do contribuinte indireto, não o fazendo, sua omissão tipifica crime contra a ordem tributária, cujo elemento subjetivo - o dolo - se perfaz com a omissão de praticar, sem razão, a conduta devida. II - Decorrido lapso prescricional advindo da pena concretiza... 	20/02/2003	14/05/2003	2ª Turma Criminal
253	170646		APR Relator(a): P. A. ROSA DE FARIAS Processo: 19980110520556APR PENAL: CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - ART. 1º, INC. I, C/C ART. 11, DA LEI Nº 8.137/90 - ABSOLVIÇÃO - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - RETENÇÃO ANTECIPADA NÃO DESTACADA - INADIMPLEMENTO DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA - SANÇÃO ADMINISTRATIVA QUE NÃO RESULTA EM PUNIÇÃO PENAL - NÃO HOUVE OMISSÃO DE INFORMAÇÃO, EIS QUE O AUDITOR FISCAL FACILMENTE DETECTOU O INADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO POIS AS NOTAS FISCAIS ESTAVAM SEM O DESTAQUE DE IMPOSTO RETIDO - ATIPICIDADE DA CONDUTA - ABSOLVIÇÃO MANTIDA - Recurso do MP conhecido e improvido. Os Apelados, na gerência de empresa distribuidora de... 	05/12/2002	23/04/2003	1ª Turma Criminal
254	164769		APR Relator(a): JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA Processo: 19990110421929APR APELAÇÃO CRIMINAL. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. Termo do início do período de prova. Na forma do artigo 89, § 1º da Lei 9.099/95, o acusado será submetido ao período de prova na ocasião da aceitação da proposta. Recurso do Ministério Público improvido.	22/08/2002	04/12/2002	1ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
255	163289		APR Relator(a): OTÁVIO AUGUSTO Processo: APR1955099 PENAL. PROCESSO PENAL. CRIME DE SONEGAÇÃO FISCAL. RECURSO DA DEFESA. PRELIMINARES. INTIMAÇÃO EM SEDE DE INQUÉRITO POLICIAL. DESNECESSIDADE. PROCEDIMENTO MERAMENTE INFORMATIVO. PERÍCIA TÉCNICA. PRESCINDIBILIDADE. SUFICIÊNCIA DO RESTANTE DO CONJUNTO DA PROVA. DESNECESSIDADE DE PRECEDÊNCIA DE DECISÃO ADMINISTRATIVA PARA O OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. PRESENÇA DE JUSTA CAUSA PARA INSTAURAÇÃO DA AÇÃO PENAL. MATERIALIDADE DELITIVA DEMONSTRADA. MÉRITO. PLEITO ABSOLUTÓRIO OU DE REDUÇÃO DA PENA CORPORAL. ALEGAÇÕES DE DIFICULDADES FINANCEIRAS PARA O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA E AUSÊNCIA DE DOLO NA CONDUTA. DE... ?	01/10/2002	19/11/2002	CONSELHO ESPECIAL
256	160877		APR Relator(a): NATANAEL CAETANO Processo: 19990110105397APR PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. NÃO RECOLHIMENTO DE ICMS. ALEGAÇÃO DE DIFICULDADE FINANCEIRA. I - Comete o crime previsto no art. 2º, II, da Lei nº 8.137/90 o agente que, apesar de fazer os devidos registros no Livro de Apuração do ICMS, deixa de recolhê-lo tempestivamente. II - Dificuldades financeiras não justificam a falta de recolhimento do imposto, porque o contribuinte de fato é o consumidor final do produto ou serviço, sendo o comerciante somente responsável pelo repasse ao Fisco.	05/09/2002	02/10/2002	1ª Turma Criminal
257	149215		APR Relator(a): ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO Processo: 19980110491575APR PENAL. PRESCRIÇÃO DA PENA EM ABSTRATO. NÃO CONFIGURAÇÃO. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO. AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO. CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1 - Em se tratando de delito ao qual é cominada pena máxima de 02 (dois) anos de detenção, não há de se falar em consumação da prescrição pela pena em abstrato se não transcorreu o lapso extintivo de 04 (quatro) anos, uma vez que, cerca de dois meses antes de seu decurso, desde a data do último fato, foi recebida a denúncia. 2 - A configuração de crime contra a ordem	11/10/2001	06/03/2002	2ª Turma Criminal
258	147092		APR -Apelação Criminal Relator(a): VAZ DE MELLO Processo: 19980110503343APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ARTIGO 1º, INCISO V, C/C O ARTIGO 11, AMBOS DA LEI N. 8.137/90). ABSOLVIÇÃO. PROVAS. NOTAS FISCAIS. NÃO-EMIÇÃO. ELEMENTO SUBJETIVO. DOLO. PRESENÇA. INVIABILIDADE. INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. Indiscutível a autoria do delito nos autos. A aventada ignorância do apelante sobre a imprescindibilidade da emissão de notas fiscais não merece prosperar. O próprio réu admitiu emitir usualmente nota fiscal, mas poderia acontecer de não fazê-lo. A materialidade restou comprov... ?	18/10/2001	20/02/2002	2ª Turma Criminal
259	146639		APR Relator(a): SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS Processo: 19990310066193APR PENAL. LEI FEDERAL 8.137/90. ICMS. CÁLCULO POR ARBITRAMENTO. INEXISTÊNCIA DE ATO DE MERCANCIA DURANTE PERÍODO NOTICIADO NA DENÚNCIA. ABSOLVIÇÃO. Se nenhuma prova restou arremetida no sentido de comprovar-se a prática de algum ato de mercancia, durante o período noticiado na denúncia, mantém-se o decreto absolutório, pois, no caso, o crédito tributário restou calculado por arbitramento, em face de algumas notas fiscais entregues para a repartição pública pelo próprio apelado.	20/09/2001	06/02/2002	2ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
260	146269		APR Relator(a): MARIA APARECIDA FERNANDES Processo: 19990110133577APR PENAL. PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. FALTA DE PAGAMENTO DO ISS E SUPRESSÃO DA EMISSÃO DE NOTA FISCAL AO CONSUMIDOR. ARTS. 1º E 2º DA LEI 8.137/90. - A conduta da ré em deixar de fornecer, aos tomadores de serviços, algumas Notas Fiscais de emissão obrigatória acarreta a supressão do tributo, porquanto a conduta dolosa se subsume no tipo penal previsto no art. 1º, V, da Lei 8.137/90; assim sendo, a condenação é a medida que se impõe. - Para caracterizar o crime contra a ordem tributária, previsto no art. 2º, II, da Le... 	20/09/2001	06/02/2002	2ª Turma Criminal

[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)[Nova Consulta](#)

Query

Resultado da Consulta

Termos Pesquisados:

Pesquisa Livre [Espelho]: (crime adj1 ordem adj2 tributária)**Período:** entre 01/01/1991 e 29/12/2019**Bases de Consulta:** Acórdãos - Turmas Recursais, Acórdãos - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), Jurisprudência em Temas, Acórdãos, Informativos de Jurisprudência

Ir para a página:

14

**Total de páginas: 16. Total de Documentos Encontrados: 319.** [Link](#)[para resultado da consulta.](#)☐ Filtrar Acórdãos em Segredo de Justiça. ☒ Filtrar Acórdãos




Públicos.

[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)[Nova Consulta](#)

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
261	146128		APR Relator(a): CARMELITA BRASIL Processo: 19980110376888APR CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. INEXISTÊNCIA DO DOLO. ABSOLVIÇÃO MANTIDA. O crime contra a ordem tributária não se configura sem que seja demonstrado o elemento subjetivo do tipo. Não comprovada a intenção de sonegar ou fraudar o fisco e demonstrada a absoluta impossibilidade de recursos para efetuar o pagamento, restam atípicos os fatos descritos na denúncia.	21/06/2001	21/11/2001	1ª Turma Criminal
262	144438		APR Relator(a): MARIA APARECIDA FERNANDES Processo: 20010150018384APR PENAL. PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. SUPRESSÃO DE ICMS. PRELIMINARES. IMPRESCINDIBILIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA EXIGÍVEL EM CRIME QUE DEIXA VESTÍGIOS. AUSÊNCIA DE DECISÃO NA ESFERA ADMINISTRATIVA ESSENCIAL PARA O OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. OCORRÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE RELATIVO À LAVRATURA DE UM ÚNICO AUTO DE INFRAÇÃO POSTERIOR À PEÇA ACUSATÓRIA. REJEIÇÃO. INEXISTÊNCIA DO ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO. FALTA DE ANIMUS REM SIBI HABENDI. ACOLHIMENTO. ATIPICIDADE DA CONDUTA. ABSOLVIÇÃO. PROVIDO O RECURSO DA DEFESA. PREJUDICADO O APELO MINISTERIAL. UNÂN...	30/08/2001	24/10/2001	2ª Turma Criminal
263	144391		APR Relator(a): VAZ DE MELLO Processo: 20000150061112APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ARTIGO 1º, INCISO I, DA LEI N. 8.137/90). PRELIMINAR. RECURSO MINISTERIAL. PRAZO LEGAL. INTEMPESTIVIDADE. Interposto o recurso ministerial após a fluência do prazo previsto no artigo 593, do Código de Processo Penal, não se conhece dele, dada sua manifesta intempestividade. NÃO CONHECIDO POR INTEMPESTIVO. UNÂNIME.	09/08/2001	17/10/2001	2ª Turma Criminal
264	144388		APR Relator(a): JOAZIL M GARDES Processo: 19990710021837APR "PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. CRIME OMISSIVO. ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO. MÁ-FÉ. DOLO. Na hipótese da abstenção de realizar conduta positiva, que o agente tinha por dever jurídico, deixar de recolher ISS, na data oportuna, não configura-se má-fé, a tipificar crime contra a ordem tributária, se não provado o agir deliberado de sonegar o tributo."	23/08/2001	17/10/2001	2ª Turma Criminal
265	143994		APR Relator Designado(a): GETULIO PINHEIRO Processo: 19990110047239APR Crime contra a ordem tributária. Art. 2º, inc. II, da Lei nº 8.137/90. Prescrição. 1. Comete crime contra a ordem tributária quem deixa de recolher tributos cobrados do consumidor para ser repassados aos cofres do Tesouro. 2. Condenado o réu a seis meses de reclusão, por infração ao artigo 2º, inciso II, da Lei nº 8.137/90, declara-se extinta a punibilidade do crime, em face da prescrição da pretensão punitiva, se entre a data do recebimento da denúncia e a da condenação transcorreram mais de dois anos.	23/08/2001	17/10/2001	2ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
266	143681		APR Relator(a): VAZ DE MELLO Processo: 19990110137424APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ARTIGOS 1º E 2º, DA LEI N. 8.137/90, OBSERVADO O SEU ARTIGO 11, C/C O ARTIGO 69, AMBOS DO CÓDIGO PENAL). ABSOLVIÇÃO. PROVAS. NOTAS FISCAIS. NÃO-EMIÇÃO. ELEMENTO SUBJETIVO. DOLO. PRESENÇA. INVIABILIDADE. Indiscutível a autoria do delito nos autos. A aventada ignorância do apelante sobre a imprescindibilidade da emissão de notas fiscais não merece prosperar. O próprio réu admitiu ter recebido orientação de seu contador, no sentido da necessidade de emissão das referidas notas. A materialidade restou comprovada pelos document... 	02/08/2001	17/10/2001	2ª Turma Criminal
267	143869		APR Relator(a): MARIO-ZAM BELMIRO Processo: 19980110503295APR PENAL E TRIBUTÁRIO. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO PARCIAL ARGÜIDA PELA PROCURADORIA DE JUSTIÇA. ACOLHIMENTO. FATO NOTICIADO NÃO ALCANÇADO PELA PRESCRIÇÃO. CONDUTA PRATICADA A TÍTULO DE CULPA. ATIPICIDADE. 1. Quanto aos fatos delituosos alcançados pela prescrição antes da denúncia, carece o Ministério Público de interesse processual para a propositura da ação penal, uma vez que já foi extinta a punibilidade dos mesmos pela prescrição da pena in abstracto. 2. Agindo culposamente os denunciados, como a conduta imputada aos acusados não é punida a título de culpa na Lei 8137/90, atípicos são os fatos atrib... 	20/06/2001	10/10/2001	1ª Turma Criminal
268	142823		APR Relator(a): NATANAEL CAETANO Processo: 19980710021928APR PENAL - CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - CONDENAÇÃO - RECURSO MINISTERIAL - FIXAÇÃO DA PENA - REGISTROS EM FOLHA PENAL - ANTECEDENTES PENAS DESABONADORES - PROCEDÊNCIA - EXASPERAÇÃO DA PENA EM FACE DA CONTINUIDADE DELITIVA - CRITÉRIO PARA O AUMENTO DA PENA - NÚMERO DE CRIMES - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. I - Embora exista corrente jurisprudencial levando em conta como maus antecedentes somente as condenações por fato anterior transitadas em julgado antes da nova condenação, em face do princípio constitucional da presunção de inocência, fato é que esta Corte de Justiça... 	23/08/2001	26/09/2001	1ª Turma Criminal
269	142295		APR Relator(a): MARIA APARECIDA FERNANDES Processo: 19990110316353APR PENAL. PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO. - Ausente, in casu, por parte do contribuinte, o fim especial de agir, isto é, o dolo de suprimir ou reduzir o tributo devido, mostra-se incensurável o decreto absolutório, ante a atipicidade do fato. Negou-se provimento. Maioria.	07/03/2001	19/09/2001	2ª Turma Criminal
270	141920		APR Relator(a): JOAZIL M GARDES Processo: 19980110414543APR "PENAL - CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PRESCRIÇÃO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. APELAÇÃO. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO. Transitada a sentença condenatória para a acusação e declarada a prescrição retroativa da pretensão punitiva do Estado, não se conhece do recurso de apelação interposto pela defesa buscando a absolvição à falta do pressuposto recursal subjetivo do interesse."	02/08/2001	05/09/2001	2ª Turma Criminal
271	140786		APR Relator(a): EVERARDS MOTA E MATOS Processo: APR1757497 APELAÇÃO DO MP - CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ABSOLVIÇÃO. PARCELAMENTO DO DÉBITO. DILIGÊNCIA. - Suspende-se o julgamento do recurso para diligenciar sobre o atendimento integral do débito tributário parcelado, porque o pagamento é causa extintiva da punibilidade do crime fiscal denunciado.	31/05/2001	15/08/2001	1ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
272	140119		APR Relator(a): JOAZIL M GARDES Processo: 19990110167573APR DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 2º, INCISO II, DA LEI 8137/90. CRIME OMISSIVO. ELEMENTO SUBJETIVO. DOLO. NÃO CONFIGURAÇÃO. ABSOLVIÇÃO O artigo 2º, inciso II, da Lei n.º 8137/90 descreve um crime omissivo, sendo necessário para a sua tipificação que o agente se abstenha, livre e conscientemente, de seu dever de recolher aos cofres públicos o tributo que lhe incumbiu e não caracterizado o elemento subjetivo do tipo, consistente na deliberada vontade de não fazê-lo, impõe-se a absolvição.	18/04/2001	15/08/2001	2ª Turma Criminal
273	138314		APR Relator(a): MARIA APARECIDA FERNANDES Processo: 20000150042572APR PENAL. PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ABSOLVIÇÃO. DOLO NÃO COMPROVADO - Para a caracterização do crime previsto no art. 1º da Lei 8.137/90 é indispensável a comprovação do elemento subjetivo, ou seja, a intenção, a vontade deliberada do contribuinte em suprimir ou reduzir o tributo, do contrário, a absolvição é a medida que se impõe.	26/04/2001	13/06/2001	2ª Turma Criminal
274	138084		APR Relator(a): VAZ DE MELLO Processo: 19980110617668APR APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ARTIGO 1º, INCISO II, C/C O ARTIGO 11, DA LEI N. 8.137/90). DÉBITO TRIBUTÁRIO. PARCELAMENTO ANTERIOR AO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DOLO. ABSOLVIÇÃO. MANUTENÇÃO. Comprovado o parcelamento do débito tributário, antes do recebimento da denúncia, extingue-se a punibilidade do crime, nos termos do artigo 34, da Lei n. 9.249/95. Inexistindo o elemento subjetivo doloso no sentido de fraudar o fisco, mantém-se a absolvição. NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.	22/03/2001	13/06/2001	2ª Turma Criminal
275	138646		APR Relator(a): EVERARDS MOTA E MATOS Processo: 19990410018880APR APELAÇÃO. CRIME TRIBUTÁRIO. ICMS - RECOLHIMENTO. OMISSÃO. PENA IMPOSTA. PRESCRIÇÃO RETROATIVA. - Notificado o contribuinte a recolher aos cofres públicos o crédito tributário do ICMS por ele recebido do contribuinte indireto, não o fazendo, sua omissão tipifica crime contra a ordem tributária, cuja materialidade se expressa através do auto de infração. - Decorrido lapso prescricional advindo da pena concretizada, entre a última apropriação do tributo e o recebimento da denúncia, decreta-se extinta a punibilidade em razão da prescrição retroativa.	19/04/2001	06/06/2001	1ª Turma Criminal
276	138641		APR Relator Designado(a): EVERARDS MOTA E MATOS Processo: 19980110377535APR APELAÇÃO. CRIME TRIBUTÁRIO. ISS - RECOLHIMENTO. OMISSÃO. PENA IMPOSTA. PRESCRIÇÃO RETROATIVA. - Notificado o contribuinte a recolher aos cofres públicos o crédito tributário do ISS por ele recebido do contribuinte indireto, não o fazendo, sua omissão tipifica crime contra a ordem tributária, cuja materialidade se expressa através do auto de infração. - Decorrido lapso prescricional advindo da pena concretizada, entre a última apropriação do tributo e o recebimento da denúncia, decreta-se extinta a punibilidade em razão da prescrição retroativa.	22/03/2001	06/06/2001	1ª Turma Criminal
277	136831		APR Relator(a): EVERARDS MOTA E MATOS Processo: 19990110369822APR APELAÇÃO. CRIME TRIBUTÁRIO. ICMS - RECOLHIMENTO. OMISSÃO. PENA IMPOSTA. PRESCRIÇÃO RETROATIVA. - Notificado o contribuinte a recolher aos cofres públicos o crédito tributário do ICMS por ele recebido do contribuinte indireto, não o fazendo, sua omissão tipifica crime contra a ordem tributária, cujo elemento subjetivo - o dolo - se perfaz com a omissão de praticar, sem razão, a conduta devida. - Decorrido lapso prescricional advindo da pena concretizada, entre a última apropriação do tributo e o recebimento da denúncia, decreta-se extinta a punibilidade em razão da pr... 	29/03/2001	02/05/2001	1ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
278	135727		APR Relator(a): MARIA APARECIDA FERNANDES Processo: 19980110369354APR PENAL. PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ABSOLVIÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO DO DOLO. ABSOLVIÇÃO - Para caracterizar o crime contra a ordem tributária a conduta do réu deve ser exercida dolosamente com a finalidade de suprimir ou reduzir o imposto devido, caso contrário, a absolvição é a medida que se impõe.	16/11/2000	18/04/2001	2ª Turma Criminal
279	134319		APR Relator(a): VAZ DE MELLO Processo: 20000150030454APR PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ELEMENTO SUBJETIVO. DOLO. PROVA. ABSOLVIÇÃO. MANUTENÇÃO. Para configurar crime contra a ordem tributária necessário se faz a comprovação do elemento subjetivo do tipo dirigido ao fim de suprimir ou reduzir tributo, não bastando provar a infração da norma tributária. Não restou evidenciado nos autos qualquer omissão de informação ou prestação de declaração falsa às autoridades fazendárias. Os apelados apenas procederam conforme interpretação da legislação tributária mais favorável. Ausente o dolo de fraudar, man... ?	14/12/2000	14/03/2001	2ª Turma Criminal
280	134276		APR Relator(a): NATANAEL CAETANO Processo: 19990110182970APR PENAL - CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - ICMS - NÃO RECOLHIMENTO DENTRO DO PRAZO LEGAL - SENTENÇA ABSOLUTÓRIA POR ESTAR AUSENTE PROVA DA MATERIALIDADE - APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - EXISTÊNCIA DA PROVA DA MATERIALIDADE E AUTORIA, MAS AUSENTE O ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO. A Sentença absolutória deve prevalecer porque, mesmo presentes nos autos prova da materialidade e da autoria do crime, não restou comprovado o dolo específico exigido para a incidência da responsabilidade penal tributária. Recurso a que se nega provimento. Maioria.	07/12/2000	07/03/2001	1ª Turma Criminal

[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)
[Nova Consulta](#)


Query

Resultado da Consulta

Termos Pesquisados:

Pesquisa Livre [Espelho]: (crime adj1 ordem adj2 tributária)**Período:** entre 01/01/1991 e 29/12/2019**Bases de Consulta:** Acórdãos - Turmas Recursais, Acórdãos - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), Jurisprudência em Temas, Acórdãos, Informativos de Jurisprudência

Ir para a página:

15

Total de páginas: 16. Total de Documentos Encontrados: 319. [Link](#)[para resultado da consulta.](#)☐ Filtrar Acórdãos em Segredo de Justiça. ☒ Filtrar Acórdãos


Públicos.



[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)[Nova Consulta](#)

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
281	134275		APR -Apelação Criminal Relator(a): NATANAEL CAETANO Processo: 19990110046890APR CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - ICMS - NÃO RECOLHIMENTO DENTRO DO PRAZO LEGAL - SENTENÇA ABSOLUTÓRIA - APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - EXISTÊNCIA DA PROVA DA MATERIALIDADE E AUTORIA MAS AUSENTE O ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO. A sentença absolutória deve prevalecer porque, mesmo presentes nos autos prova da materialidade e da autoria do crime, não ocorreu o dolo específico exigido para a incidência da responsabilidade penal tributária. Se o contribuinte mantém escrituração contábil correta sobre a apuração do ICMS nos livros correspondentes, se em mom...	07/12/2000	07/03/2001	1ª Turma Criminal
282	133549		APR Relator(a): VAZ DE MELLO Processo: 19990710032000APR PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ARTIGO 2º, INCISO II, C/C O ARTIGO 11, AMBOS DA LEI N. 8.137/90, C/C O ARTIGO 71, DO CÓDIGO PENAL). PRELIMINAR. LAPSO TEMPORAL. PRESCRIÇÃO. Decorrido lapso temporal superior a três anos entre a data do fato e o recebimento da denúncia, declara-se extinta a punibilidade pela ocorrência da prescrição, nos termos do artigo 110, §§ 1º e 2º, c/c o artigo 109, inciso VI, do Código Penal. EM PRELIMINAR, DECLARADA A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO. UNÂNIME.	07/12/2000	21/02/2001	2ª Turma Criminal
283	133313		APR Relator(a): NATANAEL CAETANO Processo: 19980110318056APR PENAL - CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - ICMS - NÃO RECOLHIMENTO DENTRO DO PRAZO LEGAL - SENTENÇA ABSOLUTÓRIA POR ESTAR AUSENTE PROVA DA MATERIALIDADE - APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - EXISTÊNCIA DA PROVA DA MATERIALIDADE E AUTORIA, MAS AUSENTE O ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO. A Sentença absolutória deve prevalecer porque, mesmo presentes nos autos prova da materialidade e da autoria do crime, não restou comprovado o dolo específico exigido para a incidência da responsabilidade penal tributária. Recurso a que se nega provimento.	16/11/2000	21/02/2001	1ª Turma Criminal
284	132829		APR Relator(a): P. A. ROSA DE FARIAS Processo: 19990110523154APR PENAL - TRIBUTÁRIO: ICMS - LANÇAMENTO DO TRIBUTO EM LIVRO PRÓPRIO - NÃO RECOLHIMENTO - CRIME DO ART. 2º, II, DA LEI 8.137/90 - CRIME OMISSIVO - PENA ALCANÇADA PELA PRESCRIÇÃO IN CONCRETO - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE - Recurso conhecido e provido. Extinta a punibilidade. Os autos indicam à sociedade que os acusados, sócios-gerentes da sociedade comercial "Cleanner Química Equipamentos Ltda.", sita na SAAN, Quadra 02, nº 95, Mezanino, Brasília - DF, efetuaram diversas operações de compra e venda, recebendo dos consumidores um total de R\$ 15.902,54 (quinze mil e novecentos e dois reais e cinqü...	21/09/2000	07/02/2001	1ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
285	132821		APR Relator(a): OTÁVIO AUGUSTO Processo: 19990110090833APR PENAL - CRIME TRIBUTÁRIO - RETENÇÃO DE ICMS - CONDUTA DOLOSA - INOCORRÊNCIA - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. - Não evidenciado na conduta do agente o animus rem sibi habendi indispensável para a caracterização do crime definido no art. 2º, inc. II da Lei 8.137/90, impõe-se a confirmação da decisão absolutória, em face da atipicidade do fato. - Recurso improvido. Unânime.	18/10/2000	13/12/2000	1ª Turma Criminal
286	132444		APR Relator(a): EVERARDS MOTA E MATOS Processo: 19980110417484APR APELAÇÃO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ICMS - AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO. MATERIALIDADE - PROVA. PENA IMPOSTA. PRESCRIÇÃO RETROATIVA. - A materialidade dos crimes contra a ordem tributária, como a falta de recolhimento do ICMS, tem sua prova na integridade do procedimento administrativo que a constatou. - Incidindo a prescrição retroativa, da pena advinda, concretizada no acórdão condenatório, declara-se extinta a punibilidade.	09/11/2000	06/12/2000	1ª Turma Criminal
287	131878		APR Relator(a): VAZ DE MELLO Processo: 19990110422025APR Sonegação fiscal. Apropriação de valores relativos a ISS. Ação dolosa. Parcelamento do débito posterior ao recebimento de denúncia. Recurso provido. 1. A extinção da punibilidade, com fulcro no art. 34 da Lei nº 9.249/95, pressupõe o parcelamento do débito tributário antes do recebimento da denúncia. 2. Considera-se dolosa a ação do sócio-gerente que, depois de receber de seu contador as informações acerca das importâncias devidas aos cofres públicos pela prestação de serviços, com as respectivas datas de vencimento, deixa de repassá-las aos cofres públicos.	05/10/2000	06/12/2000	2ª Turma Criminal
288	130476		APR Relator(a): NATANAEL CAETANO Processo: 19980110397648APR CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - PARCELAMENTO DE DÉBITO - PERÍCIA - EXCLUSÃO DA PUNIBILIDADE - IMPOSSIBILIDADE - SUSPENSÃO DO PROCESSO - APLICAÇÃO DA LEI N.º 9.964 DE 10/04/2000 - RETROATIVIDADE. a § É dispensável a realização de perícia contábil para certeza quanto à materialidade do delito previsto no art. 1º, inc V, c/c art. 11, ambos da Lei n.º 8.137/90, quando a confissão do réu aliada ao conjunto de provas trazido aos autos evidenciam a ocorrência da infração penal. § pagamento do débito tributário somente extingue a punibilidade do agente se o adimplemento da obri... 	29/06/2000	18/10/2000	1ª Turma Criminal
289	130043		APR Relator(a): VAZ DE MELLO Processo: APR1912798 PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PRELIMINAR. PERÍCIA TÉCNICA. NÃO IMPRESCINDÍVEL. MÉRITO. ELEMENTO SUBJETIVO. DOLO. RESPONSABILIDADE PESSOAL. PROVA. AUSÊNCIA. ABSOLVIÇÃO. Os crimes definidos na Lei n. 8.137/90, embora possam ser provados mediante perícia técnica, não é ela imprescindível, podendo valer-se de outros meios de prova. Mérito. Para configurar crime contra a ordem tributária necessário se faz, além da comprovação do elemento subjetivo do tipo dirigido ao especial fim de suprimir ou reduzir tributo, a apuração da responsabilidade... 	17/08/2000	11/10/2000	2ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
290	128438		APR Relator(a): NATANAEL CAETANO Processo: 19980110395136APR CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - ICMS - NÃO RECOLHIMENTO DENTRO DO PRAZO LEGAL - SENTENÇA ABSOLUTÓRIA POR ESTAR AUSENTE PROVA DA MATERIALIDADE - APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - EXISTÊNCIA DA PROVA DA MATERIALIDADE E AUTORIA MAS AUSENTE O ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO. A sentença absolutória deve prevalecer porque, mesmo presentes nos autos prova da materialidade e da autoria do crime, não ocorreu o dolo específico exigido para a incidência da responsabilidade penal tributária. Se o contribuinte mantém escrituração contábil correta sobre a apuração do ICMS nos livros corr... ?	29/06/2000	13/09/2000	1ª Turma Criminal
291	128912		APR Relator(a): EVERARDS MOTA E MATOS Processo: 20000150020134APR APELAÇÃO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ICMS. APROVEITAMENTO DE CRÉDITO. ALÍQUOTAS DIFERENCIADAS ENTRE ESTADOS. ERRO DE PROIBIÇÃO. CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE - LOCALIZAÇÃO. - Ausente a efetiva ou potencial consciência da ilicitude - no fato de se aproveitar a alíquota diferenciada do ICMS entre o Estado de origem e o do destino da mercadoria - dado ao alcance técnico-contábil da questão, incorre o comerciante autor em inevitável erro de proibição, excludente da culpabilidade (e não da tipicidade por ausência do dolo), porque a consciência do ilícito a este não perte... ?	17/08/2000	06/09/2000	1ª Turma Criminal
292	127794		APR Relator(a): JOAZIL M GARDES Processo: APR1954499 "DIREITO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ICMS. APROVEITAMENTO. FRAUDE À FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA. AUSÊNCIA DE DOLO. Se, à época do fato, a interpretação da legislação tributária atinente ao aproveitamento dos créditos do ICMS era controvertida e tributaristas do mais alto conceito sustentavam a legalidade da compensação da diferença de alíquotas, resta afastado o dolo de fraudar a fiscalização tributária."	15/06/2000	23/08/2000	2ª Turma Criminal
293	126670		APR Relator(a): EVERARDS MOTA E MATOS Processo: 20000150009249APR APELAÇÃO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ICMS. APROVEITAMENTO DE CRÉDITO. ALÍQUOTAS DIFERENCIADAS ENTRE ESTADOS DO DESTINO E DA ORIGEM. ERRO DE PROIBIÇÃO. CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE - LOCALIZAÇÃO. - Ausente a efetiva ou potencial consciência da ilicitude - no fato de se aproveitar a alíquota diferenciada do ICMS entre o Estado de origem e o do destino da mercadoria - dado ao alcance técnico-contábil da questão, incorre o comerciante autor em inevitável erro de proibição, excludente da culpabilidade e não da tipicidade por ausência do dolo porque a consciência do ilíc... ?	18/05/2000	14/06/2000	1ª Turma Criminal
294	126643		APR Relator(a): JOAZIL M GARDES Processo: 19980110706898APR PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PRELIMINAR: IMPRESCINDIBILIDADE DA PERÍCIA FISCAL. ARTIGO 158 DO CPP. APLICABILIDADE. INOBSERVÂNCIA. NULIDADE. ARTIGO 564, III, "b", CPP. MÉRITO: CRIME OMISSIVO. ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO. MÁ-FÉ. DOLO. Preliminar: A regra da imprescindibilidade do exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígio, insere no artigo 158 do Código de Processo Penal, tem aplicação aos crimes contra a ordem tributária; o reconhecimento do débito pelo parcelamento afasta a nulidade do processo. Mérito: Na hipóte... ?	11/05/2000	14/06/2000	2ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
295	124728		APR Relator(a): OTÁVIO AUGUSTO Processo: APR1989699 PENAL - CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DANO FISCAL - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. · Tratando-se de crimes materiais e de resultados os delitos previstos no artigo 1º da Lei Tributária, indispensável para tipificá-los a efetiva supressão ou redução de tributos devidos, não sendo suficiente que o agente pratique ou tente praticar as condutas descritas no tipo penal sem que haja a comprovação do dano fiscal. · Recurso improvido. Unânime.	17/02/2000	10/05/2000	1ª Turma Criminal
296	124420		APR Relator(a): P. A. ROSA DE FARIAS Processo: APR1973099 PENAL: CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - ICMS - ADULTERAÇÃO DE NOTA FISCAL - ESTELIONATO - DENÚNCIA QUE NARRA UMA FATISPECIE CONCRETA QUE NÃO SE AJUSTA À FATISPECIE ABSTRATA - Recurso conhecido e improvido. Nos crimes contra a ordem tributária previstos na Lei 8.138/90, a denúncia que descreve os atos praticados pelos agentes deve ser reputada apta a desenvolver a ação penal, desde que a fatispecie concreta se amolde por completo à fatispecie abstrata. O ato do agente vender mercadoria com nota fiscal adulterada não se subsume no crime de não pag...	03/02/2000	03/05/2000	1ª Turma Criminal
297	123756		APR Relator(a): P. A. ROSA DE FARIAS Processo: 19990110167898APR APELAÇÃO. CRIME OMISSIVO TRIBUTÁRIO. EMPRESA COMERCIAL: FALTA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO FISCAL. PESSOA FÍSICA - CONCORRÊNCIA. - Caracteriza crime contra a ordem tributária a omissão em inscrever a empresa no cadastro fiscal evitando, desta forma, sua tributação - art. 1º, I da Lei 8.137/90. - Quem concorre para tal crime, por meio de pessoa jurídica, incide nas penas a ele cominadas - art. 11 da Lei retro.	16/12/1999	12/04/2000	1ª Turma Criminal
298	122168		APR Relator(a): NATANAEL CAETANO Processo: APR1970899 CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. CREDITAMENTO EXTEMPORÂNEO DE ICMS. AUSÊNCIA DO DOLO ESPECÍFICO - INTENÇÃO DE SUPRIMIR OU REDUZIR TRIBUTOS - ATIPICIDADE DA CONDUTA. RECURSO DESPROVIDO. O crime previsto nos incisos I, II e IV da Lei 8.137/90 imprescinde da intenção do agente em reduzir ou suprimir tributo, cuja comprovação está adstrita à caracterização da má-fé do contribuinte.	09/12/1999	22/03/2000	1ª Turma Criminal
299	122167		APR Relator(a): NATANAEL CAETANO Processo: APR1964499 CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DE ISS. EMPRESA NÃO INSCRITA NO CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL POR RESTRIÇÕES AO NOME DE SUA SÓCIO-GERENTE COMO PESSOA FÍSICA. AUSÊNCIA DO DOLO ESPECÍFICO - INTENÇÃO DE SUPRIMIR OU REDUZIR TRIBUTOS - ATIPICIDADE DA CONDUTA. RECURSO DESPROVIDO. O crime previsto no inciso I da Lei 8.137/90 imprescinde da intenção do agente em reduzir ou suprimir tributo, cuja comprovação está adstrita à caracterização da má-fé do contribuinte, elidida pela constatação de que a empresa não recolheu o ISS devido porque não conseguiu se i...	02/12/1999	22/03/2000	1ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
300	121081		APR Relator(a): EVERARDS MOTA E MATOS Processo: APR1968599 APELAÇÃO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ICMS. APROVEITAMENTO DE CRÉDITO. ALÍQUOTAS DIFERENCIADAS ENTRE ESTADOS DO DESTINO E DA ORIGEM. ERRO DE PROIBIÇÃO. CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE - LOCALIZAÇÃO. - Ausente a efetiva ou potencial consciência da ilicitude - no fato de se aproveitar a alíquota diferenciada do ICMS entre o Estado de origem e o do destino da mercadoria - dado ao alcance técnico-contábil da questão, incorre o comerciante autor em inevitável erro de proibição, excludente da culpabilidade e não da tipicidade por ausência do dolo porque a consciência do ilícito a e... 	18/11/1999	16/02/2000	1ª Turma Criminal

[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)[Nova Consulta](#)

Query

Resultado da Consulta

Termos Pesquisados:

Pesquisa Livre [Espelho]: (crime adj1 ordem adj2 tributária)**Período:** entre 01/01/1991 e 29/12/2019**Bases de Consulta:** Acórdãos - Turmas Recursais, Acórdãos - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), Jurisprudência em Temas, Acórdãos, Informativos de Jurisprudência

Ir para a página:





16

Total de páginas: 16. Total de Documentos Encontrados: 319. [Link](#)[para resultado da consulta.](#)☐ Filtrar Acórdãos em Segredo de Justiça. ☒ Filtrar Acórdãos

Públicos.


[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)[Nova Consulta](#)

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
301	119869		APR Relator(a): OTÁVIO AUGUSTO Processo: APR1961199 PENAL - TRIBUTÁRIO: EVASÃO TRIBUTÁRIA - ART. 2º, I DA LEI 6137/90 - RETIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO. NÃO INTIMAÇÃO DO CONTRIBUINTE - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL - PARCELAMENTO DO DÉBITO TRIBUTÁRIO ANTES DA DENÚNCIA - ABSOLVIÇÃO MANTIDA - Recurso improvido. Maioria. A falta de intimação do Contribuinte para retificação do auto de infração é violadora do princípio da ampla defesa, e constitui óbice intransponível para a ação penal, ainda mais quando as partes transacionam antes de oferecida a denúncia, o que implica em novação tributária a extinguir o débito anterior. Mantém-se o decreto absolut...	19/08/1999	08/12/1999	1ª Turma Criminal
302	118317		APR Relator(a): P. A. ROSA DE FARIAS Processo: APR1959299 PENAL: CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - DÚVIDA QUANTO A NATUREZA JURÍDICA DO IMPOSTO DEVIDO - ISS OU ICMS - PAGAMENTO DE UM DELES - ATIPICIDADE - ABSOLVIÇÃO MANTIDA - Recurso conhecido e improvido. A dúvida acerca da natureza jurídica do imposto devido é razoável, como ressaltou o MM. Juiz a quo, sendo a alegada dúvida quanto à natureza jurídica do imposto devido mais do que razoável, já que o texto do art. 1, § 3º, III, e art. 8º, bem como a lista de serviços anotada no Decreto-Lei nº 406, de 31/1/68 nos induz à tal perplexidade. De qualquer sorte a empres...	19/08/1999	27/10/1999	1ª Turma Criminal
303	116045		APR Relator(a): MARIA APARECIDA FERNANDES Processo: APR1921398 PENAL. CRIME CONTRA ORDEM TRIBUTÁRIA. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INTEMPESTIVIDADE. - CONSIDERANDO A DATA EM QUE O MP TEVE CIÊNCIA PESSOAL DA SENTENÇA, BEM COMO O DIA EM QUE FOI PROTOCOLADO O RECURSO, CONSTATA-SE A EXTEMPORANEIDADE DESTA. - NÃO MERECE ACOLHIDA A ALEGAÇÃO DE QUE A INTEMPESTIVIDADE DECORRE DE PROBLEMAS INTERNOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO.	13/05/1999	15/09/1999	2ª Turma Criminal
304	115581		APR Relator(a): GETULIO PINHEIRO Processo: APR1931198 SONEÇÃO FISCAL. REMESSA DE MERCADORIA A OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO. PAGAMENTO DO ICMS PROVADO POR NOTA FISCAL. OPERAÇÃO NÃO-TRIBUTÁVEL. PARA CONSTITUIR CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA MISTURAR SE FAZ QUE O AGENTE, COM SEU PROCEDER, SUPRIMA OU REDUZA TRIBUTOS DEVIDOS AOS COFRES PÚBLICOS. TAL NÃO OCORRE COM QUEM, DEPOIS DE ADQUIRIR MERCADORIA E PAGAR O ICMS DEVIDO, REMETE-A A OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO, UMA VEZ QUE INTEGRADO O BEM AO SEU PATRIMÔNIO, DEIXA DE CARACTERIZAR OPERAÇÃO DE VENDA, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM RECOLHIMENTO DA DIFERENÇA DO TRIBUTO.	27/05/1999	15/09/1999	2ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
305	115792		APR Relator(a): P. A. ROSA DE FARIAS Processo: APR1944199 PENAL: CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - PROVA FORTE A DEMONSTRAR A MATERIALIDADE E AUTORIA - PENA QUE SE COADUNA COM OS OBJETIVOS DA LEI - REGIME ABERTO QUE SE COADUNA COM O CRIME PRATICADO - REINCIDÊNCIA NÃO COMPROVADA - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A DILIGÊNCIA DETERMINADA PELO MM. JUIZ A QUO ÀS FLS. 140V NÃO RESTOU CUMPRIDA, EIS QUE A CONDENAÇÃO A QUE REFERE A CERTIDÃO DE FLS. NÃO SE COADUNA AO TEOR DO OFÍCIO DE FLS. 127. A ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DO ART. 59, DO CPB, ESTÁ ABSOLUTAMENTE CORRETA, COMO SE VÊ ÀS FLS. 170, DAÍ PORQUE A PENA BASE FOI COR... ?	02/06/1999	11/08/1999	1ª Turma Criminal
306	113757		APR Relator(a): VAZ DE MELLO Processo: APR1934798 FRAUDE. PENAL. PROCESSUAL PENAL E LEI N. 8.137/90. AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO. ATIPICIDADE. CONJUNTO PROBATÓRIO DUVIDOSO E IMPRECISO. IN DUBIO PRO REO. CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. O CRIME PREVISTO NO ARTIGO 1º, INCISO III, C/C O ARTIGO 11, AMBOS DA LEI N. 8.137/90, IMPUTADO AO APELADO, EXIGE PARA SUA CONFIGURAÇÃO O DOLO ESPECÍFICO, CONSISTENTE NA VONTADE LIVRE E CONSCIENTE DE FRAUDAR O FISCO. INADMISSÍVEL A MODALIDADE CULPOSA. A PROVA CARREADA AOS AUTOS NÃO LOGROU DEMONSTRAR, DE FORMA CLARA E PRECISA, EXPURGADA DE DÚVIDAS, O ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO. NA DÚVIDA, APLICA-SE O PRINC... ?	08/04/1999	07/06/1999	2ª Turma Criminal
307	110268		APR Relator(a): P. A. ROSA DE FARIAS Processo: APR1860398 PENAL - CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - NÃO RECOLHIMENTO DO ISS. OS LIVROS CONTÁBEIS E FISCAIS DEVEM RETRATAR A VERACIDADE DOS FATOS ADMINISTRATIVOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. OCORRENDO OMISSÃO DE OPERAÇÕES, HÁ O PAGAMENTO DE TRIBUTO A MENOR DO QUE DEVIDO E, EM CONSEQUÊNCIA, A FRAUDE FISCAL. A EXISTÊNCIA DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS SEM A RESPECTIVA COMPROVAÇÃO DE SUA ORIGEM ENSEJA A PRESUNÇÃO JURIS TANTUM DE QUE DECORREM DE RECEITAS TRIBUTÁVEIS, FICANDO O SUJEITO PASSIVO OBRIGADO AO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO, COM OS ACRÉSCIMOS LEGAIS, ALÉM DAQUELES PREVISTOS PARA OS CASOS DE SON... ?	14/05/1998	03/12/1998	1ª Turma Criminal
308	108630		APR Relator Designado(a): JAIR SOARES Processo: APR1880198 CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. TRANSPORTE DE SOJA EM CAMINHÃO GRANELEIRO. USO DE NOTA FISCAL COM VALOR ESTIMADO DO PESO. INEXISTE CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, POR USO DE NOTA FISCAL, COM VALOR INEXATO, NO TRANSPORTE DE SOJA EM GRÃOS, QUANDO A SOJA É TRANSPORTADA EM CAMINHÃO GRANELEIRO, E NÃO EM SACOS, E A NOTA FISCAL É EXPEDIDA POR ESTIMATIVA DO PESO, DEPENDENDO, A EMISSÃO DEFINITIVA DA NOTA, DA PESAGEM DA SOJA NO ARMAZÉM ONDE SERÁ ENTREGUE, APÓS DEDUÇÃO DECORRENTE DAS IMPUREZAS, VARIEDADE E UMIDADE DOS GRÃOS. APELO PROVIDO.	25/06/1998	14/10/1998	2ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
309	106809		APR Relator(a): VAZ DE MELLO Processo: APR1878898 PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ARTIGO 1º, INCISO V, DA LEI N. 8.137/90). AGENTE IMPOSSIBILITADO DE FORNECER NOTA FISCAL PORQUE NÃO INSCRITO NO ÓRGÃO COMPETENTE. DOLO DE FRAUDAR O FISCO. NÃO CONFIGURADO. A LEI DEFINE O CRIME FISCAL COMO SENDO DOLOSO. É NECESSÁRIO QUE O AGENTE TENHA AGIDO COM INTENÇÃO DOLOSA, COM MÁ-FÉ, NÃO SENDO SUFICIENTE SE PROVAR QUE O CIDADÃO INFRINGIU A LEI FISCAL, PARA SE IMPUTARA PRÁTICA DE CRIME DE SONEGAÇÃO, QUE NÃO EXSURGE SE A FIRMA DO APELANTE NÃO ESTÁ INSCRITA NO CF/DF, E NÃO TEM, PORTANTO, AUTORIZAÇÃO PARA IMPRESSÃO DE NOTAS FISCAIS... ?	18/06/1998	19/08/1998	2ª Turma Criminal
310	106140		APR Relator(a): JOAZIL M GARDES Processo: APR1837197 "DIREITO PENAL. CRIME TRIBUTÁRIO. PRELIMINAR: NULIDADE DA SENTENÇA. CARÊNCIA DE MOTIVAÇÃO. MÉRITO: ICMS. APROVEITAMENTO. FRAUDE À FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA. AUSÊNCIA DE DOLO. PRELIMINAR: ADMITIR QUE A MATERIALIDADE REPOUSA EM FATOS APONTADOS PELA ACUSAÇÃO E ABSOLVER A CONTA DA INEXISTÊNCIA DO FATO, NÃO SIGNIFICA QUE HÁ CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO, PORQUANTO A MATERIALIDADE DELITIVA NÃO SE CONFUNDE COM A INEXISTÊNCIA DO FATO, SE NÃO HÁ PROVA DA OCORRÊNCIA DA SONEGAÇÃO. MÉRITO: SE À ÉPOCA DO FATO A QUESTÃO ERA CONTROVERTIDA E O APROVEITAMENTO DOS CRÉDITOS DO ICMS PELA ALÍQUOTA MÁXIMA ESTÁ LASTREADO NO ENTENDIME... ?	28/05/1998	12/08/1998	2ª Turma Criminal
311	103237		APR Relator(a): VAZ DE MELLO Processo: APR1796497 PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ICMS. FRAUDE. ELEMENTO SUBJETIVO. PROVA. ABSOLVIÇÃO. Para que se configure crime contra a ordem tributária necessário se faz a comprovação no bojo dos autos do elemento subjetivo do tipo que é dirigido ao especial fim de suprimir ou reduzir tributo, devendo haver o dolo específico que mova o infrator a burlar o fisco. Assim, se por um lado, para configurar a infração tributária basta a lavratura do auto de infração, por outro, sob a ótica do direito penal tributário, este, por si só, não é elemento suficiente à cond... ?	10/12/1997	13/05/1998	2ª Turma Criminal
312	103850		APR Relator(a): EVERARDS MOTA E MATOS Processo: APR1757497 APELAÇÃO DO MP - CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ABSOLVIÇÃO. PARCELAMENTO DO DÉBITO. DILIGÊNCIA. - Suspende-se o julgamento do recurso para diligenciar sobre o atendimento integral do débito tributário parcelado, porque o pagamento é causa extintiva da punibilidade do crime fiscal denunciado.	12/03/1998	23/04/1998	1ª Turma Criminal
313	101244		APR Relator(a): MARIA APARECIDA FERNANDES Processo: APR1804297 PENAL. PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO. Inexistente o dolo de fraudar, elemento subjetivo do tipo, integrante, a partir da Teoria Finalista da ação, da própria conduta, que se constitui como um dos elementos do fato típico, correta a prolação de sentença absolutória.	29/10/1997	04/03/1998	2ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
314	98698	Acórdão indisponível	APR Relator(a): MARIO MACHADO Processo: APR1678596 CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ARTIGO PRIMEIRO, INCISO II, DA LEI N. 8.137/90. ICMS. ALÍQUOTAS DIFERENCIADAS. CREDITAMENTO. FRAUDE. O crime do artigo primeiro, inciso II, da Lei n. 8.137, de 27/12/90, exige, para a sua configuração, a presença do dolo, da intenção de fraudar, inserindo elementos inexatos ou omitindo operação de qualquer natureza. Não configura intenção de fraudar o fato de o contribuinte assumir a posição, sobre que se controvertia na doutrina e jurisprudência, de efetuar, quanto ao ICMS, o lançamento de crédito, considerada a d... ?	07/08/1997	05/11/1997	2ª Turma Criminal
315	96900	Acórdão indisponível	APR Relator(a): EVERARDS MOTA E MATOS Processo: APR1759197 APELAÇÃO. DESACATO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA: ART. PRIMEIRO, V, C/C PARÁGRAFO ÚNICO - LEI 8.137/90. CONDIÇÃO. PRESSUPOSTO. CONSUMAÇÃO. - Sem a vontade livre e consciente de menosprezar, inexistente na exaltação de ânimo, não se configura o elemento subjetivo caracterizador do desacato. - O crime contra a ordem tributária, consistente no negar ou deixar de fornecer documento obrigatório à autoridade fiscal, no prazo por esta estipulado, é crime concisionado a uma anterior intimação e somente se consuma com a subsequente omissão, após... ?	26/06/1997	01/10/1997	1ª Turma Criminal
316	96846	Acórdão indisponível	APR Relator(a): VAZ DE MELLO Processo: APR1684996 PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ICMS. FRAUDE. INOCORRÊNCIA. ERRO DE DIREITO. ABSOLVIÇÃO. Diante da complexidade da legislação tributária, mesmo conhecendo a lei, pode um contribuinte equivocar-se quanto à contrariedade de determinado fato à norma, mormente quando induzido em erro, por prestigiada e cara assessoria. Nas peculiares circunstâncias apuradas, constatado o equívoco, logo evidenciou a ré o ânimo de saldar seu débito. Irretocável, assim, a decisão absolutória a quo. NEGADO PROVIMENTO. UNÂNIME.	30/04/1997	03/09/1997	2ª Turma Criminal
317	96613	Acórdão indisponível	APR Relator(a): VAZ DE MELLO Processo: APR1731296 PENAL CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PRELIMINAR. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO. MERA IRREGULARIDADE. MÉRITO. ICMS. FRAUDE. ELEMENTO SUBJETIVO. PROVA. ABSOLVIÇÃO. IN DUBIO PRO REO. A apresentação das Razões fora do prazo não as torna intempestivas, configurando mera irregularidade. In casu, o recurso ministerial foi protocolado em Cartório no mesmo dia em que foi recebido pela Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária. Para caracterizar o crime descrito no artigo primeiro, inciso III, c/c o artigo 11, da Lei N. 8137/90, necessá... ?	24/04/1997	03/09/1997	2ª Turma Criminal
318	92216	Acórdão indisponível	APR Relator(a): LÉCIO RESENDE Processo: APR1693996 CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - ABSOLVIÇÃO - FATO ATÍPICO - RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - PRETENDIDA REFORMA DO DECISUM - RECURSO DESPROVIDO - MAIORIA. Não constituindo o fato narrado infração penal, impossível demonstrar a sua ocorrência, dado que a prova do inverossímil é inadmissível.	19/12/1996	12/03/1997	1ª Turma Criminal

Sequencial	Acórdão	Download	Ementa	Data Julgamento	Data da Intimação ou da Publicação	Órgão Julgador
319	91107	Acórdão indisponível	APR Relator(a): VAZ DE MELLO Processo: APR1623096 CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ARTIGO PRIMEIRO, INCISO II, DA LEI 8.137/90). DOLO. NOTA FISCAL DE OUTRA EMPRESA. RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS. FRAUDE. SONEGAÇÃO. INEXISTÊNCIA. IRREGULARIDADES NA EMISSÃO. AUSÊNCIA DE PROVAS. ABSOLVIÇÃO. Para a configuração do delito previsto no artigo primeiro da Lei número 8.137/90, deve-se considerar a existência do dolo, sendo necessária a vontade livre e consciente de fraudar o pagamento dos tributos. Ao fornecer nota fiscal de empresa diversa, também de sua propriedade e legalmente constituída, vê-se que a intenção do acusado foi a de reco... 	21/11/1996	20/02/1997	2ª Turma Criminal

[Voltar para o Resultado - Bases de Consulta](#)
[Nova Consulta](#)
